

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Brasília – maio 2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão da Embrapa, exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa - DN TCU nº 127/2013, da Decisão Normativa - DN TCU nº 129/2013, Portaria/TCU nº 175/2013 e a Portaria/SE/CGU nº 650/2014 e orientações do órgão de controle interno.

Coordenado e elaborado pela Secretaria de Gestão Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, com apoio e contribuições do GT – Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 1484, de 28/10/2013, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa (BCA) nº 47, de 28/10/2013, das Unidades Centrais e Descentralizadas da Embrapa e Fundação de Seguridade Social Ceres.

Brasília – maio 2014

SUMÁRIO

• INTRODUÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Identificação da Empresa.
- 1.2. Identificação dos dirigentes e membros dos conselhos de administração e fiscal, auditor interno, ouvidor e contador.
- 1.3. Identificação das unidades orçamentárias e das unidades gestoras e respectivas gestões do SIAFI.
- 1.4. Identificação e descrição sucinta das Normas que regulamentam a atuação.
- 1.5. Organograma Funcional.

2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

- 2.1. Informações sobre o ambiente de atuação da entidade
 - a) a caracterização e o comportamento do mercado de atuação.
 - b) a contratação de bens e serviços para apoio à atuação da entidade.
 - c) os riscos e ameaças para o negócio da entidade e as estratégias para o enfrentamento no curto e médio prazos.
 - d) a demanda por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).
 - e) as principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da entidade na sua área de atuação (principalmente PD&I).
 - f) os principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado.
 - g) os produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias.
- 2.2. Informações sucintas e objetivas sobre o ambiente de negócios em que estão inseridas as unidades descentralizadas.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

- 3.1. Informações sobre a estrutura de governança da entidade.
- 3.2. Demonstração de como a auditoria interna está estruturada e forma de atuação.
- 3.3. Informações sobre a política e as práticas de remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração, do conselho fiscal e dos comitês
- 3.4. Informações sobre as alçadas decisórias relacionadas à aprovação de ato ou contrato.
- 3.5. Parecer da unidade de auditoria interna conforme disposto no Decreto Federal nº 3.591/2000.
- 3.6. Informações sobre qualidade e suficiência dos controles internos da empresa.
- 3.7. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da empresa.
- 3.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente ou auditor independente.
- 3.9. Informações sobre indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

- 4.1. Informações sobre o planejamento estratégico da entidade.
- 4.2. Principais objetivos, metas e resultados de aplicação de recursos destinados ao Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa
- 4.3. Demonstração sucinta sobre o plano de atuação das unidades descentralizadas em relação aos objetivos definidos no plano estratégico da entidade.
- 4.4. Demonstração dos resultados da atuação da empresa em relação às metas físicas e financeiras das ações de sua responsabilidade na Lei Orçamentária Anual (LOA).

5. ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

- 5.1. Garantia da competitividade e sustentabilidade da agricultura brasileira.
 - 5.1.1. Principais ações e os resultados alcançados relacionados à intensificação das pesquisas orientadas para saltos de produtividade, melhoria e qualidade e aumento do valor agregado de produtos.
 - 5.1.2. Principais ações e os resultados alcançados relacionados à coleta, conservação, caracterização, revigoração, organização e disponibilização da informação de recursos genéticos.
 - 5.1.3. Principais ações e os resultados alcançados relacionados à adaptação de sistemas produtivos para mitigação dos impactos previstos nos cenários das mudanças climáticas.
 - 5.1.4. Principais ações e os resultados alcançados relacionados à geração de conhecimentos científicos e tecnológicos.
 - 5.1.5. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para produção e agroindustrialização de alimentos.
- 5.2. Desenvolvimento da competitividade na agroenergia e biocombustíveis.
 - 5.2.1. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias de energia.
 - 5.2.2. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisas para o aproveitamento de co-produtos e resíduos.
- 5.3. Desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões.
 - 5.3.1. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisa voltada à sustentabilidade socioeconômico e ambiental.
 - 5.3.2. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas.
 - 5.3.3. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisas balanço energético, balanço de carbono, estudos de ciclo de vida e oportunidades de MDL.
 - 5.3.4. Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos.
- 5.4. Desenvolvimento de produtos diferenciados e com alto valor agregado para exploração de novos segmentos de mercado.
 - 5.4.1. Principais ações e os resultados alcançados relacionados à prospecção, caracterização e conservação de espécies da biodiversidade brasileira.

6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 6.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI).
- 6.2. Demonstração da forma de suporte às unidades descentralizadas em relação as suas necessidades tecnológicas.

7. GESTÃO DE PESSOAS

- 7.1. Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores na organização.
- 7.2. Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Empresa e o ambiente de trabalho.
- 7.3. Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.
- 7.4. Informações sobre o quadro de pessoal da empresa.
- 7.5. Demonstração do cadastramento, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício.
- 7.6. Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.
- 7.7. Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.
- 7.8. Informações sobre a relação entre a empresa e a entidade de previdência complementar patrocinada, Fundo de Seguridade Social – CERES.
- 7.9. Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem nas situações irregulares

8. TÓPICOS ESPECIAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 8.1. Demonstração e diagnóstico das inscrições em restos a pagar no exercício e dos saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.
- 8.2. Demonstrativo e diagnóstico das transferências de recursos recebidas e realizadas no exercício.
- 8.3. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- 9.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.
- 9.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade.
- 9.3. Informações sobre os imóveis locados de terceiros.

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

- 10.1. Demonstrativo do cumprimento das determinações do TCU.
- 10.2. Demonstração da atuação da empresa em relação às ações programadas no PAINT do exercício.
- 10.3. Demonstrativo do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno no relatório de auditoria de gestão do exercício anterior ao de referência do relatório de gestão.
- 10.4. Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.
- 10.5. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 11.1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
- 11.2. Demonstração da composição dos investimentos da empresa.
- 11.3. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10,
- 11.4. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela empresa.

12. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 12.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão à empresa para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões.
- 12.2. Informações sobre os mecanismos utilizados pela empresa para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços disponibilizados de acordo sua área de competência.
- 12.3. Identificação clara e completa dos caminhos, no Portal da empresa na Internet, onde podem ser acessadas as informações sobre os relatórios produzidos pela entidade.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

ANEXOS

- ANEXO I - Avaliação Atuarial Ceres/Plano Embrapa Básico;
- ANEXO II - Avaliação Atuarial Ceres/Plano Flex Ceres;
- ANEXO III - Demonstrações Contábeis da Embrapa;
- ANEXO IV - Notas Explicativas.
- ANEXO V - Ouvidoria - Pedidos e Acessos
- ANEXO VI - Ouvidoria – Reclamações
- ANEXO VII - Parecer da Auditoria Independente
- ANEXO IX - Plano de Providências de Auditoria

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Organograma da Embrapa
- Figura 2- Instalações da Embrapa no País e no Exterior
- Figura 3- Estrutura dos Colegiados do Sistema Embrapa de Gestão - SEG
- Figura 4- Mapa Estratégico - Diretrizes e Objetivos Estratégicos do V PDE
- Figura 5- Estrutura dos objetivos de P&D e de TT do Programa Inovações para a Agropecuária
- Figura 6- Estrutura dos objetivos de modernização do Programa Inovações para a Agropecuária
- Figura 7- Mapeamento Estratégico do MAPA – perspectiva Sociedade
- Figura 8- Total de chamados atendidos em 2013, por tipo de atendimento
- Figura 9- Relatório Admissão e Desligamentos

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Instrumentos Jurídicos firmados pela Embrapa em 2013
- Tabela 2 – Acordos/Parcerias Corporativas firmados pela Embrapa em 2013
- Tabela 3 - Comercialização de publicações referente ao exercício 2013, por meio de consignatários privados e outras instituições
- Tabela 4 – Principais Clientes por Cultivares (Licenciamento e comercialização)
- Tabela 5 - Comercialização em 2013, por Tipo de Publicação
- Tabela 6 - Remuneração do Conselho de Administração
- Tabela 7 - Remuneração do Conselho Fiscal
- Tabela 8 - Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA (ANEXO VIII)
- Tabela 9 - Índices de disponibilidade dos serviços
- Tabela 10 - Aumento da capacidade no acesso à Internet
- Tabela 11 - Acesso à Internet, por regiões
- Tabela 12 - Quadro de Pessoal - Resumo por cargo
- Tabela 13 - Fatores investigados nas pesquisas de Clima Organizacional e de Qualidade de Vida no Trabalho da Embrapa
- Tabela 14 - Empregados participantes do Programa de Educação Profissional na Embrapa
- Tabela 15 - Participação de empregados em ações do Programa de Treinamento (2012-2013)
- Tabela 16 - Resultados gerais do Programa de Desenvolvimento Profissional
- Tabela 17 - Resumo dos resultados das ações do Programa de apoio aos estudantes e bolsistas
- Tabela 18 - Resumo de distribuição de empregados
- Tabela 19 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- Tabela 20 - Composição do Quadro de Estagiários
- Tabela 21 - Força de Trabalho da UJ (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 22 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 23 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 24 - Número de empregados da UJ por faixa etária (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 25 - Número de empregados da UJ por nível de escolaridade (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 26 - Projeção para a aposentadoria/cargo (Situação em 31/12/2013)
- Tabela 27 - Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Benefício Definido
- Tabela 28 - Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Benefício Definido
- Tabela 29 - Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Contribuição Variável
- Tabela 30 - Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Contribuição Variável
- Tabela 31 - Resultado Financeiro – Plano Embrapa Benefício Definido
- Tabela 32 - Resultado Financeiro – Plano Embrapa Contribuição Variável
- Tabela 33 - Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Benefício Definido
- Tabela 34 - Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Contribuição Variável
- Tabela 35 - Restos a Pagar do Exercício
- Tabela 36 - Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

- Tabela 37 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- Tabela 38- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Tabela 39 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Tabela 40 - Transferências no exercício
- Tabela 41 - Quantidade de veículos por categoria de uso na Empresa
- Tabela 42 - Despesas com veículos (2013)
- Tabela 43 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional
- Tabela 44 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União
- Tabela 45 - Distribuição Geográfica dos Imóveis - Uso Especial União - Locados Terceiros
- Tabela 46 - Composição dos Investimentos
- Tabela 47 - Instrumentos vigentes em 2013 – cooperação técnica
- Tabela 48 - Instrumentos vigentes em 2013 – cooperação científica

INTRODUÇÃO

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresenta o seu Relatório de Gestão (RG) do exercício de 2013, como parte integrante para a prestação de contas anual a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Este RG do exercício de 2013 foi elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelecidas nas Instruções Normativas IN-TCU nº 63/2010 e IN-TCU nº 55/2007, das Decisões Normativas DN-TCU nº 127/2013 e DN-TCU nº 129/2013, no que couber da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno, as quais contêm informações gerais e contábeis do período. Assim, foram seguidas as diretrizes do documento-roteiro encaminhado pelo TCU, o qual recomenda focalização nos dados e informações essenciais da Embrapa, tanto no que tange à sua identificação, a aspectos contábeis de recursos orçamentário-financeiros, sobre recursos patrimoniais e de pessoal, como também no que se refere à sua produção finalística, neste último aspecto, concentrando-se nas principais ações realizadas em 2013.

No exercício de 2013, os principais desafios encontrados para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária foram (i) o desenvolvimento agrícola com sustentabilidade, (ii) a ampliação da competitividade do setor agrícola; (iii) a melhoria da qualidade dos produtos; (iv) o aumento da eficiência produtiva, (v) a inserção de agricultores familiares ao processo produtivo e (vi) a contribuição nas soluções para os problemas relacionados às mudanças climáticas globais.

Esses desafios foram tratados pela Embrapa dentro do Programa Inovações para a Agropecuária (Plano Plurianual), o qual é direcionado a pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais. Além disso, em 2013, foram também inseridas iniciativas de modernização da infraestrutura, da estrutura organizacional - institucional e a gestão.

A Embrapa tem contribuído significativamente na ordenação do marco legal do setor agropecuário, disponibilizando informações e conhecimentos que subsidiam a formulação, aprimoramento e implementação de políticas públicas.

Esta contribuição tem mostrado que a empresa está preparada para cumprir seu papel, não só de provedora de produtos, processos e serviços, mas também de informações e conhecimentos que contribuem para a evolução das políticas públicas do país.

Iniciativas que constituem importantes exemplos dentre as diversas contribuições realizadas, em 2013:

- Lei Nº 12.805, de 29 de abril de 2013, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF);
- Lei Nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, que cria a Anater - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Adaptação, desafios e perspectivas de convivência com a seca no Semiárido;
- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- Aprimoramento do arcabouço legal que favorece a pesquisa e a inovação no Brasil, criando novos mecanismos de gestão para as instituições de Ciência e Tecnologia (C&T);

- Lei Nº 12.959, de 19 de março de 2014, que regulamenta a produção e comercialização de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

Ponto importante e merecedor de destaque em 2013, foi o início da implantação do Projeto Agropensa, que visa a construção de um Sistema de Inteligência Estratégica para a agropecuária brasileira, o que para tanto, captará sinais do ambiente, realizará estudos e análises relativas às tendências e oportunidades, temas e questões do futuro do setor agropecuário, atuando como orientador para a formulação de estratégias e execução de pesquisas. O Projeto Agropensa contempla temas como, por exemplo, energia, água, alimento, ambiente e pobreza. Em 2013, foram realizados dois seminários, um composto por entidades nacionais e outro por entidades internacionais, quando estiveram presentes lideranças de vários segmentos do agronegócio, economia agrícola e pesquisa agropecuária, momento em que foram captadas impressões, percepções e análises sobre os desafios e oportunidades para a pesquisa agropecuária brasileira. Seus resultados estão sendo utilizados como subsídios para a elaboração do documento de Visão da Embrapa, o qual deverá ser concluído em sua primeira versão, até abril de 2014.

A necessidade das organizações de interesse público de gerar, avaliar e comunicar resultados concretos, que se traduzam em mudanças e melhorias efetivas na realidade dos beneficiados dos seus produtos e serviços, tem exigido mudanças nas organizações e nos modelos de gestão, saindo do foco em meios para o foco em resultados efetivos. Essa tendência tem se traduzido em mudanças organizacionais que convergem para implantação de modelos que buscam uma nova gestão orientada à resultados.

A Embrapa, nesse contexto, buscou implantar melhorias no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) introduzindo Portfólios e Arranjos de projetos (figuras programáticas em nível tático). Neste contexto, buscou se prover a organização de projetos em carteiras temáticas, alinhados a macrotemas e objetivos estratégicos da Empresa. Pela sua característica estratégica e relevância nacional, os temas dos Portfólios são definidos diretamente pelas instâncias estratégicas da empresa e têm caráter corporativo. De maneira similar, os arranjos correspondem a um conjunto de projetos convergentes, complementares e sinérgicos devidamente organizados que fazem frente aos desafios prioritários em determinado tema, mas em menor escala e proposto preferencialmente a partir da visão estratégica de uma unidade ou de conjunto de unidades da Empresa. O Portfólio induz temas estratégicos de cima para baixo (top-down), sendo sinalizadas pela alta gestão da Empresa, iniciativas alinhadas às demandas capturadas no contexto onde se insere a Embrapa. Por outro lado, os Arranjos abrem espaço para que as Unidades Descentralizadas manifestem para a alta gestão, ou seja, de baixo para cima (bottom-up), as iniciativas que são estratégicas para o cumprimento da missão da Embrapa, sem perder de vista a programação técnica da Empresa como um todo, além de seu papel promotor no desenvolvimento regional.

Como medida estratégica e visando atender a necessidades prementes identificadas no processo de gestão da Empresa, a Diretoria Executiva implantou em 2013, sete Projetos Especiais, quais sejam: a) Implantação do II Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); b) Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e Gestão; c) Projeto Agropensa; d) Gestão Estratégica de Pessoas como Fator Diferencial ao Desempenho Global da Embrapa; e) Fortalecimento da Internacionalização da Embrapa; f) Embrapa 40 Anos e g) Fortalecimento da Infra Estrutura de Campos Experimentais e Laboratórios.

Houve ampliação e disseminação de iniciativas no escopo da política de governo denominada Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como o uso de sistemas de integração Lavoura – Pecuária-Floresta – iLPF. Tais sistemas têm se destacado dentre os modelos produtivos em bases sustentáveis, por ser uma estratégia de produção que integra atividades agrícolas,

pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, num cultivo consorciado, em sucessão ou rotação buscando efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema e, promovendo adequação ambiental, valorização do homem e viabilidade econômica. Esse sistema vem sendo adotado em todo o País, em diferentes combinações de seus componentes, e sua expansão está intrinsecamente associada à evolução das pesquisas, às técnicas de transferência de tecnologia e à adoção por parte dos produtores.

Devido a peculiaridades dos diversos sistemas iLPF, alguns condicionantes e estratégias de conhecimentos e tecnologias são especialmente importantes e impactantes, como é o caso das Unidades de Referência Tecnológica (URT). A URT é um modelo físico de sistema de produção, implantada em área pública ou privada, que visa à validação, demonstração e transferência de tecnologias geradas, adaptadas e/ou recomendadas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), considerando as peculiaridades de cada região do Brasil. Nestas unidades, o sistema iLPF é implantado de forma a maximizar a utilização dos ciclos biológicos das plantas, animais e seus respectivos resíduos, assim como efeitos residuais de corretivos e nutrientes, minimizar/aperfeiçoar a utilização de agroquímicos, aumentar a eficiência no uso de máquinas, equipamentos e mão-de-obra. Desta forma, a URT induz ao desenvolvimento de uma estratégia produtiva adaptada às peculiaridades de cada local, funcionando como uma referência tecnológica de uso dos recursos da região de forma integrada e sustentável, uma vez que estabelece exemplos de funcionamento dos sistemas de produção e das tecnologias mais adequadas às condições locais, favorece a adoção de novas técnicas, atitudes e/ou comportamentos, fato que implica em mudanças na visão de produtores e técnicos e sua relação com o meio de produção.

No último ano, 21 novas URTs foram implantadas em todo o País, totalizando 165 URTs cadastradas no Banco de Dados iLPF da Embrapa. Elas se encontram distribuídas da seguinte forma: aproximadamente 51% estão implantadas na região sul; 14% no centro-oeste; 13% no nordeste; 12% no sudeste; e 10% no norte.

Também, houve avanços no desenvolvimento da Agricultura de Precisão, potencializando ganhos de produtividade de cadeias produtivas de alto valor econômico na agricultura de mercado e proporcionando ampliação dos índices de inclusão e agregação de renda na agricultura de média e pequena escala. Houve, no período, ganhos de produtividade nas áreas de cultivo de milho e soja com tecnologias da Agricultura de Precisão geradas na Embrapa.

No período coberto por este Relatório de Gestão (RG), foram conduzidas ações de controle da *Helicoverpa armigera*, uma lagarta que tem surpreendido produtores e pesquisadores pelo seu poder de destruição, causando prejuízos, principalmente, às lavouras de milho, soja e algodão. Neste contexto, as ações preconizadas pela Embrapa envolveram (i) o estabelecimento de um consórcio, composto por profissionais de múltiplas disciplinas, de instituições públicas e privadas, empresas de pesquisa, universidades, indústrias de produtos químicos e biológicos, máquinas e implementos agrícolas, cooperativas agrícolas e fundações de pesquisa para manejo da praga, (ii) planejamento da área de cultivo, incluindo definição adequada da época de semeadura, uso de plantas geneticamente modificadas, adoção de áreas de refúgio para predadores da praga, (iii) monitoramento contínuo de pragas, (iv) utilização do controle biológico e (v) registro emergencial e uso de inseticidas químicos e biológicos e adoção de tecnologia de aplicações de agrotóxicos e bioinseticidas.

Dentre os vários resultados obtidos no exercício de 2013 encontraram destaque 40 cultivares lançadas pela pesquisa agropecuária em diversas categorias: (i) onze frutíferas (uvas BRS Isis e BRS Núbria, maracujá BRS Pérola do Cerrado, BRS Rubiflora, BRS Roseflora e BRS Estrela do Cerrado, amora BRS Xingu, guaraná BRS Saterê e BRS Marabitana, citrus Laranja BRS Alvorada e Tangerina BRS Sunki Tropical), (ii) doze graníferas de verão (Soja BRS 361, BRS 8381, BRS

8780, BRS 8180 RR, BRS 8280 RR, BRS 6959 RR, BRS 9090 RR e BRS 360 RR, Arroz BRSMA 357, BRS Esmeralda, BRSGO Serra Dourada e Milho BRS 4104), (iii) quatro cereais de inverno (Cevada BRS Itanema, Triticale BRS Armonia e Trigo BRS Marcante e BRS Reponte), (iv) quatro hortaliças (Tomate BRS Sena, BRS Imigrante e BRS Zamir e alho BRS Hozan), (v) quatro fibras (Algodão BRS 368 RF, BRS 369 RF, BRS 370 RF e BRS 371 RF), (vi) três forrageiras (Brachiaria BRS Paiaguás, Panicum BRS Zuri e milheto BRS 1503) e (vii) duas cultivares para cobertura e manejo de solo (Aveia BRS Madrugada e amendoim forrageiro/cobertura BRS Mandobi).

Os sistemas de produção apoiados em cadeias produtivas de alto impacto social, como aqueles que mobilizam os pequenos e médios agricultores, exigem respostas consistentes e efetivas por parte da pesquisa, como as de produtos como o alho e dos chamados *minor crops*, atrelados ao segmento frutícola. Por exemplo, em 2013 foi gerado o alho BRS Hozan, que se caracterizou como uma excelente opção para o pequeno agricultor por apresentar baixo custo de produção, dispensar investimento em câmaras frias, como requerem as variedades tradicionais e apresentar qualidade fisiológica e sanitária que contribui para o estabelecimento de uma lavoura vigorosa e uniforme. E ainda, o maracujá BRS Pérola do Cerrado que trouxe maior produtividade, maior tamanho de fruto e maior nível de resistência a doenças, além de quádrupla aptidão: pode ser consumida in natura; é uma alternativa para o mercado de frutas especiais destinadas a indústrias de sucos, sorvetes e doces; possui potencial para paisagismo de grandes áreas por conta de suas belas flores brancas e sua ramificação densa; e ainda apresenta alto teor de fibras e de antioxidantes. O amendoim forrageiro, cobertura BRS Mandobi encontrou aumento da produtividade em pastos na Amazônia, onde uma vez usado em conjunto com outras tecnologias recomendadas pela Embrapa para melhoria da alimentação e manejo adequado do rebanho, viabilizou a intensificação dos sistemas de produção de pecuária bovina no Acre, com aumento na taxa de lotação das pastagens do Acre de 1,5 para até 2,5 unidade animal por hectare.

No período, foram distribuídas 658 toneladas de sementes pelo Plano Brasil Sem Miséria, sendo 459 de milho, 196 de feijão-caupi e três de hortaliças.

Um grande conjunto de sementes e mudas foi comercializado/entregue aos parceiros para multiplicação e comercialização em âmbito nacional, incluindo 4.000 kg de algodão, 50 kg de amaranto, 8.765 kg de amendoim, 119.450 kg de arroz, 11.040 kg de aveia, 39.755 kg de batata, 13.810 kg de forrageiras, 439.265 kg de milho, 739 kg de maracujá, 10.803 kg de girassol, 151.643 kg de feijão-caupi, 490.514 kg de feijão, 229.000 mudas de dendê, 796.824 kg de soja, 29.540 mudas de pêssego, 24.988 kg de sorgo, 400 mudas de tangerina, 20 kg de tomate, 619.060 kg de trigo e 104.500 mudas de videira.

Mais de 100 tecnologias que contribuem para o fortalecimento da convivência com o Semiárido, também compõem o elenco de resultados obtidos em 2013, bem como contribuíram e continuam contribuindo para a geração de emprego e renda, assim como para a redução da miséria na região. Tais tecnologias são resultados de pesquisas da Embrapa e instituições parceiras, como universidades, Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) e organizações da sociedade civil. Entre elas, destacam-se variedades de espécies alimentares, forrageiras e agroenergéticas, sistemas agroecológicos de produção leiteira, de criação caprina, ovina, de galinhas caipiras e técnicas de captação e armazenamento de água de chuva, agroindústria familiar para industrialização de produtos exóticos e plantas da caatinga, transporte, entre outras.

O atendimento aos desafios e perspectivas de convivência com a seca no semiárido se constituiu como mais uma relevante contribuição da Embrapa. Aliás, a Embrapa tem contribuído significativamente na ordenação do marco legal do setor agropecuário, incluindo formulação, aprimoramento e implementação de políticas públicas, leis, normas, regulamentos e projetos.

Iniciativas como a lei que instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Adicionalmente, a Empresa ofereceu 6.499 estágios em vários níveis de formação. Neste contexto, foram incluídos alunos do ensino fundamental, graduação, mestrado, doutorado e estágios em nível de pós-doutorados. A Empresa também possibilitou que empregados das OEPA's realizassem cursos de pós-graduação em seu programa corporativo. Todo este esforço tem sido focalizado em áreas de conhecimento alinhadas às necessidades do setor, tais como: biotecnologia, transgenia, prospecção gênica avançada, agroecologia e produção orgânica, nanotecnologia, segurança alimentar, segurança do alimento, sistemas produtivos, aquicultura e pesca, uso sustentável dos recursos naturais, geotecnologia, sanidade animal e vegetal, mudanças climáticas, entre outras.

É sempre importante lembrar que a Embrapa lida com pesquisa multidisciplinar envolvendo amplo espectro de conhecimentos na área de Biologia, como também das áreas das engenharias, da física, química e informática agropecuária, entre outras. Esse quadro abre um conjunto de desafios no aspecto temporal, tanto no processo de construção e execução de projetos quanto na análise de impactos no campo, no setor produtivo, no setor urbano e na sociedade de um modo geral. Assim, as condicionantes climáticas e respostas biológicas sinalizam para variáveis que induzem os experimentos e resultados da pesquisa a dimensões de tempo diferenciadas, se comparados com outros ramos de atividade. Um experimento de espécie arbórea, por exemplo, pode demandar monitoramento, manejo e alcance de resultados conclusivos em cinco, dez, vinte anos ou mais, o que, evidentemente, não exclui o necessário acompanhamento e medição de seus resultados parciais a cada ano. Nesta direção, a Empresa vem envidando esforços para aprimorar seu processo de planejamento, monitoramento e avaliação da produção técnico-científica, com vistas a poder medir resultados parciais que atendam não somente às demandas dos órgãos governamentais de controle como ao seu próprio processo de gestão.

A mesma lógica analítica é passível de consideração quando, igualmente, se busca avaliar os impactos da produção da Embrapa no ambiente externo. Tais impactos possuem dimensões de tempo variadas e são de análise complexa. Isto é observado quando se busca tratar fatores econômicos e os consequentes efeitos no campo e nas cadeias produtivas, os fatores sociais e seus reflexos no tocante à geração de ocupação e renda, bem como a contribuição no processo de inclusão social produtiva. Também, encontra-se nesta categorização a avaliação de impactos ambientais, os quais podem exigir certo tempo de monitoramento para se analisar danos ou impactos positivos ao meio biótico e abiótico, nem sempre observáveis ao longo de experimentos. Essas categorizações de análises de impactos foram contempladas no Balanço Social da Embrapa, o qual tem sido realizado todos os anos.

Especificamente, no que concerne ao Balanço Social da Embrapa (BS) para o exercício de 2013, seguindo metodologia apropriada e testada em várias organizações internacionais de renome, foram contempladas três principais soluções tecnológicas por Unidade da Empresa e constatou-se que houve um lucro social da ordem de R\$ 20,75 bilhões referentes aos impactos econômicos de 102 tecnologias e de 230 cultivares desenvolvidas e transferidas para a sociedade. Os impactos econômicos consideraram os fatores de mais produtividade, menor custo, mais valor, mais produção em novas áreas, cultivares Embrapa e parceiros, sociedade e meio ambiente. Logo, para cada R\$ 1,00 aplicado foram gerados R\$ 9,07 para a sociedade. Também, decorrente deste resultado foram gerados 74.544 novos empregos, considerando-se os empregos adicionais relativos ao ano anterior, bem como um conjunto de outras ações de relevante interesse social, o que se caracterizou como reflexos de impacto direto e indireto da produção de soluções tecnológicas da Embrapa, conforme pode ser verificado em detalhes, inclusive da metodologia para geração dos dados, no site: <http://www.bs.sede.embrapa.br/2013>.

É importante observar que, apesar da normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) solicitar informações à respeito dos resultados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2013, o mesmo não fez parte das ações da Empresa. Na Embrapa, a aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências governamentais específicas do PAC foi finalizada em 2011 e algumas ações no tocante a obras ou serviços faltantes foram concluídas em 2012, fato que ocorreu com a inauguração da Embrapa Agrossilvipastoril.

Outro aspecto relevante para efeito de avaliação e controle do governo é quanto à existência ou não de pessoal terceirizado nas áreas administrativas e de produção técnico-científica. A Embrapa não possui pessoal terceirizado nas áreas administrativas e de produção técnico-científica. Atividades terceirizadas, na Empresa, existem aquelas relacionadas a serviços de segurança e limpeza, o que ocorre via contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), mediante processo licitatório e, eventualmente, a mão de obra para trabalho em campo para serviços sazonais, pode exigir contratações pontuais.

Outra questão comumente salientada nas normativas do TCU e que devem ser esclarecidas nos Relatórios de Gestão, diz respeito ao uso de imóveis da União. A Embrapa tem a posse de alguns imóveis de propriedade direta da União e, a partir de 2014, atendendo à orientação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), tais informações serão lançadas no sistema correspondente, incluindo, também, os imóveis da Empresa. Com referência à composição do quadro de servidores inativos e instituidores de pensão, vale destacar que, dada sua natureza jurídica, a Embrapa não possui servidores enquadrados nesse escopo, bem como instituidores de pensão.

No que se refere a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, a Embrapa não os possui, vez que não foram contemplados pela execução orçamentária no exercício de 2013, em virtude da limitação da programação financeira. Também, no exercício de 2013, não houve situações das deliberações do TCU pendentes de atendimento.

O ano de 2013 foi caracterizado na Embrapa como um importante marco para a geração e validação de relevantes resultados de interesse para a agropecuária do Brasil, bem como pela retomada em sua estruturação corporativa. É importante considerar que, para o seu aprimoramento institucional, a Embrapa iniciou estudos para a estruturação do seu modelo institucional, implantação dos novos laboratórios multiusuários sobre Bioeficiência, Sustentabilidade da Pecuária e Agricultura de Precisão, bem como fortalecimento do programa de cooperação internacional e fortalecimento da infraestrutura dos campos experimentais e dos laboratórios. Os resultados destas ações iniciadas em 2013, contribuirão significativamente para a ampliação da capacidade de resposta aos problemas relacionados ao abastecimento no âmbito da segurança alimentar como também, visando agregação de valor e qualidade aos alimentos no âmbito da segurança do alimento, bem como às fibras e para a agroenergia como fatores diferenciais para a competitividade do Brasil frente ao cenário global atual e futuro. Com os Portfólios e Arranjos, em 2014, a Embrapa terá melhores condições de gerir sua programação de forma agregada, focando o acompanhamento das carteiras e a obtenção de resultados, bem como identificando projetos que atendam aos objetivos estratégicos da Corporação, aprimorando e continuando a prover soluções para os problemas da agropecuária brasileira.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA EMPRESA

1.1 Identificação da Empresa

Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária			
Denominação abreviada: Embrapa			
CNPJ: 00348003/0001-10		Inscrição Estadual: 0731689700/00	
Natureza jurídica: Empresa Pública			
Código SIORG: 25	Código LOA: 22202	Código SIAFI: 135037	
Situação: ativa			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14	
Principal atividade: Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais		Código CNAE: 7210-0/00	
Endereço Postal: Parque Estação Biológica -Av.W3 Norte (final)-Edifício Sede, CEP 70.770-901, Brasília, DF			
Página na internet: http://www.embrapa.br			
Telefones/Fax de contato:	(61) 3448-4433	(61) 3448-4303	(61) 3448-4466
E-mail: presidencia@embrapa.br			

1.2 Identificação dos dirigentes

Diretoria Executiva e período de gestão

Presidente: Maurício Antônio Lopes (janeiro a dezembro/2013)

É graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa-UFV (1983) com mestrado em Genética pela Universidade de Purdue (1989) e doutorado em Biologia Molecular de Plantas pela Universidade do Arizona (1993). Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais -EPAMIG de 1986 a 1989 e Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA desde 1989. Atuou como melhorista de milho, líder do programa de melhoramento e Chefe Adjunto de P&D da Embrapa Milho e Sorgo, Unidade localizada na cidade de Sete Lagoas - MG. Como pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo contribuiu para o desenvolvimento de populações, variedades, linhagens e híbridos de milho tropical com ênfase em melhoria de qualidade nutricional e tolerância a estresses abióticos, e participou da gestão do sistema de franquia em genética vegetal da Embrapa (UNIMILHO), desenvolvido em associação com empresas privadas do setor de sementes. Como gestor de P&D da Embrapa Milho e Sorgo liderou o processo de formulação, validação e implantação da metodologia de organização de equipes segundo a lógica dos Núcleos Temáticos. De 2000 a 2003 foi Chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, em Brasília, quando liderou o processo de definição e implantação do atual modelo de gestão da programação de P&D da Empresa (SEG - Sistema

Embrapa de Gestão). Ingressou na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, em 2003 onde atuou como pesquisador, gestor do Núcleo Temático de Recursos Genéticos (2003-2004), Chefe Adjunto de P&D (2004 a 2007) e Articulador Internacional (2009). De abril de 2007 a outubro de 2008 trabalhou junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, em Roma, em suporte à organização e lançamento de uma plataforma global para promoção do uso sustentável de recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura (GIPB/FAO). Integrou diversas missões técnicas ao exterior e contribuiu como membro de diversos comitês, comissões e grupos de trabalho nacionais (MCTI, CNPq, Capes, Finep, CGEE, Fapemig, etc) e internacionais (CGIAR, FAO, Banco Mundial, Procisur, etc). Entre março 2007 e outubro 2012 atuou como membro do Conselho Científico da Fundação Agrópolis, em Montpellier, França. Entre outubro 2009 e abril 2011 foi coordenador e pesquisador do Labex Coréia, programa de cooperação internacional da Embrapa na Ásia, desenvolvido em parceria com a "Rural Development Administration"- RDA na Coréia do Sul. Entre abril 2011 e outubro 2012 exerceu o cargo de Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, e desde outubro de 2012 é Presidente da Embrapa.

Diretora-Executiva de Administração e Finanças: Vania Beatriz Rodrigues Castiglioni (janeiro a dezembro/2013)

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Espírito Santo (1982), mestrado em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (1985) e especialização MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (2002). Iniciou sua trajetória profissional como pesquisadora da EMCAPA, atualmente INCAPER, ES. Foi docente na Universidade Estadual de Londrina, PR, e atualmente, é pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Melhoramento Genético Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: genética, melhoramento, desenvolvimento de cultivares e girassol. Nos últimos 14 anos, tem atuado em Gestão Administrativa. Exerceu a função de Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Soja (1997 a 2003) por duas gestões, e em seguida, por processo seletivo, ocupou a Chefia Geral da Embrapa Soja (2003 a 2008) em Londrina, PR. Em agosto de 2008, assumiu a Chefia da Secretaria Executiva do PAC Embrapa, permanecendo até maio de 2010, quando então passou à chefia do recém criado Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa, em Brasília, DF. Desde abril de 2011 assumiu a Diretoria de Administração e Finanças da EMBRAPA.

Diretor-Executivo de Transferência de Tecnologia: Waldyr Stumpf Junior (janeiro a dezembro/2013)

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), mestrado em Zootecnia pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (1979) e doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992). Atualmente é Diretor Executivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em Nutrição de Ruminantes, atuando principalmente nos seguintes temas: nutrição, alimentação e manejo de bovinos de leite, qualidade do leite, vacas leiteiras, bovinos de leite e sistemas de produção.

Diretor-Executivo de Pesquisa & Desenvolvimento: Ladislau Martin Neto (janeiro a dezembro/2013)

Possui graduação em Física pela Unesp (1981), mestrado e doutorado em Física Aplicada pelo Instituto de Física de São Carlos USP (1985 e 1988). Realizou pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos, em ciência do solo e meio ambiente (1994). É pesquisador doutor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no Centro Nacional de

Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária, em São Carlos/SP, desde 1986. Foi Chefe Ajunto de P&D em duas ocasiões (1990-1992 e 1994-1997), Secretário Executivo do Programa Nacional de Automação Agropecuária, da Embrapa (1997-2001), Chefe Geral do Centro de Instrumentação da Embrapa no período 2002-2006, e Coordenador do Programa Embrapa Labex nos Estados Unidos de 2009-2011. Foi membro do Comitê Gestor da Programação (CGP), da Embrapa, e membro do Comitê de Assessoramento de Agronomia do CNPq. Tem experiência em métodos, técnicas e instrumentação na agropecuária atuando, principalmente, nos seguintes temas: matéria orgânica do solo, sequestro de carbono no solo, mudanças climáticas globais, substâncias húmicas, interações de metais e pesticidas no solo e água, ressonância paramagnética eletrônica, fluorescência de laser e luz uv-visível e ressonância magnética nuclear. Foi Presidente da Sociedade Internacional de Substâncias Húmicas (IHSS) (2010-2012), sendo o primeiro pesquisador latino-americano a ocupar tal posição na IHSS, a qual foi criada em 1981, nos Estados Unidos. Foi designado Co-Coordenador do Grupo de Pesquisa em Terras Cultiváveis (Croplands) da Aliança Global de Pesquisa em Gases do Efeito Estufa na Agropecuária. Atualmente é Diretor Executivo da Embrapa.

O **Conselho de Administração - CONSAD**, é um órgão colegiado de deliberação superior ao qual compete, com a Diretoria Executiva, administrar a Empresa.

CONSELHEIROS TITULARES	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	DATA DESIGNAÇÃO	VENCIMENTO MANDATO
JOSÉ CARLOS VAZ	Ex-Presidente	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA - Secretário Executivo	DOU, 02.09.2011 DEC, 01.09.2011 ----- DOU, 10.07.2012 DEC, 09.07.2012	Dispensa: DOU, 26.07.2013 DEC, 25.07.2013
DERLI DOSSA	Ex- vice presidente	Indicado pelo MAPA - Proposto por organizações que congreguem produtores, empresas ou trabalhadores que atuam nos setores agropecuário ou agroindustrial.	DOU, 18.09.2008 DEC, 17.09.2008 Reconduzido DOU, 13.10.2011 DEC, 11.10.2011	Dispensa: DOU, 26.07.2013 DEC, 25.07.2013
JOSÉ GERARDO FONTELLES	Presidente	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. Indicado pelo Ministro- MAPA	DOU, 26.07.2013 DEC, 25.07.2013	3 anos Até 25.08.2016
LUIS CARLOS GUEDES PINTO	Vice-Presidente	Indicado pelo MAPA - Proposto por Entidades civis ou governamentais ligadas à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento técnico-científico, de representações de profissionais e entidades vinculadas à atividade agropecuária ou agroindustrial.	DOU, 29.08.2013 DEC, 28.08.2013	3 anos Até 28.08.2016
ANTÔNIO SALAZAR PESSOA BRANDÃO	Conselheiro	Indicado pelo MAPA - proposto por Entidades civis ou governamentais ligadas à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento técnico-científico, de representações de profissionais e entidades vinculadas à atividade agropecuária ou agroindustrial.	DOU, 30.07.2009 DEC, 29.07.2009	Dispensado em função da designação do substituto, em 28.08.2013.

JOÃO CARLOS BONA GARCIA	Conselheiro	Indicado pelo MAPA - Proposto por organizações que congreguem produtores, empresas ou trabalhadores que atuam nos setores agropecuário ou agroindustrial.	DOU, 29.08.13 DEC, 28.08.13	3 anos Até 28.08.2016
MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES	Conselheiro	Presidente da Embrapa	DOU, 10.11.12 DEC, 09.10.12	Membro Nato
TEREZA CRISTINA SILVA COTTA	Conselheira	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicado pelo MPOG	DOU 15.08.11 DEC, 12.08.11	3 anos Até 12.08.2014
ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO	Conselheiro	Ministério da Fazenda Indicado pelo MF	DOU, 24.03.11 DEC, 23.03.2011	3 anos Até 23.03.2014
NILTON PINHO DE BEM	Conselheiro	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Indicado pelo MDA	DOU, 26.11.12 DEC, 23.11.12	3 anos Até 23.11.2015

Fonte: Gabinete da Presidência da Embrapa

Currículos Resumidos

Ex-Presidente: José Carlos Vaz

Consultor Jurídico nas áreas de Direito Ambiental, Direito Agrário e Contratos Rurais. Consultor em gestão e boas práticas em agronegócios. Pós-graduando em Direito Empresarial e Contratos no UniCEUB-DF. Ex-Ministro Interino, Secretário-Executivo e Secretário de Política Agrícola no Ministério da Agricultura. Ex-Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil. Ex-executivo do Banco do Brasil na área de agronegócios. Graduado em Direito no UniCEUB-Brasília-DF, com MBA. Formação Geral para Altos Executivos na USP/FIA, São Paulo-SP.

(Fonte: CNPq)

Ex -Vice Presidente: Derli Dossa

possui graduação em Ciências Naturais pela Universidade de Passo Fundo (1969), graduação em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo (1973), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975) e doutorado em Ciências Econômicas pela Université de Bourgogne (1993). É pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Rural, Sistemas de produção, Tipologia, Análise econômica. (Fonte: CNPq)

Presidente: José Gerardo Fontelles

Técnico do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (1967/1972). Assessor da Diretoria na Companhia Brasileira de Alimentos (1972/1974). Chefe do Departamento de Centrais de Abastecimento (1974/1976). Diretor Técnico Financeiro da Central de Abastecimento do Paraná (1976/1978). Assessor na Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB) do Ministério da Agricultura (1978/1979). Assessor da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (1980/1985). Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda (1985/1986). Membro da Comissão de Avaliação e Controle de Preços do Ministério da Indústria e do Comércio no Plenário do Conselho Interministerial de Preços (1988). Coordenador de Projetos de Liquidações e Concessões de Serviços Públicos do Conselho Federal

de Desestatização e Secretário-Adjunto do Conselho Federal de Desestatização (1989). Diretor de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (1991). Coordenador Geral do Departamento de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda (1992). Coordenador-Geral da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (1994). Coordenador-Geral da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (1996). Assessor Especial do Ministro da Fazenda para Assuntos Agrícolas (1997/2007). Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007/2009). Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009/2011). Assessor do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2011/2012). Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (em exercício desde fevereiro de 2012).

Vice-Presidente: Luís Carlos Guedes Pinto

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; da Universidade de São Paulo (1965), tendo recebido o Prêmio “Edições Melhoramentos” como melhor aluno da turma no conjunto de disciplinas relativas à Agricultura. Doutorou-se pela mesma escola em 1973. Livre Docente em 1979, Professor Adjunto em 1987 e Professor Titular de Economia Agrícola em 1993 da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Fez estudos de Pós-doutorado na Universidade de Córdoba (Espanha) em 1991. Além de Professor da Unicamp de 1983 a 2003, foi docente na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1966/1969) e na Universidade de Brasília (1976/1982). Presidente dos Conselhos de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - CEASA/MG; da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG; da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP e da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial - BRASAGRO (todos no período 2004/2007). Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2006/2007). Membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil (2007/2011). Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber (2009/2013); do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil (2008/2011) e do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, desde 2008. Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBM desde abril de 2013.

Fonte: CNPq

Membro nato: Maurício Antônio Lopes – Presidente da Embrapa (vide currículo na composição da Diretoria)

Membros indicados

Antônio Salazar Pessoa Brandão

possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1971) e doutorado em Economia Agrícola - Purdue University (1978). Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrícola, atuando principalmente nos seguintes temas: comércio internacional, política agrícola e análise macroeconômica.

Fonte: CNPq

Aloísio Lopes Pereira de Melo

Representante do Ministério da Fazenda, possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1992) e mestrado em Desenvolvimento e Agricultura pelo curso de pós graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura (1999). Atualmente é Consultor/Técnico Especialista do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento, reforma agrária, agricultura familiar, impactos sócio-econômicos, movimentos sociais.

Fonte: CNPq

Teresa Cristina Silva Cotta

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas da América Latina e do Caribe (CEPPAC), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB). Servidora pública federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 1997. Desempenhou vários cargos na Administração Pública Federal, dentre eles: Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Assessora do Gabinete da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Assessora da Coordenação Nacional do Programa Nacional de Jovens (ProJovem), Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República; Subchefe-Adjunta da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; Assessora da Subchefia de Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República; Coordenadora-Geral da Diretoria de Formação Profissional da Escola Nacional de Administração Pública, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Assessora do Núcleo de Assessoramento à Gestão Estratégica, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde; Coordenadora-Geral de Avaliação e Coordenadora Nacional do Projeto OECD/PISA (*Program for International Student Assessment*), Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Diretoria de Avaliação da Educação Básica; Assessora da Diretoria de Pesquisa e Difusão, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Nilton Pinho de Bem

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1979). Mestre em Economia Rural, pelo IEPE/FCE-UFRGS (1989). Técnico Científico da ASCAR-EMATER/RS, período 1980-2004; Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da FCE-UFRGS, desde 1993. Diretor Administrativo da Cia. de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA), período 1989-1992; Diretor Administrativo da EMATER/RS e Superintendente Administrativo da ASCAR, período 1999-2002; Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Sul, período 2004-2012; Assessor do Ministro do Desenvolvimento Agrário, até ago/2013; Diretor Geral DGRAV/SAF, desde set/2013.

João Carlos Bona Garcia

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Advogado e Juiz Aposentado do Tribunal de Justiça Militar/RS. CHILE: Trabalhou no Ministério de Desenvolvimento Social - Presidente Salvador Allende; ARGÉLIA: Trabalhou em Organização e Métodos (O&M) - Setor Ligado à Construção Civil; FRANÇA: Instituto de Pesquisas Agrônomicas e na Fundação Léo Lagrange; BRASIL: Secretário de Obras no Município de Passo Fundo/RS (2 anos); Subchefe da Casa Civil para Assuntos do Interior do Estado do Rio Grande do Sul/RS - Governo Pedro Simon (4 anos); Professor da Universidade de Passo Fundo/RS; Professor

da Universidade do Alto Taquari/RS; Presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul/RS (1 ano); Diretor de Crédito Rural, Recursos Humanos e Programas Especiais do BANRISUL (2 anos); Presidente da Comissão de Anistia dos Ex-Presos Políticos do Rio Grande do Sul/RS; Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio Grande do Sul; Chefe da Casa Civil do RS - Governo Antônio Brito (1 ano); Juiz do Tribunal da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (12 anos); Presidente do Tribunal da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (2 anos). Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Conselheiro da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Diretor Financeiro da Associação Internacional das Justiças Militares.

Conselho Fiscal da Embrapa – CONFIS

É constituído por três membros efetivos, sendo um indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda como representante do Tesouro Nacional e os demais indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CONSELHEIROS TITULARES	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESIGNAÇÃO	EXONERAÇÃO	MANDATO
JOSÉ GERARDO FONTELLES CPF: 002.961.283-53	Ex-Presidente do Conselho Fiscal da Embrapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA	D.O.U. nº 73, de 15/04/2011 Portaria nº 338, de 14/04/2011	D.O.U. nº 124, de 01/07/2013 Portaria nº 453, de 28/06/2013	Até 28/06/2013
MANUEL VITORINO DE SOUSA NETO CPF: 203.975.427-04	Presidente do Conselho Fiscal da Embrapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA	D.O.U. nº 124, de 01/07/2013 Portaria nº 453, de 28/06/2013	-	De 28/06/2013 a 28/06/2014 (1 ano), sendo permitida recondução
ALUÍZIO DAVIS NETO CPF: 150.649.211-87	Membro Titular do Conselho Fiscal da Embrapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA	D.O.U. nº 850, de 20/10/2011 Portaria nº 202, de 19/10/2011	D.O.U. nº 124, de 01/07/2011 Portaria nº 454, de 28/06/2013	Até 28/06/2013
CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA CPF: 462.438.446-68	Membro Titular do Conselho Fiscal da Embrapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	D.O.U. nº 124, de 01/07/2013 Portaria nº 454, de 28/06/2013	-	De 28/06/2013 a 28/06/2014 (1 ano), sendo permitida recondução
MARCELO KALUME REIS CPF: 416.167.663-87	Membro Titular do Conselho Fiscal da Embrapa	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF	D.O.U. nº 116, de 19/06/2008 Portaria nº 553, de 18/06/2008	D.O.U. nº 107, de 06/06/13 Portaria nº 344, de 05/06/2013	Até 05/06/2013
FERNANDO JOSÉ ALVES DOS SANTOS CPF: 715.726.194-49	Membro Titular do Conselho Fiscal da Embrapa	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF	D.O.U. nº 107, de 06/06/13 Portaria nº 344, de 05/06/2013	-	De 05/06/2013 a 05/06/2014 (1 ano), sendo permitida recondução

Fonte: Conselho Fiscal da Embrapa

Curriculos resumidos:

Ex-Presidente: José Gerardo Fontelles (vide membros do CONSAD)

Presidente: Manuel Vitorino de Sousa Neto

Bacharel em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa

Moraes Junior – Rio de Janeiro – RJ. Bacharel em Administração de Empresa, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF.

Experiência Profissional: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 1992), cargo: coordenador geral; 2007 – 2013 - coordenação-geral de planejamento e gestão – CGPLAN, cargo: coordenador de acompanhamento da programação operacional; 2005 - 2007 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, cargo: assessor/subsecretário substituto de planejamento, orçamento e administração; 2002-2004 - Fundo Federal Agropecuário – FFAP, cargo: coordenador geral substituto; 1991–2001 - consultor do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; 1977 - 1991 - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, cargo: coordenador do núcleo de programação orçamentária. Outros cargos e conselhos exercidos: presidente do conselho fiscal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, desde 2013; presidente do conselho fiscal da Cia. de Armazenagem e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg, desde junho de 2008; presidente do conselho fiscal da Rede Ferroviária Federal S/A, de 2000 a 2003; membro do conselho fiscal do Lloyd Brasileiro S/A, de 2001 a 2003; presidente do conselho fiscal da Siderúrgica Brasileira S/A – Siderbrás, de 1994 a 1997; presidente do conselho fiscal da Cia. Siderúrgica do Amazonas – Siderama, de 1997 a 1998; presidente do conselho fiscal do Banco de Roraima S/A, de 1997 a 1998.

Membros indicados

Marcelo Kalume Reis

Escolaridade Superior: Geologia - 1989 e Ciências Contábeis – 2001; Pós-Graduação: Mba Controladoria e Finanças - 2004

Experiência Profissional: Secretaria do Tesouro Nacional: 1995 - 1998 - AFC da Gerência de Acompanhamento de Conselheiros Fiscais – GEFIS; 1998 a 27/10/2009 - Gerente de Projeto da GEFIS; A partir de 27/10/2009 – Gerente da COREF atualmente denominada COPAR;

Órgãos Colegiados – Conselho Fiscal: Titular HCPA – desde junho/2013, EMBRAPA – de jun/2008 a 5/6/2013; FURNAS - Centrais Elétricas S/A, de abr/2004 a abr/2008; LIGHTPAR – Light Participações S/A, de 2002 a 2004; CODEVASF – Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, de 1999 a 2001; TELEPISA - Telecomunicações do Piauí S/A, de 1996 a 1998

Fernando José Alves dos Santos Nascimento

Graduação: Economia-EPGE, Fundação Getúlio Vargas -FGV/RJ; Bacharel em Economia- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Experiência Profissional: Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda, Setembro/2001 até novembro/2005, Cargo: Analista de Finanças e Controle; Gerência de Acompanhamento e Análise Financeira das Empresas Estatais – GEAFE, Período: novembro/2005 até setembro/2012, Cargo: Gerente da GEAFE/COPAR; Período: setembro/2012 até a presente data, Cargo: Gerente da GEOFE/COFIS. -Conselheiro Fiscal de Empresas Estatais- Período: abril/2005 a abril/2009, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (empresa do Conglomerado Banco do Brasil); Período: abril/2009 até setembro/2012, Refinaria Alberto Pasqualini S/A -REFAP (empresa do Grupo Petrobrás); EMBRAPA - Período: maio/2013 até a presente data.

Aluizio Davis Neto

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados;

Formação: Ciências Sociais - Sociologia (UNB) e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (CEUB)

Atividades funcionais: 1976–1984: Departamento de Taquigrafia/Coordenação de Audio- Técnico de som no Plenário e nas Comissões; 1985–1986: Caixa Econômica Federal – Assessor do Presidente (requisitado da CD); 1987: Ministério da Reforma Agrária – Subchefia de Gabinete do Ministro (requisitado da CD); 1988–1989: Ministério da Previdência e Assistência Social – Chefe de Gabinete do Ministro (requisitado da CD); 1990: Comissão Mista de Orçamento / Câmara dos Deputados – Assessor da Presidência; 1991–1992: Liderança do PMDB – Chefe de Gabinete da Liderança; 1993–1994: Ministério da Previdência Social – Chefe de Gabinete do Ministro (requisitado da CD); 1995–1998: Governo do Rio Grande do Sul – Secretário de Governo-Representante do Governo Estadual em Brasília (requisitado da CD); 1999–2002: Liderança do Governo na Câmara dos Deputados – Chefe de Gabinete da Liderança; 2003–2005: Liderança do PPS – Assessoria Técnica; 2005–2008: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Assessor Técnico; 2008–2009: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do congresso Nacional– CMO/CN – Assessor Técnico; 2009–2011: Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados – Assessoria Técnica; 2011– 2011: Liderança do Governo no Congresso Nacional – Chefe de Gabinete; 2011–2013: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Chefe do Gabinete do Ministro; (2011-2013)Conselheiro Fiscal da EMBRAPA; (2011-2013) Conselheiro de Administração da CEASA/MG (requisitado da CD); 2013: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados – Assessoria Técnica.

Cleide Edvirges Santos Laia

- Formação Acadêmica: Mestra em Administração de Empresas pela FEAD – MG, 2008; Especialista em República, Democracia e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – 2010; Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005; Curso de Industrialização Agrícola e Cooperativismo pelo Centro de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores de Israel - Instituto Internacional - Histadut - Tel-Aviv / Israel - 1997; Curso de Gerência Social pela Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte/1998.

- Experiência Profissional: Superintendente Regional da CONAB-MG de abril de 2009 até a presente data; Gerente Financeiro e Administrativo da CONAB-MG de 2003 até 2009; Assessora da Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais de 1997 a 2002; para os projetos de apoio aos pequenos produtores rurais; Funcionária de carreira da CONAB/MG desde 1983, sendo: Gestora do Programa da Merenda Escolar em Minas Gerais-1986 a 1995; Coordenadora das atividades inerentes ao Setor de Compras - Programas Institucionais da CONAB/MG-1995 a 1997.

Auditor Interno da Embrapa: Ernane Rocha da Silva

Analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Formação Acadêmica – Administração – UCB; Pós-Graduação em Auditoria Interna e Externa – UniDF- 2004/2005.

Principais Cargos/Funções: Chefe da Auditoria Interna-AUD (a partir de 18/2/2008).

Experiências anteriores: Chefe Substituto da Auditoria Interna (19/10/2004 a 28/2/2008); Coordenador de Pós-Auditoria da AUD (4/12/2007 a 28/2/2008); Auditor interno (Novembro/1999 a Dezembro/2007); Coordenador Substituto da Coordenadoria de Controle de Convênios e Empréstimos (1994/99); *Controler* Financeiro dos Projetos BIRD 3130/BR e 4169/BR (1994/1999); Coordenador Administrativo do Departamento de Orçamento e Finanças (1990/1993); Chefe Substituto do Departamento de Orçamento e Finanças (1990/1993); Responsável pelo Setor Financeiro da Embrapa Informática Agropecuária-Campinas (1987/89); Responsável pela Área de Operações Administrativas da Embrapa Informática Agropecuária - Campinas/SP (1989); Representante da Embrapa junto ao Conselho Fiscal da Empresa Estadual de

Pesquisa da Paraíba - Emepa (abril/2008 a março/2011 e março/2013 a atual); Representante da Embrapa no Conselho Fiscal da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - Encapa (90/94); Representante da Embrapa no Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - Emparn (90/94); Representante da Embrapa no Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina - Empasc (90/94); Representante da Embrapa no Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso - EMPA (90/94); Junho/1973 a Maio/1978 – DER/DF – Departamento de Estradas de Rodagem do DF, Janeiro/1973 a Junho/1973 – Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.

Ouvidor: Zenilton de Jesus Gayoso Miranda

Graduação em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2001), especialização em Inteligência Organizacional e Competitiva, pela Universidade de Brasília (2006). Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB (2007); atua em Botânica (Taxonomia de Bromeliaceae e Orchidaceae), Paisagismo, área na qual tem especialização pela Escola de Paisagismo de Brasília, e Organização e Gestão da Informação Ambiental, com ênfase em Biodiversidade e Plantas Ornamentais Autóctones. Atualmente é funcionário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa, investido no cargo de Analista, onde exerce a função de ouvidor. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Institucional, Gestão da Informação e do Conhecimento, Gestão por Processos, Melhoria de Processos, Gestão de Projetos e Memória Organizacional. Ocupa o cargo de Ouvidor desde outubro/2013.

Contador: Susy Darlen Barros da Penha

Analista da Embrapa

Formação Acadêmica: Centro Universitário do Distrito Federal – 1994; Especialização: Fundação Getúlio Vargas – MBA: Controladoria e Finanças.

Função atual: Coordenadora da Coordenadoria Geral de Contabilidade.

1.3 Identificação das unidades orçamentárias e das unidades gestoras e respectivas gestões do SIAFI

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome Síntese
135.001	Embrapa Rondônia (CPAF/RO)
135.002	Embrapa Acre (CPAF/AC)
135.004	Embrapa Agroenergia (CNPAE)
135.005	Embrapa Roraima (CPAF/RR)
135.006	Embrapa Amazônia Oriental (CPATU)
135.007	Embrapa Pesca e Aquicultura (CNPASA)
135.008	Embrapa Amapá (CPAF/AP)
135.009	Embrapa Meio-Norte (CPAMN)
135.010	Embrapa Caprinos e Ovinos (CNPC)
135.011	Embrapa Algodão (CNPA)
135.012	Embrapa Semiárido (CPATSA)
135.013	Embrapa Tabuleiros Costeiros (CPATC)
135.014	Embrapa Mandioca e Fruticultura (CNPMPF)
135.015	Embrapa Gado de Leite (CNPGL)
135.016	Embrapa Milho e Sorgo (CNPMS)

135.017	Embrapa Gado de Corte (CNPGC)
135.018	Embrapa Pantanal (CPAP)
135.019	Embrapa Agropecuária Oeste (CPAO)
135.020	Embrapa Agroindústria de Alimentos (CTAA)
135.021	Embrapa Solos (CNPS)
135.022	Embrapa Agrossilvipastoril (CPAMT)
135.023	Embrapa Agrobiologia (CNPAB)
135.024	Embrapa Pecuária Sudeste (CPPSE)
135.025	Embrapa Meio Ambiente (CNPMA)
135.026	Embrapa Instrumentação (CNPDI)
135.027	Embrapa Informática Agropecuária (CNPTIA)
135.028	Embrapa Florestas (CNPFF)
135.029	Embrapa Soja (CNPSO)
135.030	Embrapa Suínos e Aves (CNPSA)
135.031	Embrapa Clima Temperado (CPACT)
135.032	Embrapa Trigo (CNPT)
135.033	Embrapa Uva e Vinho (CNPUV)
135.035	Embrapa Pecuária Sul (CPPSUL)
135.036	Embrapa Arroz e Feijão (CNPAF)
135.038	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN)
135.039	Embrapa Cerrados (CPAC)
135.040	Embrapa Hortaliças (CNPV)
135.041*	Embrapa Produtos e Mercado (SPM)
135.048	Embrapa Agroindústria Tropical (CNPAT)
135.049	Embrapa Amazônia Ocidental (CPAA)
135.050	Embrapa Monitoramento por Satélite (CNPMS)
135.063	Embrapa Estudos e Capacitação (CECAT)
135.081	Embrapa Informação Tecnológica (SCT)
135.082	Embrapa Cacaos (CPACP)
135.083	Embrapa - Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT)
135.084	Embrapa Quarentena Vegetal (SIQ)
135.046	Embrapa - Departamento de Administração Financeira (DAF)
135.052	Embrapa - Assessoria de Auditoria Interna (AUD)
135.053	Embrapa - Assessoria Jurídica (AJU)
135.054	Embrapa - Secretaria de Comunicação (SECOM)
135.056	Embrapa - Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)
135.057	Embrapa - Departamento de Tecnologia da Informação (DTI)
135.058	Embrapa - Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS)
135.060	Embrapa - Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD)
135.061	Embrapa - Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)
135.075	Embrapa - Departamento de Administração do Parque Estação Biológica (DAP)
135.085	Embrapa - Secretaria de Relações Internacionais (SRI)
130.033	Embrapa - Secretaria de Negócios (SNE)
135.089	Embrapa - Assessoria Parlamentar (ASP)
135.091	Embrapa/Gestão Territorial (SGTE)
135.092	Ouvidoria (OUV)
135.097	Embrapa Café (SAPC)

*** Escritórios vinculados à UG 135041 (Embrapa Produtos e Mercado – SPM)**

Código SIAFI	Nome Síntese
135.064	Embrapa/SPM – Escritório Capão do Leão
135.065	Embrapa/SPM – Escritório Passo Fundo
135.066	Embrapa/SPM – Escritório de Canoinhas
135.067	Embrapa/SPM – Escritório Ponta Grossa
135.068	Embrapa/SPM – Escritório de Londrina
135.069	Embrapa/SPM – Escritório de Campinas
135.070	Embrapa/SPM – Escritório de Dourados
135.071	Embrapa/SPM – Escritório de Goiânia
135.072	Embrapa/SPM – Escritório de Brasília
135.073	Embrapa/SPM – Escritório de Sete Lagoas
135.074	Embrapa/SPM – Escritório de Rondonópolis
135.077	Embrapa/SPM – Escritório de Petrolina
135.078	Embrapa/SPM – Escritório de Imperatriz
135.087	Embrapa/SPM- Escritório de Campina Grande
135.093	Embrapa/SPM- Escritório da Amazônia
135.096	Embrapa/SPM-Escritório do Triângulo Mineiro

Fonte: SIAFI 2013 - relação de unidades gestoras do órgão Embrapa.

1.4 Identificação e descrição sucinta das Normas que regulamentam a atuação.

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

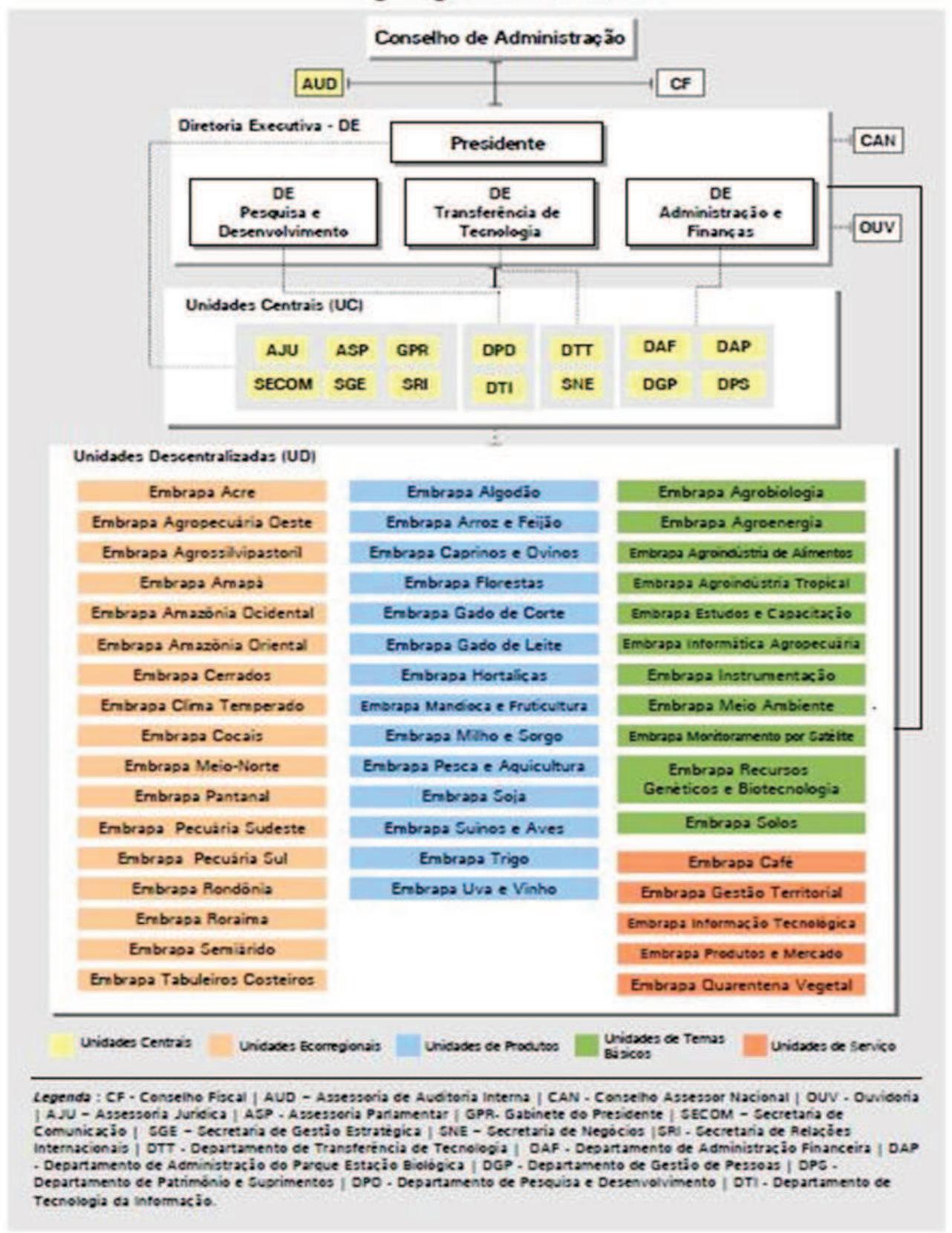
Instituição - Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972; Aprovação do Estatuto e alterações – Decreto 7.766 de 25 de junho de 2012.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada:

Deliberação de Diretoria (DD) nº 15, de 24/8/1992 – Modelo Institucional da Embrapa; DD nº 4, de 13/2/1990 – Regulamento Geral da Embrapa; Resolução do Conselho de Administração (RCA) nº 133, de 31/10/2013 - Regimento Interno do CONSAD; V Plano Diretor da Embrapa 2008-2011-2023, de abril de 2008; Regimentos Internos das Unidades Centrais e Descentralizadas.

1.5 Organograma Funcional

Figura 1 - Organograma da Embrapa



2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.1.a) a caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O universo de atuação da Embrapa ampliou-se nos últimos anos. No passado, a Empresa tinha como públicos centrais o agricultor brasileiro e o meio científico. Com o passar dos anos e especialmente nos últimos trinta anos, com a expansão do processo de globalização da economia, e por conseguinte com a inserção mais enfática do Brasil como liderança no cenário mundial, a Empresa seria naturalmente levada a vislumbrar um novo cenário de atuação, fundamentalmente ao levar em conta o volume de exportação de produtos agropecuários brasileiros e a respeitabilidade da Embrapa em nível global, face aos impactos positivos da pesquisa na ampliação da produção e produtividade agrícola nacional.

Nessa direção, públicos-foco e ambiente se confundem, de modo que além do setor agrícola, o meio científico e a academia, a Empresa passa a interagir mais amplamente com as diversas cadeias produtivas e com seus respectivos atores, o setor empresarial, os pequenos e médios agricultores, os diversos órgãos públicos nas variadas esferas de governo, interagindo com os processos de formulação e implantação de políticas públicas. A Empresa passa a sair das fronteiras nacionais e atuar de maneira mais estruturada junto a instituições internacionais e estrangeiras, nos vários continentes, inclusive como parte integrante das estratégias brasileiras de política internacional.

A Embrapa atua por intermédio de 42 Unidades de Pesquisa, 5 Unidades de Serviços e de 15 Unidades Centrais Técnico-Administrativas, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nos mais diferentes biomas brasileiros.

Fig. 2 – Instalações da Embrapa no País e no Exterior



Uma empresa presente no Brasil e em outros países, conforme pode ser visto no mapa acima (Fig. 2).

Para ajudar a construir a liderança do Brasil em agricultura tropical, a Empresa investiu sobretudo na capacitação de recursos humanos. Possui hoje 9.797 empregados, dos quais 2.437 são pesquisadores - 15% com mestrado, 74% com doutorado e 10% com pós-doutorado.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Soluções geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira.

Um conjunto de soluções tecnológicas para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região Centro-Oeste e a MATOPIBA (conhecida região produtora no sul do Maranhão, Tocantins, sul do Piauí e Oeste da Bahia) responsável por 47,11 milhões de toneladas de soja, em 2013, ou seja, 57,9% da produção do Brasil (CONAB/2013). A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2013) no ano de 2012, o País alcançou um volume de 31.117.549 cabeças de bovinos abatidos. A carne suína foi multiplicada por 4 vezes enquanto que a de frango aumentou 23 vezes no período 1975/2013 (CONAB/2013). A produção de leite aumentou de 7,9 bilhões em 1975 para 35,3 bilhões de litros, em 2013, e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de 9 milhões de toneladas, em uma área de 771,36 mil hectares, para 19,3 milhões de toneladas, em 1,3 milhões de hectares, em 2013 (CONAB/2013). Além disso, programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores ao agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

É importante salientar a importância da Embrapa no cenário econômico e social do País, bem como de sua inserção no escopo das políticas públicas sob coordenação do governo federal, como o caso do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), com a agregação de soluções tecnológicas que passam pela integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), Plantio Direto, tecnologias relacionadas ao plantio de florestas comerciais, dentre outras. E ainda, soluções como o manejo integrado de pragas, práticas agroecológicas, nanotecnologias e biotecnologias de ponta.

A atuação do segmento internacional da Embrapa versa principalmente nas ações de cooperação, as quais são destacadas aqui por área, aquelas que envolveram transferência de recursos mediante instrumento jurídico celebrado para execução das ações propostas. A cooperação regional e internacional tem possibilitado à Embrapa contribuir com instituições de pesquisa internacionais no desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. Essas interações trazem uma visibilidade para as tecnologias desenvolvidas pela empresa, especialmente àquelas voltadas para regiões tropicais. Ao mesmo tempo, possibilitam aos pesquisadores da Embrapa um intercâmbio fundamental para que novas tecnologias sejam incorporadas ao agronegócio brasileiro.

Vários instrumentos têm sido utilizados, tais como: Cooperação Bilateral, Cooperação Multilateral (CGIAR, Procis) e os Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior (LabEx)-(Estados Unidos, Europa, Coreia do Sul, China). Na Cooperação Bilateral, há iniciativas de estabelecimento de cooperação científica Sul-Sul, como, por exemplo, a recente cooperação estabelecida com o INTA (Argentina). A Embrapa auxilia tecnicamente o MAPA e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em reuniões de convenções e tratados das Nações Unidas. Cada instrumento tem sua peculiaridade e estratégia específica de atuação em forma de Projeto.

O objetivo geral do Labex é a consolidação de parcerias com equipes de referência internacional, visando ao desenvolvimento de pesquisa em temas prioritários e estratégicos para a agricultura brasileira. A transferência dos recursos para os Labex (EUA, França, Coreia e China) dá-se por meio da celebração de instrumentos jurídicos com instituições parceiras. Por esse tipo de acordo, a Embrapa transfere recursos aos parceiros internacionais que permitem cobrir custos referentes a

ajudas de custo para manutenção do coordenador e pesquisadores, aos projetos de pesquisa, às viagens, e outros.

Outras ações de cooperação científica que envolvem transferências de recursos e contribuições anuais por parte da Embrapa são as ações com o CGIAR e o PROCIS.

O intercâmbio com o CGIAR representa uma parceria estratégica de países, organizações internacionais e regionais e fundações privadas em apoio a centros agrícolas internacionais. Esses centros trabalham com os sistemas nacionais de pesquisas agrícolas, as organizações da sociedade civil e com o setor privado.

O PROCISUR é o Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul. Esse programa é um esforço conjunto das instituições nacionais de pesquisa agropecuária de seis países da América do Sul, com participação da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com coordenação do IICA. O PROCITRÓPICOS promove ações conjuntas e coordenadas de PD&I tecnológica em apoio aos INIAs (Institutos Nacionais de Innovacion Agrária), segundo sigla em espanhol, dos países membros: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, contando com o apoio do IICA.

No âmbito da cooperação técnica, a Embrapa atua na implementação de projetos na África, tendo um escritório em Acra, Gana, como ponto de referência para aquele Continente. Além disso, a Embrapa atua na implementação do “Projeto de Cooperação Técnica para Potencializar a Pesquisa e a Inovação Agrícola nos Países da Meso América e Caribe. Seguindo as diretrizes da política externa do governo federal, a Embrapa vem atuando de forma efetiva no continente africano. A proposta de criar um projeto da Embrapa na África objetivava estabelecer uma eficiente prospecção de projetos e de criar mecanismos de avaliação para encaminhar as solicitações recebidas, dentro de um contexto estratégico de desenvolvimento sustentável apropriado para cada país. De forma a assegurar maior convergência e sintonia das ações da Embrapa na África com as diretrizes da política externa brasileira, a Embrapa contou, desde o início, com a coordenação política da ABC, vinculada ao MRE. Atualmente, a Embrapa executa cinco projetos estruturantes que estão em curso no Mali (Cotton 4), em Moçambique (Pró-Savanas, Plataforma, e Seg. Alimentar) e no Senegal (Arroz), além de apoiar também trabalhos de menor porte ou projetos de curta duração, que vem sendo executados pela Embrapa. Os recursos financeiros dos projetos são da ABC/MRE.

A Embrapa participa da cooperação disponibilizando pesquisadores de seu quadro para atuar como coordenadores dos projetos e nas missões. A escolha por Gana foi unânime dos membros da delegação que avaliaram individualmente alguns dos principais aspectos para o desenvolvimento de ações de cooperação técnica da Embrapa na África, dentre eles as questões de logística, transportes aéreos na região e deslocamentos para os diversos países do continente. Para dar andamento à referida iniciativa, o governo brasileiro, em 2006, celebrou um acordo com o governo de Gana, em que o governo ganense se dispunha a oferecer facilidades e apoio, incluindo privilégios e imunidades, para os pesquisadores da Embrapa que viessem a ficar localizados em Acra (acordo assinado entre os ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Gana). A Embrapa, para operacionalizar o projeto Embrapa África/Gana, contou, e ainda conta, com o apoio do CIAT/IWMI para administrar efetivamente os recursos financeiros disponibilizados para a execução/manutenção do Projeto. Para isso, a Embrapa celebrou com o CIAT/IWMI memorandos de entendimentos e projetos de cooperação técnica visando a sua implementação.

Como detentora de tecnologias únicas para as zonas intertropicais e conhecimentos aplicáveis ao agronegócio e à agricultura familiar, inclusive aquelas dirigidas a grupos mais vulneráveis como as

comunidades tradicionais e povos indígenas, a Embrapa vem sendo chamada a ampliar suas atividades em muitas regiões do mundo em que suas soluções tecnológicas podem ser facilmente adaptáveis. Em consonância com a política externa do governo brasileiro para promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico dos países das Américas e áreas de influência, por meio do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa, desenvolvimento e produção agropecuária, foi criada a Embrapa Américas, localizada no Panamá em virtude de vantagens logísticas como conectividade direta para quatro cidades brasileiras e com quase todos os países das Américas. Além disso, o governo do Panamá assumiu oficialmente o compromisso de dotar a Embrapa de toda infraestrutura de apoio.

Fonte: SRI

2.1.b) a contratação de bens e serviços para apoio à atuação da entidade

A Embrapa executa sua gestão de contratação de bens e serviços de terceiros, de forma descentralizada, por meio de sua Sede em Brasília-DF e pelas suas Unidades Descentralizadas localizadas nas mais diversas regiões do país. As contratações observam os ditames da Constituição Federal de 1988, da Lei Complementar 123/2006, das Leis 8.666/1993, 10.520/2002, 11.488/2007, 12.232/2010, 8.429/1992, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.722/2001, 5.450/2005, 5.504/2005, 6.204/2007, 7.174/2010, 7.892/2013, da Súmula 331/TST, entre outros. Observam ainda os Normativos Internos da Embrapa. O Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS) cumpre a finalidade de coordenar e supervisionar as contratações destinadas às Unidades Centrais e Descentralizadas da Embrapa (UCs e UD), onde os processos são conduzidos em suas individualidades.

É importante salientar que, para apoiar suas ações, a Embrapa interage com outras organizações não apenas por intermédio de contratação de bens e serviços, mas também, por meio de instrumentos de cooperação. Nessa direção, a Empresa consolidou parcerias nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Transferência de Tecnologia (TT) e Negócios, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Cabendo informar que os resultados previstos nessas parcerias não se configuram como imediatos e sim de médio e longo prazo, característica intrínseca ao processo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Em 2013, a Embrapa firmou 162 instrumentos jurídicos cujos objetos estão diretamente vinculados às áreas anteriormente citadas (Tabela 1).

Tabela 1. Instrumentos Jurídicos firmados pela Embrapa em 2013.

Contratos Internacionais	50
COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL EM PESQUISA AGROPECUÁRIA	49
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA MELHORAMENTO GENÉTICO	1
Contratos Nacionais	112
CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS	19
COOPERAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	7
COOPERAÇÃO PARA MELHORAMENTO GENÉTICO	2
COOPERAÇÃO PARA OUTROS OBJETIVOS	7
COOPERAÇÃO TÉCNICA EM PESQUISA AGROPECUÁRIA	77
Total geral	162

Fonte: SAIC-Embrapa

Para efeito de detalhamento dos instrumentos de parceria, vale citar os acordos, convênios e demais termos formais de interação institucional, conforme destacado na tabela a seguir, por se constituírem em instrumentos de **cunho corporativo**.

Tabela 2. Acordos/Parcerias **Corporativas** firmados pela Embrapa em 2013.

PARCEIRO	TIPO	AÇÃO
CIAT	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
UCB - Usinas Químicas do Brasil	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
BASF	Convênio de cooperação técnica	P&D (N) e TT (N)
Monsanto	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
BASF	Acordo de Transferência de Material	P&D e TT (IN)
Jaw Plásticos	Transferência de Tecnologia	TT (N)
Monsanto	Acordo de Transferência de Material	P&D (N)
Frontier	Acordo Mútuo de Confidencialidade	--
Dow AgroSciences	Termo de Confidencialidade	P&D (N)
Funarbe	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
JIRCAS	Acordo de Transferência de Material	P&D (IN)
University Cardiff	Memorando de Entendimento	P&D (IN)
Futuragene	Acordo de Transferência de Material	TT (N)
Monsanto	Acordo de Transferência de Material	P&D (N)
Monsanto	Acordo Comercial	P&D (N)
Acreo	Acordo de Confidencialidade	P&D (IN)
KBP	Acordo Mútuo de Confidencialidade	P&D (IN)
Stoller	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
Maringá	Acordo Prévio de Confidencialidade	P&D (N)
Dow AgroSciences	Acordo de Transferência de Material	P&D (N)
Calderon	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
Dupont	Acordo de Confidenciabilidade	P&D (N) e TT (N)
Ausagave	Memorando de Entendimento	P&D (IN)
Syngenta Seeds	Acordo de Transferência de Material	P&D (N) e TT (N)
Iharabras	Acordo Geral de Cooperação	P&D (N) e TT (N)
Anvisa	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
Merial	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)

Valent Bio	Acordo Mútuo de Confidencialidade	P&D (IN)
Rhodia	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
ANVISA	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
SG Biocombustíveis Brasil Ltda	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
UNILAB	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
IMASUL	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
SENAR/AR/BA	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
Agropecuária Jayoro Ltda	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N) e TT (N)
Instituto bioatlântica	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
Calderón Consulting Ltda	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
Vinema Ltda	Acordo de Cooperação Técnica	P&D (N)
Itaipu Binacional	Acordo de Cooperação Técnica	P&D (N) e TT (N)
Milena Agrociências S/A	Acordo de Cooperação Geral	P&D (N)
PETROBRAS	Acordo de Cooperação Técnica	P&D (N)
CNPEN	Acordo de Cooperação Técnica	P&D (N)

Fonte: SAIC-Embrapa

2.1.c) os riscos e ameaças para o negócio da entidade e as estratégias para o enfrentamento no curto e médio prazos

Riscos e ameaças são características inerentes às atividades de pesquisa, especialmente nas últimas décadas, em que as organizações funcionam em um ambiente de contínuas mudanças. Nesta perspectiva, a gestão da corporação e da pesquisa demandam instrumentos e procedimentos que permitam à Empresa monitorar e minimizar tais riscos e ameaças.

Com esse propósito de gerenciar riscos e, ao mesmo tempo, fazer o melhor uso das oportunidades identificadas, tanto no ambiente externo quanto no interno, a Embrapa vem buscando revisar e melhorar seu modelo de governança e gestão. Paralelamente, implantou em 2013 o Agropensa, que consiste num sistema de inteligência para observar, captar e estudar os diversos sinais do ambiente, tendo como premissa a sintonia da Empresa com os cenários e tendências de demandas reais ou potenciais e seus respectivos reflexos na pesquisa, o que exigirá conexão com o ambiente interno por meio do processo de planejamento, governança e gestão. Nesse contexto, o sistema de inteligência analisará riscos e ameaças para o negócio da Instituição e a consequente busca de alternativas para transformá-los em oportunidades ou para minimizá-las.

Com base nessa análise, serão definidas as estratégias para que, ao mesmo tempo em que se beneficia das oportunidades e forças, a Empresa possa também neutralizar e/ou eliminar as ameaças e fraquezas. O outro nível refere-se a uma análise de risco mais específica e focada, realizada no âmbito dos projetos de pesquisa.

Assim, cada projeto submetido e aprovado no Sistema Embrapa de Gestão deve obrigatoriamente apresentar uma análise de riscos, bem como propor as medidas para gerenciar os riscos mapeados. Esse é um dos critérios para sua aprovação na corporação.

Adicionalmente, outras iniciativas começaram a ser implementadas em 2013, como mecanismo de resposta estratégica a riscos identificados, quais sejam, sete projetos especiais sob coordenação da Diretoria Executiva: a) Implantação do II Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); b) Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e Gestão; c) Projeto Agropensa; d) Gestão Estratégica de Pessoas como Fator Diferencial ao Desempenho Global da Embrapa; e) Fortalecimento da Internacionalização da Embrapa; f) Embrapa 40 Anos e g) Fortalecimento da Infra Estrutura de Campos Experimentais e Laboratórios.

A constante análise de riscos e o estabelecimento de ações mitigantes possibilitam uma gestão proativa e promovem o fortalecimento e a sustentabilidade da Empresa. É com essa perspectiva que a Embrapa tem atuado, conforme exemplos mostrados abaixo.

Fatores de Riscos e Ameaças	Ações Mitigantes
Qualidade da Governança Corporativa	Implantação do Projeto Especial Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e Gestão Corporativa com o objetivo de superar assimetrias e desalinhamentos entre os muitos instrumentos da organização, como políticas, plano diretor, agendas e processos.
Obsolescência dos Campos Experimentais	Estruturação do Projeto Especial Fortalecimento da Infraestrutura de Campos Experimentais e de Laboratórios para reforçar a importância do conceito multiusuário, modernizando máquinas e equipamentos, reduzindo custos, desperdícios e redundâncias.
Desatualização das competências técnicas e gerenciais frente a novas áreas de conhecimento	Programas contínuos de capacitação lato e stricto sensu e novas contratações.
Escassez de recursos e desestruturação do sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Participação ativa da Embrapa na formulação do projeto de lei e na regulamentação da lei de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), bem como no seu processo de implantação e gestão.
Resultados da pesquisa não alcançarem os usuários	Melhoria do processo de avaliação de impactos da produção técnico-científica da Empresa de modo a retroalimentar o processo de produção. Fortalecimento das parcerias com instituições de assistência técnica, cooperativas, empresas privadas e Organizações Não Governamentais(ONGs) para a transferência de tecnologias. Formação de agentes multiplicadores.
Gestão ineficiente das competências atuais da Embrapa	Estruturação do Projeto Especial Gestão Estratégica de Pessoas como Fator Diferencial ao Desempenho Global da Embrapa, que pretende avaliar a evolução das mudanças organizacionais e seus impactos sobre a Embrapa, além de implantar gestão de competências que efetivamente levem à elevação do desempenho global da Empresa.
Diagnóstico frágil e incompleto do ambiente externo	Implantação do Projeto Especial Agropensa, cujo objetivo é implantar um sistema de inteligência na Empresa, captando, analisando e estudando os diversos sinais do ambiente externo, definindo macroestratégias, com o intuito de orientar as demandas e o planejamento estratégico corporativo.
Dispersão das iniciativas de internacionalização	Implantação do Projeto Especial Fortalecimento da

da Embrapa	Internacionalização da Embrapa, visando diagnosticar o estado da arte atual, definir as áreas e os temas a serem priorizados, os objetivos e os impactos a serem alcançados, os perfis profissionais mais adequados aos diversos programas de cooperação, os parceiros preferenciais e os mecanismos de gestão mais eficientes nos países onde a Empresa opera.
Perda de competitividade no mercado de cultivares competitivos	Análise estratégica da situação e definição de diretrizes por parte da Alta Administração da Empresa visando o reposicionamento da Embrapa nos mercados de cultivares, tendo como premissa que ela é uma instituição pública e que por isso não deve competir com o setor privado, mas apoiá-lo na expansão do agronegócio brasileiro, bem como estabelecer um nicho de mercado nesse segmento de cultivares para fim de segurança alimentar e assim cumprir com seu papel de organização governamental, além de identificar mecanismos para fortalecer a presença e melhorar a divulgação das grandes contribuições da Empresa para os mercados menos visíveis e de interesse dos pequenos e médios produtores.
Falta de uma gestão integrada dos projetos	Desenvolvimento de uma versão adaptada do Sistema de Gestão da Carteira de Projetos das Unidades (SISGP), um sistema de informação gerencial que fornece informações integradas, sumarizadas e detalhadas dos projetos, planos de ação e atividades de cada uma das Unidades da Empresa, isoladamente ou em conjunto e tornar o Sistema de Informação de Apoio à Decisão Estratégica (SIDE) mais robusto, com seu papel de sistema integrador de vários sistemas que medem a produção da empresa.
Segurança da informação	Foi instituído na Empresa, em 2013, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), com o intuito de propor diretrizes, estratégias, normas, planos e procedimentos de proteção da informação e conhecimentos, levando-se em conta ativos de inovação de interesse estratégico e defesa nacional referentes ao segmento agropecuário.

2.1.d) a demanda por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nos ramos de atuação da entidade

Ante o conjunto de demandas que pode ser aproveitado pela empresa, foram destacadas como principais oportunidades:

- Valorização crescente e substancial aumento da demanda, associados à multiplicação de parcerias nacionais e internacionais, por pesquisa orientada para a redução dos impactos negativos das mudanças climáticas sobre a produção agropecuária e o uso sustentável dos recursos naturais (água, solo, sol, vegetação e fauna).
- Aumento da demanda por PD&I orientada para a exploração sustentável dos biomas brasileiros e para o desenvolvimento da produção agropecuária das diversas regiões, em bases simultaneamente competitivas e ecoeficientes.
- Aumento da demanda por tecnologias voltadas para a produção de agroenergia, inclusive em áreas degradadas.
- Aumento da demanda por tecnologias voltadas para o aproveitamento sustentável da biodiversidade brasileira e para o desenvolvimento de bioprodutos (fármacos, fitoterápicos, cosméticos, etc.).

- Aumento das exigências do mercado por rastreabilidade e certificação e por alimentos com elevado padrão de qualidade.
- Surgimento de um novo mercado de PD&I que demande tecnologias orientadas para a redução dos custos ambientais e dos custos de produção em sistemas integrados e rotacionados.
- Ambiente favorável à formação de novos arranjos institucionais e redes de PD&I com maiores flexibilidade e agilidade das organizações de PD&I.
- Ampliação da demanda de PD&I para a diversificação de produtos e a agregação de valor.
- Aproveitamento de áreas degradadas para o desenvolvimento de sistemas produtivos integrados e rotacionados.
- Ampliação da integração inter e intra-regional de negócios em escala global, com aumento da inserção externa do Brasil como ator global na produção de alimentos, bioenergéticos e bioprodutos.
- Forte aumento da demanda por produtos nutracêuticos e orgânicos.

Com base na identificação dos riscos e ameaças e das oportunidades, foram estabelecidas diretrizes estratégicas para seu enfrentamento no longo e médio prazos. As diretrizes estratégicas estão contempladas em cinco grandes **desafios técnico-científicos**, que correspondem aos seus Objetivos Estratégicos. Para dar suporte à realização desses Objetivos, a Embrapa se propôs a superar oito **desafios organizacionais e institucionais** para assegurar uma atuação sinérgica da organização e de seus parceiros, alicerçada em um conjunto de competências e recursos internos e externos que propiciem um melhor desempenho organizacional. Estes elementos estão descritos no Mapa Estratégico constante do seu V Plano Diretor.

Fonte: PDE

2.1.e) as principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da entidade na sua área de atuação (principalmente PD&I) comparando o desempenho da Embrapa em relação a esse mercado

A partir da década de 1970, a principal característica da modernização da agricultura brasileira foi a adoção de modelos intensivos em uso de tecnologia. Essa característica, que propiciou o grande crescimento econômico do setor agrícola do país, tornaram o Brasil um dos principais mercados de tecnologia agrícola do mundo. Dessa maneira, a partir da década de 1980, todas as principais empresas multinacionais de PD&I do setor agrícola, especialmente de genética vegetal e animal, defensivos agrícolas, produtos veterinários, fertilizantes e maquinário agrícola focaram sua atenção no crescente mercado agrícola brasileiro. Importante ressaltar que a Embrapa, por meio de uma efetiva ação de PD&I, desenvolveu tecnologias capazes de superar os diferentes entraves agronômicos existentes nas diversas regiões do país, como por exemplo, no Cerrado brasileiro, propiciando a abertura de novas fronteiras agrícolas que permitiram o desenvolvimento e configuração do amplo mercado de tecnologias hoje consolidado no país. Como empresa pública de PD&I, a Embrapa também tem participado dos mercados de tecnologia mencionados acima, no entanto, como lucro não é seu objetivo, essa participação tem as seguintes características:

- atuação de estruturação de mercados, com forte protagonismo inicial, que posteriormente se reduz, em função da crescente e necessária participação da iniciativa privada;
- atuação de estabilização de preços, de estabelecimento de padrões de desempenho de produtos e/ou de manutenção de alternativas agronômica e economicamente viáveis para os agricultores;
- disponibilização de ativos pré-tecnológicos para o que setor privado, em parceria ou não com a Embrapa, realize o desenvolvimento final e comercialização de produtos.

A participação da Embrapa no mercado brasileiro de genética vegetal, o único no qual a Empresa atua até o segmento final com a disponibilização de cultivares próprias, se configura como exemplo do papel de uma empresa pública de PD&I no desenvolvimento e consolidação de mercados de tecnologia.

Desde seu estabelecimento, a Embrapa considerou o desenvolvimento de cultivares adaptados às condições tropicais e de baixa latitude e com as pressões de estresses bióticos das regiões brasileiras uma das principais estratégias para consolidação de uma agricultura competitiva. Assim, a partir de meados da década 70, com o estabelecimento de diversos programas de melhoramento vegetal na programação da Embrapa, houve um grande esforço na produção de sementes básicas, de maneira a disponibilizar as cultivares geradas pelos programas de melhoramento aos agricultores, consolidar um sistema de produção/comercialização de sementes em implantação pelo Ministério da Agricultura e principalmente criar as condições para que agricultores se interessassem pela atividade de produção de sementes e fosse estabelecido o embrião da importante indústria de sementes e mudas atualmente existente no Brasil. Nessa fase, que persistiu até final da década de 90, a Embrapa dominou o mercado de cultivares de soja, trigo, sorgo, algodão e mesmo em milho, espécie para a qual possibilidade de controle de mercado com variedades híbridas permitia a atuação da iniciativa privada, a Embrapa teve destacada participação de mercado. No final da década de 90, a criação da Lei de Proteção de Cultivares, que estabeleceu o marco legal necessário para que empresas privadas captassem valor com investimentos em genética vegetal e participassem efetivamente do mercado de genética vegetal determinou a gradativa redução da participação da Embrapa nos mercados de soja, algodão e trigo que gradualmente se tornaram altamente competitivos.

O desenvolvimento de cultivares transgênicas tolerantes a herbicidas e resistentes a insetos, que possuem efetivas características de proteção intelectual, também atraiu grandes empresas multinacionais de PD&I agrícola para o negócio de genética vegetal e estabeleceram novos parâmetros de competitividade e atuação de mercado. Nesse contexto de grande competitividade existente nos mercados de soja, algodão e milho, houve redução na participação de mercado das cultivares da Embrapa. Para essas espécies, cumprindo seu papel de empresa pública de PD&I, a participação de mercado das cultivares da Embrapa deverá ser aquele necessário para estabelecer um padrão de desempenho agrônômico, estabelecer condições de escolha para os agricultores e, eventualmente, ser um estabilizador de preços de sementes no mercado.

Para espécies de menor apelo mercadológico, como por exemplo, feijão-caupi, arroz ou ainda espécies de fruteiras, caracteristicamente de agricultura familiar e destinadas ao consumo interno, a Embrapa vem cumprindo seu papel de disponibilizar cultivares modernas e de estruturar mercados que paulatinamente se tornarão atrativos para a iniciativa privada. Nesse sentido, merece destaque a evolução do importante mercado de cultivares de forrageiras, o terceiro em valor bruto da produção no país. Inicialmente completamente dominado por cultivares da Embrapa, esse mercado vem atraindo crescente interesse do setor privado, nacional e internacional, de genética vegetal.

Nos demais mercados tecnológicos do setor agrícola brasileiro, a Embrapa tem também uma atuação marcante com disponibilização de conhecimentos e produtos pré-tecnológicos, principalmente desenvolvendo soluções que garantam uma agricultura sustentável e menos impactante.

Em 2013, foram depositados pedidos de patente nas áreas de métodos e composições para controle e/ou diagnóstico de pragas/doenças em plantas e animais; métodos e aparatos relacionados à prática

laboratorial de P&D; composições biotecnológicas com potencial uso nas áreas farmacêutica e alimentícia; promotores para o desenvolvimento de técnicas de engenharia genética; aprimoramentos em implementos agrícolas; desenvolvimento de bebidas funcionais e tecnologias de armazenamento de alimentos. A maioria desses pedidos de patentes refere-se a ativos tecnológicos e pré-tecnológicos que, potencialmente, serão objetos de contratos de parceria da Embrapa com empresas privadas para disponibilização no mercado.

Assim, a Empresa vem abrindo novos horizontes em termos de geração de soluções no campo da agricultura de precisão, nanotecnologia, biologia molecular e outros segmentos de ponta em mercado tecnológico, em nichos em que o setor privado brasileiro ainda não tem avançado fortemente e que se enquadram cada vez mais no contexto de estratégias inovadoras da Embrapa.

2.1.f) os principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

A Embrapa, a cada ano, vem ampliando seu espectro de soluções tecnológicas para atender a seus clientes e parceiros, e, dentro das novas perspectivas de mercado deverá atender a novos nichos, no entanto, dentro do escopo da produção da Embrapa, um dos produtos mais visíveis e de importância ímpar são suas publicações, onde se inserem conhecimentos científicos e tecnologias via canais facilitados por meio impresso e eletrônico de modo a permitir o acesso por parte dos segmentos científicos, acadêmicos, setor produtivo e da sociedade em geral. Pode-se verificar na Tabela 3, o processo de comercialização de publicações efetivado em 2013.

Tabela 3 - Comercialização de publicações referente ao exercício 2013, por meio de consignatários privados e outras instituições

CONSIGNATÁRIA(O)S PARTICULARES				SALDO ATUAL	
CódCli	CNPJ N.º		Razão Social	Qtde	Vi. Líq. R\$
165598	07.577.608/0001-22	RS	Ábaco Distribuidora e Livraria Ltda. - ME	258	5.534,50
71828	04.308.726/0001-47	RS	Agrolivros Edição e Comercio de Livros Ltda	3900	63.072,21
120485	05.356.921/0001-05	SP	Air Books (Costa & Ramos Comércio de Livros Ltda)	223	4.616,00
33782	02.900.348/0001-60	GO	Associação dos Empregados da Embrapa - AEE/CNPFAF-GO	960	11.157,84
30847	20.449.435/0001-25	MG	Associação dos Empregados da Embrapa - AEE/CNPGL-MG	116	1.608,25
136609	77.702.686/0001-97	PR	Associação dos empregados da Embrapa - AEE SOJA	1620	33.366,09
168471	05.408.152/0001-41	RO	Casa do Livro - GG Comercio de Livros e Papeis LTDA	428	3.861,20
103296	03.831.800/0001-42	SP	Cia dos Livros Ltda.	206	2.986,75
37759	00.697.934/0001-24	RS	Cinco Continentes Editora Ltda	44	526,10
65377	06.267.698/0001-92	SP	Cio da Terra Livraria Ltda - ME	2411	40.863,27
72602	03.830.288/0001-10	MT	Comercial Janina Ltda	208	5.299,80
165722	09.216.353/0001-06	DF	DATERRA - Livros e Produtos Eco-Sociais	155	2.626,00
150645	34.621.748/0001-23	PA	Editora da Universidade Federal do Pará - EDUFPA	3	61,50
128035	01.337.552/0001-52	SP	Editora Signer Ltda - Oficina de Textos	60	1.149,90
18884	20.320.503/0004-02	MG	Editora UFV - Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE	3451	50.159,90
182028	08.463.170/0003-86	SP	Editora WMF Martins Fontes Ltda - Filial Paulista	143	3.924,50
164477	03.728.733/0001-35	MS	Espaço VIP Revistaria e Conveniência LTDA	413	6.487,00

55258	04.576.931/0001-93	MS	Espiral Comércio e Representações Ltda	70	606,00
65317	00.849.774/0001-91	MG	FAPED - Fundação de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento	310	4.547,90
89304	83.476.911/0001-17	SC	FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	169	2.810,15
30738	89.252.431/0002-30	RS	FATEC - Fundação de Apoio a Tecnologia e a Ciência	532	7.084,60
30919	03.061.086/0001-50	PR	FAUEL - Fund. de Apoio e Des. da Univ. Est. de Londrina / Livraria Eduel	13	70,85
157946	03.438.229/0001-09	RJ	FEC - Fundação Euclides da Cunha	11	218,50
169179	54.069.380/0001-40	SP	FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP - LIVRARIA DA EDITORA UNESP	66	1.766,90
130063	00.038.174/0017-00	DF	Fundação Universidade de Brasília/Livraria do Aeroporto de Brasília	26	952,50
141622	79.151.312/0001-56	PR	Fundação Universidade Estadual de Maringá/Livraria EDUEM	368	7.200,90
30739	07.905.127/0002-80	MG	FUNDECC - Fundação de Desenv. Científico e Cultural / Editora UFLA	2619	37.983,13
38326	26.701.243/0001-40	TO	Gurupi Editoriais e Papéis Ltda	132	2.317,50
151031	08.944.391/0001-04	PE	Ivie de Cerqueira Miranda - ME (Casa Café)	283	2.749,45
156639	30.627.566/0001-09	RJ	JM Bolzan Papelaria e Livraria ME	669	11.618,87
158258	03.552.537/0001-52	RJ	L. H. M. Magalhães ME - "Cia do Livro"	18	528,00
16208	62.410.352/0005-04	DF	Livraria Cultura S/A - Brasília	11	255,15
30438	06.143.270/0001-38	MS	Livraria Guia da Terra - N. Salim & Barros Ltda-ME	2746	42.048,75
184935	05.696.288/0001-02	RS	Livraria Inovação Cultural Comércio de Livros Ltda.	775	14.979,10
75189	02.018.650/0001-90	DF	Livraria Santana Ltda-ME	825	10.418,05
163568	44.801.686/0001-95	SP	Livrocerec LTDA	1914	28.305,14
199707	10.503.900.0001/05	SP	Mercado Físico Rural Comércio de Produtos Agropecuários Ltda	173	1.637,50
52826	05.700.221/0001-96	RS	Paulo Stefano Stolz Ltda - Livraria e Distribuidora Multicultural	62	1.103,95
103498	96.631.353/0001-69	SP	Pedro Luiz Dissordi Livros-ME	692	13.058,97
136447	54.394.630/0001-17	SP	SBS - Special Book Services Livraria Ltda.	30	813,50
9790	03.770.167/0001-20	SP	Sollus Distribuidora de Livros LTDA	447	6.895,10
149456	03.914.408/0002-48	SP	Superpedido Comercial S/A	573	11.130,00
104431	01.549.544/0001-70	RJ	Technical Books Livraria Ltda	1194	24.012,77
78957	77.902.914/0001-72	PR	Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO	104	1.401,10
45423	03.094.825/0001-00	RS	Via Sapiens Livraria - ME (Marcos Abrahao Cardoso)	394	7.431,80
135742	01.373.798/0001-80	PR	Vídeo Par Ltda	1072	11.852,30
SOMA					
=====>				30.897	493.099,24

Fonte: SCT

Outro produto tradicional da Embrapa são as cultivares que chegam aos produtores por meio de contratos de licenciamento e comercialização a produtores de sementes para comercialização em larga escala. A seguir, na Tabela 4, pode-se verificar os processos de licenciamento e comercialização de cultivares efetivados em 2013.

Tabela 4- Principais Clientes por Cultivares (Licenciamento e comercialização)

ARROZ		
PRINCIPAIS CLIENTES - LICENCIAMENTO		
CLIENTE	CPF/CNPJ	VALOR
BASF S/A	48539407009417	R\$ 85.474,82
CABEÇA BRANCA COMÉRCIO DE SEMENTES	02042994000304	R\$ 77.413,50
AGENOR VICENTE PELISSA	61472140982	R\$ 47.205,45
J.J.COM.CEREAIS E PROD.AGRICOLA LTD	01395606000136	R\$ 43.836,89
ACHILLES ROBERTO BASSO	07446352000114	R\$ 26.298,26
SAN FRANCISCO AGROPECUÁRIA LTDA	15926116000123	R\$ 17.673,66
VALDEMIR JOÃO SIMÃO	15221433000144	R\$ 11.298,89
A G S INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	08862562000156	R\$ 10.667,74
CARLOS GILBERTO MELO	22946349004	R\$ 3.113,52
THEDY E THEDY LTDA	01061240000169	R\$ 1.920,00

ARROZ		
PRINCIPAIS CLIENTES - COMERCIALIZAÇÃO		
CLIENTE	CPF/CNPJ	VALOR
OSCAR STROCHON	309.256.490-15	R\$ 25.000,00
EDISON COMIS	16589505004	R\$ 21.651,20
JOSÉ SÉRGIO EVANGELISTA MOREIRA	600.761.276-72	R\$ 21.000,00
MASATO MORITA	035.753.728-96	R\$ 21.000,00
COOP. DOS AGRICULTORES DE PLANTIO	93.424.620/0027-78	R\$ 20.125,00
CABEÇA BRANCA COMÉRCIO DE SEMENTES	02042994000304	R\$ 18.000,00
FUND. DE DES. ASSIS. TEC. E EXT. RU	00.597.134/0001-31	R\$ 18.000,00
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	16.404.287/0191-74	R\$ 17.632,00
THEDY E THEDY LTDA	01061240000169	R\$ 14.052,00
JOAQUIM MOURÃO	14609100100	R\$ 13.315,20

FEIJÃO - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTE	CPF/CNPJ	VALOR
CEREALISTA RENASCER LTDA	11858178000194	R\$ 160.000,00
JOHANNES HENRICUS SCHOLTEN	14536102868	R\$ 95.991,60
FAUSTO SCHOLL	73836273934	R\$ 92.500,00
AGROPECUARIA NOVA ERA LTDA	37.602.745/0001-30	R\$ 81.895,60
CASA DO PRODUTOR RURAL DE JANAUBA	02.664.870/0001-90	R\$ 74.400,00
SÉRGIO JOSÉ CAPELESCO	377.625.831-49	R\$ 70.078,00
COOP. DE DES. E PROD. AGROPECUARIA	04.480.519/0001-75	R\$ 70.000,00
JORGE LUIZ BORGHETTI	39969150049	R\$ 69.660,00
FRANCISCO ZANELLA	05212782953	R\$ 60.340,00
SERVILIO JACINTO DE ALMEIDA	30933617100	R\$ 51.720,00

MILHO - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
EBDA-EMP BAHIANA DESENV. AGRICOLA	14.772.867/0001-70	R\$ 153.920,00

PLANTMAX SEMENTES- EPP	11.039.821/0001-58	R\$ 142.430,97
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA	87700746000510	R\$ 117.626,62
RIBER - KWS SEMENTES S.A.	08.270.822/0001-02	R\$ 59.692,68
FRANCISCO REBOUÇAS DE LIMA JUNIOR	05011850382	R\$ 47.419,25
APROSCEDRO-ASSOC.DOS PROD.SEM DO C.	12.192.622/0001-48	R\$ 47.229,39
BRASMILHO S/A	13.840.274/0001-30	R\$ 39.018,95
COOP.AGROP.BATAVO LTDA	75107770000523	R\$ 22.130,19
SEMENTES SELEGRÃOS LTDA	06269946000134	R\$ 21.976,67
SANTANA AGROINDUSTRIAL LTDA	04207672000123	R\$ 21.200,00

MILHO - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
RIBER - KWS SEMENTES S.A.	08.270.822/0001-02	R\$ 310.062,06
PLANTMAX SEMENTES- EPP	11.039.821/0001-58	R\$ 298.422,59
APROSCEDRO-ASSOC.DOS PROD.SEM DO C.	12.192.622/0001-48	R\$ 132.877,89
FRANCISCO REBOUÇAS DE LIMA JUNIOR	050.118.503-82	R\$ 123.871,02
VALE SEMENTES LTDA	11271054000108	R\$ 106.570,96
LIMAGRAIN GUERRA DO BRASIL	12.770.927/0002-70	R\$ 90.586,66
COOP. MISTA DE PROD. IND. E COM. OE	09.034.982/0001-07	R\$ 33.652,67
JOIA SEMENTES LTDA	04903455000178	R\$ 22.707,72
SEMENTES SELEGRÃOS LTDA	06269946000134	R\$ 21.053,17
CARLOTO C PINHEIRO MACHADO	072.756.763-20	R\$ 15.252,81

SORGO - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
LIMAGRAIN GUERRA DO BRASIL	12.770.927/0002-70	R\$ 58.076,83
MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA LTDA	03.068.852/0001-09	R\$ 50.176,97
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA	87.700.746/0012-49	R\$ 27.605,35
AGROMEN SEMENTES AGRÍCOLAS LTDA	50899293000401	R\$ 20.267,52
ANDRE LIBERATO SCHWENING	002.819.921-93	R\$ 19.801,86
RIBER - KWS SEMENTES S.A.	08.270.822/0001-02	R\$ 15.990,00
PLANTMAX SEMENTES- EPP	11.039.821/0001-58	R\$ 13.776,42
HELIX SEMENTES LTDA	05445808000287	R\$ 5.440,40
BRENO FRANCO DE SOUZA FILHO	04193646000193	R\$ 3.340,80
OSCAR STROCHON	309.256.490-15	R\$ 1.800,00

SORGO - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA	87700746000510	R\$ 148.631,00
AGROMEN SEMENTES AGRÍCOLAS LTDA	50.899.293/0001-69	R\$ 115.753,25
ANDRE LIBERATO SCHWENING	002.819.921-93	R\$ 114.659,82
PAULO CELSO TIBALLI JUNIOR	28848493866	R\$ 69.726,56
RIBER - KWS SEMENTES S.A.	08.270.822/0001-02	R\$ 64.176,00
PLANTMAX SEMENTES- EPP	11.039.821/0001-58	R\$ 46.712,60

HELIX SEMENTES LTDA	05445808000287	R\$ 40.110,00
SEMENTES GUERRA S.A	77738151000176	R\$ 20.055,00
A CASA DISTRIBUIDORA LTDA	05196330000207	R\$ 18.593,75
SEMENTES SELEGRÃOS LTDA	06269946000134	R\$ 10.027,50

SOJA - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
CARGILL AGRICOLA S/A		R\$ 190.894,33
LUIZ FIORESE	28755669034	R\$ 116.925,66
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA	87700746000510	R\$ 93.600,00
ESCOBAR & RODRIGUES LTDA		R\$ 80.520,68
SEMENTES PRODUTIVA LTDA	11142101000385	R\$ 77.209,23
CEREAIS SUL IND. E COM.CEREAIS LTDA		R\$ 71.045,00
FELIPE KUDIESS	02416345125	R\$ 63.439,24
SEMENTES FROES LTDA	79546750000202	R\$ 52.730,00
SEMENTES MAUA LTDA	76.123.934/0003-44	R\$ 49.200,00
INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIA	00993264001912	R\$ 40.800,00
ABC AGRICULTURA E PECUARIA S/A	19929074000216	R\$ 39.441,50
SEMENTES SEMEL LTDA	44983625000196	R\$ 36.400,00
SEMENTES RIO DOURADO LTDA.	10.865.902/0001-44	R\$ 36.250,00
COOP.AGROPEC.SULMATOGROS.-COOPASOL	01.646.273/0001-70	R\$ 36.000,00
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORLANDIA	53309845001525	R\$ 32.027,39
FAZENDA CAJUEIRO AGROPECUARIA LTDA	04385421000139	R\$ 31.752,00
FUNDAÇÃO M APOIO A PES AGROPECUARIA	03.584.096/0001-70	R\$ 30.276,00
ANNEMARIE PFANN E OUTROS	00347436935	R\$ 25.600,00
VALTER MIKIO MORINAGA	51116405920	R\$ 24.880,76
JOSÉ SÉRGIO EVANGELISTA MOREIRA	600.761.276-72	R\$ 22.302,00

SOJA - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
ALIANÇA AGRÍCOLA DO CERRADO S.A.	12.006.181/0001-42	R\$ 269.156,64
ABC AGRICULTURA E PECUARIA S/A ABC	19.929.074/0001-35	R\$ 204.417,02
AGROMEN SEMENTES AGRÍCOLAS LTDA	50899293000401	R\$ 157.719,39
GERALDO RIBEIRO DE MENDONÇA JUNIOR	114.999.958-65	R\$ 157.607,93
AGROPASTORIL JOTABASSO LTDA	87700746000510	R\$ 148.500,00
VALTER MIKIO MORINAGA	51116405920	R\$ 133.021,12
COOPERATIVA AGRIC. MISTA IRAI	25.489.642/0001-27	R\$ 125.033,42
JAMIL MIGUEL	07400446800	R\$ 115.584,56
SEMENTES PRODUTIVA LTDA	11142101000385	R\$ 107.243,36
ADEMAR JOSE ROSSO E OUTROS	231.515.950-49	R\$ 99.483,19
CEREAIS SUL IND. E COM.CEREAIS LTDA	37.621.414/0001-48	R\$ 95.100,91
CAMILA PIVA RIBEIRO	03617457614	R\$ 94.946,02
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ORLANDIA S/A	53309845001525	R\$ 90.635,88

ROGERIO LUIZ SEIBT	181.197.000-15	R\$ 86.739,15
SCOTTON AGRÍCOLA	23.089.071/0001-08	R\$ 81.802,33
MOISES RAPACHI	35804823000	R\$ 80.754,52
INACIO CARLOS URBAN	19409613000	R\$ 78.901,92
CALISTO BENNO ADANS	02856328172	R\$ 74.250,00
WALTER CELSO BRANDTNER	18020178015	R\$ 73.766,79
EZRA MA	19644981634	R\$ 71.597,37

TRIGO - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	75904383005514	R\$ 234.812,50
E. ORLANDO ROOS & CIA LTDA	91494765000180	R\$ 63.770,00
LEANDRO VAN ASS E OUTROS	773.993.150-00	R\$ 54.600,00
BOCCHI IND.COM.TRANSP.CERRADO LTDA	02.987.873/0001-65	R\$ 34.650,00
SEMENTES FROES LTDA	79546750000202	R\$ 28.000,00
BATAVO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	76107770001252	R\$ 26.000,00
COCARI - COOP. AGROP. E INDUSTRIAL	78956968002631	R\$ 25.875,00
MANFRED KUDIESS E OUTROS	472.687.000-91	R\$ 23.520,00
SEMENTES LAZAROTTO LTDA	00469274000124	R\$ 21.050,00
COOPA/DF - COOP.AGROP.REG.DF LTDA	00.518.969/0001-59	R\$ 20.539,20
COOP.AGRIC.M.SAO CRISTOVAO LTDA	76.194.091/0011-87	R\$ 20.000,00
COOP. AGRIC. M.GENERAL OSORIO LTDA	90.657.289/0001-09	R\$ 19.820,00
NARCISO BARISON NETO	05793939091	R\$ 18.375,00
COOP. AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0001-19	R\$ 18.270,00
AGROMAR COM.DE INSUMOS MARAU LTDA	90.278.532/0001-88	R\$ 18.270,00
ANTONIA DA SILVA POLO	920.805.610-49	R\$ 18.270,00
ARTIDO ADALBERTO BRATZ	005.432.920-53	R\$ 18.270,00
COOP.REG.AGROP.DE CAMPOS NOVOS	83.158.824/0001-11	R\$ 18.270,00
COOP.TRIT DE JULIO DE CASTILHO LTDA	91.023.168/0001-78	R\$ 18.270,00
COTRIJAL COOP. AGROP. E INDUSTRIAL	91.495.549/0001-50	R\$ 18.270,00

TRIGO - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	75904383000121	R\$ 366.446,15
COOP.COLONIAS UNIDAS AGROD.IND.LTDA	80017198500000	R\$ 234.853,79
SEMENTES MAUA LTDA	76.123.934/0003-44	R\$ 145.559,25
COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL	77890846000179	R\$ 116.696,63
COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	76098219000137	R\$ 83.517,18
COCARI - COOP. AGROP. E INDUSTRIAL	78956968002631	R\$ 77.098,31
E. ORLANDO ROOS & CIA LTDA	91494765000180	R\$ 62.338,74
SEMENTES FROES LTDA	79546750000202	R\$ 61.608,77
SAN RAFAEL SEMENTES E CEREAIS LTDA	75021519000236	R\$ 52.972,14
COOPERATIVA AGROP DO A PARANAIBA	86.675.642/0001-06	R\$ 50.064,38

COOP. PROD. DE SEMENTES COPROSSEL	84.861.145/0001-77	R\$ 47.672,57
ISMENIA GUIM. CUNHA NASCIMENTO OUTR	820.375.319-15	R\$ 43.552,23
SEMENTES GUERRA S.A.	77738151000176	R\$ 42.552,76
MANFRED KUDIESS E OUTROS	472.687.000-91	R\$ 36.521,37
SINUS HARMANNUS LOMAN	12767948949	R\$ 36.202,34
HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA	77098978000162	R\$ 34.811,04
COOP. AGR.SERRA DOS CRISTAIS LTDA	00.159.074/0001-75	R\$ 31.166,58
BATAVO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	76107770001252	R\$ 30.872,88
GOIAS VERDE ALIMENTOS LTDA	24866741000207	R\$ 30.658,59
ANNEMARIE PFANN E OUTROS	00347436935	R\$ 29.350,80

FORRAGEIRAS - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
COOP. AGROP. CASTROLANDA	76108349000880	R\$ 39.320,00
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	75904383005514	R\$ 18.000,00
COMERCIAL DE SEMENTES LOPES LTDA	05245558000150	R\$ 14.300,00
ISMENIA GUIM. CUNHA NASCIMENTO OUTR	820.375.319-15	R\$ 11.690,00
ARALDI E BAGGIO LTDA.	00.376.982/0001-10	R\$ 10.350,00
COOP. TRITICOLA CAÇAPAVA LTDA	87.678.132/0001-55	R\$ 10.250,00
COOP.REG.AGROP.DE CAMPOS NOVOS	83.158.824/0001-11	R\$ 10.000,00
PESS E CIA LTDA	07.080.431/0001-54	R\$ 9.136,37
PRECISÃOAGRO COMERCIO E REPRE. LTDA	01.683.539/0001-55	R\$ 6.400,00
SEMENTES J.C. MASCHIETTO LTDA	53.774.022/0001-75	R\$ 6.008,14

FORRAGEIRAS - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
SEMENTES BOI GORDO LTDA	33775990000865	R\$ 150.617,34
FACHOLI- PROD.COM.IND. E EXP. LTDA	00.580.847/0001-92	R\$ 110.801,59
AAX PROD E COMERC DE SEMENTES LTDA	09.528.992/0001-07	R\$ 106.629,96
SEMENTES SAFRASUL LTDA	02498157000114	R\$ 97.448,40
SEMENTES ACAMPO IMP E EXP LTDA	02.427.414/0002-08	R\$ 89.506,51
GERMIPASTO IND.COM.IMP.EXP.SEM.LTDA	01.239.158/0001-81	R\$ 63.717,00
SEMENTES GASPARIM PRO COM I E LTDA	44.938.694/0001-88	R\$ 60.300,00
GILBERTO MACHADO ARAÚJO E OUTROS	19980671149	R\$ 58.089,00
MARANGATU SEMENTES LTDA	01.339.626/0001-90	R\$ 47.653,88
SEMENTES PASO ITA LTDA	01989899000180	R\$ 47.637,00

FRUTEIRAS - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
VIVEIRO FLORA BRASIL LTDA	01154041000103	R\$ 18.299,78
IVAN PINTO DA COSTA E OUTROS	088.111.358-18	R\$ 16.350,00
SEBASTIAO FERRO DE MORAES	014.510.811-20	R\$ 8.550,00
DEOCLECIANO SANTOS LIMA	18265251149	R\$ 4.428,21
PAULO MAFAHIRO OKUBO	44912706515	R\$ 3.690,00

CLONE VIVEIROS E FRUTICULTURA LTDA	07922508000196	R\$ 3.500,00
LUIGI GARZIERA	008.034.524-70	R\$ 3.375,00
JOSÉ CARLOS VALENTE	055.910.228-39	R\$ 3.330,00
SOC.VITACEA DESENV. VITÍCOLA LTDA	05.550.865/0001-45	R\$ 3.000,00
PETROLINA PROD.MUDAS P/FRUTICULTURA	04.089.848/0001-90	R\$ 2.622,00
JOSÉ ANTÔNIO DE AVILA	280.757.571-49	R\$ 2.405,38
MILTON CANDEIAS LEITE	33655715587	R\$ 2.305,13
FRANCIO HERBERTH DE OLIVEIRA LIMA	03194890433	R\$ 2.305,13
YOSHIO UZUMAKI	71172122849	R\$ 2.250,00
MARIO MUTSUO SUMIYA	30698669991	R\$ 2.160,00
ASS.DE AGRIC.FOM. PARAISO MANONCIAL	10.963.967/0001-22	R\$ 2.104,70
RASIP AGRO PASTORIL S/A	94.789.468/0001-50	R\$ 2.000,00
AGROQUIMA TERESENSE LTDA	36.326.874/0001-80	R\$ 1.703,81
VILMAR CAPELLARO	402.952.300-53	R\$ 1.603,58
PRUDENTOPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	77003424000134	R\$ 1.503,36

FRUTEIRAS - LICENCIAMENTO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
MULTIPLANTA TECNOLOGIA VEGETAL LTDA	41744434000183	R\$ 4.896,10
CLONA-GEN COM. MUDAS/PLANTAS LTDA	07.727.715/0001-90	R\$ 2.377,08
VIVEIRO FLORA BRASIL LTDA	01154041000103	R\$ 2.188,36
SOC.VITACEA DESENV. VITÍCOLA LTDA	05.550.865/0001-45	R\$ 1.739,92
CLONE VIVEIROS E FRUTICULTURA LTDA	07922508000196	R\$ 1.319,56
BIOCLONE PRODUÇÃO DE MUDAS LTDA	09341738000197	R\$ 1.270,74
DEOCLECIANO SANTOS LIMA	18265251149	R\$ 790,86
SBW DO BRASIL AGRIFLORICULTURA LTDA	07481491000189	R\$ 634,13

TOMATE - COMERCIALIZAÇÃO		
PRINCIPAIS CLIENTES		
CLIENTES	CPF/CNPJ	VALOR
AGROCINCO COMERCIO DE PRODUTOS AGRO	03152970000109	R\$ 22.550,40
ANGELO AURICCHIO & CIA LTDA	62.598.586/0008-61	R\$ 17.592,96
CARGIL AGRICOLA S.A.	60.498.706/0370-77	R\$ 3.848,47
EAGLE FLORES FRUTAS E HORTALIÇAS LT	06.333.478/0001-10	R\$ 2.500,00
BEST PULP BRASIL LTDA	03.581.702/0001-02	R\$ 2.499,00
INDUSTRIA DE POLPAS E CONSERVAS VAL	71841902000107	R\$ 1.666,02

2.1.g) os produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias, identificando a representatividade de cada produto ou serviço na formação da receita líquida dos serviços, com foco em venda de publicações ou mídia eletrônica

As receitas líquidas dos serviços com venda de publicações ou mídia eletrônica constam da Tabela 5 a seguir, com relação aos demais produtos e serviços constam das tabelas 3 e 4, demonstradas no tópico 2.1-f.

Tabela 5- Comercialização em 2013, por Tipo de Publicação

Tipo Produto	Qtde	Partic.%	Venda R\$
Livro	86.666	87,39%	1.312.866,40
DVD	5.081	5,12%	65.880,25
Documentos	4.163	4,20%	28.402,57
Periódico	1.007	1,02%	7.216,30
Circular Técnica	966	0,97%	3.530,20
Sistema de Produção	536	0,54%	6.210,50
Kit	204	0,21%	2.224,45
E-book	190	0,19%	1.214,55
Boletim de Pesquisa	185	0,19%	782,3
Fascículo	77	0,08%	362,4
CD-ROM	38	0,04%	702,5
Assinatura	36	0,04%	3.706,47
VHS	19	0,02%	256,25
Total	99.168	100,00%	1.433.355,14

Fonte: SCT

2.2. Informações sucintas e objetivas sobre o ambiente de negócios em que estão inseridas as unidades descentralizadas, destacando as adversidades e riscos a que se submetem e as estratégias da empresa para enfrentá-los.

Em sua qualidade de instituição pública de pesquisa, o mandato da Embrapa envolve tanto a geração como o apoio da transferência de tecnologia. Porém, diferentemente do que ocorre com as empresas privadas que se dedicam à pesquisa nas áreas vinculadas com a agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura e ciências correlatas, a Embrapa não tem como objetivo principal a busca do lucro econômico, mas a geração de tecnologias que impactem positivamente na produtividade e sustentabilidade da atividade agropecuária, na preservação ambiental, no bem estar das populações rurais, na melhoria nutricional dos produtos agrícolas, no controle e prevenção de pragas e doenças que atacam a produção agropecuária, na formação de recursos humanos capazes de disseminar os avanços tecnológicos logrados.

Assim, os parâmetros para medir o desempenho da Embrapa não podem ser dimensionados apenas com base na comparação com empresas privadas que se dediquem total ou parcialmente à geração de tecnologias com fins de retorno econômico mas, devem ter em conta a atuação de uma gama muito mais ampla de instituições de pesquisa nacionais, estrangeiras e internacionais que têm como objetivo a pesquisa nos mesmos campos do conhecimento e com propósitos similares aos desta empresa pública.

Por outro lado, situação similar existe com relação à caracterização de nosso relacionamento com as entidades com as quais cooperamos para a geração de resultados de pesquisa e desenvolvimento, bem como para a transferência de tecnologias e conhecimentos e para a prestação de serviços tecnológicos. Neste sentido, a colaboração da Embrapa com instituições parceiras e clientes no nível nacional e internacional é igualmente mais ampla e distinta do que a prática usual das empresas privadas pois, além de, em certos casos, visar um retorno econômico que permita aportar recursos adicionais para atividades de PD&I, também busca-se acessar outros conhecimentos e

recursos tecnológicos, logísticos e financeiros de que a Embrapa não dispõe, bem como acelerar o desenvolvimento tecnológico e a transferência de conhecimentos e práticas ao setor produtivo nacional e, em muitos casos, contribuir para a implementação de políticas e programas do Governo Brasileiro, inclusive no tocante às suas ações de cooperação técnica internacional.

O ambiente de negócios onde a Embrapa atua se caracteriza predominantemente pela complexidade, descontinuidades, incertezas e volatilidade e estas características afetam fortemente as instituições de PD&I voltadas para a agricultura brasileira. Neste ambiente marcado pela inovação, no qual a mudança é a regra, a Embrapa tem sido permanentemente desafiada a se reinventar: não basta apenas imaginar ou antever cenários futuros, cabe-lhe também, construir este futuro.

Na busca pela manutenção de sua sustentabilidade como instituição, a Embrapa interage e atua intensa e constantemente com os diversos agentes de inovação vinculados direta e indiretamente à agricultura brasileira. Nessa perspectiva, a estratégia de atuação da Embrapa se fundamenta na estruturação e formatação de redes, parcerias e arranjos com os setores público e privado. A lógica que norteia todo este processo está diretamente relacionada à busca de sinergia e complementariedade de competências, recursos e estruturas que potencializem o processo de inovação em um primeiro momento e que resultem na ampliação quantitativa e qualitativa das soluções tecnológicas disponíveis para a agricultura.

Dentre as instituições parceiras destacam-se as: (i) empresas privadas; (ii) organizações públicas e privadas de pesquisa na área agrícola; (iii) universidades; (iv) organizações de extensão rural; (v) cooperativas; (vi) agências de fomento; (vii) fundações; (viii) secretarias de agricultura; (ix) organizações não governamentais; e (x) instituições de ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo em que desenvolve suas estratégias e ações de forma cooperativa, a Embrapa também se depara, dada à vasta gama de tecnologias que gera e/ou desenvolve, com concorrentes privados em PD&I, que atuam nas seguintes áreas: (i) sementes e mudas; (ii) farmacologia veterinária; (iii) defensivos agrícolas; (iv) fertilizantes e corretivos de solo; (v) biotecnologia aplicada ao agronegócio; (vi) máquinas e implementos agrícolas; (vii) softwares aplicados à agropecuária; e (ix) genética animal.

De maneira geral, o mercado de tecnologias direcionadas ao setor agro-pecuário vem se tornando altamente competitivo, estabelecendo um cenário favorável ao predomínio mercadológico de grandes empresas, que atendem especialmente o mercado de commodities. Nessas condições, através da disponibilização de uma ampla gama de ativos pré-tecnológicos e de tecnologias acabadas, a Embrapa garante a participação no mercado de tecnologias agrícolas de um significativo número de empresas nacionais de médio e pequeno porte, muitas delas voltadas a importantes nichos de mercado.

Importante ressaltar que a Embrapa estabelece parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse mútuo, independente do tamanho e do nível de participação de mercado das empresas. Este processo de desenvolvimento conjunto de soluções para a agropecuária brasileira ocorre por meio de parcerias público-privadas.

Em relação às instituições públicas existem também situações de concorrência, mas estas se dão de forma mais intensa na obtenção de recursos externos junto a agências de fomento e outros agentes financiadores (ex: CNPq, FAPs, Banco Mundial, BID). Nesses casos, são processos competitivos

nos quais a Empresa submete propostas de planos e projetos, sendo os critérios de seleção dos planos/projetos a serem financiados, definidos por essas organizações, na maioria das vezes, fundamentados no mérito técnico e estratégico das propostas.

Para atuar nos mercados mencionados, a Embrapa conta com algumas vantagens em relação aos seus concorrentes, dentre as quais se destacam:

- (i) as competências técnicas multidisciplinares resultantes de seu quadro de pesquisadores, formados em diversas instituições brasileiras e internacionais de excelência, que contribuem para a geração contínua e diversificada de soluções tecnológicas para os diversos ambientes agrícolas e processamento agroindustrial;
- (ii) a PD&I orientada a temas de longo prazo e de interesse estratégico para o País, tais como mudanças climáticas, uso sustentável dos recursos naturais, produção de agroenergia, aproveitamento sustentável da biodiversidade brasileira, desenvolvimento de bioprodutos, nutracêuticos e orgânicos, rastreabilidade e certificação de alimentos com elevado padrão de qualidade, redução dos custos ambientais e de produção em sistemas integrados e rotacionados, competitividade global na produção de alimentos de baixa atratividade para o setor privado; e
- (iii) a inovação focada nos impactos sociais, econômicos e ambientais onde a atuação da Embrapa está voltada para a geração de soluções tecnológicas para a agricultura brasileira independentemente de retorno econômico direto à Embrapa e sim, em prol do desenvolvimento da agricultura e bem-estar da sociedade brasileira.

Por outro lado, mesmo contando com estas vantagens a Embrapa, em função de sua natureza jurídica, encontra dificuldades no que se refere a:

- (i) marcos legais/regulatórios altamente restritivos, onde a legislação aplicável ao setor público (Lei 8.666/93) no que tange à celebração de contratos e parcerias, captação e internalização de recursos privados para PD&I, oferta de produtos e compra de insumos, impõe graves restrições e morosidade ao desenvolvimento do processo de inovação necessário para a competitividade da Embrapa nas suas diversas áreas de atuação. Da mesma forma, a legislação aplicável ao acesso ao patrimônio genético e à biodiversidade é extremamente burocrática e gera morosidade nos processos de obtenção de licenças prévias para permitir a implementação de projetos de PD&I;
- (ii) intensidade de investimentos ainda insuficientes em recursos humanos e infraestrutura para o desenvolvimento de PD&I nas áreas de fronteira do conhecimento quando comparados aos volumes aplicados pelos concorrentes com o conseqüente risco de desatualização e obsolescência destas áreas, respectivamente e,
- (iii) intensificação das dificuldades institucionais e restrições legais à execução de pesquisas, à contratação de profissionais com o perfil adequado, à impossibilidade de se utilizar de forma plena e flexível os recursos financeiros captados no estabelecimento de parcerias e na venda de produtos com o conseqüente engessamento institucional da Embrapa e das demais instituições públicas de PD&I.

À despeito das limitações mencionadas, a Embrapa tem diversificado sua participação no mercado de inovação agropecuária disponibilizando, diretamente ou por meio de seus parceiros, tecnologias, produtos, processos e serviços (TPPS) resultantes do seu trabalho de pesquisa. Toda a empresa está aprimorando suas estruturas e processos de governança em negócios tanto em nível das suas Unidades de Pesquisa que conduzem o desenvolvimento de novas tecnologias, quanto na sua Sede, em Brasília, onde se encontra uma Unidade Central, criada em abril de 2012, responsável pelo desenvolvimento de estratégias, bem como pela normatização dos negócios que são conduzidos pela empresa.

Ainda, visando apoiar e coordenar o processo de Negócios na Embrapa, esta Unidade Central, em 2013, promoveu Oficinas de Negócios, que levaram às Unidades Descentralizadas (UDs) orientações sobre o estabelecimento de parcerias e de modelos de negócios mais robustos e acerca da grande necessidade de se observar os aspectos correlatos à sua área de atuação, tais como propriedade intelectual e assuntos regulatórios.

Dentre os indicadores de P&D, no ano de 2013, conforme dados gerenciados por esta mesma Unidade, a Embrapa participou de pesquisas que originaram 28 novos depósitos de pedidos de patente no Brasil, além do requerimento de proteção de 29 cultivares. Foram ainda realizados 63 novos pedidos de registro de cultivares.

A Empresa dispõe de uma Unidade Descentralizada de Serviços, voltada a Produtos e Mercados com 16 escritórios localizados em todas as regiões brasileiras, por meio dos quais busca contribuir com o desenvolvimento de novos produtos oriundos dos programas de melhoramento genético vegetal e negociá-los para que sejam ofertados ao mercado, além de estabelecer estratégias de posicionamento destes produtos e implementar negócios para viabilizar a sua exploração comercial e/ou utilização pela sociedade.

A Embrapa firma parcerias com pessoas físicas ou jurídicas interessadas nas tecnologias resultantes do trabalho da pesquisa. Forte atuação da empresa é na área de genética de cultivares. Para que essas cultivares cheguem ao produtor rural, a Empresa licencia a produção e comercialização das cultivares, contribuindo com o setor produtivo agrícola brasileiro, demandante de sementes, mudas e sistemas de produção eficientes e rentáveis.

A Embrapa participou do mercado agropecuário em 2013 comercializando, diretamente ou por intermédio de seus parceiros privados, tecnologias, produtos, processos e serviços (TPPS) resultantes do seu trabalho de pesquisa. Toda a empresa está estruturada para inserir, no mercado, suas TPPS, por meio dos recursos humanos e materiais especializados que atuam tanto nas Unidades de Pesquisa, que conduzem o desenvolvimento de novas tecnologias, quanto na sua Sede, em Brasília, onde se encontram as unidades administrativas responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias e ações de promoção, bem como pela normatização dos negócios que são conduzidos pela empresa.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Informações sobre a estrutura de governança da entidade

Com o início de implantação, em 2013, do Projeto Especial Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e Gestão pretende-se, ao longo de 2014, se concluir a avaliação e

propor uma arquitetura revisada de governança e gestão da Empresa, bem como iniciar ajustes e aprimoramento da gestão dos processos corporativos e operacionais.

O funcionamento da estrutura em curso de governança da Embrapa é definido no Sistema Embrapa de Gestão (SEG). As decisões no SEG são analisadas por diferentes instâncias colegiadas, que atuam como comitês deliberativos e consultivos nos subsistemas estratégico, tático e operacional, representados na Figura 3. O propósito de composição desta estrutura é dotar a Embrapa de um modelo de gestão organizacional ágil, flexível e dinâmico, visando o atendimento eficiente e eficaz das demandas da agropecuária brasileira, bem como as demandas internacionais em sintonia com o Governo do Brasil.

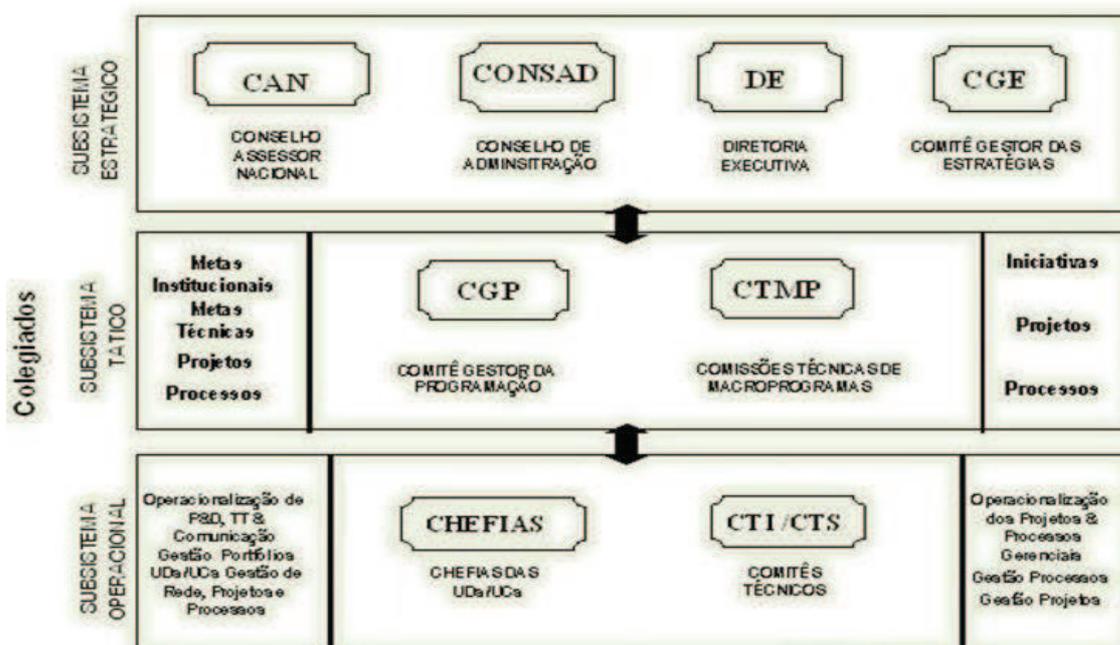
O SEG tem por objetivos:

- a) organizar as atividades da Embrapa, integrando os diferentes níveis de gestão: estratégico, tático e operacional;
- b) estabelecer figuras programáticas, instâncias, níveis e formas de gestão;
- c) definir os processos de planejamento, indução, execução, acompanhamento, avaliação e realimentação das atividades de P&D, Comunicação Empresarial, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional.

Os colegiados do SEG atuam nos diferentes componentes do Sistema da seguinte forma:

- a) gestão da estratégia é exercida e gerenciada pelo Comitê Gestor da Estratégia (CGE), com apoio do Conselho Assessor Nacional (CAN), do Conselho de Administração (CONSAD) e da Diretoria Executiva (DE).
- b) gestão da programação, envolvendo projetos e processos é gerenciada pelo Comitê Gestor da Programação (CGP);
- c) gestão da carteira de projetos e processos dos macroprogramas é gerenciada pelos gestores de macroprogramas, apoiados por Comissões Técnicas de Macroprogramas (CTMP);
- d) gestão de carteiras de projetos e processos de Unidades Descentralizadas é gerenciada pelos CTIs nas UDs, e pelo CTS na Sede.

Figura 3 - Estrutura dos colegiados do Sistema Embrapa de Gestão (SEG)



Fonte: Norma do SEG

3.2 Demonstração de como a auditoria interna está estruturada e forma de atuação.

A estrutura da Assessoria de Auditoria Interna (AUD) atende às disposições do Capítulo V, do Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25 de outubro de 2002. No âmbito da Embrapa, a AUD é regida pela Deliberação nº 15, de 21 de outubro de 2010, onde se encontram definidas sua estrutura e finalidades, ambas adequadas às orientações expressas na Instrução Normativa SFC/MF Nº 1, de 6 de abril de 2001.

A AUD, classificada como Unidade Central, é subordinada ao Conselho de Administração da Embrapa (Consad) e vincula-se, administrativamente, ao Presidente. Está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é responsável pelo assessoramento à Diretoria Executiva e ao Consad, no que se relaciona à verificação da aderência da aplicação dos dispositivos legais e à execução dos procedimentos internos administrativos e de controle.

O Chefe da AUD é designado pelo Presidente da Embrapa e após a escolha tem seu nome submetido a aprovação do Consad e da Controladoria-Geral da União (CGU).

3.3 Informações sobre a política e as práticas de remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração, do conselho fiscal e dos comitês.

O Decreto-Lei Nº 2.355, de 26 de agosto de 1987, que estabelece limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências, versa que os honorários mensais dos diretores das estatais serão fixados por decreto do Poder Executivo.

“Art. 3º Os honorários mensais dos dirigentes das entidades estatais serão fixados por decreto do Poder Executivo, facultado a estes optar pela percepção, a esse título, de importância equivalente:

- I - à retribuição de seu cargo ou emprego na entidade de origem; ou
- II - à maior retribuição paga a empregado da entidade estatal para a qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

§ 1º O dirigente que optar pela forma de retribuição prevista neste artigo fará jus a um acréscimo correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.

§ 2º Para fins da fixação dos honorários, bem assim para cálculo do acréscimo de que trata o parágrafo anterior, serão consideradas, exclusivamente, as parcelas da maior retribuição paga a empregado da entidade, compreendendo:

- a) o salário-base do Plano de Cargos e Salários, efetivamente pago e não computadas as vantagens a que se refere o art. 5º;
- b) a gratificação de função ou equivalente;
- c) a gratificação de Natal; e
- d) o adicional por tempo de serviço.”

O Estatuto da Embrapa, em seu Artigo 28, seguindo a previsão legal, define que “a remuneração e as demais vantagens dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva serão fixadas de acordo com as normas editadas pelo Poder Executivo”. Pelo Decreto nº 3.735/01, o Presidente da República delegou ao Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência para aprovar remuneração de cargos de livre provimento das estatais, os quais incluem os administradores.

“Art.1º Ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão compete a aprovação dos seguintes pleitos de empresas estatais federais, encaminhados pelos respectivos Ministérios supervisores:

- I - quantitativo de pessoal próprio;
- II - programas de desligamento de empregados;
- III - revisão de planos de cargos e salários, inclusive alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento;
- IV - renovação de acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- V - participação de empregados nos lucros ou resultados; e
- VI - contrato de gestão, a que se refere o caput do art. 47 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.”

Com a publicação do Decreto 7.675/12, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, essa competência foi delegada para o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

“Art. 6º Ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais compete:

- I - coordenar a elaboração do programa de dispêndios globais e da proposta do orçamento de investimento das empresas estatais, compatibilizando-os com o Plano Plurianual e com as metas de resultado primário fixadas, bem como acompanhar a respectiva execução orçamentária;

- II - promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação, inclusive sobre a política salarial e de benefícios e vantagens e negociação de acordos ou convenções coletivas de trabalho;
- III - processar e disponibilizar informações econômico-financeiras encaminhadas pelas empresas estatais;
- IV - manifestar-se sobre os seguintes assuntos relacionados às empresas estatais:
 - a) criação de empresa estatal ou assunção, pela União ou por empresa estatal, do controle acionário de empresas;
 - b) operações de reestruturação societária, envolvendo fusão, cisão ou incorporação;
 - c) alteração do capital social e emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários;
 - d) estatutos sociais e suas alterações;
 - e) destinação dos lucros e reservas;
 - f) patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar, no que diz respeito à assunção de compromissos e aos convênios de adesão a serem firmados pelas patrocinadoras, aos estatutos das entidades, à instituição e adesão a planos de benefícios, assim como aos respectivos regulamentos e planos de custeio e à retirada de patrocínio;
 - g) propostas, encaminhadas pelos respectivos Ministérios setoriais, de quantitativo de pessoal próprio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, programa de desligamento de empregados, planos de cargos e salários, criação e remuneração de cargos comissionados, inclusive os de livre nomeação e exoneração e participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas;
 - h) remuneração dos administradores e conselheiros, bem como a participação dos dirigentes nos lucros ou resultados das empresas;
- V - operacionalizar a indicação, coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos conselhos de administração de empresas;
- VI - coordenar o Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), bem como exercer as atribuições de Secretária-Executiva da Comissão;
- VII - exercer as funções de planejamento, coordenação e supervisão relativas aos processos de liquidação de empresas estatais federais;
- VIII - acompanhar e orientar as atividades relacionadas com a preparação e a organização de acervo documental de empresas estatais federais submetidas a processos de liquidação, até a sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção;
- IX - promover o acompanhamento e a orientação dos procedimentos dos inventariantes e dos liquidantes nos processos em que atuem;
- X - incumbir-se, junto a órgãos e entidades da administração pública federal, da regularização de eventuais pendências decorrentes dos processos de liquidação em que haja atuado na forma do inciso VII do caput; e
- XI - contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento

econômico-financeiro, bem como para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.”

Remuneração dos Membros da Diretoria-Executiva

Os honorários mensais da Diretoria-Executiva da Embrapa são calculados segundo o inciso II, do Art. 3, do Decreto-Lei Nº 2.355/87. Além disso, por serem os membros da Diretoria-Executiva empregados pertencentes ao quadro efetivo da Empresa, sua remuneração é composta também por Adicional por Tempo de Serviço e Adicional de Titularidade. Entretanto, sendo a Embrapa empresa pública dependente, essa remuneração é limitada ao teto estabelecido no inciso XI do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

Segundo o Art. 1º da Lei nº 9.292/96, “a remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

O DEST fixou a remuneração dos conselheiros de administração em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos diretores, limitada ao teto constitucional, por não admitir que um membro do Conselho de Administração seja remunerado em valor inferior ao de ocupante de cargo no Conselho Fiscal, considerando-se a complexidade, a abrangência, o grau de responsabilidade das funções desempenhadas e o poder decisório dos conselheiros.

Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

Segundo o Art. 3 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, “a remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembléia-geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Já segundo o Art. 1º da Lei nº 9.292/96, “a remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

Por isso, o DEST fixou a remuneração dos conselheiros fiscais em exatamente 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos diretores, limitada ao teto constitucional.

A Embrapa não pratica o pagamento de remuneração variável tanto aos membros dos conselhos diretivos, quanto aos empregados, como também não remunera os membros de comitês. Portanto, nas tabelas 6 e 7, a seguir, são demonstrados apenas os valores referentes à remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Tabela 6- Remuneração do Conselho de Administração

Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Maurício Antônio Lopes (1)	out/12	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	-	-	-	-	14.029,65
Nilton Pinho De Bem	dez/12	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	4.171,86	2.805,93	35.037,09
Tereza Cristina Silva Cotta	ago/11	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	4.171,86	2.805,93	35.037,09
José Carlos Vaz	jul/12	ago/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	1.870,62	-	21.512,13
Antônio Salazar P. Brandão	jul/09	set/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	1.870,62	-	24.318,06
Derli Dossa	out/11	ago/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	1.870,62	-	21.512,13
Aloisio Lopes Pereira de Melo	mar/11	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	4.171,86	2.805,93	35.037,09
João Carlos Bona Garcia	set/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	3.021,24	2.805,93	11.439,03
Luís Carlos Guedes Pinto	set/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	3.021,24	2.805,93	11.439,03
José Gerardo Fontelles	set/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	5.144,21	2.805,93	13.562,00

(1) Esses valores foram devolvidos à Embrapa.

Tabela 7- Remuneração do Conselho Fiscal

Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
José Gerardo Fontelles	abr/11	jun/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	-	-	-	16.835,58
Marcelo Kalumes Reis	jun/08	mai/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	-	-	1.169,14	-	15.198,79
Aluizio Davis Neto	out/11	jun/13	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	-	-	-	-	1.402,97	-	18.238,55
Fernando José Alves dos Santos	jun/13	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	3.722,72	20.558,30
Cleide Edvirges Santos Laia	jul/13	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	3.488,90	2.805,93	17.518,55
Manuel Vitorino Sousa Neto	jul/13	-	-	-	-	-	-	-	2.805,93	2.805,93	2.805,93	2.805,93	3.488,90	2.805,93	17.518,55

3.4 Informações sobre as alçadas decisórias relacionadas à aprovação de ato ou contrato.

O Estatuto da Embrapa, Art 21, inciso VII, incumbe ao Presidente da Embrapa assinar ou delegar poderes para assinatura de convênios, ajustes e contratos. Os atos normativos vigentes que delegam essas competências são:

- Portaria nº 828, de 24.06.2013 - BCA 26/2013 - Delegando competência à Diretora Executiva de Administração e Finanças para firmar, em nome da Embrapa, contratos, convênios, acordos e ajustes.
- Resolução Normativa (RN) nº 24/2013, BCA 27-Extra-2013 - pela qual o Presidente aprova norma que delega competência em processos licitatórios, ou seja, regulamenta as autoridades dos processos licitatórios da Embrapa.
- RN 08/2011, BCA 31/2011 - Delega competência aos chefes-gerais ou gerentes-gerais das UDs para firmarem, como representantes da Embrapa, contratos, convênios.... e as restrições previstas na Resolução.
- RN 09/2011, BCA 31/2011 - Delega competência aos chefes-gerais ou gerentes-gerais das UDs para, em âmbito internacional, sob o orientação e supervisão da SRI, articular, elaborar e firmar, como representantes da Embrapa.

3.5 Parecer da unidade de auditoria interna conforme disposto no Decreto Federal nº 3.591/2000.

A Assessoria de Auditoria Interna da Embrapa (AUD) apresentou ao CONSAD e ao Conselho Fiscal o parecer abaixo transcrito:

“Em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com suas alterações, na Decisão Normativa TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, a Unidade de Auditoria Interna (AUD), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), procedeu aos exames sobre a Prestação de Contas Anual da Instituição relativa ao exercício de 2013.

As recomendações expedidas pela AUD, no exercício de 2013, constam dos seus 48 relatórios gerados, frutos do trabalho de campo em suas Unidades e Instituições Conveniadas. No que tange ao acompanhamento realizado durante o exercício em referência, verificou-se que as recomendações, em parte, foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas. Segue a transcrição do Parecer da auditoria.

DO PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Parecer da Unidade de Auditoria Interna, relativo à auditoria contábil, exercício 2013, apontou ressalvas quanto aos seguintes aspectos:

- A apropriação em janeiro de 2013, em Adiantamento a Pessoal (Conta Contábil 1.1.2.4.2.02.00 – 1/3 Férias-Adiantamento), no valor de R\$ 10.584.135,13, que foi adiantado e contabilizado como despesa no exercício de 2012, não observando ao Princípio da Competência (art. 177, da Lei nº 6.404/1976 e art. 9º da Resolução CFC nº 1.282/2010), o que impactou o resultado do exercício.

- A ausência de informação sobre a destinação dada aos R\$ 36.059.016,82, baixados no exercício de 2013, na Conta Contábil 1.2.1.2.3.00.00 – Depósitos para Recursos, a existência de R\$ 133.780.286,87, na Caixa Econômica Federal, vinculados ao CNPJ da Embrapa, referentes a depósitos judiciais ou recursais, sem registro contábil, e a utilização de relatório da Assessoria Jurídica (AJU), com informações inconsistentes e incompletas para dar suporte ao saldo contábil de dezembro de 2013, no valor de R\$ 10.898.214,85, que impossibilitaram certificar a posição patrimonial de Depósitos Realizáveis a Longo Prazo.
- Em relação ao Imobilizado, os valores constantes do relatório emitido pela Coordenadoria de Gestão de Patrimônio (CGP) não refletem os valores apresentados nas demonstrações contábeis em dezembro de 2013, não sendo possível confirmar o montante registrado no Imobilizado. Para Imóveis, no valor de R\$ 651.764.829,43, composto pelo subelemento da Conta Contábil 1.4.2.1.1.00.00, a CGP informou o total de R\$ 675.766.141,40, com diferença a maior de R\$ 24.001.311,97. Para Móveis, no valor de R\$ 720.784.882,39, composto pelo subelemento da Conta Contábil 1.4.2.1.2.00.00, a CGP informou o total de R\$ 699.998.351,51, com diferença a menor de R\$ 20.786.130,88. Para Depreciações, no valor de R\$ 634.434.364,57, a CGP informou o total de R\$ 500.095.671,00, com diferença a menor de R\$ 134.338.693,57.

DA RESPONSABILIDADE PELA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO PARA A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Departamento de Administração Financeira (DAF) é o responsável, no âmbito da Embrapa, pela manutenção de estrutura e de controles internos para a elaboração das demonstrações contábeis e pela garantia do atendimento dos objetivos estratégicos no que tange a execução orçamentária da Embrapa.

DA CAPACIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Em relação ao ambiente de controle, a Embrapa, sob o assessoramento da Área Jurídica da Empresa e por demanda dos gestores, mantém atualizada a normatização de seus processos administrativos. Os empregados são informados por meio dos canais de comunicação internos sobre as alterações e publicações das normas. As normas da Embrapa, também, encontram-se disponíveis a todos empregados na intranet da Empresa.

Quanto à avaliação de risco, a AUD adotou durante o exercício de 2013, as seguintes metodologias baseadas no risco:

a. Unidades Centrais e Descentralizadas:

- As unidades da Embrapa são auditadas pelo menos uma vez a cada dois anos.
- Criticidade Pretérita, por conhecer o histórico de não conformidades, programamos as Unidades que são auditadas todos os anos.

b. Entidades Conveniadas:

- São analisadas as Entidades com aporte financeiro igual ou superior a R\$ 200.000,00, enfatizando as instituições que aplicaram recursos do PAC-Embrapa nos exercícios 2011/2012.

DA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ATESTE PERIÓDICOS DA EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Não está institucionalizada, no âmbito da Embrapa, avaliação e ateste periódicos da eficácia dos controles internos por parte da alta administração da Embrapa.

DA SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Parecer dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Contábeis da Embrapa do exercício 2013, apresentou a seguinte opinião:

Examinamos o Balanço Patrimonial da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, levantados em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixas correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “3”, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Durante o ano de 2009, foram aprovados diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Embrapa não realizou estudos para determinar a vida útil econômica e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, e continua depreciando seu ativo imobilizado as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais. Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que estes ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes decorrentes do mencionado no parágrafo “3”, com base em nossos exames, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo “1” representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer em 22 de março de 2013, com ressalva quanto a: 1) não realização de estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado; 2) não realização da reserva respectiva da CM ESPECIAL – LEI 8200/91 no valor de R\$ 30.719 mil existente no Patrimônio Líquido; 3) não apresentação adequada do balanço patrimonial e da

demonstração das mutações do patrimônio líquido tendo em vista o registro sob o título de “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

DA CERTIFICAÇÃO QUE A ALTA GERÊNCIA TOMA CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA AUDITORIA INTERNA

O Conselho de Administração (Consad) e a Presidência da Embrapa recebem cópia de todos os Relatórios de Auditoria elaborados pela AUD, bem como do Sumário Executivo contendo o resumo dos pontos descritos nos Relatórios. O Sumário Executivo também é encaminhado ao Conselho Fiscal da Embrapa (Confis).

DA SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO À ALTA GERÊNCIA SOBRE OS RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS

A comunicação à alta gerência é realizada por meio do envio do Relatório, conforme descrito no item anterior. Durante o exercício, o Chefe da AUD participou das reuniões do Consad, quando foi oportunizada a comunicação dos principais resultados dos trabalhos de auditoria.

Quanto ao Confis, o chefe da AUD participou das reuniões durante todo o exercício, e os apontamentos de auditoria, sempre constam das pautas das referidas reuniões.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de opinião que a prestação de contas anual da Embrapa, relativa ao exercício de 2013, está em condições de ser submetida à apreciação da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU/PR e ao Tribunal de Contas da União (TCU), ressalvados os pontos constantes do Parecer da Unidade de Auditoria Interna – Demonstrações Contábeis – Exercício 2013, mencionados no presente Parecer.”

3.6 Informações sobre qualidade e suficiência dos controles internos da empresa.

O processo de monitoramento, acompanhamento das metas anuais e avaliação do desempenho institucional da Embrapa vigente desde 1998 está em reformulação. A proposta de sistema de avaliação, elaborada com base nas orientações recebidas e na própria experiência da Empresa, nos últimos 15 anos, foi submetida à consideração da Diretoria Executiva. Após uma primeira análise e ajustes foram aprovados os termos gerais do novo modelo de avaliação, com a orientação expressa de submetê-lo a uma análise prévia das unidades e de seus empregados.

O novo modelo de avaliação de desempenho institucional e programático, depois de submetido à consulta corporativa, em outubro/novembro de 2013, foi apresentado e analisado por todos os gestores da Empresa. A proposta de sistema de avaliação, após o processo de consulta foi revisada e detalhada visando a sua implantação em 2014 na fase de teste e em 2015 em produção, valendo salientar que a este processo de avaliação será integrada a avaliação de desempenho de equipes de trabalho.

O novo modelo propõe integrar às etapas de planejamento, execução, avaliação e a adoção de medidas corretivas num processo único de gestão de desempenho - o institucional (unidades), o programático (portfólios e arranjos) e a de equipes. Portanto, o planejamento e a avaliação individual passam a ser uma decorrência das contribuições do conjunto de empregados/equipes à

execução das metas institucionais e/ou programáticas. Isso representa uma quebra de paradigma na prática da gestão de pessoas na Empresa, muito arraigada à gestão individual e não à de equipes.

No caso da avaliação institucional avaliar-se-á o desempenho das unidades da Embrapa, o que inclui os centros de pesquisa, as unidades de serviços e as unidades centrais. Já no caso da avaliação programática, serão avaliados os portfólios e arranjos por meio da carteira de projetos que estão em processo de implantação na Empresa. Como cada meta está associada uma equipe de pessoas, a gestão de desempenho das equipes será feita com base no papel da equipe e de seus membros na execução das atividades programadas, na obtenção dos resultados e nas formas de entrega que evidenciarão o cumprimento ou não da meta.

O Ambiente de Controle existe, visualizado dentro da perspectiva da melhoria contínua e na expectativa de que aspectos deverão ser aprimorados. Como exemplo de controle, podemos citar o Sistema de Informação à Decisão Estratégica – SIDE é uma base de dados integradora de informações de outros sistemas da Empresa, como o AINFO (publicações), Ideare e SISGP (programação da pesquisa e seu monitoramento de execução), SAIC (contratos), SIEVE (eventos). A partir de 2014, esse sistema integrador vem passando por um processo de ajustamento e robustecimento para adequar-se ao INTEGRO e suas vertentes. Face à complexidade do processo de produção da Empresa, a implementação e validação de ajustes nesses sistemas será gradativo, como forma de manter a segurança e fidedignidade das informações, além da necessidade de adoção de novos padrões comportamentais afetos à cultura organizacional, para fins de se ajustar aos novos modelos de avaliação.

Avaliação de Risco – Existem sistemas e ações isoladas relativas à gestão de riscos na Empresa, alinhados com as áreas administrativas (riscos de acidentes pessoais do trabalhador, prevenção contra danos patrimoniais, segurança da informação e outros) e de produção técnico-científica e de transferência de tecnologia, base do sistema Integro anteriormente citado. Em 2014, a Diretoria-Executiva da Embrapa está elaborando estudos de reestruturação de governança da Empresa, com isso será institucionalizado um setor que agregará competências pessoais e profissionais que tratarão da gestão de riscos da Empresa, com isso pretende-se que as orientações institucionais serão emanadas de forma coerente e com base na Agenda Institucional da Embrapa.

Atividades de Controle – Na área administrativa, as atividades orçamentário-financeira, patrimonial e de pessoas são parametrizadas no arcabouço legal, divulgada por normas de procedimentos aprovadas e dada publicidade pelo Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) da Empresa, tendo um gestor responsável, denominado como Unidade Central.

Informação e Comunicação – Os sistemas de informação da Empresa estão sempre passando por revisão de melhoria, a exemplo do II PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) e na consecução da política que integra a Segurança da Informação. Essas ações, em conjunto com as iniciativas que convergem para a implantação do INTEGRO, tratam essencialmente de fluxos de informação da produção fim – P&D e TT, e de Administração da Empresa. Os controles no processo de Comunicação ocorrem por meio de reuniões e relatórios, produtos gerados pela própria área de comunicação da Empresa, com a participação do Núcleos de Comunicações existente em cada Unidade Descentralizada da Empresa, agregando informações que subsidiam a Alta Direção na tomada de decisões.

Monitoramento – O processo de monitoramento, considerado guarda-chuva de toda gestão da Empresa, ocorre por meio dos mecanismos expostos anteriormente, nivelado anualmente nas duas

reuniões que a Diretoria-Executiva promove com a participação de todos os gestores das unidades centrais e descentralizadas, em abril e novembro de cada ano.

3.7 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da empresa.

Na Embrapa fica a cargo da Auditoria Interna (AUD) o acompanhamento das sindicâncias instauradas, e, quando solicitado, é fornecida orientação jurídica pela Assessoria Jurídica(AJU). Quanto à sindicância, a base normativa aplicada é: Resolução Normativa 12/2001; e no que couber: Deliberação 50/2011, RN 22/2000. Quanto à aplicação de penalidades, utiliza-se a RN 8/2012. Os ilícitos são apurados por meio de instauração de sindicâncias.

No exercício de 2013, as sindicâncias, na medida do possível, vem sendo cadastradas pela AUD no CGU-PAD. No entanto, tem sido encontradas algumas dificuldades no cadastramento de informações. Durante o exercício, foram realizadas três reuniões com a área de Correição da CGU sobre o assunto, de sorte que a Embrapa, juntamente com a CGU, tem se empenhado na busca de soluções para as dificuldades enfrentadas no cadastro dessas informações.

A partir do exercício de 2014, a Embrapa passou a adotar a Resolução Normativa nº 9, de 27/3/2014, intitulada “Sindicância Investigativa”. Ainda sobre o assunto, a correição no âmbito da Embrapa é regida pelos seguintes normativos externos: “Manual de Direito Disciplinar para Empresas Estatais”, Instrução Normativa CGU Nº 4, de 17/2/2009, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e jurisprudência trabalhista.

As sindicâncias no âmbito da Embrapa podem ser instauradas por todos os Chefes-Gerais de Unidades Descentralizadas, os Chefes de Unidades Centrais e o Presidente. A condução dos trabalhos é realizada por empregados designados pela autoridade competente para sindicâncias específicas e a decisão sobre a imputação ou não de responsabilidade é da autoridade instauradora, podendo a seu critério, solicitar parecer da Assessoria Jurídica (AJU) para embasar sua decisão. O acompanhamento dos trabalhos em relação à execução, conforme os ritos definidos em normativos internos é realizado pela Assessoria de Auditoria Interna (AUD).

Durante o exercício de 2013 foram instauradas 60 sindicâncias e concluídas 75, dessas 21 se referem à sindicâncias instauradas em 2013 e 54 à sindicâncias instauradas em exercícios anteriores.

A Embrapa não possui em seu organograma uma Unidade de Correição, sendo que as sindicâncias são acompanhadas pela Assessoria de Auditoria Interna, no entanto, os Chefes das Unidades e o Presidente são as autoridades instauradoras de sindicâncias.

3.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente ou auditor independente contemplando:

a) identificação da empresa ou do auditor independente;

Metrópole Comércio, Serviços e Soluções Empresarias Ltda., CNPJ nº 07.843.902/0001-39, Inscrição Estadual nº 07.474.461/001-38. Localizada à SRTVN, Quadra 701, Conj. C – Nº. 124 Bloco A – 710/711 - Centro Empresarial Norte – Brasília-DF.

b) os critérios para contratação;

Contratação por meio de pregão. O critério adotado foi a compatibilidade do menor preço com o valor estimado da licitação e a compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

d) a identificação de outros serviços prestados pela empresa ou por auditor independente à empresa, que não sejam relacionados à atividade de auditoria externa;

- Planejamento Tributário
- Consultoria Empresarial
- Organização do Controle Interno
- Auditoria Interna
- Auditoria de Fraude
- Duo-Diligence
- Gestão Patrimonial
- Teste de Impairment
- Inteligência e Investigação Empresarial
- Planejamento Estratégico
- Estudo de Viabilidade
- Perícia
- Gestão de Riscos
- Contencioso Fiscal
- Consultoria Tributária

d) o montante total de remuneração da empresa de auditoria ou dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados.

Valor do serviço contratado foi de R\$ 29.800,00, exclusivamente para a análise contábil da Embrapa referente ao exercício 2013.

3.9 Informações sobre indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

Conforme citado no item 3.6, no exercício de 2013, o processo de gestão do desempenho institucional estava em fase de reformulação, portanto, nesse período, e considerando a amplitude e profundidade que envolve o assunto, especialmente se considerarmos a complexidade da Embrapa, não houve avaliação institucional. Assim, o novo modelo de monitoramento e avaliação do desempenho se encontra em desenvolvimento, e deverá ser testado para efeito de validação em 2014. Em 2013, foi utilizado um modelo de transição, estabelecendo-se indicadores específicos para os Centros de Pesquisa, baseado em um conjunto geral de indicadores para o monitoramento das metas em P&D, TT e gestão, a seguir descritos:

- Indicadores utilizados para Pesquisa e Desenvolvimento: Qualificação de Produção Técnico-científica; Capacidade de liderança em Projetos P&D; Contratos de Desenvolvimento de TPP; Patentes Protegidas/Requeridas e Cultivares Protegidas/Registradas; Parcerias entre os Centros de Pesquisa e Outros Compromissos/Desafios em P&D.
- Indicadores utilizados para Transferência de Tecnologias: Contratos de TT; Patentes/Cultivares Licenciadas e Outros Compromissos/Desafios em TT.

- Indicadores utilizados para Gestão da Unidade: Composição das fontes de financiamento - Governo Federal e Receita Própria; Composição das fontes de financiamento - Receita Indireta; Não Conformidades de Auditoria; Capacitação de Pesquisadores e Analistas e Outros Compromissos/Desafios em Gestão.

4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Informações sobre o planejamento estratégico da entidade.

A Embrapa possui uma longa tradição em planejamento estratégico, iniciada com o lançamento do seu I Plano Diretor (I PDE) em 1990, e o subsequente lançamento de quatro Planos Diretores cobrindo os horizontes 1994-1998, 1999-2003, 2004-2007 e 2008-2011. Desde o início, o planejamento é desenvolvido com base em estudos de cenários que subsidiam a formulação estratégica. No V PDE, último plano lançado, foi incluída, além da especificação das estratégias para o período de 2008 a 2011, uma reflexão para o horizonte de 2023. Esta estruturação do V PDE permitiu que, a partir de 2012, a Embrapa pudesse iniciar uma reformulação do processo de planejamento de modo a obter maior flexibilidade e celeridade na necessária adaptação às mudanças nos cenários, sem perder de vista o seu horizonte estratégico garantido pelo alcance do V PDE. É importante ressaltar que esta orientação foi respaldada pela visão estratégica do V PDE, estendida para o horizonte de 2023.

Desse modo, em 2012, a Embrapa iniciou discussão interna voltada à reformulação do processo corporativo de planejamento, que culminou com proposta de duas iniciativas de gestão:

- (1) internalização e sistematização do processo de inteligência estratégica como base para a formulação estratégica; e
- (2) realinhamento do modelo de governança e gestão.

Em 2013, tais iniciativas foram consubstanciadas nos projetos institucionais “Consolidação do Sistema Embrapa de Inteligência Estratégica – Agropensa” e “Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e de Gestão” com o propósito de desenhar e implantar o ciclo de gestão estratégica a partir do arcabouço PDCA (planejamento, execução, avaliação e correção).

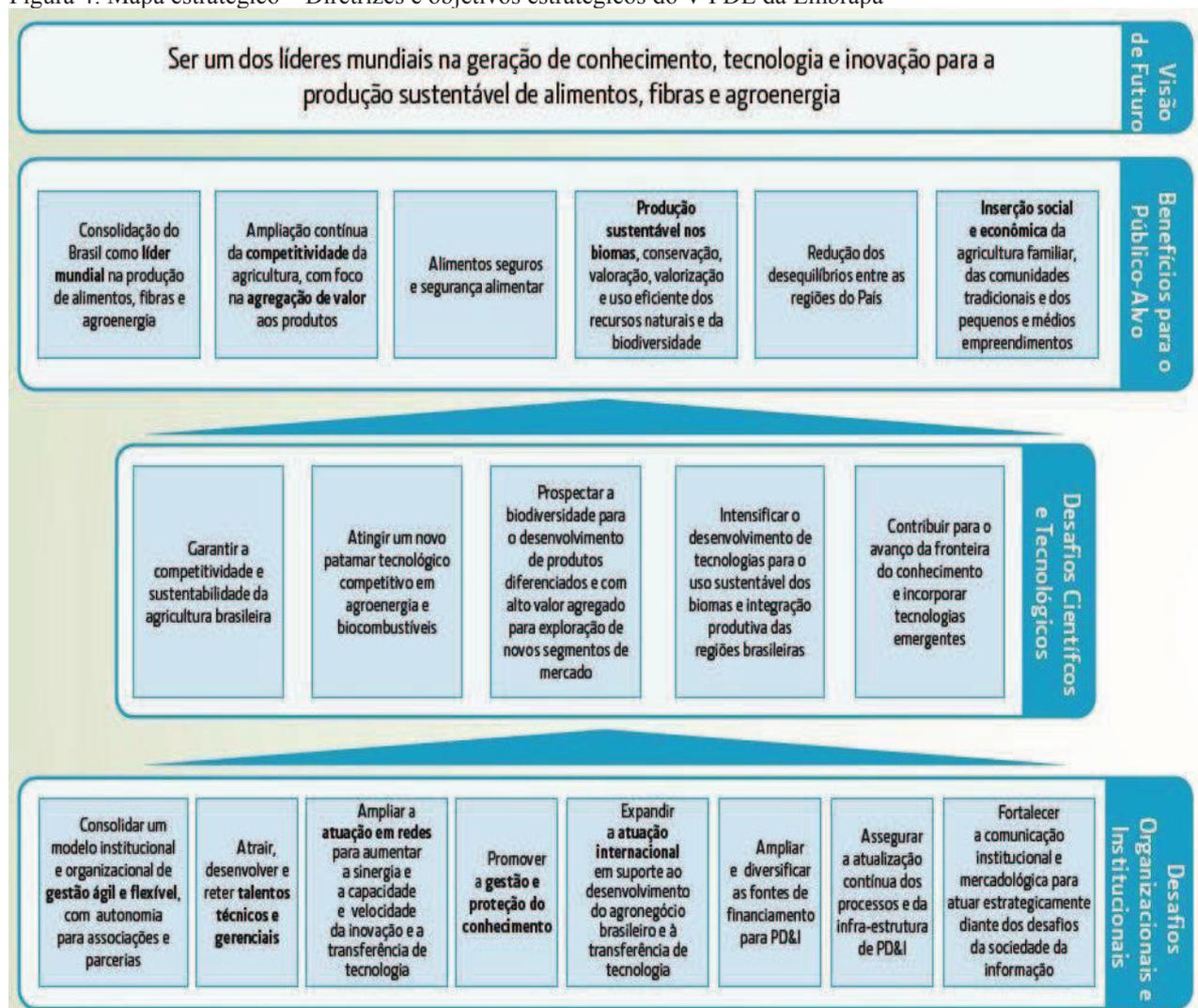
No âmbito do projeto “Consolidação do Sistema Embrapa de Inteligência Estratégica – Agropensa”, foi lançado o Sistema Agropensa, que tem por atribuição produzir e difundir conhecimento e informações em apoio à formulação de estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a Embrapa e instituições parceiras. A operação do Sistema teve início com estudos prospectivos para a construção de cenários para a agricultura tropical com horizonte 2033, identificando oportunidades e responsabilidades para o sistema nacional de inovação agropecuária. Resultará desses estudos o documento final “Visão 2013-2033 para o Setor de Inovação Agropecuária Brasileiro”, lançado em abril de 2014, que balizará a atualização do plano estratégico da Embrapa para o próximo período.

Já no que se refere ao projeto “Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e de Gestão”, três frentes coevoluem: a remodelagem dos processos e instrumentos de planejamento, a revisão da sistemática de avaliação institucional e programática e a adaptação da arquitetura institucional da Embrapa. Cabe ressaltar que tais frentes buscam alinhar mudanças recém-implantadas na gestão da Empresa, tais como a introdução de nova forma de organização da

programação técnica (portfolios e arranjos de projetos) e novas estruturas colaborativas de pesquisa (laboratórios multiusuários e unidades mistas), ao aparato gerencial/institucional existente, com os aperfeiçoamentos necessários para a consolidação de um novo sistema de gestão comprometido com o desempenho institucional em bases eficientes, eficazes e efetivas.

Até que a implantação das iniciativas antes mencionadas seja concluída, são considerados os objetivos estratégicos e resultados da gestão previstos no V PDE, representados na Figura 4.

Figura 4: Mapa estratégico – Diretrizes e objetivos estratégicos do V PDE da Embrapa



Fonte: V PDE da Embrapa.

Normalmente, as metas e resultados estratégicos são registrados no Sistema de Informação para Apoio à Decisão Estratégica (SIDE). As apurações são consolidadas e reportadas anualmente em função de resultados pactuados entre gestores e dirigentes no início do exercício (plano de metas), com base nos indicadores de desempenho estabelecidos no âmbito da Empresa. Porém, a partir de 2012, o modelo de monitoramento e avaliação do desempenho institucional foi interrompido para ser reformulado e desenvolvido um novo modelo focado em resultados corporativos. Neste período de transição a aferição das metas e resultados estão sendo feitos por meio de planilhas eletrônicas e relatórios gerenciais por unidades.

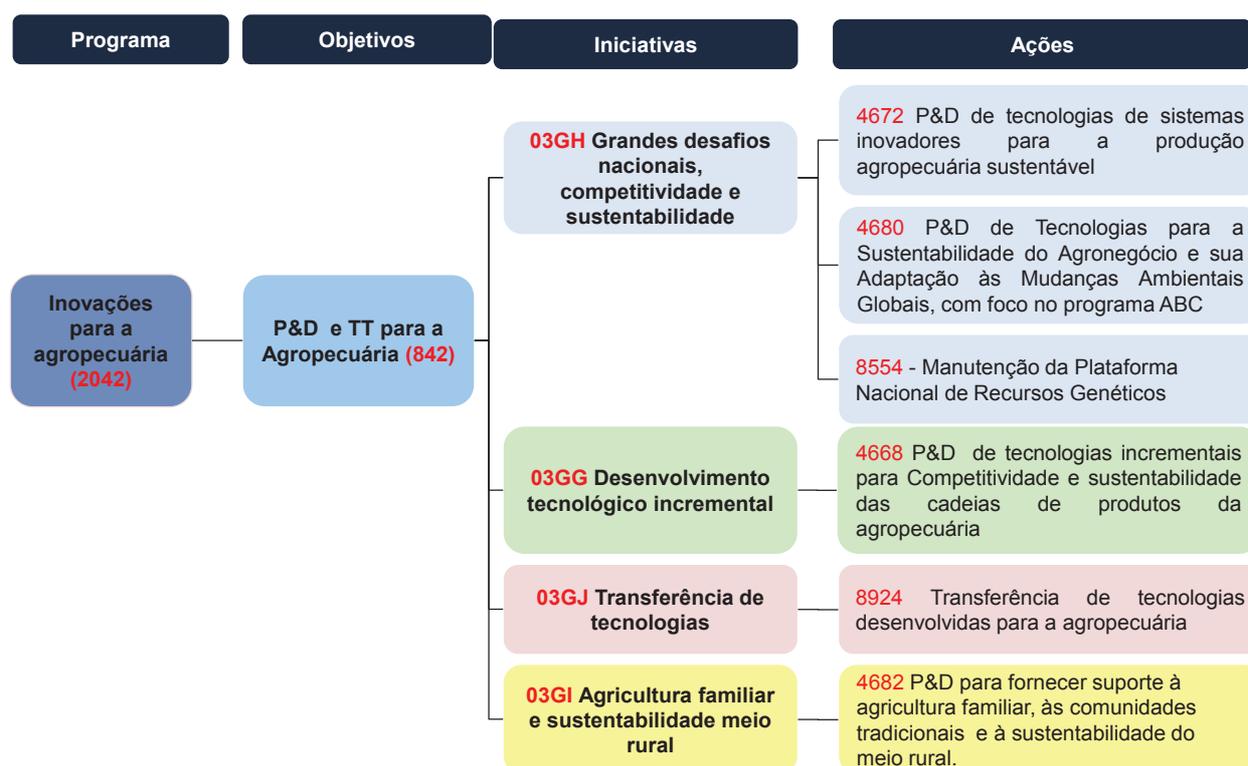
Tal sistemática está em revisão no âmbito do Projeto Especial “Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e de Gestão”. No que se refere ao processo de acompanhamento e avaliação, a proposta em construção prevê três níveis de avaliação: institucional, programática e de equipes. A nova sistemática contemplará indicadores de resultados, adoção e impacto dos processos de produção finalísticos e de gestão da Embrapa. Espera-se que a sistematização dessa nova estrutura possa facilitar a gestão de resultados da Empresa e das Unidades, dando maior visibilidade às contribuições da Embrapa para a sociedade.

Em que pese a reestruturação em curso do planejamento corporativo, o alinhamento estratégico da Embrapa com o Plano Plurianual é ponto de atenção para a Diretoria Executiva. Neste sentido, ainda que o Modelo Embrapa de Gestão esteja em processo de discussão e reformulação, a articulação da programação da Empresa com o Plano Plurianual (PPA) – 2012/2015, vem sendo viabilizada por instrumentos criados para acompanhar os trabalhos das Unidades.

A Embrapa atua no PPA 2012-2015 de forma conjunta com outras Unidades do MAPA (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) no programa Inovações para a Agropecuária. Nesse programa, a Empresa é responsável especificamente por dois objetivos e as respectivas metas e indicadores, além de outras entregas que vêm ocorrendo ao longo dos anos, obtidas por meio de projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional. Os objetivos e metas sob a responsabilidade da Embrapa estão ilustrados e detalhados nas Figs. 5 e 6.

Objetivo: Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

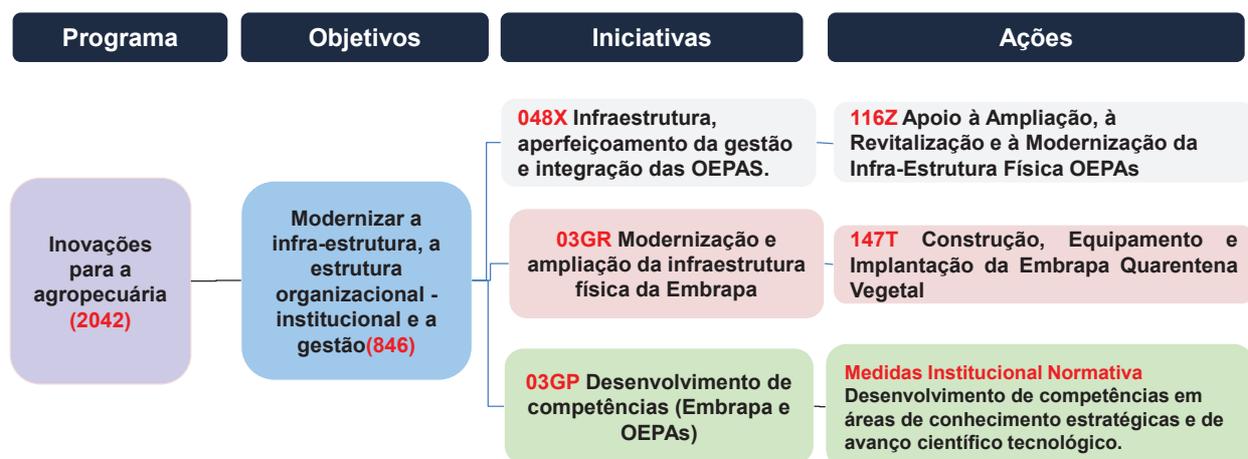
Figura 5: Estrutura dos objetivos de P&D e de TT do programa Inovações para a Agropecuária



Esse objetivo tem como metas: (i) Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC); (ii) Estabelecer 02 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); (iii) Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano.

Objetivo: Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

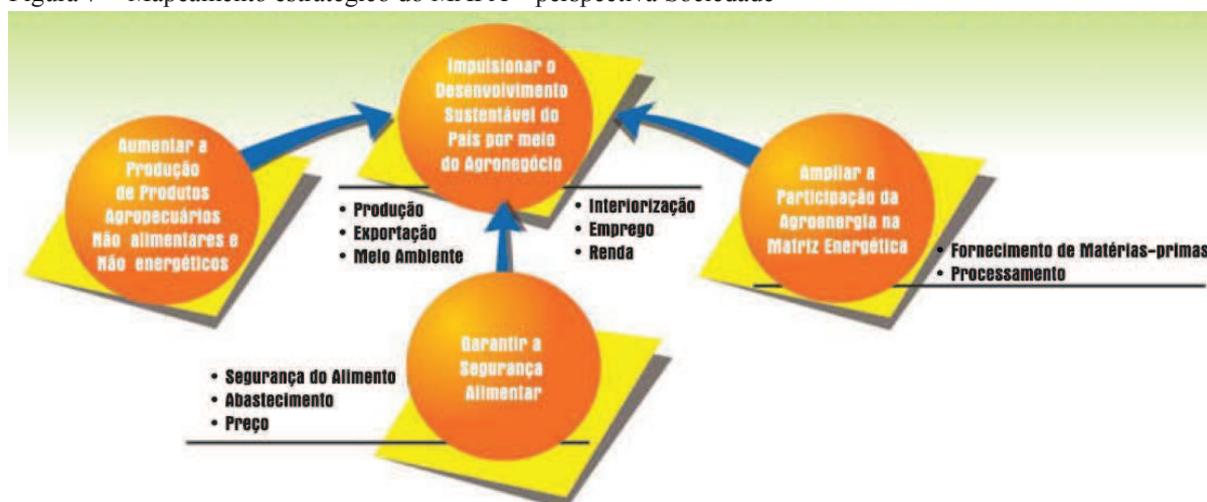
Figura 6: Estrutura dos objetivos de modernização do programa Inovações para a Agropecuária



Esse objetivo tem como metas: (i) Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF); (ii) Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs, por meio da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa; (iii) Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs, por meio do aperfeiçoamento de profissionais em cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa.

Por outro lado, o alinhamento estratégico da Embrapa com o MAPA é feito dentro da perspectiva de atendimento à sociedade, enunciada no mapa estratégico do Ministério e composta por quatro objetivos, conforme ilustra a Figura 7.

Figura 7 - Mapeamento estratégico do MAPA – perspectiva Sociedade



Fonte: Plano Estratégico do MAPA 2006-2015

Os objetivos preconizados por essa perspectiva equivalem aos objetivos setoriais destacados no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal. A Embrapa apresenta maior vinculação aos grandes objetivos associados a: Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio e Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética. O atendimento aos compromissos de responsabilidade da Embrapa é orientado com base no Programa 2042 “Inovações para a Agropecuária” discutido acima.

4.2 Principais objetivos, metas e resultados de aplicação de recursos destinados ao Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa.

Conforme expresso anteriormente em 2011, o PAC da Embrapa foi concluído no que tange a repasses orçamentário-financeiros e efetivada a execução física restante até 2012, não havendo, portanto, qualquer tipo de execução em 2013 do referido Programa de governo.

A descrição detalhada do programa, com seus objetivos, projetos e metas, encontra-se registrada na publicação *Portfólio PAC Embrapa*, que traz em 294 páginas os principais resultados que foram obtidos durante o seu período de execução, ocorrido entre os anos de 2008 e 2011 (publicação disponível em <http://ebookbrowse.com/portfolio-pac-embrapa-pdf-d359278033>).

4.3 Demonstração, de forma sucinta, sobre o plano de atuação das unidades descentralizadas em relação aos objetivos definidos no plano estratégico da entidade.

Neste item, torna-se oportuno se explicitar que a Empresa está vivenciando um processo de revisão do seu atual Plano Diretor (PDE), bem como dos instrumentos táticos dentro dos quais se enquadram os Planos Diretores de Unidades (PDU), que deverão sofrer alterações, não mais sendo um plano estático, mas uma Agenda dinâmica, flexível e adaptável às mudanças do ambiente o que, para tanto, deverá estar lincada com o processo de captação dos sinais externos e inteligência da Empresa, bem como de mecanismo “fast-track” capaz de internalizar com rapidez demandas emergenciais e incorporá-las no sistema de produção da Empresa. Essa revisão está se processando no escopo do Projeto Especial Modernização e Alinhamento dos Instrumentos de Governança e Gestão da Embrapa.

Em 2013, no contexto do referido Projeto Especial discutiu-se com lideranças das Unidades o real papel e a efetividade dos Planos Diretores de Unidades, bem como a necessidade de se revisar os sistemas de elaboração de metas anuais e de sua sintonia com as definições táticas e estratégicas corporativas. Dado o fato de a Empresa se encontrar em transição sobre seus instrumentos de gestão, e para efeito deste Relatório sobre as ações ocorridas no exercício anterior, as grandes balizas ainda se apoiam nos instrumentos em vigor, tanto no V PDE quanto nos PDUs de grande parte das Unidades Descentralizadas, até que os novos instrumentos sejam de fato implementados ao longo do período 2014-2015, valendo salientar que torna-se premente enfatizar que a dinâmica do país e do mundo, com mudanças constantes sobre fatores políticos, econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos exigem mecanismos de gestão com respostas mais ágeis. Para reforçar, é oportuno ainda, referir-se sobre o documento de Visão da Empresa, em fase de construção, alertando para o fato de que tal documento expressa um momento e que mais importante que o documento em si, enquanto material estático, é a compreensão e vivência do processo de visão, sujeito igualmente a ajustes ao longo do percurso.

Pode-se ainda, inferir que as ações das Unidades estão sendo monitoradas pelo Sistema de Gerenciamento da Programação da Embrapa (Ideare) e Sistema de Gestão da Carteira de Projetos (SISGP), que são os sistemas de inserção e monitoramento de projetos de pesquisa, respectivamente, os quais permitem o acompanhamento e avaliação das Unidades, bem como as ações monitoradas e medidas pelo Sistema de Informação para Apoio à Decisão Estratégica (SIDE), que integra vários sistemas internos de produção da Empresa, como o próprio Ideare, AINFO (que controle as publicações geradas pelas unidades), Sistema de Acompanhamento de Instrumentos Contratuais (SAIC) e Sistema de Eventos da Embrapa (SIEVE).

Normalmente, as metas e resultados estratégicos são registrados no Sistema de Informação para Apoio à Decisão Estratégica. As apurações são consolidadas e reportadas anualmente em função de resultados pactuados entre gestores e dirigentes no início do exercício (plano de metas), com base nos indicadores de desempenho estabelecidos no âmbito da Empresa. Porém, em 2013, o sistema de monitoramento e avaliação do desempenho institucional iniciou processo de reformulação e desenvolvimento de um novo sistema focado em resultados corporativos, atrelando a produção programática e institucional e de equipes, o qual deverá estar sendo implantado em 2014. Neste período de transição, a aferição das metas e resultados foram realizados por meio de planilhas eletrônicas e lançados no SIDE.

4.4 Demonstração dos resultados da atuação da empresa em relação às metas físicas e financeiras das ações de sua responsabilidade na Lei Orçamentária Anual (LOA) contemplando as justificativas para as disparidades relevantes entre as metas planejadas e as executadas e suas causas.

As demonstrações das ações programadas na LOA e respectivas execuções orçamentárias estão descritas na tabela 8 - ANEXO VIII deste relatório.

5. ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

5.1 Garantia da competitividade e sustentabilidade da agricultura brasileira

5.1.1 Principais ações e os resultados alcançados relacionados à intensificação das pesquisas orientadas para saltos de produtividade, melhoria e qualidade e aumento do valor agregado de produtos contemplando, no mínimo: principais tecnologias em desenvolvimento e validadas no exercício para utilização de insumos, automação de sistemas de produção e redução de perdas, por produtos, quantificando, quando possível, os avanços obtidos.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Em 2013, foram implementadas carteiras de projetos (**portfólios e arranjos de projetos**) com o objetivo de melhorar a gestão temática, identificação de lacunas de pesquisa e transferência de tecnologias e contribuição com políticas públicas. No tópico em questão, foram organizadas as seguintes carteiras:

Suprimento de Nutrientes para a Agricultura, com o objetivo de gerar, validar e transferir tecnologias que permitam o suprimento sustentável e eficiente de nutrientes para a agricultura brasileira;

Automação, com os objetivos de aumentar a eficiência e a capacidade de operação e de monitoramento do sistema de produção agrícola, pecuária e florestal por meio da automação em todos os elos da cadeia de produção e níveis, desde pequeno ao grande produtor; reduzir o gargalo da demanda crescente de mão de obra e propiciar melhor qualidade de vida e de trabalho por meio da automação; e induzir a convergência e integração das ciências agrárias, animais e florestais com a biologia, física, química e matemática, engenharias e tecnologia da informação e comunicação para aumentar a eficiência de produção, qualidade e rastreabilidade do produto, minimização do impacto ambiental, aumento da segurança, capacidade e redução do custo de trabalho.

Sanidade Animal, visando o diagnóstico, o controle, prevenção e/ou erradicação de agentes de doenças animais, por meio de ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia no âmbito do território nacional ou, atendendo a demandas de países parceiros, em três vertentes:

- a) Ações de pesquisa relacionadas aos agentes de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) ou segurança dos alimentos de origem animal;
- b) Ações de pesquisa relacionadas a agentes de doenças de importância estratégica para o sistema de defesa sanitária e;
- c) Ações de pesquisa relacionadas aos agentes de doenças responsáveis por prejuízos na produção animal.

As principais tecnologias e avanços do conhecimento obtidas pela Embrapa e parceiros no exercício de 2013 relacionadas ao aumento da produtividade e de valor agregado de produtos agropecuários, redução de perdas, utilização de insumos e automação são relacionadas aos produtos abaixo. Estas tecnologias estão relacionadas aos temas melhoramento genético animal e vegetal, biotecnologia, sanidade animal e vegetal, pós-colheita de frutos, máquinas e softwares.

Bovinos

Foram elaborados o sumário de avaliação genômica das raças Hereford e Braford para resistência ao carrapato e o Sumário de Touros da raça Gir Leiteiro e Guzerá. O primeiro sumário, primeiro no Brasil a utilizar dados genômicos e primeiro no mundo envolvendo resistência a carrapato, torna disponível aos criadores de bovinos de corte de forma inovadora e exclusiva, a diferença esperada na progênie em escala genômica (DEPG). Com base nestes dados genômicos, associado às informações fenotípicas e de pedigree de touros-pais, os produtores poderão selecionar reprodutores com maior precisão, elevando assim a qualidade dos seus plantéis. Isso facilita a formação de linhagens de bovinos mais resistentes ao carrapato para serem criadas em áreas de prevalência desse parasita, reduzindo a necessidade de tratamentos, custos e riscos de contaminação ambiental e de produtos de origem animal. Esses resultados também são úteis às centrais de inseminação e empresas de assessoramento genético, que poderão orientar seus clientes na escolha de genética taurina mais resistente ao carrapato para ser usada em cruzamento industrial na região tropical do país. O segundo sumário contém os resultados dos testes de progênie dos touros da raça Gir Leiteiro e Guzerá e a avaliação genética e seleção para características de importância econômica em raças zebuínas leiteiras, obtidos nos programas de melhoramento genético de ambas as raças. Os resultados obtidos são extremamente relevantes, com potencial de impacto sobre a média de produção de características produtivas e reprodutivas e sobre a venda de sêmen de touros, embriões e animais de genética superior no mercado interno e externo.

Em Rondônia, foi desenvolvido projeto para caracterizar o perfil genotípico e a situação da resistência a inseticidas piretróides e organofosforados em populações de mosca-dos-chifres. A infestação pela mosca-dos-chifres se mostra como fator limitante para a rentabilidade da pecuária em todo o mundo, embora raramente associadas à alta mortalidade. O desenvolvimento de estratégias de controle para a mosca-dos-chifres prolonga a eficiência das bases inseticidas utilizadas para o controle das infestações, oferecendo informações e opções tecnológicas viáveis de controle para este importante ectoparasita de bovinos, as quais sejam adequadas ao produtor rural e que também possam trazer ganhos de produtividade e de qualidade dos produtos advindos da bovinocultura do estado.

Ainda com foco em sanidade animal, foi avaliada uma formulação nanoestruçada para controle da mastite bovina. A mastite é uma das doenças associadas à pecuária leiteira que culmina em maiores perdas econômicas, sejam elas associadas à perda de produção, como descarte prematuro de animais, descarte de leite, queda de qualidade e de rendimento industrial do leite ou pelo potencial risco à saúde pública. Esta formulação avaliada diferencia-se das demais presentes no mercado por ser capaz de direcionar o antibiótico para os compartimentos intracelulares da glândula mamária e assim favorecendo o combate à mastite estafilocócia, umas das mais difíceis de ser controlada.

Com foco nos sistemas de integrados de lavoura e pecuária, foram realizadas avaliações do sistema integrado de produção de "boi safrinha" adaptado para a região Oeste da Bahia. O resultado consiste num sistema integrado de recria e terminação de bovinos de corte na entressafra de grandes culturas, com as recomendações técnicas para utilização da estratégia para maximização de uso da

terra, o que proporciona aumento da lucratividade do sistema, evitando-se a abertura de novas áreas de Cerrado nativo. Além da produção de alimento na entressafra, os principais benefícios para os produtores que adotarem este sistema são: melhoria das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo; redução da ocorrência de doenças, insetos, pragas e plantas daninhas; maior produtividade das plantas e dos animais; e redução de riscos pela diversificação de atividades.

Suínos

As populações invasoras de javali (*Sus scrofa*), espécie exótica que atualmente ocorre de forma livre no Brasil, constituem-se de grande perigo para a produção comercial de suínos domésticos devido ao risco de transmissão de doenças. Além disso, causam grande impacto às culturas agrícolas e na flora e fauna nativas. Em vista disso, o programa de vigilância epidemiológica e manejo populacional de suídeos asselvajados na área livre de Peste Suína Clássica visa desenvolver mecanismos de controle das populações de javali. Como resultado inicial a Embrapa apoiou tecnicamente o Ibama na elaboração da Instrução Normativa 003/2013-Ibama contemplando os mecanismos que permitem a gestão do programa de controle da população de javalis, disponível em site específico¹.

No escopo dessa iniciativa conjunta Embrapa-Ibama são contempladas ações de prevenção, detecção, manejo e monitoramento da espécie em todo o território nacional também estão sendo realizadas, assim como ações de comunicação por meio da elaboração e divulgação da cartilha "O javali asselvajado, Norma e Medidas de Controle", elaborada sob coordenação do IBAMA e disponível, igualmente, em site específico².

Estudos sobre a patogenia e desenvolvimento de métodos de diagnóstico e controle da pasteurelose pneumônica em suínos domésticos foi realizado. Este conhecimento é essencial para o desenvolvimento de novas estratégias de controle da doença. Em termos de avanço do conhecimento, a bactéria *Pasteurella multocida* foi identificada como agente primário de lesões pneumônicas em suínos. Tradicionalmente no mundo, a *Pasteurella multocida* (Pm) é considerada como agente secundário no complexo pneumônico dos suínos. No Brasil, tem sido verificado surtos de pneumonia no campo que se suspeita serem provocados de forma primária por amostras de Pm. Neste contexto, demonstrou-se em modelo experimental com suínos livres de outros patógenos respiratórios que algumas amostras de Pm podem atuar como agente primário capaz de causar lesões graves de pneumonia, pleurite e pericardite.

Cevada

Lançada em 2013, a cultivar de cevada BRS Itanema apresenta ciclo precoce e maior tamanho de grãos, além de potencial de rendimento superior a 7.000 kg/ha com adaptação às principais regiões irrigadas de São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Seus grãos alcançam classificação média superior a 85% de Classe 1 e o malte apresenta perfil de qualidade que atende as especificações da indústria cervejeira. Com ciclo de uma semana a dez dias mais curto que as demais alternativas em cultivo (BRS Sampa e BRS Manduri), a BRS Itanema será alternativa importante e vantajosa para o mix de cultivares praticado pela indústria de malte. No Brasil, a área de cevada deverá crescer 15%, ultrapassando os 120 mil hectares.

¹http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna_silvestre_2/legislacao_fauna/2013_ibama_in_003-2013_manejo_javali.pdf

²http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna_silvestre_2/texto_para_download/javali%20asselvajado.pdf

Arroz

A cultivar de arroz BRS MA 357 foi desenvolvida especialmente para o Estado do Maranhão com o objetivo de combinar as boas características agronômicas da cultivar BRS Formoso com o amplo espectro de resistência à brusone, observado na cultivar Oryzica Llanos 4, e contribuir para o aumento da produção. A Baixada Maranhense é uma das mais tradicionais microrregiões de cultivo de arroz do Nordeste, o qual é realizado predominantemente por pequenos agricultores. A cultivar BRS MA 357 é oriunda do programa de retrocruzamento entre a cultivar comercial 'BRS Formoso' e a cultivar Oryzica Llanos 4, fonte de resistência ao fungo causador da brusone (*Magnaphorte oryzae* B. C. Couch). Preenche uma grande lacuna da orizicultura na região, atingindo produtividade média de 3.457 Kg/ha, 42,7% mais que a cultivar mais plantada atualmente na região.

Feijão

A cultivar de feijão BRS Esteio lançada em 2013 é a aposta da Embrapa para diminuir a importação anual de cerca de 100 mil toneladas do produto, já que o volume de produção é insuficiente para atender a demanda de consumo interno. A cultivar apresenta como características grãos pretos com excelentes qualidades culinárias, ciclo normal, alto potencial produtivo e moderada resistência à antracnose. O potencial produtivo da BRS Esteio, obtido a partir da média dos cinco ensaios em que essa cultivar apresentou as maiores produtividades, foi de 4.702 kg/ha.

Feijão-caupi

Uma máquina trilhadeira de grãos de feijão-caupi que realiza a debulha com índice de perdas inferiores a 1% foi desenvolvida. Este processo automatizado atende principalmente os pequenos produtores.

Ainda com relação ao feijão-caupi, foi estabelecida prática de manejo para controle da espécie daninha *Macroptilium lathiroides* (feijão-de-rôla) com herbicidas já registrados para as culturas da soja e feijão caupi. O feijão-de-rôla é infestante das culturas de soja e feijão em Mato Grosso do Sul, e sua severidade tem aumentado nos últimos anos. Até então não existe herbicida registrado junto ao MAPA para controle desta espécie daninha, mas este trabalho permitiu identificar uma gama de produtos que são eficientes no controle dessa planta daninha em diferentes fases da cultura da soja. O conhecimento gerado proporciona alternativa de manejo aos produtores de soja e de feijão-caupi em regiões onde esta espécie daninha ocorre, pois os produtos identificados como eficientes controlarão a espécie daninha *Macroptilium lathiroides* quando forem aplicados dentro das condições para os quais são atualmente registrados. Além disso, as informações científicas podem servir de base para processo de extensão de registro dos herbicidas testados para o controle desta espécie daninha nos cultivos de soja e de feijão-caupi, além de outros cultivos para os quais estes herbicidas já estejam registrados. As informações serão amplamente utilizadas por técnicos de campo, engenheiros agrônomos e consultores das regiões afetadas, durante a fase de planejamento das lavouras, principalmente de soja.

Mamão

A Embrapa desenvolveu tecnologia de uso de leveduras para controle de doenças pós-colheita de frutos de mamão. A levedura já é conhecida e pode ser associada como protetor do fruto do mamão, sem danos à saúde humana, podendo ser utilizado por produtores, atacadistas e supermercados.

Tomate

A cultivar BRS Imigrante lançada no último ano é uma cultivar de tomate para consumo *in natura* que visa atender a demanda por cultivares tolerantes a begomovírus e *Fusarium oxysporum* f. sp. *lycopersici* raça 3, dado o aumento da incidência e os danos causados por esses dois patógenos em

algumas regiões do Brasil. A cultivar apresenta tolerância às principais espécies de begomovírus e resistência às três raças do fungo *Fusarium oxysporum* f. sp. *lycopersici*. Também se destaca pela firmeza e tamanho dos frutos, pelo sabor adocicado (4,5°brix) e pela durabilidade pós-colheita. A nova cultivar apresenta ciclo médio, porte do tipo “meia-estaca”, e potencial produtivo de até 480 caixas de 25 kg por mil plantas.

Trigo

A Cultivar de trigo BRS Parrudo lançada no ano passado apresenta potencial produtivo superior a 5.000 kg/ha e elevado teor de glúten, sendo enquadrada na classe comercial melhorador, que é uma demanda dos moinhos para atender à indústria. Planta com arquitetura diferenciada (porte baixo, colmo resistente e folhas eretas), resistência ao acamamento, fertilidade de espiga elevada, sanidade de folha e espiga. A cultivar tem outras qualidades, ela apresenta ciclo precoce a médio; espigamento em 85 dias e maturação em 135 dias. Possui resistência ao oídio e ao vírus do mosaico do trigo e moderada resistência a giberela e manchas foliares. É resistente à geadas na fase vegetativa e ao crestamento; tem moderada resistência à debulha. Pela classificação como trigo melhorador, este trigo pode ser empregado na produção de massas alimentícias secas, biscoitos tipo cracker, panificação industrial, podendo ainda ser usado em mesclas com trigo de força de glúten mais fraca para panificação em geral.

Soja

O Brasil é líder na geração de tecnologias de produção de soja para regiões tropicais e tem sido um dos poucos com condições de atender demandas do mercado consumidor de soja convencional. A Embrapa lançou mais três de cultivares de soja para o Cerrado: BRS 7580, BRS 7980 e BRS 8381. A cultivar de soja BRS 7580 apresenta bom potencial produtivo com estabilidade, precocidade ideal para o sistema soja/milho safrinha e é pouco exigente em fertilidade de solo. Apresenta tipo de crescimento determinado, flor de cor roxa, hilo preto, resistência ao acamamento e ciclo médio de 100 a 117 dias. Possui resistência à pústula bacteriana, cancro da haste, vírus da necrose da haste, ao nematoide do cisto e moderada resistência à mancha "olho de rã" e ao crestamento bacteriano e é indicada para os estados de GO, DF, MT, MG e BA.

A cultivar de soja BRS 7980 apresenta potencial produtivo com estabilidade e precocidade - ideal para sistema soja/milho safrinha. Apresenta tipo de crescimento determinado, flor de cor branca, hilo preto, moderada resistência ao acamamento e ciclo médio de 104-120 dias. Possui resistência à mancha "olho de rã", pústula bacteriana, cancro da haste, nematoide do cisto, nematoide *M. incógnita* e *M. javanica*, e moderada resistência à podridão de fitóftora e ao crestamento bacteriano e é indicada para os estados de GO, DF, MT, MG e BA.

A cultivar BRS 8381 apresenta resistência às principais doenças que ocorrem na soja (pústula bacteriana, cancro da haste e ao mosaico comum da soja) e alto potencial produtivo nos locais onde foi testada. Apresenta tipo de crescimento semideterminado, hábito de crescimento ereto, cor de flor roxa, cor de pubescência cinza, cor de vagem marrom-escura, cor do tegumento da semente amarela, cor do hilo preto-imperfeita e reação à peroxidase positiva e é indicada para os estados de GO, DF, MT, MG, BA e TO.

Forrageiras

Visando contribuir para a ampliação da produtividade dos sistemas de produção de bovinos, foram desenvolvidas as cultivares de plantas forrageiras BRS Paiaguás, a BRS Zuri e a BRS Kurumi.

A BRS Paiaguás é uma cultivar de *Brachiaria* que apresenta como grande vantagem um maior acúmulo de forragem com melhor valor nutritivo no período seco, resultando em maiores ganhos de

peso por animal e por área. Na média de três anos produziu um ganho de peso vivo por área de 45 kg/ha/ano a mais que o capim-piatã, usado como testemunha. Também, é excelente opção para a diversificação de pastagens em solos de média fertilidade nos Cerrados e apresentam bom controle de invasoras sob pastejo intensivo. Na integração lavoura-pecuária é de fácil utilização com milho safrinha, para produção de forragem de outono-inverno e de palhada para plantio direto. Sua dessecação requer baixas doses de herbicida.

A BRS Zuri é uma cultivar de *Panicum maximum* que foi selecionada com base na produtividade, vigor, capacidade de suporte, desempenho animal, resistência às cigarrinhas-das-pastagens e resistência à mancha foliar causada pelo fungo *Bipolaris maydis*. É recomendada para solos de média a alta fertilidade. Apresenta tolerância moderada ao encharcamento do solo, porém se desenvolve melhor em solos bem drenados, sendo uma opção para diversificação de pastagens nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

A BRS Kurumi é uma cultivar de capim-elefante anão (*Pennisetum purpureum*), altamente produtiva e adaptada às regiões Sul, Cerrado e Amazônia. Caracteriza-se por apresentar touceiras de formato semi-aberto, folha e colmo de cor verde, entrenós mais curtos sem alterar a quantidade de folhas, o que confere maior qualidade da forragem e facilidade de manejo. Apresenta crescimento vegetativo vigoroso com rápida expansão foliar, intenso perfilhamento (maior capacidade de rebrote) e porte baixo. Como pontos fortes destaca-se o alto potencial de produção de forragem com excelentes características nutricionais, elevada relação folha/colmo e facilidade de manejo, o que possibilita a intensificação da produção animal com menor uso de concentrado.

Amendoim

A obtenção de cultivares de amendoim menos sensíveis ao ataque de doenças é um dos objetivos do programa de melhoramento genético da espécie, capaz de aumentar a produtividade da cultura e reduzir o custo da lavoura e o impacto ambiental pela menor aplicação de defensivos. Em uma das etapas deste processo, híbridos interespecíficos de amendoim portadores de resistência à mancha preta foram obtidos e disponibilizados como produtos pré-tecnológicos úteis para serem utilizados no programa.

Trigo

O software E-rastrear é um sistema de rastreabilidade digital estratégico para o atendimento a requisitos dos programas de controle de qualidade e certificação, auxiliando a produção de alimentos seguros e com qualidade e, assim, promovendo a confiança dos consumidores. A inovação deste sistema consiste na transmissão de informações sobre a procedência e a qualidade dos produtos, em tempo real e de forma segura, ao longo das etapas da cadeia produtiva. Por meio da organização de informações, permite melhorar a exatidão e a velocidade de acesso às informações, a segregação de lotes com características diferenciadas e a agregação de valor aos produtos no mercado. O potencial de utilização do sistema E-rastrear é estimado em 30% dos moinhos de trigo nos próximos 5 anos, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Banana

Para ampliar o leque de possibilidade da expressão de genes específicos, já utilizados nos respectivos programas de melhoramento genético, foram obtidos promotores modificadores de expressão gênica. Estes produtos biotecnológicos foram desenvolvidos especialmente para o programa de melhoramento do gênero *Musa*, mas são úteis para aplicação em programas de diversas culturas.

Soja

A obtenção de organismos geneticamente modificados é uma atividade da pesquisa complexa e com muitas etapas. Uma das etapas preliminares é a obtenção de promotores específicos de folhas para modificar a expressão de genes de interesse em plantas. Com este objetivo foram desenvolvidas composições e métodos que contenham o promotor específico de folhas para modificar a expressão de genes de interesse em plantas de soja.

Espécies frutíferas

A mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*) é uma praga quarentenária causadora de grande prejuízo aos produtores de espécies frutíferas. Visando o seu controle foi estabelecido um programa interinstitucional de erradicação, que contempla várias etapas e ações diferenciadas. A identificação de novos hospedeiros da mosca-da-carambola visa contribuir para o planejamento estratégico do programa e da adoção de novas formas de controle da praga.

Maracujá

Para viabilizar a produção comercial de uma espécie de fruteira nativa do Cerrado, resultando em diversificação da produção, oferta de fruta de qualidade ao consumidor final e aumento da renda do produtor, foi desenvolvido um sistema de produção para o cultivo de maracujás silvestres no Cerrado.

Pêssego

A produção de pêssego está concentrada no Sul no Brasil, o que dificulta atender mercados localizados em outras regiões. Visando atender estes mercados foi desenvolvida a cultivar de pêssego BRS Fascínio, que tem baixa exigência em frio e por isso permite seu cultivo em diversas regiões brasileiras, principalmente a Região Sudeste. Como outras características, apresenta ciclo precoce e polpa branca.

Leite

Para que a atividade leiteira seja exitosa é necessário que o produtor utilize adequadamente e de forma integrada um conjunto de conhecimentos em diferentes áreas para tornar o sistema de produção sustentável. O manejo das pastagens é um dos pontos críticos dentro do sistema de produção. Visando atender esta demanda foram elaboradas recomendações práticas de manejo de pastagens em sistemas intensivos de produção de leite (irrigação, adubação, período de descanso e de ocupação). A adoção das recomendações práticas de manejo promove aumento na produtividade leiteira por área, porque o produtor consegue passar a utilização da pastagem de 1,5 unidade animal (UA)/ha para 5 a 7 UA/ha, tendo um forte impacto para o produtor de leite.

Ações e resultados de Transferência de Tecnologia

No ano de 2013, as ações de transferência de tecnologia da Embrapa focaram nos resultados para o aumento da produtividade e competitividade da agropecuária brasileira, na elevação da inclusão social dos produtores de base familiar, no desenvolvimento sustentável, no uso racional dos recursos naturais e nas práticas ambientalmente sustentáveis, tendo como meta maior produção, ganhos econômicos e ampliação da oferta de alimentos para a população.

Os resultados, para a garantia e sustentabilidade da agricultura brasileira, em 2013 tiveram, em diversos Centros de Pesquisa da Embrapa, ações visando agregação de valor de produtos; produção e uso de insumos; melhoria no sistema de produção animal e vegetal e redução de perdas, como descritos, a seguir:

- Transferência de tecnologia para promoção e desenvolvimento da cultura de trigo de sequeiro e irrigado na região tropical do Brasil Central - Rede de experimentação e validação de trigo tropical, constituída com Institutos Federais, Universidades, Oepas, Produtores de Sementes e Agentes da Extensão Rural, Moinhos e Associações;
- Transferência de Tecnologia para Monitoramento Nutricional de Pomares Comerciais de Mangueira no Semiárido uso da metodologia DRIS (Sistema integrado de Diagnose e recomendação - Diagnosis and Recommendation Integrated System) para recomendação de adubação na cultura da mangueira, sob irrigação do Vale do São Francisco;
- Rede associativa para formação de multiplicadores em Manejo Integrado de Pragas (MIP), no sistema produtivo do cerrado brasileiro - transferência de tecnologia por meio da capacitação de multiplicadores, em MIP, com ênfase nas principais pragas, nas culturas algodão, arroz, feijão, soja e milho, utilizando-se de cursos, palestras, unidades demonstrativas, treinamentos em sala e campo e publicações, para professores, alunos, técnicos de assistência técnica e extensão rural (pública e privada), cooperativas e demais atores locais que atuam com os produtores nos distintos municípios onde as Unidades Piloto foram implementadas – visando aumento da cadeia produtiva do arroz foi construída Rede para transferência de tecnologia com a assistência técnica, cooperativas, associações de produtores e indústria arroseira;
- Construção de alianças estratégicas para transferência de tecnologia para a cultura do arroz no Brasil – visando aumento da cadeia produtiva do arroz foi construída Rede para transferência de tecnologia com a assistência técnica, cooperativas, associações de produtores e indústria arroseira;
- Programa de Transferência de Tecnologia e Capacitação em Pecuária de Corte - Cursos de Especialização em Tecnologias Agropecuárias nas áreas de Melhoramento Animal, Sanidade Animal, Forragicultura e Manejo de Pastagens, Sistemas de Produção e Ovinocultura;
- O Programa Balde Cheio é uma metodologia de transferência de tecnologia que contribui para o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades familiares. Seu objetivo é capacitar profissionais de extensão rural e produtores, promover a troca de informações sobre as tecnologias aplicadas regionalmente e monitorar os impactos ambientais, econômicos e sociais, nos sistemas de produção que adotam as tecnologias propostas;
- Coleta geo-referenciada de dados e imagens - transferência de tecnologia via programas de computador de titularidade da Embrapa FIELDAGRO (registro INPI 08225-1), AFSOFT (registro INPI 103786), SISCOB (registro INPI 10425-3) e SAFIRA (registro INPI 103774) foram licenciados à empresa Stonway Tecnologia da Informação Ltda;
- Ação de transferência sobre Helicoverpa armigera – disponibilização de informações sobre prevenção e manejo da Helicoverpa armigera, uma praga exótica, que tem se constituído em grande preocupação dos produtores rurais e do Governo Federal;
- Transferência de tecnologia para manejo e controle da praga Helicoverpa spp. e outras lagartas em áreas agrícolas - operação em conjunto com o MAPA sobre as ações emergenciais propostas pela Empresa para o manejo integrado da Helicoverpa spp. e participação no grupo de trabalho instituído pelo mesmo ministério, sobre lagartas de difícil controle;
- Tecnologia da prática de cultivo intensivo de tabaqui - sistema de produção intensiva de tabaqui em tanques escavados com aeração, com aumento da produção para cerca de 18 t/ha/ano, rentabilidade maior por hectare. Não gera efluentes;
- Análise da intensificação sustentável do sistema de cria no Pantanal - cartilha com a sistematização de informação técnica para estabelecer sistema de produção para a planície do Pantanal passível de ser financiado pelo Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono);

- Integração do Zoneamento Agroecológico do Estado de Alagoas - capacitação de técnicos visando a implantação do Zoneamento Agroecológico na Região, que permitirá a produção adequada às condições de clima, solo e vegetação no Estado do Alagoas.

5.1.2 Principais ações e os resultados alcançados relacionados à coleta, conservação, caracterização, revigoração, organização e disponibilização da informação de recursos genéticos para desenvolvimento de novos caracteres e novas variedades.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Os recursos genéticos são definidos como a parte da biodiversidade que tem valor real ou potencial para a humanidade. São de grande importância para aumentar a eficiência e diversidade da produção de alimentos, em um cenário de população crescente. Com um mandato nacional de manutenção de recursos genéticos valiosos para a agricultura, a Embrapa realizou as seguintes atividades no exercício:

Coleta

Foram realizadas coleta e estudos sistemáticos para resgate de espécies ornamentais, frutíferas (abacaxi, castanha-do-pará, açaí, jatobá, baru, caju, cagaita, bacuri), medicinais (barbatimão, faveiro, copaíba, pacari, mama-cadela), florestais, alimentícias (feijão-fava, feijão-guandu), parentes silvestres (Ananas, Arachis, Anacardium, Manihot).

Conservação e Revigoração

As atividades de conservação e revigoração de recursos genéticos englobaram a realização de diversas atividades. Dentre elas, podemos citar:

- o desenvolvimento de planta piloto para construção de um protótipo de criotubo coaxial, para a otimização dos processos de criopreservação de materiais biológicos do tabaqui (hemácias, sêmen, tecidos e fluidos orgânicos entre outros);
- metodologia de conservação de pólen de cana-de-açúcar, que vem sendo aplicada para realização de cruzamentos especiais na estação de cruzamentos de cana-de-açúcar da RIDESA/UFAL em parceria com a Embrapa;
- conservação dos bancos de ativos de germoplasma de espécies frutíferas, sendo desenvolvido um protocolo de conservação de grão de pólen de coco em condições criogênicas e feita a limpeza de germoplasma para o complexo viral da murcha de abacaxizeiro;
- protocolo de propagação in vitro da pupunha para seleção de genótipos superiores na produção de frutos e adequação do sistema de produção;
- protocolos para conservação in vitro e por criopreservação de germoplasma de cana-de-açúcar, de dendê e de café.

Caracterização

Caracterização e uso de germoplasma e melhoramento genético do maracujazeiro Cultivar de maracujazeiro silvestre BRS Pérola do Cerrado. Esta cultivar tem potencial de plantio com baixa utilização de insumos, pela rusticidade do material e, possibilidade de produção na entressafra dos maracujás existentes no mercado. Atende a toda cadeia produtiva do maracujazeiro (viveiristas, produtores, agroindústria, técnicos).

Em seu contexto mais amplo, a cadeia produtiva do caju compreende um conjunto de atividades que geram um grande número de produtos intermediários e finais. Dada a importância desse fruto a

economia do nordeste brasileiro, a Embrapa emvidou esforços para identificar os genótipos de cajueiro com resistência à doenças como antracnose e resinose. Ambas causam elevados prejuízos econômicos na cultura do caju. Os materiais identificados fazem parte do programa de melhoramento do cajueiro e alguns clones podem ser lançados comercialmente no futuro. Em relação aos recursos genéticos animais foi caracterizado o Banco de Germoplasma de Ovinos com marcadores moleculares (75 marcadores SNPs - Polimorfismos de Base Única, e 15 marcadores do tipo microssatélites. Com esta caracterização foi possível descrever a estrutura populacional deste germoplasma armazenado permitindo tomar decisões de manejo. Os insumos agropecuários também foram alvo de pesquisa, apresentando resultados nas áreas de coleções de culturas de microrganismos agentes de controle biológico, e microrganismos de interesse da agropecuária e produção animal. Isolamento e Seleção de linhagens de fungos para controle de doenças:

- duas linhagem de fungos (*T. asperelum* e *T. harzianum*) selecionadas para controle do mofo branco (*Sclerotinia sclerotiorum*), e como promotoras de crescimento de plantas;
- Cinco linhagens de *T. harzianum* com potencial para controle de murchas e podridões de raízes de Fusário (*Fusarium oxysporum* e *F. solani*), e mofo branco e como promotoras de crescimento de plantas de feijão e soja;
- Dez isolados pré-selecionados (lab. e casa de vegetação) para controle de podridão de raízes e tombamento (*Sclerotium rolfsii*) e promoção de crescimento de tomateiro.
- Foi feito ainda o isolamento e caracterização de leveduras de uvas do Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves e Monte Belo do Sul, RS (linhagens de *Saccharomyces cerevisiae* Embrapa 20B/84, Embrapa 1B/84, Embrapa 91B, Embrapa 26B/97, 24MB/06, com potencial de aplicação industrial) e do São Francisco (identificação da linhagem 45VSFCS, promissora para futuro emprego na elaboração de vinhos da região).

Organização e disponibilização

A Rede de Recursos Genéticos Vegetais elaborou um inventário das coleções de recursos genéticos da Embrapa, com objetivo de realizar a conservação, caraterização e disponibilização da informação, mantendo as bases de consulta ao material atualizado.

Sistema de Informação Alelo - o sistema permite e congrega a organização e disponibilização de informações sobre todos os Bancos e coleções de germoplasma da Embrapa. Dentro da página que dá acesso ao sistema dos diferentes reinos (Animal, Vegetal e Microbiano), ainda estão disponíveis sítios que trazem informação sobre legislação, ambiente Wiki, documentos relacionados à atividade de curadoria, e intercâmbio (atendimento ao TIRFAA - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para alimentação e Agricultura).

Além destes resultados, foram implementados em 2013 arranjos de projetos que abordam o uso e agregação de valor ao recurso genético. São exemplos:

Uvas do Brasil (BRSVitis), que visa dar continuidade aos estudos com recursos genéticos de uva, mantidos no Banco Ativo de Germoplasma de Uva e ao Programa de Melhoramento de Uva, mediante a realização de um conjunto de ações articuladas que culminem no desenvolvimento de novas cultivares, capazes de dar suporte à expansão e sustentabilidade da vitivinicultura brasileira.

Genética aplicada aos sistemas produtivos de arroz no Brasil (GenArroz), com o objetivo de promover a caracterização, valoração e uso de recursos genéticos para garantia da estabilidade econômica e ambiental da cultura do arroz frente a estresses bióticos e abióticos e gerar ativos pré-tecnológicos e cultivares superiores para os diferentes sistemas e regiões de produção.

Inovações tecnológicas e agregação de valor a recursos genéticos na superação de desafios da cadeia produtiva do feijão-comum (GenFeijão), com o objetivo de gerar soluções tecnológicas para a cadeia produtiva do feijão-comum, por meio da exploração e uso da diversidade genética, visando obter ou potencializar ganhos em produtividade, qualidade de grãos, resistência ou tolerância a fatores bióticos e abióticos, eficiência na fixação biológica de nitrogênio e na utilização de nutrientes, visando contribuir para a produção de alimentos mais saudáveis, nutritivos, acessíveis ao consumidor, além de produzir com menores riscos e de forma mais estável e sustentável.

5.1.3 Principais ações e os resultados alcançados relacionados à adaptação de sistemas produtivos para mitigação dos impactos previstos nos cenários das mudanças climáticas

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

As mudanças climáticas são uma importante vertente de caráter transversal às cadeias produtivas agropecuárias. O último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que engloba a linha mestre de ciências do clima, aponta como inequívoco o aquecimento do sistema climático. Nesse cenário, projeta-se que a agricultura nos trópicos seria sensivelmente afetada e a produção agrícola tornaria-se possivelmente mais imprevisível frente a tais desdobramentos climáticos. A Embrapa e parceiros tem um conjunto de ações em andamento, organizadas no portfólio de projetos em Mudanças Climáticas, com diversos resultados parciais em 2013, que visam produzir tecnologias e conhecimentos para a mitigação destes efeitos e adaptação da agricultura a esses cenários.

Melhoramento genético

O arroz de terras altas é plantado em área estimada de 1 milhão de hectares, apresentando menor custo que o arroz irrigado por inundação e podendo ser utilizado em rotação com outras culturas (ex. soja, milho etc). Além disso, não há diferença quanto à qualidade do grão em comparação com cultivares de arroz irrigado por inundação. Contudo, a agricultura realizada em áreas de terras altas pode se tornar inviável diante das possibilidades futuras de falta de água para os cultivos em função das mudanças climáticas. Visando contribuir para a adaptação da agricultura brasileira a esse cenário, a Embrapa apresentou a BRS Esmeralda, cultivar de arroz de terras altas de grãos longos finos e de alta qualidade. Apresenta alta produtividade (7.525 kg/ha), maior rusticidade e tolerância à deficiência hídrica que as atuais cultivares existentes no mercado. Além disso, o plantio da cultivar pode contribuir para uma diminuição do uso de agrotóxicos, por tratar-se de cultivar mais rústica. Ela é indicada para agricultores familiares e empresariais nos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Simuladores de cenário

O Simulador de Cenários Agrícolas (SCenAgri) é um sistema computacional de alto desempenho. O principal objetivo do projeto é atender a demanda de simulação de sistemas complexos, com interação de variáveis climáticas, edáficas, fenológicas e de manejo. O sistema integra grande volume de informações de forma eficiente e acelera a produção de cenários na investigação dos

impactos das mudanças climáticas na agricultura brasileira. O SCenAgri permite a geração de cenários agrícolas (mapas e planilhas eletrônicas) referentes a 23 culturas, para todas as regiões brasileiras. Os cenários podem ser gerados considerando-se séries históricas climáticas ou dados de modelos de cenários climáticos, atualmente produzidos pelo IPCC e pelo INPE. Os resultados gerados pelo simulador podem aprimorar as avaliações de risco da produção agrícola, tanto para gestão do crédito rural quanto para análise de vulnerabilidade da agricultura frente às mudanças climáticas, permitindo também a avaliação e a definição de ações de adaptação dos sistemas de produção nas culturas afetadas. O sistema encontra-se disponível na página www.scenagri.cnptia.embrapa.br.

Também, os estudos realizados sobre a dinâmica de gases de efeito estufa em sistemas de produção da agropecuária brasileira apresentaram projeções de cenários futuros para a pecuária. As projeções foram realizadas com base nos modelos climáticos regionalizados PRECIS e ETA-CPTEC. Os dados do período 1965 a 2009 foram considerados como clima atual, e os períodos simulados foram 2013 a 2040 e 2043 a 2070. Cenários futuros para o cultivo de *Brachiaria brizantha*, *Panicum maximum*, *Cenchrus ciliaris*, *Opuntia* sp. e *Lolium multiflorum* foram gerados a partir de modelos de aptidão e risco climáticos desenvolvidos no projeto. A escolha destas espécies forrageiras foi baseada em sua importância para os sistemas de produção utilizados no Brasil, na sua expressão em termos de área plantada, e na sua complementaridade em termos da adaptação às condições climáticas nos diferentes biomas brasileiros. As regiões nas quais a pecuária é mais vulnerável às mudanças climáticas foram identificadas e foram indicadas alternativas de adaptação dos sistemas de produção. As informações poderão subsidiar estudos e políticas públicas.

Criado o Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil - (SOMABRASIL). É um repositório/base de dados geoespaciais, organizadas, integradas garantindo a interoperabilidade dos dados inseridos com demais servidores de mapas e serviços e disponibilizadas via web que contribuem para o entendimento das mudanças de uso e cobertura da terra no Brasil. O SOMABRASIL tem por objetivo organizar, integrar e disponibilizar bases de dados geoespaciais via WEB, por meio de ferramentas de análises espacialmente explícitas e de visualização dinâmica, contribuindo para o entendimento das mudanças de uso e cobertura da terra. A interface WebGIS permite ao usuário interagir com as bases de dados por meio de consultas básicas e avançadas para gerar informações úteis a zoneamentos, monitoramentos da dinâmica espacial da agropecuária, prioridades para a pesquisa e as políticas públicas.

Sistemas de produção

Aprimoramento do zoneamento agrícola do sistema de produção soja – milho safrinha em Mato Grosso do Sul utilizando-se bases de dados meteorológicos (plantio antecipado). Foi comprovado que, em havendo níveis satisfatórios de umidade no solo para a realização da semeadura antecipada da soja entre os dias 16 e 30 de setembro na região Sul de MS, esta prática diminui o risco climático durante o ciclo da cultura da soja e viabiliza a antecipação do plantio do milho (2ª safra), reduzindo o risco dessa cultura enfrentar déficit hídrico e geadas no final do seu ciclo. Este resultado tem potencial de aplicação em toda a região Sul de Mato Grosso do Sul, onde o Sistema de Produção preponderante inclui o cultivo da soja no verão seguido do milho no outono-inverno, com possibilidade de ser estendido para o noroeste do PR. A adoção desta prática contribui para que os agricultores obtenham uma maior estabilidade de produção e rentabilidade e aumento da área de milho (2ª safra).

Foram avaliadas cultivares de cana-de-açúcar tolerantes ao estresse hídrico no Semiárido. A partir das observações constatadas, a Embrapa fez recomendação de cultivares de cana-de-açúcar para cultivo irrigado, porém adotando-se manejo sob condição de estresse hídrico. As cultivares de cana

de açúcar RB 96-1003 e RB 92-579 podem ser indicadas para condições de estresse hídrico moderado, pois alcançam alta produtividade mesmo sob déficit hídrico de até 20% da evapotranspiração da cultura. A recomendação atinge os produtores de cana-de-açúcar em áreas irrigadas, em especial do Vale do São Francisco.

Ainda em relação à cana-de-açúcar, foram estabelecidas novas estratégias regionais de manejo do solo e da água, visando melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, buscando a sustentabilidade econômica, social e ambiental aos sistemas de produção. Dessa forma é possível fazer a avaliação do impacto do manejo do solo na cultura em conjunto com as mudanças climáticas como forma de adaptação da cultura às mudanças no clima.

No algodão, foi realizado aperfeiçoamento do processo produtivo adotando o sistema de plantio direto. Com adoção do sistema de produção que envolva soja no verão, seguida de B. ruziziensis, milho + B. ruziziensis, algodão e retornando à soja evidenciou, após 8 anos de dados de campo, melhorias na qualidade do solo quanto a seus atributos químicos, físicos e biológicos, ao contrário do observado no sistema convencional. Além disso, o cultivo do algodoeiro nesse sistema plantio direto não acarretou perda de produtividade de algodão e permitiu atingir, na cultura da soja, produtividade acima das médias observadas para o estado de Mato Grosso. Essa tecnologia é aplicável nas áreas produtoras de algodão na região do Cerrado, com potencial de adoção em 500 mil ha, permitindo a produção dessa fibra em bases sustentáveis.

Biomass

Desenvolvimento da dinâmica de emissão de GEE e balanço de C em sistemas de produção de grãos no bioma Mata Atlântica. Estabelece a dinâmica de fluxos de gases de efeito estufa em sistemas de produção de grãos. Descrição da dinâmica dos fluxos e emissões totais de gases traços (N₂O, NH₃, CO₂ e CH₄) causadores do efeito estufa e das condições edafoclimáticas relacionados nos sistemas de produção de grãos estudados. Informação básica para a elaboração de inventários e indicação de sistemas de manejo do solo e de produção de grãos que favoreçam um balanço de carbono final positivo a estes sistemas.

Geotecnologias aplicadas à dinâmica de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira geraram metodologias científicas para a caracterização espectro-temporal de diferentes sistemas de produção agropecuários, através de dados de plataformas de sensoriamento remoto.

Ações e resultados de Transferência de Tecnologia

Nos trabalhos desenvolvidos pela empresa para a mitigação dos impactos previstos nos cenários das mudanças climáticas, os resultados foram:

- 01) Transferência da bactéria fixadora de nitrogênio (SP 245) que atua como inoculante para aplicação em milho), para a indústria de inoculantes (Nitral Urbana Laboratórios Ltda) para a comercialização do produto, cujo nome comercial é Gelfix Gramíneas (inoculante de natureza física líquida da espécie *Azospirillum brasilense*, fixadoras de nitrogênio);
- 02) Unidade de Referência Tecnológica (URT) em Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLRF) - estudo de caso da Fazenda Santa Brígida/GO - implantação de sistemas integrados de produção agrícola, visando a sustentabilidade e a otimização da produção de carne, grãos, fibras e madeira numa mesma área.

5.1.4 Principais ações e os resultados alcançados relacionados à geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, no exercício e em desenvolvimento, destinados a atividades agropecuárias e industriais desenvolvidos para empreendimentos de pequeno e médio porte.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Os empreendimentos de pequeno e médio porte constituem componente central para uma estratégia de desenvolvimento assentada em atividades econômicas promotoras de equidade e de inclusão social. No ano de 2013, foram obtidos resultados aplicáveis a esse público para os seguintes produtos:

Café

Visando ampliar a competitividade e sustentabilidade da cadeia produtiva do café (*Coffea arabica*), foi desenvolvida uma prática/processo de manejo da água para sincronização do florescimento da cultura do café. A técnica possibilita a uniformização dos grãos, facilita a colheita e melhora a qualidade da bebida. Outra potencialidade é a economia do consumo de água.

Para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da cafeicultura no estado de Rondônia e de planos de inovação tecnológica para o incremento da atividade, são necessárias informações qualificadas. Com este objetivo foi realizada a caracterização da cadeia produtiva do café e a avaliação do desempenho econômico de diferentes sistemas de produção de café emergentes e tecnificados no estado de Rondônia.

Uva

Visando contribuir para a ampliação da produtividade dos sistemas de produção de uvas finas de mesa em clima tropical das regiões sudeste, nordeste e sul do Brasil, foram desenvolvidas as cultivares de uva BRS Núbia e BRS Isis. A BRS Núbia é uma cultivar de uva fina de mesa com sementes, epiderme preta e de alta qualidade. Possibilita a redução no uso de reguladores de crescimento pelo fato da baga ser naturalmente grande. A BRS Isis é uma cultivar de uva fina de mesa sem sementes, epiderme vermelha e de alta qualidade, tanto para o mercado brasileiro como mundial. Possibilita a redução no uso de fungicidas em função da tolerância ao míldio (principal doença da videira), com consequente redução do custo de produção e do risco de resíduos de fungicidas na uva, o que é importante para viabilizar a exportação.

Os produtores de uvas viníferas e comuns para processamento e as vinícolas brasileiras necessitam de qualificação para melhorar a qualidade e quantidade da produção de uvas e vinhos, reduzir o impacto ambiental da atividade e os riscos para a segurança e para a qualidade do produto, reduzir as perdas e participar de programas de certificação. Desta forma é possível ofertar alimentos seguros ao consumidor, promover a agregação de valor e a diferenciação do produto no mercado, aumentando a competitividade e melhoria do acesso ao mercado. Para isso, foram elaboradas normas da produção integrada de uva e transferência dessas tecnologias por meio de cursos de capacitação, dias de campo, palestras técnicas e publicações (manual técnico e caderno de campo).

Pupunha

Para possibilitar a consolidação de um sistema de produção competitivo de usos múltiplos da pupunheira nas regiões sul e sudeste brasileiras, atendendo aos anseios dos produtores e das agroindústrias, foram realizadas pesquisas de manejo visando a otimização do sistema de produção, com geração de práticas/processos (protocolo para controle de *Fusarium* em sementes, controle da doença antracnose e podridão da base do estipe) e metodologias (coleta de folhas para análise foliar e protocolo para detecção de *Fusarium* em sementes). Também, o zoneamento agroclimático do

estado de Santa Catarina para o cultivo da pupunheira e a sistematização das informações sobre o consumo de palmito, coletando-se dados estatísticos junto a empresas e instituições ligadas ao segmento palmito. Em adição, foram desenvolvidos ingredientes alimentícios a partir de resíduos industriais do palmito e do fruto da pupunheira, extração do óleo do fruto da pupunheira in natura por prensagem a frio e produto extrusado tipo “snack” com alto teor de betacaroteno a partir da farinha de frutos. Parte desses produtos/tecnologias poderão também ser adotados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do País, como é o caso de novos produtos e estudo do agronegócio, entre outros.

Tomate

O segmento de tomates do tipo cereja alongado (grape ou seriguela) com altos valores de brix (sólidos solúveis) representa um mercado em franca expansão no Brasil, especialmente entre crianças e adolescentes. Desta forma, a melhoria do valor nutricional desses híbridos é de extrema importância. A cultivar de tomate BRS Zamir é um representante da nova geração de híbridos nutricionalmente enriquecidos, sendo um dos materiais com mais elevados teores do pigmento antioxidante licopeno. Além disso, o híbrido conserva todas as características sensoriais superiores (aroma, sabor e textura), típicas do segmento cereja alongado.

Também, um melhor e menor uso do controle químico é primordial para a cadeia produtiva do tomate de mesa e do tomate para processamento industrial. Também é útil para os sistemas de produção orgânica. Para atingir este objetivo, foi preparada uma página na internet para disponibilizar as informações atualizadas sobre os últimos avanços no controle de doenças, pragas e plantas daninhas do tomateiro: www.cnph.embrapa.br/fttomateiro/index.html.

Milheto

A variedade de milheto BRS 1503 lançada no ano passado possibilita alta produção de forragem de alta qualidade para gado de leite durante o outono/verão nas regiões subtropicais do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e sul do Paraná) e por isso é altamente adequada para pequenos produtores leiteiros. Tem também alto potencial de produção de grãos em sistemas de plantio direto, com produtividade média de 1.500 kg de grãos por hectare.

Feijão-caupi

Uma nova espécie de bactéria fixadora de nitrogênio do gênero *Microvirga*, capaz de inocular o feijão-caupi, foi descrita e teve confirmada a capacidade de aportar nitrogênio e promover o desenvolvimento das plantas em condições de campo. Este resultado abre perspectiva para o desenvolvimento de novos inoculantes contendo esta bactéria formadora de nódulos e fixadora de nitrogênio.

Foi implementado um **arranjo de projetos, Inovações tecnológicas para a sustentabilidade do agronegócio do feijão-caupi no Brasil (CAUPI)**, que tem por objetivo desenvolver tecnologias, produtos e processos relacionados à cultura do feijão-caupi que tragam incrementos na produção, qualidade nutricional-culinária-comercial, adaptação aos diferentes ecossistemas de cultivo, adequação a diversos sistemas de produção, tolerância aos fatores bióticos/abióticos e agregação de valor, e a transferência de ativos resultantes para os diversos elos da cadeia produtiva do feijão-caupi no Brasil.

Guaraná

As cultivares de guaranazeiro BRS Saterê e BRS Marabitaná, lançadas em 2013, apresentam alta produtividade, variando de 1,00 a 1,50 kg de sementes secas por planta/ano e resistência à antracnose, principal doença da cultura.

Milho

A cultivar de milho BRS Caimbé lançada no último ano destina-se à terra firme no Estado do Amazonas, apresenta alta produtividade, tolerância ao acamamento e quebramento, precocidade e bom empalhamento de espigas. Tem produtividade de 5.200 kg/ha.

A cultivar de milho BRS 4103, igualmente lançada em 2013, para várzea no Estado do Amazonas tem alta estabilidade produtiva, porte baixo e tolerância ao acamamento e quebramento e uma produtividade de 4.900 kg/ha.

Acões e resultados de Transferência de Tecnologia

Nos resultados para atividades agropecuárias e industriais para empreendimentos de pequeno e médio porte, as ações de transferência de tecnologia dos Centros de Pesquisa da Embrapa tiveram os seguintes registros:

- Cultivar de milho BRS Hozan livre de vírus - da pesquisa à realidade aumento de produtividade e qualidade do produto;
- Vitrine de Tecnologias do Leite: um ambiente interativo para popularização da ciência e tecnologia - objetivo de transferir conhecimentos a respeito da cadeia produtiva do leite;
- Transferência de Tecnologias em Colheita, Pós-colheita e Processamento de Frutas para Modernização de Agroindústrias Familiares no Acre - capacitação para agricultores de base familiar;
- Transferência de alternativas tecnológicas para convivência com a Sigatoka-negra em Bananeira no Estado do Acre - capacitação de produtores de banana no Acre;
- Estruturação de um modelo de transferência de tecnologia para fortalecimento da produção de leite no Acre - capacitação de produtores, extensionistas e pesquisadores em inseminação, pastagens, manejo e alimentação, produção e utilização de silagem de milho, visando a melhoria da pecuária leiteira do estado;
- Tecnologias silviculturais para produção de florestas energéticas - disseminação de técnicas para melhor aproveitamento da energia, com base em melhores arranjos espaciais e manejos florestais, através de capacitações, aprendizados e sensibilizações com ferramentas de GEO, como o uso de GPS em atividades de campo;
- Rede Kamukaia – Manejo de produtos florestais não-madeireiros, na Amazônia - capacitação e aprendizado na fitossanidade, olericultura, tecnologia em pós-colheita e processamento mínimo de frutas e hortaliças, inseminação artificial em bovinos, técnicas de reformas de pastagens, movelaria em bambu, introdução às boas práticas de laboratório;
- Rede Leite – Pesquisa - Desenvolvimento em Sistemas de Produção com Pecuária de Leite na Região Noroeste do Rio Grande do Sul - capacitação de multiplicadores (técnicos da Emater/RS) em manejo de forrageiras, nutrição animal, sanidade animal, manejo de rebanho leiteiro, genética de bovinos de leite e economia rural;
- Programa de transferência de tecnologia cujo objetivo é promover a aproximação entre a pesquisa e o setor produtivo, em via de mão-dupla, favorecendo a prospecção das demandas e a geração de soluções tecnológicas para a pecuária de corte nacional;
- Transferência de tecnologia do Sistema para medir pressão de turgescência celular e para automatizar a irrigação e do Sistema de aplanagem para avaliar a firmeza dependente da pressão celular em folhas e segmentos de face plana de órgãos macios - visando à produção em escala industrial e comercialização;

- Sensor de tensão de água, sistema para caracterização e medições contínuas de água no solo, sistema de indicação de tensão crítica no solo e haste de irrigação - tecnologia transferida à empresa Tecnicer Tecnologia Cerâmica LTDA EPP, por meio de Contrato de Direitos da Propriedade Industrial sob o compromisso de produção em escala industrial e comercialização, com vistas ao atendimento do mercado consumidor e consequente contribuição para o desenvolvimento industrial do país;
- Sistema de gotejamento para irrigação e arejamento com vazão ajustada por fluxo de ar - tecnologia transferida à empresa Sergio Cruz Machado ME, por meio de Contrato de Direitos da Propriedade Industrial, para a produção em escala industrial e comercialização, com vistas ao atendimento do mercado consumidor e consequente contribuição para o desenvolvimento industrial do país.

5.1.5 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para produção e agroindustrialização de alimentos.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

O ambiente de abertura que predomina no cenário internacional tem estimulado uma concorrência acirrada no mercado de alimentos. Diante dessa alta competitividade, há a preocupação em desenvolver novas tecnologias que promovam continuamente a racionalização dos processos agrícolas e agroindustriais.

Neste sentido, foram implementados em 2013, arranjos de projetos que tem como foco a produção agrícola e agroindustrial. São exemplos:

Tecnologias para a qualificação e sustentabilidade da produção brasileira de vinho e suco de uva (Vinho&Suco), com o objetivo de promover incrementos de qualidade da uva de processamento e seus derivados, por meio do desenvolvimento multidisciplinar, sinérgico e convergente de tecnologias adequadas para as diferentes regiões de cultivo, capazes de promover ganhos de competitividade com sustentabilidade econômica, ambiental e social da vitivinicultura brasileira.

Tecnologia e inovação para melhoria da qualidade do leite e derivados (Qualileite), com o objetivo de desenvolver, aprimorar e transferir tecnologias, produtos, processos e serviços (TPPS) que proporcionem a melhoria da qualidade do leite e derivados produzidos em diferentes regiões leiteiras e agroindústrias lácteas do Brasil.

Em termos de resultados obtidos em diversas cadeias produtivas, temos:

Pimenta

Visando contribuir para a ampliação da produtividade do sistema de produção de pimenta, foram desenvolvidas as cultivares BRS Jandaia e BRS Juruti. As duas cultivares apresentam alto conteúdo de capsaicina, característica altamente desejável pelas indústrias nacionais de processamento na forma de molhos de pimenta e são opções para molhos de coloração amarela/laranja. A capsaicina é o principal componente ativo da pimenta, entre outros, os quais são chamados capsaicinóides. Os capsaicinóides são componentes químicos que dão às pimentas sua ardência característica e têm atraído grande atenção devido às suas extensas propriedades farmacológicas, como as atividades de analgesia, anticancerígena, anti-inflamatória, antioxidante e anti-obesidade.

Cacau

Utilizando a nanotecnologia, que tem sido uma área de grande importância para a obtenção de novos materiais com aplicações biotecnológicas, foi desenvolvido material nanoestruturado encapsulador de uma molécula, efetivo na inibição de crescimento de fungo fitopatogênico. A partícula híbrida constituída de sílica e protoporfirina IX mostrou-se capaz de inibir o crescimento do fungo *M. perniciosus* somente em condições de iluminação. Este pode ser um novo material fotoativo com atividade antifúngica.

Caju

Foi desenvolvida tecnologia de extração de carotenóides (corante amarelo) do bagaço (resíduos) do pedúnculo do caju. O corante amarelo de caju apresenta um potencial único de substituição do corante sintético tartrazina em todas as aplicações desse tipo de corante na indústria de alimentos. Pode ser utilizado pelos grandes consumidores de corantes naturais para uso em alimentos, medicamentos e cosméticos.

Suínos

Foi desenvolvido o presunto curado "Pata Negra Brasileiro", que é enriquecido com ácidos graxos ômega-3 através da suplementação da dieta com óleos de canola e linho. Essa tecnologia tem apelo à melhoria da saúde do consumidor e pode agregar valor ao produto final e renda aos elos envolvidos na cadeia produtiva.

Nanotecnologia

Foi desenvolvida a adoção de nanocristais de linter de algodão para produção de nanowhiskers de celulose. Esta tecnologia é a base para o desenvolvimento de outras tecnologias, como filmes biodegradáveis, nanocompósitos e outros produtos tecnológicos que são passíveis de utilização no desenvolvimento de produtos manufaturados inovadores.

5.2 Desenvolvimento da competitividade na agroenergia e biocombustíveis

5.2.1 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias de energia (etanol de celulose, produtos de biorrefino, hidrogênio).

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

As principais ações da Embrapa relacionadas à agroenergia no exercício englobam a viabilização da produção de biomassa para energia; processos agroindustriais e novas metodologias para a produção sustentável de biocombustíveis.

Eucalipto

A cadeia produtiva florestal é um importante agente capaz de ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética nacional. A avaliação de desempenho socioambiental de propriedades rurais dedicadas ao cultivo de eucalipto com finalidades energéticas na região de Itapeva/SP foi realizada visando contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva florestal, em bases sustentáveis, com aumento da produção e da qualidade da biomassa.

Sorgo

O interesse pela produção de etanol a partir do sorgo sacarino tem sido crescente em função do potencial da espécie para cultivo em diferentes sistemas de produção, renovação de canaviais em usinas/entressafra da cana, produção em áreas não zoneadas para cana devido a condições climáticas ou a restrições legais e fornecimento da cultura para moagem pelas usinas. A biomassa pode ser ainda uma alternativa para produção de bioetanol em áreas de renovação de canaviais ou na entressafra da cana-de-açúcar. Visando atender a demanda dos produtores por materiais adaptados, foi desenvolvida a cultivar de sorgo sacarino BRS 511. Esta cultivar possui potencial de produção acima de 3.000 l/ha de etanol, num ciclo médio de 120 dias.

Macaúba

Processo agroindustrial validado e disponível para avaliação de proteção intelectual e/ou publicação sobre a produção e aumento da conservação do óleo de macaúba após extração pela redução do impacto microbiológico e processo de secagem para os frutos, visando extração a seco do óleo e obtenção de óleo de polpa de elevada qualidade. Os resultados são passíveis de uso tanto pelos produtores de macaúba como pelo setor industrial de produção do biodiesel.

Biodiesel

Para atender o objetivo de promover a produção de biodiesel por meio de rota metabólica, estudos básicos estão sendo realizados para identificar e selecionar microrganismos com linhagens lipolíticas presentes na “Coleção de Microrganismos Aplicados a Agroenergia”, assim como novos microrganismos isolados a partir de frutos de dendê. Em paralelo, foi realizado screening na biblioteca metagenômica de solo de cerrado com substrato de tributirina para isolar os genes putativos de lipase com tamanho pequeno de DNA (8 kb). A triagem funcional desta biblioteca resultou na identificação de três clones com atividade lipolítica. Estes clones estão sendo sequenciados. Também, foi feita a caracterização da torta de dendê (palmiste) e da borra alcalina do refino do óleo de dendê utilizada. Testes preliminares de fermentação da torta de dendê como suporte e substrato para a produção de lipase foram realizados com *Aspergillus niger* 11T53A14.

Os resultados mostraram pouca indução da produção de lipases, em 72 horas de processo. A complementação da torta de dendê com sulfato de amônio (1,2%) aumentou a máxima atividade enzimática produzida em 46%, além de reduzir o tempo de processo para 48 horas. Esse valor parece promissor, considerando-se haver, ainda, a possibilidade de melhoria do processo de produção. Ensaio também foram realizados com o objetivo de avaliar a influência da adição de uma fonte lipídica (borra de dendê) como indutor da produção de lipases por *A. niger* 11T53A14 quando cultivado em meio contendo torta de dendê umedecido com solução sulfato de amônio (1,2%) na proporção 1:0,8. Foi possível observar que a adição de 3% de borra de dendê aumentou consideravelmente a atividade enzimática. O valor máximo atingido 47,5% maior do que aquele obtido no meio sem indutor. A curva de tendência que melhor representa o comportamento dos dados obtidos mostra que o tempo necessário para o atingimento da máxima atividade lipásica está entre 48 e 72 horas de fermentação.

Etanol

Visando descobrir novas rotas tecnológicas para a produção sustentável de etanol de celulose, foram realizados estudos básicos preliminares para comparar o sistema de cromatografia de ultra alta performance (UPLC) acoplado ao detector de espalhamento de luz evaporativo (ELSD) com os métodos indicados, que preconizam o uso da cromatografia convencional acoplada ao detector de índice de refração (HPLC-RID). Os resultados iniciais das análises demonstraram a potencialidade do UPLC-ELSD, que conduziu separações das partículas com alta resolução cromatográfica,

diminuição significativa do tempo de análise e redução dos solventes e efluentes gerados. Além disso, o ELSD possibilita a detecção de substâncias com ausência de grupos cromóforos e é compatível com análises em modo gradiente, o que é uma vantagem para amostras reais e complexas. Todos esses aspectos apresentam vantagens significativas em comparação aos métodos indicados.

Com relação ao Etanol de segunda geração e atingir o objetivo de avançar o conhecimento, foram realizados estudos básicos sobre a aplicação de enzimas celulolíticas imobilizadas na hidrólise de biomassa. Os resultados obtidos apontam para a possibilidade de uso de celulasas imobilizadas em processos de desconstrução de biomassas. Há evidências de que a celulase imobilizada sofreu alguma transformação em sua estrutura que favoreceu o seu desempenho ao longo do tempo em relação à enzima solúvel. Os pontos fracos deste processo que precisam ser melhor estudados envolvem a redução do tamanho de partículas do aglomerados, e a inserção de polímeros que promovam maior estabilização das celulasas.

5.2.2 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisas para o aproveitamento de co-produtos e resíduos, incluindo aproveitamento econômico de glicerina, tortas e subprodutos da produção de biodiesel e outros bioprodutos.

Ações e Resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Em relação à utilização/aproveitamento de co-produtos e resíduos aplicáveis na geração de energia ou derivados de processos para obtenção de bioenergia, foram obtidos os seguintes resultados:

Pinhão-manso

Processo agroindustrial validado e disponível para avaliação de proteção intelectual e/ou publicação sobre o uso da torta detoxificada na nutrição animal. Processo biotecnológico para detoxificação da torta de pinhão manso, para utilização dos resíduos detoxificados como fertilizante no solo e processo de compactação da casca do Pinhão Manso para ser usado na co-geração de energia. Os resultados são passíveis de uso tanto pelos produtores de pinhão manso como pelo setor industrial de produção do biodiesel.

Biocarvão

Foram realizados estudos para produção, caracterização e utilização de biocarvão como condicionador de solo em sistemas florestais e de produção de mudas. A melhor composição de substrato contendo biocarvão para o desenvolvimento das mudas na fase de viveiro é composta com 25% de biocarvão ativado e 75% de substrato comercial.

Macaúba

Utilização de palmáceas para a produção de óleo e aproveitamento econômico de co-produtos e resíduos, visando a utilização da torta de polpa de macaúba (*Acrocomia aculeata*) como volumoso para ovinos, foram realizados estudos básicos de nutrição de ruminantes onde foi verificado que os valores de digestibilidade aparente da polpa de macaúba são semelhantes ao da cana hidrolisada e melhores que o da cana in natura, demonstrando a possibilidade de utilização desse coproduto como volumoso para ruminantes.

Glicerina

Utilização de glicerina em rações peletizadas para frangos de corte. O objetivo é propor a correção no valor energético da ração peletizada contendo glicerina visando reduzir a deposição de gordura

na carcaça, sem afetar o desempenho zootécnico, e propor um percentual de inclusão de glicerina na fabricação de rações peletizadas para frangos de corte que reduza gasto com energia elétrica e aumente a durabilidade do pelet.

Ainda, em 2013 foi implementado o **Portfólio Química e Tecnologia da Biomassa**, com o objetivo de promover e executar ações integradas de P, D & I para rotas tecnológicas sustentáveis, visando a valorização da biomassa nacional por meio das transformações químicas destes recursos, para o fortalecimento sustentável de cadeias do agronegócio brasileiro, com base nos conceitos de biorrefinaria e de bioeconomia. Dentre as prioridades deste portfólio, a agroenergia é um foco importantes: 1. Levantamento de fontes de matérias-primas para geração de energia, produtos químicos e materiais; 2. Caracterização dos bancos ativos de germoplasma (BAGs) e das matérias-primas potenciais para geração de energia, produtos químicos e materiais; 3. Desenvolvimento de processos para geração de energia, produtos químicos e materiais de fontes renováveis; 4. Investigação inicial de produtos e processos inovadores para o aproveitamento de matérias-primas renováveis; 5. Utilização de materiais lignocelulósicos.

5.3 Desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões

5.3.1 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisa voltada à sustentabilidade socioeconômico e ambiental.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Qualidade do Solo e sustentabilidade de agroecossistemas

No que se refere à qualidade do solo e a sustentabilidade dos agroecossistemas foram estabelecidos parâmetros microbiológicos como bioindicadores para sua avaliação. A partir da utilização destes parâmetros espera-se que produtores, técnicos, redes de laboratórios de análise de solos possam referenciar o uso e o manejo de solos e das práticas agrícolas auxiliando a ecoavaliação de áreas agrícolas como indicador da qualidade dos solos.

Arroz

Na área de controle de pragas, foi usado o fungo *Metarhizium anisopliae* com doses subletais de inseticidas químicos sintéticos para o controle do percevejo do colmo do arroz (*Tibraca limbativentris*). Essa abordagem é promissora para combater o percevejo do colmo em lavouras de arroz. Surtos da praga são mais frequentes em solos arenosos, quando predominam precipitação baixa e temperatura elevada. Ataques da praga podem ser esporádicos e localizados ou devastar grandes áreas da lavoura.

Pragas quarentenárias

Foram desenvolvidos os sistemas BDPragas e WikiPragas os quais integram um banco de dados desenvolvido para dar apoio ao Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração de Análises de Risco de Pragas (ARP), organizando os dados das pragas associadas às principais culturas geradoras de divisas para o agronegócio brasileiro. O banco de dados BD-Pragas facilita e agiliza as etapas dos estudos de análise de risco.

O WikiPragas é um sistema wiki com fichas detalhadas das pragas com potencial quarentenário, incluindo aspectos da biologia, inspeção e detecção, impactos e medidas de controle e mitigação. Estão catalogadas cerca de 3.300 pragas e mais de 400 destas possuem fichas. A utilização destas

informações poderá beneficiar a equipe da Divisão de Análise de Risco de Pragas (DARP) do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária do Brasil, assim como os Centros Colaboradores credenciados pelo DSV para a realização das Análises de Risco de Pragas. Além disso, órgãos governamentais de proteção sanitária (nas esferas federal e estadual) e instituições de pesquisa e de ensino interessadas no tema também poderão ter acesso a tais informações, acessando os links: www.bdpragas.cnptia.embrapa.br e www.wikipragas.cnptia.embrapa.br. As Análises de Risco de Pragas (ARP) são procedimentos legais aprovados por todos os países integrantes da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), a qual está vinculada ao Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os objetivos são conhecer o risco de introdução de pragas perigosas associado à importação de produtos vegetais e indicar medidas para baixar o risco a um patamar aceitável, considerando o nível adequado de segurança adotado pelo País. Essa ação é importante para impedir a entrada de pragas exóticas que podem causar prejuízos econômicos e comprometer a sanidade de algum produto vegetal cultivado em território brasileiro, além de favorecer a conquista de novos mercados.

Uso sustentável de biomas

Elaboração de indicações e proposição de sugestões sobre como regular a utilização sustentável de áreas de uso restrito, como definir áreas de preservação permanente no Pantanal, bem como aspectos gerais do uso do Pantanal, conforme preconiza o artigo 10º do Código Florestal,

Foi implementado o arranjo de projetos **Conservação, uso e valoração da biodiversidade vegetal da Caatinga (Biocaat)**, com o objetivo de identificar, caracterizar, conservar e manejar espécies vegetais nativas da Caatinga com potencial de uso econômico e ou biológico visando estruturar atividades de conservação ambiental e produção agropecuária adequadas ao desenvolvimento sustentável do Semiárido.

Eucalipto

Recomendação de híbridos de eucalipto (*Eucalyptus camaldulensis* x *E. grandis* e *E. brassiana* x *E. urophylla*) para atender a demanda energética madeireira para a região do Araripe, que contempla áreas dos estados de Ceará, Pernambuco e Piauí. Com o plantio dos híbridos de eucalipto recomendados para a região indicada é possível revegetar áreas degradadas pela eliminação da Caatinga como fonte de energia para os fornos industriais, obtendo-se rápido crescimento, com oportunidade de cortes de alto rendimento, e reduzindo a pressão sobre a vegetação nativa.

Convivência com a seca

Visando a redução das perdas de água e de solo e a produção de culturas anuais foi desenvolvido o sistema de preparo do solo em sulco barrado para captação de água de chuva in situ. Esse sistema contribui para a melhoria de áreas de produção sob regime de dependência da chuva, em especial na agricultura familiar, pois proporciona ganhos de conservação do solo e preservação da umidade, além de favorecer a produção de alguns grãos.

Um arranjo de projetos com foco no **fortalecimento dos sistemas agrícolas familiares dependentes de chuva no Semiárido brasileiro (Agrichuva)** foi implementado em 2013, com o objetivo de fortalecer os sistemas agrícolas familiares praticados em condições dependentes de chuva, por meio de alternativas tecnológicas integradas de captação de água de chuva, de insumos que propiciem aumentos na umidade do solo e melhoria de sua fertilidade, de cultivares tradicionais e resistentes/tolerantes a estresses hídricos, a altas temperaturas e de ciclo curto, buscando reduzir os efeitos das limitações edafoclimáticas do ambiente semiárido, proporcionando ganhos

produtivos, segurança alimentar, melhoria de renda e de qualidade de vida do produtor, bem como menores impactos ambientais.

Indicações geográficas

Foram desenvolvidas as indicações geográficas para Arranjos Produtivos Locais (APL) de vitivinicultura do Rio Grande do Sul. As indicações de Procedência Região de Monte Belo e de Procedência Vinhos dos Altos Montes atendem a demandas dos produtores de uvas viníferas para a elaboração de vinhos finos e espumantes, como também de vinícolas vinculadas à Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes localizadas no Rio Grande do Sul. O desenvolvimento destas indicações geográficas contribui para a agregação de valor e qualificação da produção de vinhos finos e espumantes elaborados em região delimitada por agricultores familiares, impactando no estímulo e crescimento do enoturismo na região, no aumento da competitividade da cadeia vitivinícola; na elaboração de vinhos finos e espumantes de alta qualidade com base no zoneamento vitícola e na vocação regional para a obtenção de produtos identitários; no atendimento aos padrões de identidade e à qualidade dos produtos, assim como às normas de controle acompanhadas por um Conselho Regulador que realiza a avaliação anual e certifica os produtos que receberão o selo de qualidade, rastreabilidade dos produtos visando a diferenciação de produtos da agropecuária brasileira.

Ações e projetos de Transferência de Tecnologia

- Curso de Cartografia Básica utilizando Ferramentas Livres - capacitação de graduandos e pós-graduandos no uso de ferramentas livres para a Gestão Territorial da agropecuária;
- Curso de Tecnologias Livres para Geoprocessamento - Básico - capacitação de graduandos e pós-graduandos ao uso de ferramentas livres para o Geoprocessamento;
- Aplicações de inteligência territorial para o gerenciamento estratégico no agronegócio - capacitação de empregados da Unidade e graduandos no uso de metodologias para o conhecimento da dinâmica espaço-temporal da cadeia de bovino de corte e da gestão de recursos hídricos;
- Técnicas de análise espacial para a identificação de regiões estratégicas de produção agropecuária - trabalho de ordenação das áreas prioritárias para ações emergentes no bioma Caatinga;
- Três Seminários sobre Gestão Territorial para Sustentabilidade da Agricultura - intercâmbio de conhecimento entre Unidades da Embrapa, a fim de aprimorar as atividades de gestão territorial para a agricultura e pecuária. Resultado esperado: formalização de parceria;
- ARAQUÁ – ferramenta para avaliação do risco ambiental de agrotóxico - Workshop AraQUÁ para Acadêmicos (graduandos e pós graduandos) e profissionais ligados a Geotecnologias.

5.3.2 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas, incluindo integração agrossilvopastoril e outras soluções tecnológicas integradas.

Ações e Resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

A adoção de sistemas integrados de produção é uma estratégia que busca a sustentabilidade e estabilização da atividade produtiva. Possibilita a produção de alimentos de alta qualidade, utilizando os recursos naturais e mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção prejudiciais ao ambiente, de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável.

Em relação a ações com integração agrossilvipastoril, foi implementado em 2013 o **Portfólio de projetos em Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**, que tem por objetivo gerir ações para mapear e apoiar a organização, geração, integração e disseminação de conhecimentos e tecnologias sobre ILPF em apoio a formulação de estratégias de PD&I e TT com foco na sustentabilidade e competitividade destes sistemas complexos.

Contaminação por metais pesados

Foi feita a detecção da contaminação por metais pesados na água e nos peixes da bacia do rio Cassiporé no Amapá, que pode contribuir para a definição de ações de mitigação e correção do problema por órgãos governamentais.

Sistemas Integrados de Produção

Para o manejo do capim Piatã em sistemas agrossilvipastoris recomendou-se como prática usar alturas de pastejo mais baixas em sistemas com densidade intermediária de árvores por hectare, que no geral proporcionaram ganhos similares ao tradicional e maiores ganhos por área e de taxas de lotação que em sistemas com mais árvores e pastejo mais alto. Adotando essa prática de manejo do capim-piatã em sistema integrado, o produtor pode ter o mesmo ganho de produção animal que com a pecuária de corte convencional e ainda ter o benefício da madeira do eucalipto na mesma área.

Recuperação de áreas degradadas

Foi desenvolvida tecnologia de recuperação de áreas em processo de desertificação com a utilização de gramíneas forrageiras de fácil obtenção pelos produtores da região do Piauí. Estima-se que o Núcleo de Desertificação de Gilbués apresenta em torno de 770 mil hectares desertificados ou em processo de desertificação, evidenciando a potencialidade de impacto da tecnologia.

Em outra ação, visando o uso de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas degradadas, produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável foi desenvolvido manejo agroecológico de sistemas agroflorestais utilizando espécies arbóreas nativas do Cerrado. O sistema permite a recuperação de áreas degradadas, e agregação de renda na produção intercalar de culturas anuais. Pode ser aplicado em qualquer área degradada do Cerrado e tem potencial para promover a recuperação ambiental e agregar valor social, ambiental e econômico para pequenos produtores rurais.

Foi, ainda, implementado o **arranjo de projetos Recuperação de Pastagens Degradadas na Amazônia (REPASTO)**, com o objetivo de organizar uma rede de projetos da Embrapa visando desenvolver e transferir inovações tecnológicas para recuperação de pastagens degradadas na Amazônia Legal brasileira, contribuindo com as metas do Plano ABC do Governo Federal e com a sustentabilidade da pecuária bovina na região.

Geotecnologias

Foram desenvolvidas geotecnologias capazes de identificar e monitorar os níveis de degradação em pastagens as quais poderão contribuir para a definição de políticas públicas, a elaboração de boas práticas de manejo de pastagens, a mitigação e recuperação de pastagens degradadas. Destacam-se: (1) o Sistema WEBGIS (Base de Dados georreferenciados que servem para fundamentar análise do processo de degradação de pastagens no Brasil); (2) mapas com indicativo de degradação de pastagens a partir de dados Spot Vegetation; (3) uso de técnicas de sensoriamento remoto na obtenção de parâmetros biofísicos de pastagens; (4) uso de dados MODIS e AIRS para obtenção de parâmetros de correção atmosférica; (5) mapeamento de fitofisionomias e pastagem em ambiente de Cerrado; (6) estimativa da evapotranspiração em áreas com diferentes características ambientais

utilizando algoritmo sebal; (7) Estimativa de propriedades biofísicas no mapeamento de pastagens utilizando espectroscopia de imageamento e dados do sensor EO1 – Hyperion.

Fertilizantes alternativos

Foi estabelecido um processo de produção de fertilizante/condicionante de solo a partir de dejetos suínos biodigeridos, que poderá ser utilizado pela indústria de fertilizantes, produtores rurais e cooperativas considerando seu potencial como insumo renovável na agropecuária.

Ações e resultados de Transferência de Tecnologia

- Transferência de Tecnologia para Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - modelo de integração indicado para a região do Bolsão Sul-Mato-Grossense, caracterizada por solos arenosos e frequentes veranicos;
- Corredor Ecológico do COMPERJ - Metodologia foi desenvolvida a partir da atuação na Embrapa na recomendação da revegetação para fins de restauração ecológica da área não-industrial do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

5.3.3 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de pesquisas em balanço energético, balanço de carbono, estudos de ciclo de vida e oportunidades de MDL, considerando as características de cada bioma.

Ações e Resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Pegada de carbono do meloeiro

Definição de indicador para o cálculo da pegada de carbono no meloeiro (kg de CO₂ equivalente/tonelada de melão produzido) para utilização por empresas que tenham interesse em saber como mensurar e qual é a pegada de carbono do melão exportado e também por produtores de melão da região do baixo Jaguaribe e Apodi. Este indicador pode ser utilizado no processo de certificação de produtos, já que informa seu potencial de emissão de gases de efeito estufa/ unidade do produto, sendo mais competitivo aquele que emitir menos.

Foi implementado o arranjo de projetos **Restauração e Adequação Ambiental da Paisagem Rural na Mata Atlântica das regiões sul e sudeste (SustRural)**, que tem por objetivo proporcionar a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica das regiões Sul e Sudeste do Brasil e de sua biodiversidade, e a restauração dos seus fragmentos, por meio de estratégias e técnicas que priorizem a inclusão de espécies florestais nativas em sistemas sustentáveis de uso do solo.

5.3.4 Principais ações e os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos: projetos de inclusão social; projetos para segurança alimentar; projetos de tecnologia limpa e de baixo custo; tecnologias para a agregação de valor aos produtos.

Ações e resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, os agricultores familiares respondem por quase 85% dos estabelecimentos agropecuários e 25% da área total. O reconhecimento do papel da

agricultura familiar tem reflexos sobre as discussões e as ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia na Embrapa.

Milho

Foi concluído o desenvolvimento da cultivar de Milho BRS 4104. Esta variedade possui maiores teores de carotenóides precursores de pró-vitamina A nos grãos que as outras cultivares disponíveis no mercado. Essa cultivar poderá favorecer grupos e programas que trabalham com merenda escolar, principalmente onde haja população com deficiência de vitamina A em sua dieta. Essa cultivar está sendo licenciada como uma tecnologia social livre. Como parte deste esforço, acordos de cooperação técnica com vários municípios vêm sendo feitos, principalmente para uso em programas de merenda escolar.

Leite

Consolidação e aprovação da metodologia de implementação da transferência de embriões destinada a agricultores familiares e técnicos ligados a cooperativas de produtores de leite utilizando material genético superior, visando à ampliação dos índices de prenhez e nascimentos dos animais em suas propriedades.

Visando apoiar os produtores de leite na Região Noroeste do Rio Grande do Sul foram conduzidos trabalhos para ampliar a aproximação da pesquisa com os produtores através de um programa em rede reunindo diversas instituições de pesquisa, ensino e extensão, tendo sido firmado um Contrato de Cooperação Técnica entre instituições. Esse é um processo inovador em pesquisa e desenvolvimento cujos resultados contribuem para que os produtores consigam melhorar a condição alimentar do rebanho, tendo maior oferta de alimento com maior qualidade, principalmente a base de forragem, o que pode agregar valor ao processo e ao produto final.

Pupunha

Foi concluído o método para seleção de matrizes de maior teor de óleo e as recomendações técnicas básicas para produção de frutos de pupunha na agricultura familiar da Amazônia Legal Brasileira poderá contribuir para a seleção de genótipos superiores para produção de frutos e adequação do sistema de produção.

Piscicultura

Foi desenvolvida metodologia para o levantamento de dados técnico-econômicos em piscicultura familiar, a qual permite realizar o acompanhamento técnico-econômico de pisciculturas familiares, a partir do levantamento de dados físico-químicos e de custos de produção, possibilitando melhorar o manejo e, conseqüentemente, a produtividade dos cultivos.

Plantio Direto

Foi desenvolvido um Sistema de plantio Direto de Milho Grão Sequeiro com tração animal adaptado para agricultores familiares de maneira geral e assentados de reforma agrária, especificamente em condições de limitado acesso a maquinário para preparo de solo e plantio. O estudo foi realizado por meio de pesquisa participativa com agricultores familiares do município de Unai (MG).

Amora Preta

Foi desenvolvida cultivar de amora preta BRS Xingú destinada à produtores de base familiar. Cultivar de amora preta, de maturação mais tardia. As frutas têm muito boa conservação pós-colheita, constituindo-se numa alternativa à matriz produtiva da agricultura familiar.

Pau-Mulato

Foi desenvolvido sistema de manejo da regeneração natural do pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*) para extrativistas ribeirinhos com o intuito de aumentar a oferta de madeira de manejo de várzea.

Convivência com a seca

Visando ampliar a captação de água de chuva para agricultores familiares de assentamentos no semiárido brasileiro foram construídos 10 grandes cisternas de 50.000 litros cada, sendo oito com calçadão e duas com sistema de enxurrada. As cisternas foram abastecidas em 2013 com as chuvas e vem sendo usados para irrigação de pequenas áreas mistas, permitindo pequenas produções em áreas que antes eram impróprias para cultivo. Em conjunto, foram avaliados vários sistemas de irrigação de baixo custo para várias culturas, sendo possível verificar os de mais fácil manuseio e aceitação pelos produtores.

Segurança alimentar para comunidades indígenas

Visando atingir o objetivo de promover a segurança alimentar para comunidades indígenas Terena, foi avaliado o rendimento de grãos da cultura do milho, quando consorciada com diferentes espécies de adubo verde, sob condições de baixa aplicação de insumos, ficando demonstrado que a utilização dos adubos verdes é válida como uma estratégia de manejo para conservação da qualidade do solo e pode ser considerada uma prática promissora na unidade de produção.

Minhocultura

Pelo fato da minhocultura ser uma tecnologia social capaz de contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da conversão de resíduos orgânicos e produção de fertilizantes e fitoprotetores, foram elaboradas recomendações de práticas e processos agropecuários de baixo custo para a transformação eficiente da matéria orgânica disponível nas propriedades rurais e sua utilização na fertilização de cultivos, na produção de mudas de hortaliças e espécies florestais. Também, para a utilização do húmus de minhoca na fitoproteção de cultivos.

Plantas bioativas

Há uma relação histórica de construção do conhecimento por parte dos agricultores familiares com as plantas bioativas que favorece sua apropriação. Estão sendo aprofundados estudos sobre a composição fitoquímica das espécies bioativas e das variáveis que interferem nessa composição, bem como validada a eficiência dos produtos e estratégias propostos para o manejo sanitário de rebanhos e cultivos, para que essa estratégia de baixo custo seja útil no manejo sanitário de agroecossistemas em transição agroecológica.

Mandioca

Por meio de processo de pesquisa participativa junto aos agricultores familiares de mandioca do Estado do Amapá, foram avaliadas e selecionadas variedades de mandiocas mais produtivas e adaptadas aos sistemas de produção.

5.4 Desenvolvimento de produtos diferenciados e com alto valor agregado para exploração de novos segmentos de mercado

5.4.1 Principais ações e os resultados alcançados relacionados à prospecção, caracterização e conservação de espécies da biodiversidade brasileira, para a geração de produtos; desenvolvimento de tecnologias para sistemas de produção e agroindustrialização.

A biodiversidade pode contribuir de forma significativa para a agricultura, a pecuária, a extração florestal e a pesca.

Em relação ao uso de recursos florestais, em 2013, foi implementado um **portfólio de Recursos Florestais Nativos**, cujo objetivo é ampliar soluções tecnológicas para a sustentabilidade da produção florestal e adequação ambiental das propriedades rurais, nos biomas brasileiros. Outras duas carteiras de projetos foram organizadas nesta temática: Tecnologias para o fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil e Manejo Florestal de Uso Múltiplo.

O **portfólio de projetos em Aquicultura**, também implementado em 2013, tem importante foco em espécies nativas. Uma de suas prioridades é a prospecção da biodiversidade, com o objetivo de identificação das espécies nativas que possuem potencial de utilização econômica; estudos da biologia das espécies nativas com potencial para aquicultura; estudos de prospecção do uso de bioprodutos nativos no cultivo de peixes; estudos filogeográficos; bioprospecção e biomonitoramento das espécies nativas.

Ações e Resultados de projetos de pesquisa e desenvolvimento

Floresta

Novas metodologias para determinar taxas de cortes sustentáveis para espécies das florestas naturais no Mato Grosso, mas extensíveis em toda a Amazônia foram desenvolvidas. Essas metodologias dizem respeito a como avaliar a capacidade de recuperação pós-manejo. As características estudadas possibilitaram determinar pontos ótimos de diâmetro de corte, extrações e taxas sustentáveis de acordo com estruturas das florestas e estimativas de ciclos variados por espécie.

Mandioca

Foram realizadas ações de fortalecimento da agricultura familiar e indicação geográfica do território da cidadania do vale do Juruá, Acre. Nesse contexto foi efetivada a caracterização agrônômica e físico-química de variedades locais de mandioca na regional Purus, visando à qualidade da farinha. Novas variedades de mandioca foram introduzidas e os resultados apontam para a possível indicação geográfica da farinha de Cruzeiro do Sul.

Cupuaçu

Foram estabelecidas estratégias de controle da broca-do-cupuaçu *Conotracheus* sp. (Coleoptera: Curculionidae) na Amazônia com análise da flutuação populacional da broca-do-cupuaçu e levantamento de seus inimigos naturais. Este levantamento pode contribuir para determinar estratégias de controle da broca-do-cupuaçu (*Conotrachelus* sp (Coleoptera: Curculionidae) na Amazônia e incrementar as atividades extrativistas, de produtores rurais, de extensionistas e pesquisadores.

Tuviras (peixes para iscas)

Visando obter informações úteis para o manejo dos estoques de tuviras no Pantanal do Mato Grosso do Sul pelos pescadores artesanais (comunidade tradicional), foram realizados estudos que permitiram verificar a existência de variabilidade genética nas populações de tuviras. Essas informações contribuíram para a formação de um Banco de tecidos e DNA de peixes do Pantanal, o que representa um banco de diversidade para ser utilizado em trabalhos posteriores.

Ações e resultados de Transferência de Tecnologia

- a) Foram realizadas ações de Transferência de Tecnologias em Colheita, Pós-colheita e Processamento de Frutas para Modernização de Agroindústrias Familiares no Acre visando a elevação do padrão tecnológico da cadeia produtiva em benefício de agricultores e empreendimentos agroindustriais familiares do Acre;
- b) Foram efetivados ajustes tecnológicos visando o aperfeiçoamento do sistema de produção de abacaxizeiro no Acre através de práticas agrícolas adaptadas à realidade local;
- c) Houve a distribuição de kits Minibibliotecas, num total de 237 kits de Minibibliotecas, e realização de 3 cursos de capacitação (Arapiraca e N^a S^a da Glória; Serra Geral; e Campo Formosa) no uso de seu acervo, para professores, estudantes e extensionistas, tanto em contribuição a projetos de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria como em apoio ao processo de transferência de tecnologia Embrapa;
- d) Foram realizados programas radiofônicos (Prosa Rural) e televisivos (Dia de Campo na TV), com veiculação de um total de 39 programas televisivos e de 193 programas de rádio com foco em conteúdos resultantes do trabalho de pesquisa de Unidades da Embrapa e parceiros, os quais são editados de forma que possam atender necessidades regionais de agricultores familiares de todas as regiões do País;
- e) Foram realizadas ações por meio da Agência Embrapa de Informação Tecnológica (ageitec) consistindo em publicação de 7 novas árvores do conhecimento (com oferta de informações sobre as etapas da cadeia produtiva de cultivo, criações e temáticas), completando, com isso, um acervo de 48 árvores disponibilizadas;
- f) Foram efetivadas publicações por meio do Sistemas de Produção Embrapa (SPE), com 135 títulos, divididos em 65 temas, até então disponibilizados e que obtiveram um total de 4.340.413 visitas e de 9.242.167 páginas acessadas;
- g) Foram disponibilizados e efetivados acessos livres por meio do Sistema de Acesso Aberto à informação: Alice e Infoteca-e. Em 2013, o Alice teve um total de 1.681.716 acessos (dos quais 998.262 foram downloads e 683.454 foram de consultas); enquanto o Infoteca-e obteve um total de 2.079.799 acessos (792.795 deles foram consultas, e 1.287.004 foram de downloads).

Também como **Ações e resultados de Transferência de Tecnologia**, podemos citar:

Minibibliotecas Embrapa**Capacitações ministradas / 2013**

- Uso acervo Minibibliotecas Arapiraca e N^a S^a Glória (40 pessoas)
- Uso acervo Minibibliotecas Serra Geral (50 pessoas)
- Uso acervo Minibibliotecas Campo Formosa (30 pessoas)

Total de capacitados: 120 pessoas

O uso do acervo por professores, estudantes e extensionistas contribuiu para projetos de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria e em apoio ao processo de transferência de tecnologia.

Distribuição de kits Minibibliotecas / 2013 no total de 237 kits, sendo:

- 28.440 publicações impressas (livros e cartilhas);
- 1.896 DVDs, com reportagens do Dia de Campo na TV; e
- 1.896 CDs com programas do Prosa rural

Público-Alvo: Jovens rurais e pequenos agricultores do Brasil

Potencial de aplicação do resultado: capacitação para aplicação dos resultados de pesquisa da empresa e inserção do acervo das minibibliotecas nas atividades desenvolvidas por agricultores e técnicos da extensão rural.

Programas radiofônicos (Prosa Rural) e televisivos (Dia de Campo na TV)

Prosa Rural - 2013

- N° programas produzidos: 193 (1 de abertura, 48 para região Norte, 48 p/ região Nordeste, 48 p/ região Centro-Oeste/Sudeste, e 48 para a região Sul)
- N° rádios parcerias: 1.308 (139 no Norte, 583 no NE, 432 no CO/SE, e 154 no Sul)

Dia de Campo na TV (DCTV) 2013

- N° programas produzidos: 39
- N° emissoras parcerias: 9

Veiculação de um total de 39 programas televisivos e de 193 programas de rádio com foco em conteúdos resultantes do trabalho de pesquisa de Unidades da Embrapa e parceiros, os quais são editados de forma que possam atender necessidades regionais de agricultores familiares de todas as regiões do País.

Público-Alvo: pequenos agricultores brasileiros, que têm o rádio como o principal meio de informação.

Potencial de aplicação do resultado: aplicação de tecnologias validadas de baixo custo e de fácil uso, como fonte de renda extra e de orientações para melhor aproveitamento de refugos e de insumos de produção nas propriedades.

Agência Embrapa de Informação Tecnológica (Ageitec)

Publicação e atualização Árvores do Conhecimento (ACs)/ 2013 : 7 ACs 3 temáticas (Solos Tropicais, Território Sisal, Território Mata Sul); 3 de cultivo (Tomate, Soja, Uva de mesa); 1 de criação (Frango de corte).

Acessos / 1/1/2013 a 31/10/2013: 934.575

Visitas às páginas acessadas: 1.566.760

No período de 1/1/2013 a 31/10/2013, a Ageitec publicou 7 novas árvores do conhecimento (com oferta de informações sobre as etapas da cadeia produtiva de cultivo, criações e temáticas), completando, com isso, um acervo de 48 árvores disponibilizadas.

Público-Alvo: produtores, extensionistas, professores, estudantes e donas de casa

Potencial de aplicação do resultado: nas árvores do conhecimento, a divulgação de informações validadas sobre técnicas de produção, processamento e condições mercadológicas, além de outros materiais vinculados ao agronegócio e ao meio ambiente, em diferentes níveis de profundidade, possibilita a capacitação de extensionistas, acadêmicos e demais técnicos incluídos no processo de transferência de tecnologia, bem como auxilia o produtor no planejamento da produção no campo e na tomada de decisões fundamentadas.

Sistemas de Produção Embrapa (SPE)

Atualização dos Sistemas de Produção Embrapa em 2013: 15 sistemas com conteúdo atualizado

Acessos: 1/1/2013 a 31/10/2013

Visitas: 4.340.413

Páginas acessadas: 9.242.167

No período de 1/1/2013 a 31/10/2013, os 135 títulos de Sistemas de Produção Embrapa, divididos em 65 temas, até então disponibilizados obtiveram um total de 4.340.413 visitas e de 9.242.167 páginas acessadas.

Público-Alvo: produtores, extensionistas, professores, estudantes e donas de casa

Potencial de aplicação do resultado: nos SPEs, as informações sobre as cadeias produtivas estão disponíveis em formato de hipertexto, com gráficos, tabelas e fotos que contribuem para a melhor identificação de pragas e de doenças, bem como para a execução da tecnologia na prática.

6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.1 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) conforme orientações da Portaria prevista no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

O II Plano Diretor de TI (PDTI) da Embrapa foi aprovado em agosto de 2012. Sua implantação iniciou-se em 2013, por meio de um Projeto especial “Implantação do II PDTI” aprovado pela Diretoria. Esse projeto tem a duração de três anos e conta com a participação de 20 Unidades da Embrapa. Em 2013, foram realizadas 15% das ações planejadas no projeto. Os resultados intermediários gerados são:

- a) Proposta de indicadores para medir o desempenho de TI submetida à Secretaria de Gestão Estratégica e Comitê Gestor de TI (CGTI);
- b) Ações de alinhamento da TI ao Processo de produção definidas e submetida à Diretoria e ao GCTI;
- c) Versão preliminar da Norma de governança de TI elaborada e submetida ao CGTI;
- d) Elaboração e consolidação da pesquisa de avaliação do nível de implantação dos processos e normas de TI nas Unidades;
- e) Levantamento de repositórios de dados de pesquisa;
- f) Contratação dos dispositivos móveis para subsidiar o desenvolvimento das atividades do Grupo de definição da arquitetura de desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis;
- g) Elaboração da análise de viabilidade de contratação de software de gestão integrado;
- h) Desenvolvimento da nova versão do Portal corporativo integrado com 8 Sistemas corporativos;
- i) Desenvolvimento de 10 comunidades virtuais: Comunidade GE, Comunidade AJU, Comunidade Projetos Especiais, Comunidade Sala dos Gestores, Comunidade Agropensa, Comunidade SEQ, Comunidade PD&I em Rede (NAP/CPACT), Rede.com, Rede TT e TI.com.

Além do Planejamento estratégico, outros processos relacionados à Governança de TI foram implantados e aprimorados como os processos de gestão orçamentária de TI e o de contratação de serviços de TI.

No escopo desse último processo foram planejados e executados 3 projetos de aquisição centralizadas, utilizando a modalidade de Registro de Preços para todas as unidades da Embrapa. Essas aquisições corporativas contemplaram a compra de equipamentos de Datacenter (servidores, switches, wireless, storages), equipamentos para usuários de TI como; desktops, notebooks, periféricos em geral e licenças de uso de softwares. Dessa forma, a Empresa atendeu as

necessidades das Unidades em relação aos recursos de TI, garantiu padronização, economia e evitou retrabalho das equipes.

6.2 Demonstração da forma de suporte às unidades descentralizadas em relação às suas necessidades tecnológicas, destacando as que apresentaram problemas relacionados a equipamentos de informática (obsolescência), disponibilidade de rede, entre outras informações gerenciais julgadas relevantes, incluindo ainda justificativas e ações para sanar tais problemas.

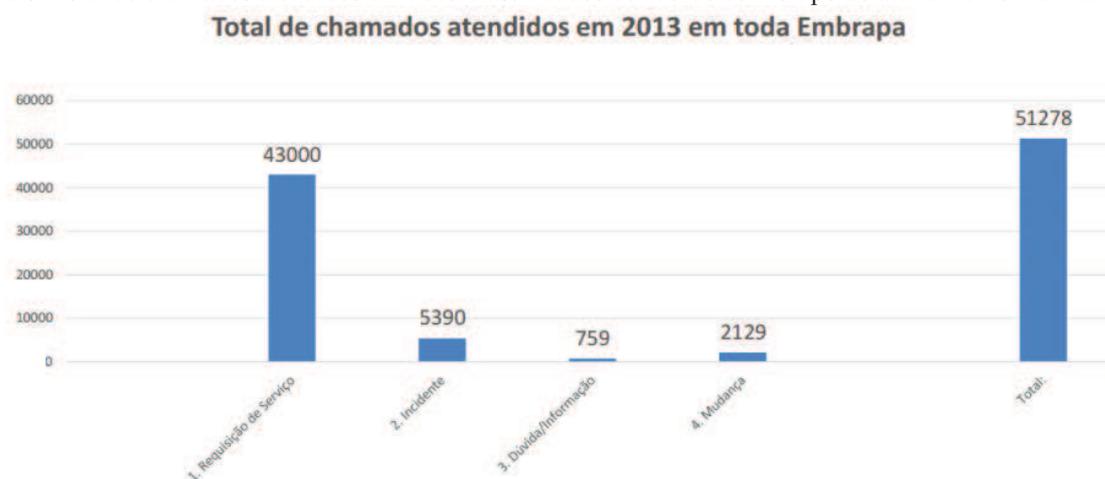
Uma das principais melhorias realizadas na Tecnologia da Informação (TI) em 2013 foi a implantação da Central de Serviços de TI da Embrapa em 41 Unidades Descentralizadas da Embrapa. Por meio dessa Central, foi possível implantar os processos de gerenciamento de serviços de TI, definidos no Modelo de Governança Corporativa de TI tais como: gestão de requisição, catálogo de serviços, gestão de problemas e gestão de incidentes garantindo assim, a definição e reuso de procedimentos padronizados, a troca de informações e experiências entre as equipes de TI do DTI e das Unidades Descentralizadas, a coleta de indicadores e a melhoria da qualidade dos serviços de TI.

Em relação às ações adotadas pelo DTI para sanar os problemas relativos à obsolescência de equipamentos, podemos citar:

- Viabilização de recursos de Investimento para atualização de equipamentos de informática nas Unidades Descentralizadas;
- Planejamento e execução de contratação centralizada, por meio de Registro de Preço para equipamentos de Datacenter (servidores, switches, wireless, storages) e equipamentos para usuários de TI como: desktops, notebooks, periféricos em geral e licenças de uso de softwares. Dessa forma, a Empresa atendeu às necessidades das unidades em relação aos recursos de TI, garantiu padronização, economia e evitou retrabalho das equipes.

A Figura 8, mostra o total de chamados atendidos em 2013, classificados de acordo com o tipo do atendimento realizado.

Figura 8 : total de chamados atendidos em 2013 classificados de acordo com o tipo do atendimento realizado



Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação(DTI)

O DTI gerenciou também a implantação de soluções corporativas como a de antivírus que tratou um total de 187.326 ocorrências de vírus em toda a Embrapa com 97,27% de sucesso no tratamento. Houve melhoria no Datacenter corporativo possibilitando maior capacidade, disponibilidade e segurança dos serviços e produtos de TI para os empregados. Os índices de disponibilidade dos principais serviços foram acima de 98,95 %, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9: Índices de disponibilidade dos serviços

Serviço	Disponibilidade
Correio eletrônico	99,73 %
Acesso à Internet	99,72 %
Rede Privada Virtual	99,51 %
Controlador de Domínio	99,77 %
Sistema de Recursos Humanos (SIRH)	99,30 %
Sistemas Corporativos	99,49 %
Serviço de Impressão	98,95 %

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

As unidades descentralizadas do DF: Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças e Fazenda Sucupira foram beneficiadas com a disponibilização do acesso à Internet via RNP (Rede GigaCandanga). Esse projeto, gerenciado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) possibilitou a economia de recursos e principalmente o aumento da capacidade no acesso à Internet, conforme Tabela 10.

Tabela 10: Aumento da capacidade no acesso à Internet

Unidade	Capacidade anterior	Capacidade a partir de maio/13
Embrapa Cerrados	34 Megas	100 Megas
Embrapa Hortaliças	20 Megas	100 Megas
Fazenda Sucupira	2 Megas	100 Megas

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Atualmente as Unidades da Embrapa tem acesso à Internet por meio da RNP e outras empresas comerciais, conforme mostra a Tabela 11, por regiões do Brasil.

Tabela 11- Acesso à Internet, por regiões

Tipo	Norte	Centro Oeste	Sudeste	Nordeste	Sul
RNP	7	10	8	4	1
Comercial	2	3	2	4	6

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação

Em relação a software de suporte ao Processo de Produção foram atendidas 102 melhorias no IDEARE (Software de gestão da programação de P&D) e disponibilizado em produção a primeira versão do software GESTEC (Software de gestão de Transferência de Tecnologia). Encontra-se em homologação o Portal corporativo que irá substituir os portais das Unidades descentralizadas e garantir integração e melhoria da qualidade da informação disponibilizada para a sociedade.

7. GESTÃO DE PESSOAS

Alinhada às diretrizes da Empresa, a área de gestão de pessoas da Embrapa orienta seus esforços para contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos propostos nas políticas e planos diretores da organização. Nesse sentido, a gestão de pessoas prioriza ações buscando desenvolver a potencialidade dos empregados, tornando-os mais capazes a atender os desafios que se apresentam à Embrapa em seu compromisso com o desenvolvimento do País. O aprimoramento da gestão de pessoas na Embrapa abarca esforços nos macroprocessos de desempenho e estratégia; treinamento, desenvolvimento e educação; atração e seleção; bem-estar; remuneração, recompensa e reconhecimento. Dentre as atividades desenvolvidas no ano de 2013, destacam-se as pactuadas no Plano de Ações Estratégicas da Embrapa Sede (PAES), focadas na elaboração de um novo plano de carreira; na estruturação da área de Segurança do Trabalho; na revisão do Modelo de Reconhecimento e Recompensa e do Programa de Capacitação da Empresa; na definição de estratégia para mapeamento das áreas de conhecimento relevantes para o negócio da empresa e no estabelecimento de um Modelo de Integração e Envolvimento dos empregados.

7.1 Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados.

Os empregados da Embrapa são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo o processo de captação de pessoal realizado por meio de concurso público. O Plano de Carreiras da Embrapa (PCE), ajustado em setembro de 2012, está estruturado em duas carreiras e quatro cargos de provimento efetivo. A carreira de Pesquisa e Desenvolvimento comporta o cargo de Pesquisador e a carreira de Suporte à Pesquisa e Desenvolvimento, os cargos de Analista, Técnico e Assistente. Além dos cargos de provimento efetivo, o PCE congrega um conjunto de cargos não efetivos tendo em vista a gestão técnico-administrativa e o controle das atividades e das equipes de trabalho (Cargos em Comissão, Funções de Confiança e de Supervisão).

O número de empregados da Embrapa, comparando-se o período 2012-2013, apresentou ligeira redução (0,15%). Houve aumento de profissionais nos cargos com nível de escolaridade Superior. O número de Pesquisadores teve acréscimo de 0,25% e o de Analistas 2,77%. Os cargos com exigência de escolaridade de nível Médio foram reduzidos em 1,73%. A redução no número de empregados no cargo de Assistente é explicada em face à transposição de alguns desses empregados para o cargo de Técnico, ocorrida em 2012, com ajustamento ocorrido no PCE. No caso, o empregado ocupante do cargo de Assistente, posicionado na Classe A, cujo requisito de ingresso era o nível de escolaridade Médio completo, foi transposto para o cargo de Técnico.

Com a nova estrutura de cargos da Embrapa, a composição do Quadro de empregados foi alterada conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Quadro de Pessoal - Resumo por cargo

Cargo\ Período	2012 (PCE 2006)		2013 (PCE 2012)	
	Quant.	%	Quant.	%
Cargo em Comissão	8	0,08	9	0,09
Pesquisadores	2431	24,78	2437	24,87
Analistas	2451	24,98	2519	25,71
Técnicos	-	-	1776	18,13
Assistentes	4922	50,16	3056	31,19
Total	9.812		9.797	

Fonte: Sistema de Informações de Recursos Humanos (SIRH)

A alocação dos empregados se dá de acordo com a área/subárea e região para a qual prestaram o concurso delimitadas, anteriormente, em processo interno de mapeamento e delineamento de perfis necessários ao desenvolvimento das atividades na Empresa, e publicados em Edital.

A realocação interna dos empregados da Embrapa acontece por meio de processos de transferência. A transferência de pessoal visa uma melhor distribuição quantitativa e qualitativa de pessoas, buscando conciliar as necessidades da Embrapa com os interesses e competências dos empregados, sob condições estabelecidas em norma.

Com vistas a subsidiar esse processo de movimentação interna de pessoal, deu-se origem a uma proposta de Banco de Movimentação, cujo objetivo é subsidiar o processo de mobilidade dos empregados, buscando na medida do possível, alinhar interesses institucionais e pessoais. A proposta de composição desse banco foi feita em 2012, contudo, diante da necessidade da Embrapa de manter equipes que possam atender, tanto quantitativa quanto qualitativamente, às demandas e à agenda da Empresa nas diferentes regiões do País, verificou-se a necessidade de se estabelecer critérios e regras adicionais para orientar o processo. Por esse motivo, em 2013, foi iniciada a revisão da norma de movimentação interna de pessoal.

Além disso, outras ações em andamento contribuirão para orientar as decisões em termos de transferência, podendo-se citar a atualização de dados no Sistema de Gestão de Pessoas (SIRH) e o projeto que propõe o Novo Portal da Embrapa, que no escopo de gestão de pessoas, prevê a composição de um cadastro com informações dos empregados, tais como: experiência, conhecimento e interesses, a ser disponibilizado para o usuário.

7.2 Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Empresa e o ambiente de trabalho.

Os processos de Clima Organizacional e de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) são instrumentos corporativos de gestão de pessoas que contribuem para o desenvolvimento e a compreensão da dinâmica organizacional, melhoria do bem-estar dos empregados e desempenho organizacional. A gestão do clima organizacional e da QVT ocorre por meio de um ciclo contínuo de ações integradas, sendo composto por cinco etapas: planejamento, diagnóstico, intervenção, monitoramento e avaliação.

Desde a realização das pesquisas de Clima Organizacional e QVT em 2011, os Planos de Ação vem sendo elaborados com base nos índices de favorabilidade obtidos por um conjunto de fatores medidos de forma bianual por meio de pesquisa disponível a todos os empregados da organização. Na Tabela 13, estão identificados os fatores que foram investigados com as respectivas definições constitutivas e favorabilidades na Embrapa.

Tabela 13- Fatores investigados nas pesquisas de Clima Organizacional e de Qualidade de Vida no Trabalho da Embrapa.

Fatores	Definições	Favorabilidade Geral
CLIMA ORGANIZACIONAL		
Recompensa, Reconhecimento e Valorização Profissional (RRVP)	Refere-se ao modo como os empregados percebem a valorização para a execução das tarefas e o reconhecimento da Embrapa, ou seja, ao retorno recebido em troca do trabalho executado.	48,09%
Percepção de Justiça de Procedimentos (PJP)	Refere-se ao modo como os empregados percebem quão justas são as condições e os procedimentos que norteiam as práticas e políticas da organização e da área onde trabalham.	58,51%
Suporte Social	Refere-se às condições psicossociais para realizar o trabalho e abarca a percepção dos empregados de que: a) na Empresa existem canais de comunicação estabelecidos para favorecer a troca de informações (comunicação interna); b) na Empresa existem pessoas em que se possam confiar e que se mostram preocupadas umas com as outras; c) a atuação da Empresa é importante para a sociedade (imagem).	67,13%
Gerenciamento	Refere-se ao modo como os ocupantes de cargos de chefia atuam nas funções, bem como o estilo de comando em relação aos subordinados (processo decisório).	67,76%
Condições de Trabalho	Refere-se à organização da estrutura física e material da Empresa (condições do ambiente físico de trabalho e o suporte físico e material necessário para a realização das atividades).	67,96%
Relações Sociais	Refere-se à maneira como se processa a interação entre as pessoas dentro da Empresa e ao relacionamento existente entre os diversos segmentos que a compõem, ou seja, a sociabilidade no trabalho.	76,94%
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO		
Biológico	Refere-se à promoção da saúde física e hábitos saudáveis da pessoa e suas relações com a carga de trabalho e os aspectos físicos decorrentes do ambiente ocupacional.	50,17%
Psicossocial	Refere-se às interações entre o indivíduo e a organização, no que tange à reciprocidade do comprometimento e da realização profissional com o suporte organizacional, que impactam no equilíbrio psicológico da pessoa.	76,89%

Fonte: Relatório da Pesquisa de Clima Organizacional – 2011

Em resposta ao diagnóstico de Clima e QVT, foram propostas 1.246 ações, para o período 2012/2013, contidas nos Planos de Ação, sendo que 752 foram implementadas em toda a Embrapa, alcançando o índice de 60% de realização. As principais atividades desenvolvidas para a melhoria do Clima Organizacional e da QVT concentraram-se na realização de palestras e treinamentos, bem como reuniões para integração e alinhamento das informações relacionadas aos processos de gestão nas Unidades.

Outras ações focaram em ofertas de ginástica laboral, avaliação e orientação nutricional, orientação postural e ergonômica, que estavam direcionadas essencialmente aos Fatores Biológico e Condições de Trabalho. Além disso, foram utilizados diversos meios de sensibilização dos empregados que incluíram: oficinas e dinâmicas de grupo, apresentação de teatro e filmes, divulgação de informações em jornais, murais e comunicados eletrônicos.

Na etapa final de avaliação, as unidades encaminharam ao DGP um relatório sobre a execução do plano de ação. Destacam-se, os principais resultados alcançados:

- Integração entre os empregados e gestores, possibilitando compartilhar experiências e conhecer melhor os colegas de trabalho de diferentes setores e locais, incluindo os Campos Experimentais;
- Sensibilização dos empregados quanto à importância do Clima Organizacional e da QVT e maior participação nas ações desenvolvidas. Como consequência, percebeu-se que os espaços de debate e reflexão sobre as temáticas proporcionaram aos empregados maior conhecimento;
- Apoio e participação dos gestores de algumas Unidades nos eventos realizados, contribuindo para o êxito das ações de Clima Organizacional e QVT;
- Disponibilização de recurso orçamentário para auxiliar a realização das ações nas Unidades Descentralizadas;
- Parcerias internas e externas;
- Apoio corporativo, demonstrando preocupação da Empresa com a saúde e bem-estar dos empregados, e melhoria do clima organizacional;

A Metodologia proposta para a construção dos Planos de Ação permitiu o desenvolvimento e priorização de ações baseadas nos resultados das pesquisas e, conseqüentemente, nas reais necessidades dos empregados.

Ações de equidade

A Embrapa tem promovido ações voltadas à equidade de gênero, raça e diversidade no ambiente de trabalho, em parceria com o Governo Federal. Desde 2007, a Empresa aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, no qual atua por meio do desenvolvimento de novas concepções e práticas de gestão de pessoas e cultura organizacional. O Programa é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR). Nesse período, obteve o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça ao participar da 2ª, 3ª e 4ª Edições. Nesta última, foi inserida a dimensão da equidade de raça. Em 2013, a Embrapa aderiu à 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM/PR com o intuito de dar continuidade às ações que visam sensibilizar e estimular práticas gerenciais que promovam a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, bem como contribuir para eliminação de qualquer forma de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no trabalho. Com base no desenvolvimento contínuo do Programa Pró-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade da Embrapa e no Plano de Ação pactuado com a SPM/PR, destacam-se algumas iniciativas desenvolvidas em 2013:

- Campanha de Autodeclaração de Cor, integrada ao processo de atualização cadastral;
- Oferta de benefícios aos(as) empregados(as), por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, que promovem a equidade de gênero;
- Continuidade de ações voltadas para “Reflexões sobre Diversidade na Prática Organizacional”;

- Campanhas de comunicação em datas comemorativas relacionadas a gênero, raça e diversidade;
 - Campanhas de saúde para empregadas e empregados com foco em temas específicos para a saúde da mulher e do homem;
 - Promoção de ações sobre Ética;
 - Compartilhamento de conhecimentos e experiências no grupo de empresas participantes do Ciclo de Encontros Regionais para o Fortalecimento da Equidade de Gênero e Raça;
 - Divulgação das temáticas do Programa nos meios de comunicação interna e externa.
- Verifica-se que ações promotoras dos valores definidos no V Plano Diretor da Embrapa, no que se refere à responsabilidade social e respeito à diversidade e pluralidade, têm proporcionado mudanças nas práticas de gestão de pessoas e na cultura organizacional, impactando positivamente nas relações de trabalho rumo à igualdade de oportunidades. As ações são desenvolvidas em parceria com instituições públicas e privadas, principalmente: SPM/PR, SEPP/PR, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), Ministério Público do Trabalho (MPU), Universidades e Organizações não Governamentais (ONGs).

Integração de Novos(as) Empregados(as), Socialização entre Gerações e Comprometimento Organizacional

Em 2013, o Departamento de Gestão de Pessoas iniciou o Projeto Especial “Gestão Estratégica de Pessoas como fator diferencial ao Desempenho Global da Embrapa”, que tem como objetivo alinhar os processos e práticas de gestão de pessoas (nos eixos de TD&E, atração e seleção, desempenho e recompensa, remuneração e bem-estar) à estratégia corporativa visando à elevação do desempenho global da Empresa.

Dentre os resultados propostos para o projeto, destaca-se o desenvolvimento de um modelo corporativo que atua em três grandes eixos temáticos: Integração de Novos(as) Empregados(as), Socialização entre Gerações e Comprometimento Organizacional. A definição desses eixos pauta-se na premissa de que, ao facilitar o processo de recepção e ambientação dos(as) novos(as) empregados(as), ao reconhecer as diferenças entre as gerações buscando minimizar os conflitos e ao instituir práticas que fortaleçam o compromisso com a organização, cria-se um ambiente propício à criação de vínculos positivos entre empregados(as) e Empresa.

Na busca por formação de vínculos positivos com a Empresa, as estratégias norteadoras de políticas de gestão de pessoas a serem desenvolvidas neste Projeto priorizam:

- 1º Pilar de Atuação - Adaptação do(a) novo(a) empregado(a) à cultura organizacional e ao ambiente de trabalho, respeitando o potencial criativo de cada um(a);
- 2º Pilar de Atuação - Interação entre profissionais das diferentes gerações da Empresa, transformando possíveis pontos de conflito em processos criativos e sinérgicos;
- 3º Pilar de Atuação - Ações que fortaleçam o vínculo dos(as) profissionais com a Empresa, refletindo no desempenho e bem-estar individual e no desejo de contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.

A recepção de novos(as) empregados(as) consiste em etapa essencial para equilibrar o potencial e os objetivos individuais com as necessidades da organização, no que tange à adaptação à cultura e ao ambiente de trabalho. Nesse sentido, propicia o início do processo de troca de experiências e conhecimentos entre empregados(as) com diferentes tempos de Empresa e, portanto, impacta na socialização das equipes de trabalho. A socialização entre gerações, por sua vez, merece atenção

durante toda a trajetória dos(as) profissionais, alocados(as) nos diferentes cenários da Empresa (Unidades Centrais e Descentralizadas, Campos e Estações Experimentais, Unidades de Execução de Pesquisa, Núcleos de Apoio à Pesquisa e Transferência de Tecnologia e Escritórios de Negócio), por favorecer o compartilhamento de conhecimentos, bem como o bem-estar nas relações interpessoais. Essas práticas de integração e socialização, além de outras políticas de gestão de pessoas, tais como, ações para a melhoria do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), programa de treinamento e desenvolvimento e políticas de reconhecimento, contribuem para formação de vínculos positivos, fortalecendo o comprometimento dos(as) profissionais com a organização.

7.3 Estratégias de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.

Em relação às ações referentes à aprendizagem, pode-se afirmar que a educação na Embrapa se faz presente por meio de ações de educação profissional e de treinamento e desenvolvimento – individuais e coletivas, tanto no país, quanto no exterior. A Empresa investe no desenvolvimento e educação de seus empregados, com foco na formação de um quadro de profissionais qualificados, visando à aquisição e aprimoramento de conhecimentos e a constante inovação. Ações essenciais para que a Embrapa atenda seu compromisso maior de gerar benefícios para a sociedade.

Até dezembro de 2013, foram realizadas as seguintes ações em cada um de seus Programas desenvolvidos:

- **Programa de Educação Profissional**

O Programa de Educação Profissional da Empresa abarca a Educação Básica (Nível Fundamental e Médio), a Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) e a Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado). Os resultados gerais no período de 2013 estão refletidos na Tabela 14 e detalhados, a seguir:

Tabela 14 – Empregados participantes do Programa de Educação Profissional na Embrapa (2013)

Período\ Programa	Educação Básica	Pós-graduação Lato Sensu	Pós-graduação Stricto Sensu
2013	48	34	143

Fonte: Sistema de Informações de Recursos Humanos (SIRH) em 20/01/2014

No campo da Educação básica, no ano de 2013, 48 empregados participaram de ações educativas de nível fundamental e médio, promovidas por seis Unidades Descentralizadas da Embrapa: um empregado participou do programa referente à 1ª etapa do nível fundamental (1º a 4º ano); 23 empregados participaram da 2ª etapa (5º a 9º ano), sendo que, dentre esses, doze concluíram o curso; 24 empregados participaram de ações do nível médio e, desses, 22 concluíram o curso. Atualmente, ao todo, catorze empregados estão em cursos de Educação básica pela ação corporativa da Embrapa.

No que se refere ao Programa de Pós-graduação *Lato Sensu*, 34 empregados estavam vinculados ao programa durante o ano de 2013 e, desses, 21 concluíram o curso no período e treze ainda estão com o curso em andamento.

Ainda no Programa de Educação Profissional, um total de 143 empregados esteve em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em 2013. Desses, 34 ingressaram no presente ano (doze em nível de mestrado e 22 em nível de doutorado). No mestrado, no final do mês de dezembro, dez empregados concluíram o curso e 35 estão com o curso em andamento (todos realizados no país). Dos empregados de Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) inseridos no programa da Embrapa de mestrado, um iniciou, dois concluíram e três estão em andamento.

No doutorado, no final de dezembro, dezesseis empregados da Embrapa haviam concluído o curso e 82 ainda estão com o curso em andamento. Dos empregados de Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) inseridos no programa da Embrapa de doutorado, dois iniciaram, oito concluíram e 25 estão em andamento.

No ano de 2013, 215 empregados, somando-se empregados da Embrapa e de OEPAs, participaram do Programa de Educação Profissional, considerando os que iniciaram o curso, os que estão em andamento e os que concluíram.

Programa de Treinamento:

O Programa de Treinamento da Embrapa é composto por ações voltadas para a capacitação técnica (incluindo o pós-doutorado) e para capacitação gerencial. Trata-se de ações com foco na aquisição e/ou no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à atuação técnica dos empregados e dos gestores nos níveis estratégico e operacional. A Tabela 15, apresenta um resumo dos resultados obtidos, no período, no âmbito desse Programa.

Tabela 15 – Participação de empregados em ações do Programa de Treinamento (2012-2013)

Período\ Programa	Treinamento Técnico		Treinamento Gerencial
	Capacitação Técnica	Pós-doutorado	
2012	4.521	103	318
2013	6.063	75	7

Fonte: Sistema de Registro de Eventos (SIEVE) e SIRH

Os resultados obtidos por meio das ações voltadas para o treinamento técnico mostram que, em 2013, houve 6.063 participações em eventos técnicos, individuais e coletivos, entretanto 4.101 empregados foram capacitados, o que nos indica que um mesmo empregado participou de mais de um treinamento técnico de curta duração no país. Durante o ano de 2013, 75 empregados participaram do treinamento de pós-doutorado, dos quais 28 empregados concluíram o pós-doutorado (cinco no país e 23 no exterior) e 47 permanecem em treinamento (um no país e 46 no exterior).

É importante ressaltar que o processo seletivo para pós-doutorado esteve em revisão durante todo o ano de 2013, impactando diretamente no quantitativo de incorporações de empregados ao programa corporativo.

O programa corporativo de desenvolvimento gerencial também passou por reestruturação. Assim, não foram oferecidas ações corporativas de natureza coletiva, apenas participações individuais em treinamentos gerenciais. Dessa forma, 7 empregados participaram de treinamentos gerenciais individuais com recurso corporativo

Programa de desenvolvimento profissional:

As ações intituladas corporativas com foco estratégico visam capacitar os empregados nas competências de maior interesse da Empresa, focam temas transversais de desenvolvimento

profissional e que envolvem um número maior de empregados. As ações de autodesenvolvimento para carreira no exterior consistem na participação de empregados em eventos de curta-duração no exterior e aquelas destinadas ao estudo de idiomas compõem o Programa de Desenvolvimento Profissional.

Destacam-se, na Tabela 16, os resultados obtidos por meio das ações do Programa ao longo de 2013.

Tabela 16 – Resultados gerais do Programa de Desenvolvimento Profissional (2013)

Período\ Programa	Autodesenvolvimento na carreira	Estudo de idiomas
2013	829	397

Fonte: DGP

Quanto às ações de autodesenvolvimento para carreira, em 2013, foram realizadas no total 829 participações em eventos de curta duração no exterior (cursos, conferências, congressos, workshops, simpósios, reuniões técnicas, reuniões de trabalho, missão oficial, visita técnica, Labex) por empregados da Embrapa - 469 com ônus parcial e 360 com ônus para os cofres públicos, dos quais 177 com ônus para a Embrapa (projetos das Unidades, fonte 100 e outras), 60 com ônus para instituições de fomento (CNPq e CAPES) e 123 para outras fontes do governo (ministérios, inclusive ABC/MRE).

Em relação ao estudo de idioma, em 2013, 397 empregados tiveram cursos de idiomas custeados pela Empresa.

Adicionalmente, por meio do Programa de apoio aos estudantes e bolsistas, a Embrapa oferece oportunidades de aprendizagem profissional por meio da atuação de estudantes em seus processos e projetos. Esse programa é composto de três subprogramas, cujos resultados no período de 2013 estão relatados na Tabela 17.

Tabela 17 - Resumo dos resultados das ações do Programa de apoio aos estudantes e bolsistas (2013)

Período\ Subprograma	Estágio	Estudantes de Pós-Graduação	Bolsistas
2013	6115	987	1370

Fonte: SIRH, em 20/1/14

O Subprograma de Estágio tem o objetivo de apoiar o processo de formação e qualificação dos estudantes, dos níveis de escolaridade fundamental, médio e graduação. No período de 2013, a Embrapa possibilitou estágio para 6.115 estudantes, sendo oito do ensino fundamental, 1.106 do nível médio, 4.973 do nível superior e 28 de cursos de especialização.

Com o objetivo de apoiar o processo de formação e qualificação dos estudantes de pós-graduação, o Subprograma de estudantes de pós-graduação possibilitou que, em 2013, 987 estudantes de pós-graduação atuassem em conjunto com seus pesquisadores em projetos de pesquisa, sendo 519 de mestrado, 375 de doutorado e 93 de pós-doutorado.

Já o subprograma de Bolsistas apoia o processo de aprimoramento da qualificação dos profissionais que possuem bolsa de estudos de instituições de fomento ou fundações, por meio da oferta de oportunidades de atuação nos processos e projetos da Embrapa.

Em 2013, 1.370 estudantes de nível superior ou médio realizaram atividades de pesquisa como bolsistas na Embrapa, ao longo do ano de 2013.

Estão incluídos neste grupo os estudantes beneficiados com as 469 cotas de Iniciação Científica (PIBIC) e as 15 cotas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), referentes a convênio específico firmado entre a Embrapa e o Conselho Nacional Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

7.4 Informações sobre o pessoal da empresa

a) Composição do quadro de servidores ativos e sua distribuição em relação à Sede e às unidades descentralizadas

A Empresa contou, em 2013, com 9.797 empregados efetivos distribuídos entre Unidades Centrais, Unidades Descentralizadas, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Resumo de distribuição de empregados

Resumo	Nº de empregados	%
Total Empregados Unidades Centrais	842	8,59
Total Empregados Unidades Descentralizadas	8.955	91,41
Total	9.797	100

Fonte: SIRH

b) Composição do quadro de servidores inativos e instituidores de pensão

Destaca-se que, no âmbito da composição do quadro, dada sua natureza jurídica, não há, na Empresa, servidores inativos e instituidores de pensão.

c) Custos associados à manutenção do pessoal

A tabela 19, a seguir, demonstra os casos em que houve custos referentes ao quadro de pessoal lotado na Embrapa nos exercícios 2011, 2012 e 2013.

Tabela 19 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	731.174.786,23	-	84.993.339,36	79.683.508,43	86.568.604,98	-	69.810.921,19	-	11.562.529,99	1.063.793.690,19
	2012	714.299.559,45	-	56.952.399,51	56.952.399,51	75.775.924,53	-	47.026.161,13	-	3.421.765,68	954.428.209,81
	2011	714.182.454,22	-	68.629.483,27	27.319.509,63	65.211.639,01	-	23.486.313,70	-	914.594,74	899.743.994,57
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	15.887.386,11	-	1.846.784,14	1.731.409,08	1.881.012,42	-	1.516.891,83	-	251.237,30	23.114.720,87
	2012	15.487.471,89	-	1.234.844,23	1.358.544,41	4.866.634,60	-	1.019.623,12	-	74.190,86	24.041.309,11
	2011	26.674.284,43	-	2.563.269,86	1.020.367,23	4.188.153,70	-	877.199,67	-	34.159,56	35.357.434,45
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	11.094.543,37	12.430.472,48	1.289.653,73	1.209.084,55	1.313.556,16	-	1.059.282,00	-	175.445,04	28.572.037,33
	2012	10.825.272,34	9.570.437,35	863.118,60	949.581,27	666.462,95	-	712.685,59	-	51.857,16	23.639.415,25
	2011	8.657.744,16	3.289.333,41	603.608,71	240.280,02	573.548,15	-	206.566,37	-	8.044,03	13.579.124,85
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	129.406.753,86	145.116.707,18	15.042.521,10	14.102.762,23	15.321.319,02	-	12.355.465,29	-	2.046.390,96	333.391.919,65
	2012	126.450.056,07	111.792.322,76	10.082.092,33	11.092.063,16	8.892.259,10	-	8.324.883,63	-	605.743,70	277.239.420,76
	2011	83.808.880,77	43.887.818,33	8.053.628,52	3.205.928,00	7.652.546,55	-	2.756.104,76	-	107.327,14	149.472.234,08

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

d) Composição e custos relacionados ao quadro de estagiários

Conforme citado anteriormente, a Empresa possui um Programa de Apoio aos estagiários, estudantes e bolsistas. A composição do quadro de estagiários por formação, os quais desenvolveram atividades na Embrapa em 2013, é tratada na Tabela 20.

Tabela 20 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível Fundamental	Nível médio	Nível superior	Especialização
08	1.106	4.973	28

Fonte: SIRH

O custo total de gastos com o programa referente ao ano de 2013 foi de R\$ 13.395.126,10 incluindo pagamentos de bolsas de estágio e auxílio transporte (Fonte: DIRF 2013 - Dados SIRH)

a) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

A Embrapa não realiza contratação de mão de obra para prestação de serviços nas atividades da empresa quando dispõe de pessoal em seus Quadros. Entretanto, pode ocorrer contratação por empreitada rural, sob a modalidade de tarefa para atividades agrícolas de campo, em casos específicos e sazonais, como períodos de plantio e colheita, o que segue todos os trâmites legais. No que tange à contratação de serviços especializados, podem ocorrer contratações de consultores os quais seguem, igualmente, processo licitatório, conforme reza a legislação. A contratação de pessoal para serviços de manutenção, conservação, limpeza e segurança é feita por meio de licitação para contratação de empresas especializadas na prestação desses serviços, conforme os tramites formais estabelecidos pela legislação específica que rege as licitações e contratos no Serviço Público Federal.

f) Demonstrativo gerencial dos atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

O detalhamento dessas informações são apresentadas nas tabelas seguintes, as quais abordam o quantitativo de empregados na ótica da tipologia de cargos (Força de trabalho da UJ), de afastamentos (Situações que reduzem a força de trabalho da UJ), cargos comissionados e funções gratificadas (Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ), distribuição de empregados por faixa etária (Número de empregados da UJ por faixa etária) e nível de escolaridade (Número de empregados da UJ por nível de escolaridade), respectivamente. A Tabela 21 demonstra ingressos e egressos no quadro de pessoal no período de 2013, considerando a tipologia dos cargos.

Tabela 21 - Força de Trabalho da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos do exercício
	Autorizada	Efetiva		
I. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	9.875	9.797	120	135
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	9.797	120	135
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	9.797	120	135
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	9.875	9.797	120	135

Fonte: SIRH

A Tabela 22 aponta que existe uma diferença entre o quadro efetivo/real (contemplam ativos, cedidos e afastados), e o autorizado/fixado (contemplam ativos, cedidos, afastados e vagas) no período de 2013, apontando uma margem de 78 vagas. O quantitativo de vagas autorizadas é de livre utilização da Empresa, que pode distribuí-las de acordo com sua necessidade e conveniência dentre os cargos.

Observa-se que, no quadro efetivo/real, a Empresa possui 109 empregados no grupo de pessoas com deficiência, que corresponde a 1,1% do total de empregados; há, na Embrapa, 1.029 empregados ativos já aposentados pelo INSS, o que representa 10,50% do quadro de pessoal.

Das vagas do quadro fixado, 32 são exclusivas para anistiados. Atualmente, há na Empresa 44 anistiados. Com relação ao número de vagas destinadas para a Empresa, destacam-se os casos em que estas ficam bloqueadas para utilização: os profissionais que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas; empregados cedidos a outros órgãos; empregados afastados por doença, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão, conforme Portaria Nº 92, de 28/05/2012.

Tabela 22 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro de 2013
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	125
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	14
1.2. Exercício de Função de Confiança	111
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5)	986
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	829
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	149
2.5. Para participação em Programa de Pós Doutorado no País	6
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-

5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	13
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	13
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	4
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1.264

Fonte: SIRH

Tabela 23 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício (Admissões)	Egressos do exercício (Desligamentos)
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão – (1.2.1+1.2.4)	-	67	26	24
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	67	26	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	58	23	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	9	3	2
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas -	-	1.007	309	303
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1.007	309	303
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	1074	335	327

Fonte: SIRH

Tabela 24 - Número de empregados da UJ por faixa etária (Situação em 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de empregados por Faixa Etária				
	Até 30 an	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	510	2.211	2.505	2.709	788
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	510	2.211	2.505	2.709	788
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	34	228	392	340	80
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	18	29	18
2.3. Funções gratificadas	34	226	374	311	62
3. Totais (1+2)	544	2.439	2.897	3.049	868

Fonte: SIRH

Tabela 25 - Número de empregados da UJ por nível de escolaridade (Situação em 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de empregados por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	1	228	658	532	2.197	1.480	857	904	1.866
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	228	658	532	2.197	1.480	857	904	1.866
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	4	109	201	202	179	379
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	3	7	54
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	4	107	200	199	172	325
3. Totais (1+2)	1	228	658	536	2.306	1.681	1.059	1.083	2.245

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

g) Perspectivas de aposentadorias no curto e médio prazos e estratégia de recomposição de pessoal

Perspectiva de aposentadoria

Com relação à perspectiva para aposentadoria, atualmente, 11,14% dos empregados da Embrapa já estão aposentados pelo INSS e 4,13% do total da Empresa já podem se aposentar, sendo 1,56% do sexo feminino e 2,57% do sexo masculino.

Em uma perspectiva de 5 anos (considerando empregados que hoje possuem 25 anos ou mais de tempo de empresa para o sexo feminino, e de 30 ou mais de tempo de empresa para o sexo masculino), a projeção total de aposentadoria é de 1.161 empregados e, para 10 anos, considerando empregados com mais de 20 de tempo de empresa para o sexo feminino, e 25 para o sexo masculino, é de 2.319 empregados, considerando ainda empregados que já possuem tempo para aposentadoria.

Em termos de categorização dos diferentes cargos da Empresa, pode-se traçar um prognóstico, conforme apresenta a Tabela 26.

Tabela 26 - Projeção para a aposentadoria/cargo (Situação em 31/12/2013)

Candidatos a aposentadoria \ Período	Para 5 anos				Para 10 anos			
	Quantitativo		%		Quantitativo		%	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Assistente	53	458	0,61	5,27	166	990	1,91	11,38
Técnico	85	175	0,98	2,01	168	265	1,93	3,05
Analista	60	85	0,69	0,98	131	115	1,51	1,32
Pesquisador	78	167	0,90	1,92	192	292	2,21	3,36
Total	276	885	3,17	10,18	657	1.662	7,55	19,11

Fonte: SIRH

Estratégia de recomposição de pessoal

No tocante à desmobilização do quadro quando da aposentadoria, bem como de outras formas de vacância de cargos (exoneração, demissão, dentre outros), o processo para recomposição de pessoal se dá mediante monitoramento sistemático do quadro de vagas disponível, o que pode demandar a realização de um novo concurso. Uma vez identificada a necessidade de pessoal, realiza-se o planejamento do concurso, que deve contemplar minimamente os cargos, áreas, subáreas e requisitos de perfil que deverão ser preenchidos.

Para a realização de um novo concurso considera-se: a adequação à legislação vigente (quadro de pessoal autorizado, vagas para pessoas com deficiência, dentre outros) e a indisponibilidade de cadastro de reserva que atenda às especificações, provenientes de concursos anteriores. A abertura do processo seletivo ocorre por meio da autorização formal da Diretoria Executiva da Empresa, mediante necessidade identificada de ampliação ou substituição do quadro de pessoal.

h) Indicadores gerenciais da gestão de pessoas

Em âmbito geral, numa visão do ciclo de gestão de pessoas, salienta-se que todas as áreas da organização precisam ser acompanhadas e monitoradas, a fim de demonstrar sua criação de valor.

Com destaque à gestão de pessoas, essa dimensão torna-se mais relevante, visto que o investimento nas pessoas preconiza a melhoria da performance organizacional. Desta forma, referenciam-se alguns indicadores gerenciais da área neste período de 2013, a fim de acompanhar sua atuação:

- Absenteísmo - em 2013, o índice de absenteísmo foi de 10,40%. Para atingir esse valor, foram consideradas todas as ausências e afastamentos ocorridos no ano, inclusive as ausências de meio expediente (Ausências: 8.482 empregados, totalizando 138.382 dias; Afastamentos: 796 empregados, totalizando 170.389 dias).
- Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais - No período de 2013, ocorreram 178 comunicados de acidentes do trabalho – CAT registrados, dos quais 26 resultaram em afastamento do trabalho superior a quinze dias – ocasionando licença e benefício pelo INSS (totalizando 2475 dias no ano).
- Rotatividade (*Turnover*) - Considerando-se que, em 31 de dezembro de 2012 havia 9.812 empregados efetivos na Embrapa, e que em 2013 houve 120 ingressos e 135 egressos, o *turnover* em 2013 foi de 1,30%.
- Disciplina - Ao longo do período de 2013, quatro empregados foram suspensos, e cumpriram um total de 48 dias de punição.

7.5 Demonstração do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

A Embrapa encaminha, mensalmente, pelo sítio do TCU o arquivo com os atos de admissão e de desligamentos. Este processo será aperfeiçoado no Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) visando a disponibilização das informações à Auditoria Interna (AUD), em atendimento à

Instrução Normativa TCU nº 55/2007. A título de exemplo, segue abaixo o demonstrativo referente ao mês de outubro/2013.

Figura 9 – Relatório Admissão e Desligamentos

	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Página: 1
	SISAC - SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES	Data/Hora: 03/10/2013 14:36:52
Impressão do resultado de transferência de atos		

		Código da chave	Data/Hora da transferência			
		CBZA.TXNM.YGLU.C4EU	03/10/2013 14:33:24			
Seq	Tipo	Número de controle	Servidor	CPF	Local do ato	Motivo da não transferência
1	Desligamento	10429905-02-2013-004008-1	ALJ ALDERSI SAAB	023.723.969-20	TCU	-
2	Desligamento	10429905-02-2013-004009-0	ELIAS DE FREITAS JUN OR	716.213.698-20	TCU	-
3	Desligamento	10429905-02-2013-004010-3	FABIO RICARDO MARIN	191.736.778-33	TCU	-
4	Desligamento	10429905-02-2013-004011-1	FRANCISCO DE ASSIS	139.657.735-91	TCU	-
5	Desligamento	10429905-02-2013-004012-0	GENI PASSOS MIRANDA	543.999.981-72	TCU	-
6	Desligamento	10429905-02-2013-004013-8	HELIANA MARIA COSTA E SOUZA	153.852.212-87	TCU	-
7	Desligamento	10429905-02-2013-004014-8	HELTON RODRIGUES	674.727.709-06	TCU	-
8	Desligamento	10429905-02-2013-004015-4	ITAMAR DA SILVA RIBEIRO	239.047.201-04	TCU	-
9	Desligamento	10429905-02-2013-004016-2	JOICINEY DAS CHAGAS SILVA	710.351.846-72	TCU	-
10	Desligamento	10429905-02-2013-004017-0	JOSE MARIA SILVA GOMES	043.042.253-91	TCU	-
11	Desligamento	10429905-02-2013-004018-9	JOSE PEREIRA DE SOUZA	149.960.952-00	TCU	-
12	Desligamento	10429905-02-2013-004019-7	MARIA DAS GRACAS COLLU	235.225.930-49	TCU	-
13	Desligamento	10429905-02-2013-004020-0	VALDI DOS SANTOS	337.035.825-53	TCU	-

	Tribunal de Contas da União	Data/Hora: 3/10/2013 14:27:16
		Código da Guia: CBZA.TXNM.YGLU.C4EU
GUIA DE ENCAMINHAMENTO DE DADOS		

Identificação do Órgão Encaminhador	
Código do Órgão	Nome do Órgão
10429905	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - MAPA
Quantidade de Itens	
Admissão	0
Desligamento	13
Cancel. do Deslig. e Restab. da Admissão	0
Concessão de Aposentadoria	0
Concessão de Reforma	0
Concessão de Pensão Civil	0
Concessão de Pensão Militar	0
Concessão de Pensão Especial(Ex-Comb.)	0
Cancelamento de Concessão	0
Restabelecimento de Concessão	0
Concessão de Aposentadoria - IPC - Câmara dos Deputados	0
Concessão de Aposentadoria - IPC - Senado Federal	0
Concessão de Pensão - IPC - Câmara dos Deputados	0
Concessão de Pensão - IPC - Senado Federal	0
TOTAL GERAL DE ATOS	13

Fonte: SISAC

7.6 Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nos 19/98 e 34/2001).

Conforme a Portaria Normativa nº 2, de 12/03/2012, não cabe a Embrapa identificar eventual acumulação de cargos, mas a cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, que for nomeado para outro cargo acumulável, prestar informações sobre o cargo acumulável. Desta

forma, a Empresa, segundo a atribuição estabelecida pela referida Portaria, observa a sua aplicação e cumprimento.

No caso de acumulação de cargos, empregos públicos, pensões ou funções, o empregado e o beneficiário de pensão civil forneceram os comprovantes de rendimentos (contracheque) de todos os vínculos, semestralmente, nos meses de abril e outubro, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria Normativa SRH nº 2, de 8 de novembro de 2011.

A Embrapa em seu plano de providências, em conformidade com o art.37, XVI, da Constituição Federal de 1988, determina aos empregados que declarem que não exercem outros cargos incompatíveis com cargo na Embrapa, por meio do Termo de Responsabilidade.

Adicionalmente, com o intuito de verificar a existência de vínculos indevidos dos empregados da Embrapa, é realizada consulta, anualmente, junto ao Ministério do Planejamento.

7.7 Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

No caso de acumulação ilegal, o empregado é notificado para optar por um dos cargos no prazo de dez dias, contados da notificação.

Caso o empregado opte, até o último dia do prazo para resposta, pelo cargo ou emprego diverso da Embrapa, configurará sua boa-fé, sendo extinto o procedimento, considerando-se a opção do empregado como pedido de demissão do cargo ou função que ocupa na Embrapa.

Na hipótese de optar pelo cargo da Embrapa, até o último dia do prazo para resposta, deve o empregado comprovar a Embrapa o pedido de exoneração ou demissão do outro cargo.

Não apresentada a opção, configura-se a má-fé, incidindo no procedimento para aplicação de demissão por justa causa, por ato de improbidade.

A Embrapa ainda encaminha cópia do procedimento à outra entidade com a qual o empregado tem vínculo.

7.8 Informações sobre a relação entre a empresa e a entidade de previdência complementar patrocinada, Fundo de Seguridade Social – CERES (contendo, no mínimo: valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes; valor total das contribuições pagas pela empresa como patrocinadora; demonstrativo do valor pago a título de benefícios pela CERES; resultado financeiro da CERES; demonstrativo da posição das aplicações da CERES; conclusões do parecer atuarial anual da CERES.)

Análise Operacional e Orçamentária da Entidade Fechada de Previdência Complementar - Ceres – Fundação de Seguridade Social

- **A Ceres** Fundação de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, não lucrativa, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, que, constituída sob a forma de Fundação, tem por objetivos instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de patrocinadores ou aos associados de instituidores.

Atualmente, a Ceres administra os planos de benefícios das seguintes patrocinadoras:

- **Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- **Ex – Embrater** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- **Ceres** – Fundação de Seguridade Social
- **Emater – MG** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- **Epamig** – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- **Epagri** – Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- **Cidasc** – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- **ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Dados:

CNPJ: 00.532.804/0001-31

Endereço: SHCN – CL 202 Bloco “C”

CEP: 70.832 - 535

Telefone: (61) 2106 0200

Diretores:

Diretor Superintendente: Wenceslau J Goedert

Diretor de Investimentos: Daniel Dante Giacomelli Scolari

Diretor de Seguridade: Rafael Eurides Jabuonski

A seguir, estão demonstradas as informações atinentes aos dois Planos de Benefícios da patrocinadora Embrapa referentes ao exercício de 2013, da seguinte forma:

- Tabela 27: Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Benefício Definido.
- Tabela 28: Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Benefício Definido.
- Tabela 29: Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Contribuição Variável.
- Tabela 30: Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Contribuição Variável.
- Tabela 31: Resultado Financeiro – Plano Embrapa Benefício Definido.
- Tabela 32: Resultado Financeiro – Plano Embrapa Contribuição Variável.
- Tabela 33: Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Benefício Definido.
- Tabela 34: Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Contribuição Variável.

Tabela 27- Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Benefício Definido - 2013

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Acumulado
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	10.012.894	9.748.142	9.640.183	9.403.476	9.605.035	9.776.921	9.870.021	10.347.285	10.267.081	12.301.609	10.366.260	9.191.374	120.530.281
PARTICIPANTES	4.629.271	4.533.664	4.430.621	4.202.591	4.416.941	4.455.841	4.506.936	4.788.541	4.827.252	5.840.681	4.755.729	4.835.143	56.223.212
Ativos	3.651.842	3.454.486	3.452.314	3.444.472	3.426.671	3.490.553	3.516.961	3.826.890	3.851.504	4.866.592	3.771.662	3.857.977	44.611.925
Assistidos	977.428	1.079.178	978.307	758.119	990.270	965.288	989.975	961.650	975.749	974.089	984.067	977.167	11.611.287
PATROCINADORAS	5.383.623	5.214.478	5.209.562	5.200.886	5.188.094	5.321.080	5.363.072	5.558.745	5.439.829	6.460.927	5.610.531	4.356.231	64.307.057
COMPENS. FLUXOS PREVIDENCIAIS	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	12
Compensação dos Fluxos Previdenciais	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	12

Fonte: Ceres

As Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes referentes ao Plano Embrapa, Benefício Definido, totalizaram, em 2013, R\$ 120.530 mil, sendo R\$ 56.223 mil pagos pelos participantes e, R\$ 64.307 mil pagos pela patrocinadora.

Tabela 28- Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Benefício Definido - 2013

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Acumulado
DESPESAS PREVIDENCIAIS	12.604.304	13.629.171	13.457.272	13.271.774	13.236.160	13.560.313	13.836.395	13.795.163	13.777.036	13.319.091	13.597.558	14.131.348	162.215.585
SUPLEMENTAÇÃO	12.260.661	13.171.572	12.927.842	12.828.427	12.973.719	12.998.251	13.232.052	13.074.148	13.294.724	12.936.674	13.139.896	13.154.723	155.992.689
Aposentadoria Programada	9.627.464	10.301.376	10.241.571	10.165.322	10.274.324	10.274.148	10.255.739	10.225.160	10.260.885	10.258.499	10.341.500	10.322.826	122.548.814
Auxílio Doença e Reclusão	115.189	119.590	94.847	87.378	166.732	155.587	152.069	127.247	180.153	131.502	121.785	158.886	1.610.965
Pecúlio	183.369	292.957	71.385	105.903	74.950	88.522	99.973	210.876	323.338	0	72.669	134.197	1.658.138
Invalidez e Pensão	2.334.639	2.457.649	2.520.039	2.469.824	2.457.713	2.479.995	2.724.271	2.510.865	2.530.349	2.546.673	2.603.942	2.538.814	30.174.772
RESGATE	343.644	457.599	529.430	443.347	262.442	562.062	575.709	726.577	482.312	382.417	457.662	976.625	6.199.823
PORTABILIDADES	0	0	0	0	0	0	28.634	-5.562	0	0	0	0	23.072
COMPENS. FLUXOS PREVIDENCIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compensação dos Fluxos Previdenciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Ceres

Os valores pagos pela Fundação Ceres referentes ao Plano Embrapa, Benefício Definido, totalizaram, em 2013, R\$ 162.215 mil, sendo R\$ 122.549 mil relativo à Aposentadoria Programada, R\$ 1.611 mil relativo à Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, R\$ 1.658 mil relativo à Pecúlio, R\$ 30.175 mil relativo a pagamentos de benefícios de Invalidez e Pensão, R\$ 6.200 mil referente à Resgate e R\$ 23 mil relativo a Portabilidades.

Tabela 29- Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes – Plano Embrapa Contribuição Variável - 2013

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Acumulado
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	4.983.118	4.701.335	4.702.693	4.741.077	4.789.699	5.309.321	5.069.605	5.180.609	5.143.380	5.551.728	5.290.039	5.567.563	61.030.167
PARTICIPANTES	2.485.645	2.496.795	2.480.290	2.508.492	2.548.748	2.911.233	2.699.917	2.746.622	2.717.443	2.968.354	2.812.409	2.969.218	32.345.165
Ativos	2.485.349	2.496.344	2.479.757	2.507.848	2.548.206	2.910.560	2.684.660	2.745.939	2.716.745	2.967.735	2.811.806	2.969.029	32.323.977
Assistidos	296	451	533	644	542	673	15.256	683	698	620	603	189	21.188
PATROCINADORA	2.472.972	2.204.539	2.218.425	2.232.586	2.240.951	2.398.088	2.369.688	2.423.169	2.404.447	2.583.374	2.477.630	2.598.345	28.624.215
PORTABILIDADES	24.501	0	3.978	0	0	0	0	10.818	21.490	0	0	0	60.787

Fonte: Ceres

As Contribuições pagas pela patrocinadora e pelos participantes referentes ao Plano Embrapa, Contribuição Variável, totalizaram, em 2013, R\$ 61.030 mil, sendo R\$ 32.345 mil provenientes dos participantes, R\$ 28.624 mil da patrocinadora e R\$ 61 mil relativos a Portabilidades.

Tabela 30- Valores pagos pela Fundação Ceres – Plano Embrapa Contribuição Variável - 2013

DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Acumulado
DESPESAS PREVIDENCIAIS	81.867	147.689	139.437	259.829	262.250	145.844	122.873	186.554	156.131	140.713	119.889	113.568	1.876.644
SUPLEMENTAÇÃO	71.554	84.782	100.934	135.512	98.970	141.301	114.785	147.519	143.384	112.616	110.991	116.834	1.379.182
Aposentadoria Programada	3.715	3.905	5.034	4.547	4.547	4.547	4.547	4.547	4.547	4.547	4.547	10.941	59.970
Auxílio Doença e Reclusão	39.723	69.818	84.841	105.087	81.009	104.762	96.824	102.119	85.887	83.591	81.430	72.282	1.007.373
Pecúlio	17.617	0	0	9.384	0	18.578	0	17.701	18.630	0	0	13.167	95.078
Invalidez e Pensão	10.500	11.059	11.059	16.493	13.414	13.414	13.414	23.153	34.320	24.478	25.015	20.443	216.762
RESGATE	10.313	62.907	38.503	22.841	163.281	4.543	8.088	39.035	12.746	22.330	8.897	-3.266	390.218
PORTABILIDADES	0	0	0	101.476	0	0	0	0	0	5.767	0	0	107.243

Fonte: Ceres

Os valores pagos pela Fundação Ceres referentes ao Plano Embrapa, Contribuição Variável, totalizaram, em 2013, R\$ 1.877 mil, sendo R\$ 60 mil relativo à Aposentadoria Programada, R\$ 1.007 mil relativo à Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, R\$ 95 mil relativo à Pecúlio, R\$ 217 mil relativo a pagamentos de benefícios de Invalidez e Pensão, R\$ 390 mil referente à Resgate e R\$ 107 mil relativo a Portabilidades.

Tabela 31- Resultado Financeiro – Plano Embrapa Benefício Definido - 2013

DESCRIÇÃO	RENDAS (A)	DEDUÇÕES (B)	DESPESAS (C)	RESULTADO (A) - (B + C)
RENDA FIXA	186.073.184	16.072.816	0	170.000.369
Títulos Públicos Federais	35.611	5.534	0	30.077
Fundos de Investimentos	186.037.573	16.067.281	0	169.970.292
RENDA VARIÁVEL	65.572.422	92.047.786	0	-26.475.364
Ações Companhias Abertas	1.780.151	3.685	0	1.776.465
Fundos de Investimentos	63.792.271	92.044.100	0	-28.251.829
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	24.820.872	15.748.044	0	9.072.828
Fundos Empresas Emergentes	1.392.510	1.125.813	0	266.697
Fundos em Participações	8.793.913	4.187.101	0	4.606.812
Fundos Imobiliários	14.634.449	10.435.130	0	4.199.320
IMÓVEIS	13.405.015	4.544.714	0	8.860.302
Uso Próprio	762.110	213.151	0	548.960
Locados a Terceiros	2.513.251	1.250.477	0	1.262.774
Shopping Center	10.129.654	3.081.086	0	7.048.568
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	11.682.889	1.348.917	0	10.333.972
Empréstimos	10.462.380	1.100.287	0	9.362.093
Financiamentos Imobiliários	1.220.509	248.630	0	971.879
Tarifas Bancárias	0	0	200	-200
Atual. Monetária de Depósitos Judiciais	52.119	0	0	52.119
Taxa de Custódia e Controladoria dos Invest.	0	0	567.835	-567.835
Constituição de Contingências	0	63.007	0	-63.007
Custeio Administrativo	0	0	5.926.544	-5.926.544
Constituição de Fundos	0	291.416	0	-291.416
TOTAL	301.606.501	130.116.698	6.494.579	164.995.224

Fonte: Ceres

Em 2013, o resultado financeiro relativo ao Plano Embrapa, Benefício Definido, foi de R\$ 165 milhões.

Tabela 32- Resultado Financeiro – Plano Embrapa Contribuição Variável - 2013

DESCRIÇÃO	RENDAS (A)	DEDUÇÕES (B)	DESPESAS (C)	RESULTADO (A) - (B + C)
RENDA FIXA	13.755.207	5.290.846	0	8.464.361
Fundos de Investimentos	13.755.207	5.290.846	0	8.464.361
RENDA VARIÁVEL	7.681.274	10.848.025	0	-3.166.752
Ações Companhias Abertas	0	0	0	0
Fundos de Investimentos	7.681.274	10.848.025	0	-3.166.752
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	492.844	215.897	0	276.947
Fundos de Participações	31.368	68.651	0	-37.283
Fundos Imobiliários	461.477	147.246	0	314.230
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.403.396	330.427	0	1.072.970
Empréstimos	1.403.396	330.427	0	1.072.970
Taxa de Custódia e Controladoria dos Invest.	0	0	25.287	-25.287
Custeio Administrativo	0	0	579.300	-579.300
Constituição de Fundos	0	65.015	0	-65.015
TOTAL	23.332.721	16.750.210	604.587	5.977.924

Fonte: Ceres

Em 2013, o resultado financeiro relativo ao Plano Embrapa, Contribuição Variável, foi de R\$ 6 milhões.

Tabela 33- Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Benefício Definido - 2013

	ATIVOS	POSIÇÃO
	EMBRAPA BD	DEZEMBRO - R\$
RENDA FIXA	NTN -C	236.201
	FI EXCLUSIVO EROS	552.486.560
	FI EXCLUSIVO TRANQUILIDADE	1.367.399.167
	TOTAL RENDA FIXA	1.920.121.928
RENDA VARIÁVEL	FIA EXCLUSIVO AGROCIENCIA	295.784.714
	FIA GUEPARDO INSTL.	20.263.716
	FATOR SINERGIA IV	18.284.944
	FIA BNY MELLON ARX	17.223.223
	FIA SMALL CAP PLUS	16.926.119
	FATOR SINERGIA V	6.059.542
	FIA BRADESCO DIV.	16.777.776
	FIA BRZ VALOR DE FIC	6.965.700
	FIA HSBC SMALL CAPS	9.412.583
	FIA XP INVESTOR	10.097.142
	FIA VINCI GAS	17.748.562
	FIA EXPERTISE II	8.730.308
	OUTROS REALIZAVEIS - Divid.a Rec. - Proc. Ju	0
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	444.274.327
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FUNDOS EMPRESAS EMERGENTES	22.332.381
	FMIEE FIPAC PART	1.123.089
	FMIEE NORDESTE II	8.377.351
	FIMME EMPREND. BRASIL	6.952.663
	FMIEE MERCATO ALIMENTOS	5.879.278
	FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	39.258.388
	FIP ANGRA INFRA	16.407.967
	FIP GOV. E GESTAO II	1.976.712
	FIP CAIXA AMBIENTAL	7.898.026
	FIP BRASIL MEZANINO	3.057.280
	FIP BRASIL AGRONEGOCIO	4.309.338
	FIP CAIXA INCORP IMO	3.465.892
	FIP BTG INFRA II FIC FIP	1.877.119
	FIP INSEED FIMA	266.055
	FUNDOS IMOBILIÁRIOS	79.313.322
	FDO. IMOB. HERMES	11.160.855
	FDO. IMOB. AGUA BRAN	43.023.992
	FDO. IMOB. RB CAPITAL	17.465.600
	FII - CLARITAS	7.662.876
	TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	140.904.092
IMÓVEIS	CARTEIRA DE IMOVEIS	113.179.160
	TOTAL IMOVEIS	113.179.160
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	EMPRESTIMOS	47.683.562
	FINANCIAMENTO IMOBILIARIO	210.151
	DEPOSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	0
	TOTAL OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	47.893.713
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		2.666.373.219

Fonte: Ceres

As aplicações do Plano Embrapa, Benefício Definido, totalizaram, em 2013, R\$ 2,7 bilhões.

Tabela 34- Demonstrativo da posição das aplicações – Plano Embrapa Contribuição Variável - 2013

	ATIVOS	POSIÇÃO
	EMBRAPA FLEX	DEZEMBRO - R\$
RENDA FIXA	FI EXCLUSIVO TRANQUILIDADE	1.564.065
	FI EXCLUSIVO EROS	224.380.886
	TOTAL RENDA FIXA	225.944.951
RENDA VARIÁVEL	FUNDO AGROCIENCIA	40.257.237
	FATOR SINERGIA V	412.571
	FIA VINCI GAS	1.255.239
	FIA GUEPARDO INSTI.	1.748.933
	FIA BNY MELLON ARX	1.486.512
	FIA BRADESCO DIV.	1.474.619
	FIA BRZ VALOR DE FIC	612.224
	FIA HSBC SMALL CAPS	827.283
	FIA XP INVESTOR	887.450
	FIA SMALL CAP PLUS	1.460.870
	FIA EXPERTISE II	825.590
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	51.248.528
	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FDO. IMOB. RB CAPITAL
FII - CLARITAS		512.181
FIP CAIXA INCORP IMO		292.843
FIP BTG INFRA II FIC FIP		174.081
FIP INSEED FIMA		24.673
TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.704.578	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	EMPRESTIMOS SIMPLES	8.129.668
	TOTAL OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8.129.668
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		287.027.726

Fonte: Ceres

As aplicações do Plano Embrapa, Contribuição Variável, encerraram 2013, com a posição total de R\$ 287 milhões.

Os relatórios da avaliação atuarial dos planos de previdência da Ceres constam dos anexos:

- ANEXO I - Parecer sobre a Avaliação Atuarial – Plano Embrapa Básico
- ANEXO II - Parecer sobre a Avaliação Atuarial – Plano Embrapa Flex-Ceres

7.9 Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem nas situações irregulares constatadas a partir da aplicação dos critérios estabelecidos nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 2.303/2012 – Plenário

A Embrapa não possui pessoal terceirizado nas áreas administrativas e de produção técnico-científica. Atividades terceirizadas, na Empresa, existem somente aquelas relacionadas a serviços de segurança e limpeza, o que ocorre via contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), mediante processo licitatório. Eventualmente, a mão de obra para trabalho em campo para serviços sazonais, pode exigir contratações pontuais, por empreitada rural, sob a modalidade de tarefa, para atividades agrícolas de campo, em casos específicos e sazonais, como períodos de plantio e colheita, haja vista o acréscimo de demanda nesses períodos.

8. TÓPICOS ESPECIAIS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

8.1 Demonstração e diagnóstico das inscrições em restos a pagar no exercício e dos saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 35- Restos a Pagar do Exercício de 2013

RESTOS A PAGAR 2013			
Grupo de Despesa	Inscrição de RP Processados (NE)	RP não-Proc Inscritos	TOTAL RP INSCRITOS
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.781.856	72.382.608	80.164.464
4 INVESTIMENTOS	1.760.682	151.491.702	153.252.384
Total:	9.542.538	223.874.311	233.416.849

Base: 30.01.2014

Fonte: Departamento de Administração Financeira (DAF)

O contingenciamento de limites de movimentação e empenho foi o maior empecilho para a execução das despesas da Embrapa dentro do exercício 2013. Com o recebimento tardio desses limites, não houve tempo hábil para executar muitas das despesas de 2013.

Do total de despesas inscritas em Restos a Pagar, 66% referem-se a Obras, Instalações e Aquisição de Bens Permanentes, enquanto 34% representam Outras Despesas Correntes.

As despesas correntes inscritas em Restos a Pagar representam aquisições e contratações realizadas basicamente em novembro e dezembro de 2013, não sendo possível aos fornecedores realizar a entrega dos materiais ou concluir os serviços dentro do exercício.

Quanto aos valores referentes a investimentos, sabe-se que processos licitatórios referentes à contratação de obras, instalações e aquisição de bens importados, dadas suas particularidades, são mais complexos, demandando maior tempo para a sua conclusão. No caso de contratação de obras, existe a necessidade de obtenção de licenças específicas junto a órgãos de fiscalização ambiental e profissional. Além disso, os prazos de execução (conclusão) das obras são alongados, bem como o desembaraço alfandegário referente à aquisição de bens importados, dificultando sobremaneira que a liquidação das despesas ocorra dentro do mesmo exercício da contratação e da emissão da Nota de Empenho.

Tabela 36 - Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR ANTERIORES À 2013				
Grupo de Despesa	Ano	Inscrição de RP Processados (NE)	RP não-Proc Reinscritos	TOTAL RP INSCRITOS
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2008	22.877	-	22.877
	2009	24.133	-	24.133
	2010	33.908	-	33.908
	2011	69.825	41.763	111.588
	2012	1.602.806	12.441.759	14.044.565
4 INVESTIMENTOS	2009	3.296.560	-	3.296.560
	2010	25.280.176	-	25.280.176
	2011	1.584.919	1.113.589	2.698.507
	2012	1.160.124	50.316.856	51.476.979
Total:		33.075.328	63.913.966	96.989.294

Base: 30.01.2014

Fonte: Departamento de Administração Financeira (DAF)

Os saldos de exercícios anteriores a 2013, em Restos a Pagar representam serviços que ainda não foram finalizados e bens ainda não entregues e, por isso, seus pagamentos ainda não puderam ser concluídos.

Do total inscrito em Restos a Pagar antes de 2013, pouco mais de 85% refere-se a despesas com investimentos. Isso ocorre porque as obras e instalações demandam maior prazo para sua execução e normalmente são entregues por etapas. Enquanto essas obras não forem executadas em sua totalidade, não há como saldar a dívida com o fornecedor. No caso dos Bens Permanentes, muitos equipamentos de uma empresa de pesquisa constituem-se de maquinários complexos e, em sua maioria, de produção estrangeira. Assim, além do prazo destinado ao desembaraço alfandegário, o completo funcionamento desses equipamentos depende de peças diversas que os compõem e não são entregues de uma só vez.

Há, ainda, os créditos destinados ao Projeto de Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), que se encontram inscritos em Restos a Pagar e dependem de prestações de contas de convênios, conforme Nota Técnica nº 59/2012 de 11/12/2012, bem como da liberação de recursos financeiros para a sua execução.

8.2 Demonstrativo e diagnóstico das transferências de recursos recebidas e realizadas no exercício.

Tabela 37 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	153032	20572204220Y60001			252.232,38
		153046	20572204220Y60001			42.447,30
		154003	20572204220Y60001			1.298.548,07
		154051	20572204220Y60001			26.495,81
		Total				1.619.723,56
	Recebidos	22101	20125202820ZX0001			125.967,12
			20541201485930001			359.410,21
			20608201420ZS0001			30.040,00
			20608201420ZU0001			163.500,00
			20608201420ZV0001			690.680,32
			20609202820ZW0001			256.210,95
			Total			
	MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Concedidos				
Recebidos		26275	12364203220RK0012			6.580,76
		38101	11334202920YT0001			150.000,00
		44101	18541203683080001			125.884,00
		44101	18544206986950030			200.000,00
		44205	18544202620WI0001			31.600,00
		44901	18541201820N10001			30.491,58
		44902	18541205020G40001			163.463,67
		49101	216062012210O0001			865.138,40
		49101	216062012210V0001			3.894.040,96
		53101	15244202920N90001			1.630.425,00
		53101	22691202920N80001			1.540.761,06
		58101	20608205220Y00001			668.057,37
Total				14.177.783,56		

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	Concedidos	153032	20572204220Y60001	349.728,62		
		Total		349.728,62		
	Recebidos	22101	20609202820ZW0001	55.042,01		
		Total		55.042,01		
MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	Concedidos					
	Recebidos	44101	18541203683080001	45.000,00		
		44901	18541201820N10001	2.420,68		
		44902	18541205020G40001	1.204.020,40		
		49101	216062012210V0001	3.114.533,02		
		53101	15244202920N70001	2.031.731,85		
		53201	20607201316920029	106.477,50		
		53201	20607201352600026	106.477,50		
		58101	20608205220Y00001	642.787,68		
		61101	04121210166620001	99.832,93		
Total		7.758.052,19				

Fonte: Siafi Gerencial 2013/Consulta construída

Tabela 38- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
3 – Outras Despesas Correntes								
339039 (2012/2013)	5.131.540,22	5.340.595,73	1.500.250,48	1.169.985,64	3.631.289,74	4.170.610,09	1.463.908,74	1.099.602,95
339030 (2012/2013)	4.688.023,13	3.563.426,43	981.152,38	697.638,57	3.706.870,75	2.865.787,86	975.129,61	497.409,78
339041(2012) 339036 (2013)	2.499.631,00	431.359,18	2.027.015,00	250.416,48	472.616,00	247.476,48	1.395.669,00	180.942,70
Demais elementos do grupo	1.274.001,98	380.009,86	1.000.978,98	231.917,50	273.023,00	217.317,50	993.280,24	148.092,36

Fonte: Siafi Gerencial 2013/Consulta construída

Tabela 39- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
4 – Investimentos								
449052	5.882.640,97	4.722.417,06	340.014,53	175.543,68	5.542.626,44	4.546.873,38	329.168,37	142.240,11
449051	1.898.551,57	2.011.179,01	0,00	0,00	1.898.551,57	2.011.179,01	0,00	0,00
443042(2012) 449030 (2013)	486.470,00	95.655,00	0,00	26.067,97	486.470,00	69.587,03	0,00	20.249,99
Demais elementos do grupo	665.166,85	113.983,29	128.842,88	17.112,93	536.323,97	96.870,36	128.842,88	17.112,93

Fonte: Siafi Gerencial 2013/Consulta construída

8.3 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Tabela 40- Transferências no exercício

Unidade Concedente									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até 31/12/2013	Início	Fim	
1	723910	EBDA/BA	R\$ 3.716.559,77	R\$ 420.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	29/12/2009	31/05/2014	1
1	752056	EBDA/BA	R\$ 2.654.933,46	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	30/12/2015	1
1	776808	AGERP/MA	R\$ 277.777,78	R\$ 27.777,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	23/12/2014	1
1	797480	AGERP/MA	R\$ 139.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	723539	AGRAER/MS	R\$ 4.131.639,04	R\$ 384.225,12	R\$ 0,00	R\$ 3.458.019,77	23/12/2009	31/12/2014	1
1	732207	AGRAER/MS	R\$ 2.616.593,20	R\$ 261.659,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23/04/2010	30/04/2015	1
1	717289	APTA/SP	R\$ 13.304.448,05	R\$ 2.660.889,61	R\$ 0,00	R\$ 10.643.558,44	01/12/2009	31/12/2014	1
1	744012	APTA/SP	R\$ 2.672.516,00	R\$ 721.370,00	R\$ 483.667,00	R\$ 1.570.755,00	15/12/2010	31/12/2014	1
1	749931	APTA/SP	R\$ 9.061.596,68	R\$ 1.812.319,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	30/12/2015	1
1	794049	UESB/BA	R\$ 182.604,45	R\$ 18.270,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2017	1
2	677318	CAPES/DF	R\$ 3.888.831,14	R\$ 0,00	R\$ 1.298.548,07	R\$ 1.298.548,07	13/12/2013	31/12/2014	1
2	673319	CAPES/DF	R\$ 3.340.518,44	R\$ 0,00	R\$ 3.340.518,44	R\$ 3.340.518,44	19/12/2012	31/12/2013	1
1	751815	EMATER /GO	R\$ 2.616.592,73	R\$ 261.659,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	30/12/2015	1
1	776800	EMATER/GO	R\$ 625.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	775653	EMATER/MG	R\$ 1.103.880,00	R\$ 220.000,00	R\$ 0,00	R\$ 883.880,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	788712	EMATER/ES	R\$ 401.125,00	R\$ 81.125,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	794050	EMATER/PR	R\$ 663.425,00	R\$ 132.685,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/12/2013	31/12/2017	1
1	724370	EMDAGRO/SE	R\$ 998.416,65	R\$ 101.366,65	R\$ 0,00	R\$ 897.050,00	22/12/2009	30/09/2014	1
1	751813	EMDAGRO/SE	R\$ 1.211.098,96	R\$ 261.659,27	R\$ 569.664,00	R\$ 569.664,00	27/12/2010	30/12/2015	1
1	720539	EMEPA/PB	R\$ 8.362.982,96	R\$ 738.958,00	R\$ 0,00	R\$ 6.639.819,87	21/12/2009	31/12/2014	1
1	748109	EMEPA/PB	R\$ 5.087.295,81	R\$ 565.350,00	R\$ 0,00	R\$ 2.713.167,49	01/11/2010	31/12/2015	1
1	776812	EMEPA/PB	R\$ 729.180,00	R\$ 72.918,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	797477	EMEPA/PB	R\$ 365.555,56	R\$ 36.555,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1

1	718165	EMPAER/MT	R\$ 4.244.300,77	R\$ 480.281,00	R\$ 0,00	R\$ 3.458.019,77	23/12/2009	31/12/2014	1
1	776801	EMPAER/MT	R\$ 201.874,00	R\$ 40.374,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	752054	EMPAER/MT	R\$ 1.211.099,70	R\$ 261.660,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	31/12/2015	1
1	797476	EMPAER/MT	R\$ 101.250,00	R\$ 20.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	708737	EMPARN/RN	R\$ 8.782.142,34	R\$ 846.335,00	R\$ 0,00	R\$ 7.239.819,87	31/12/2009	31/12/2013	1
1	732200	EMPARN/RN	R\$ 4.381.945,81	R\$ 460.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.921.945,81	23/04/2010	30/04/2015	1
1	797475	EMPARN/RN	R\$ 662.225,00	R\$ 66.225,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/12/2013	29/12/2015	1
1	776804	EMPARN/RN	R\$ 944.500,00	R\$ 94.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	732209	EPAGRI/SC	R\$ 8.311.596,68	R\$ 1.662.319,34	R\$ 0,00	R\$ 3.989.566,40	25/06/2010	24/06/2015	1
1	715785	EPAGRI/SC	R\$ 14.377.038,40	R\$ 2.817.213,88	R\$ 0,00	R\$ 11.243.558,00	31/12/2009	31/07/2014	1
1	776805	EPAGRI/SC	R\$ 2.946.250,00	R\$ 589.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	797473	EPAGRI/SC	R\$ 1.472.500,00	R\$ 294.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	30/12/2015	1
1	744506	EPAMIG/MG	R\$ 265.034,80	R\$ 50.213,80	R\$ 0,00	R\$ 200.855,00	01/07/2010	30/06/2013	1
1	744501	EPAMIG/MG	R\$ 2.537.225,00	R\$ 507.445,00	R\$ 372.616,00	R\$ 1.718.816,00	01/07/2010	31/12/2014	1
1	732215	EPAMIG/MG	R\$ 9.061.596,70	R\$ 1.812.319,36	R\$ 0,00	R\$ 4.349.566,41	23/04/2010	30/04/2014	1
1	717314	EPAMIG/MG	R\$ 13.844.488,23	R\$ 2.660.889,79	R\$ 0,00	R\$ 10.643.558,44	15/12/2009	30/06/2014	1
1	776604	EPAMIG/MG	R\$ 111.112,00	R\$ 11.112,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	26/12/2012	22/01/2014	1
1	776606	EPAMIG/MG	R\$ 540.522,22	R\$ 54.052,22	R\$ 486.470,00	R\$ 486.470,00	26/12/2012	25/12/2013	1
1	776811	EPAMIG/MG	R\$ 2.124.812,50	R\$ 424.962,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	793702	EPAMIG/MG	R\$ 5.238.688,00	R\$ 523.869,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2017	1
1	797471	EPAMIG/MG	R\$ 944.445,00	R\$ 94.445,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	748931	FEPAF/SP	R\$ 625.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	08/09/2010	31/12/2013	1
1	749446	FEPAF/SP	R\$ 337.500,00	R\$ 67.500,00	R\$ 0,00	R\$ 270.000,00	06/10/2010	31/03/2014	1
1	577712	FEPAGRO/RS	R\$ 1.033.855,40	R\$ 332.200,00	R\$ 19.124,00	R\$ 701.655,40	31/12/2006	31/12/2013	1
1	717301	FEPAGRO/RS	R\$ 7.969.819,87	R\$ 1.330.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.639.819,87	23/12/2009	31/12/2014	1
1	732217	FEPAGRO/RS	R\$ 5.652.435,81	R\$ 1.130.490,00	R\$ 0,00	R\$ 2.713.167,48	23/04/2010	31/08/2014	1
1	776794	FEPAGRO/RS	R\$ 750.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	797566	FEPAGRO/RS	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	718963	FUNAPE/GO	R\$ 13.496.204,00	R\$ 1.079.702,00	R\$ 0,00	R\$ 9.787.011,00	22/12/2009	31/12/2015	1
1	594558	FUNARBE/MG	R\$ 793.356,29	R\$ 116.762,00	R\$ 13.929,96	R\$ 676.594,29	23/10/2007	30/11/2013	1
1	595940	FUNARBE/MG	R\$ 2.543.300,52	R\$ 378.060,00	R\$ 0,00	R\$ 2.165.240,52	23/11/2007	30/11/2013	1
1	575553	FUNARBE/MG	R\$ 3.549.283,21	R\$ 509.114,00	R\$ 0,00	R\$ 3.040.169,21	14/12/2006	30/06/2014	1

1	594483	FUNARBE/MG	R\$ 2.991.929,78	R\$ 453.013,00	R\$ 44.849,46	R\$ 2.538.916,78	17/10/2007	30/11/2013	1
1	596628	FUNARBE/MG	R\$ 647.887,18	R\$ 100.050,00	R\$ 3.111,43	R\$ 547.837,18	07/12/2007	30/11/2013	1
1	596376	FUNDECC/MG	R\$ 565.949,25	R\$ 85.059,00	R\$ 18.777,67	R\$ 480.890,25	27/11/2007	30/11/2013	1
1	732409	IAPAR/PR	R\$ 8.311.652,34	R\$ 1.662.375,00	R\$ 0,00	R\$ 6.649.277,34	30/06/2010	29/06/2015	1
1	718596	IAPAR/PR	R\$ 209.968,00	R\$ 42.250,00	R\$ 0,00	R\$ 167.718,00	15/12/2009	30/08/2013	1
1	717261	IAPAR/PR	R\$ 15.287.130,44	R\$ 2.810.890,20	R\$ 0,00	R\$ 11.243.558,44	31/12/2009	31/08/2014	1
1	744700	IAPAR/PR	R\$ 1.724.827,00	R\$ 450.000,00	R\$ 237.272,00	R\$ 1.274.827,00	01/07/2010	31/12/2014	1
1	788690	IAPAR/PR	R\$ 389.000,00	R\$ 39.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	789105	IAPAR/PR	R\$ 670.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	793705	IAPAR/PR	R\$ 2.894.638,00	R\$ 290.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2017	1
1	797479	IAPAR/PR	R\$ 1.081.250,00	R\$ 216.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	30/12/2015	1
1	596426	IAPAR/PR	R\$ 1.198.274,47	R\$ 185.373,00	R\$ 0,00	R\$ 1.012.901,47	04/12/2007	28/02/2014	1
1	776810	IAPAR/PR	R\$ 1.300.584,00	R\$ 271.584,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
2	662368	IFSM/MG	R\$ 262.330,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 121.382,68	10/09/2010	31/12/2014	1
2	662357	IFTM/MG	R\$ 43.724,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.771,50	09/09/2010	31/12/2014	1
1	744010	INCAPER/ES	R\$ 845.359,00	R\$ 169.072,00	R\$ 147.679,00	R\$ 676.287,00	01/07/2010	31/12/2014	1
1	718952	INCAPER/ES	R\$ 168.824,00	R\$ 33.765,00	R\$ 0,00	R\$ 135.059,00	12/12/2009	30/06/2014	1
1	715834	INCAPER/ES	R\$ 9.436.669,66	R\$ 1.810.000,00	R\$ 0,00	R\$ 7.239.819,00	31/12/2009	31/12/2014	1
1	748246	INCAPER/ES	R\$ 5.040.200,68	R\$ 980.487,00	R\$ 0,00	R\$ 2.353.167,49	01/12/2010	31/12/2015	1
1	793706	INCAPER/ES	R\$ 2.447.644,18	R\$ 244.765,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2017	1
1	715883	IPA/PE	R\$ 15.036.240,26	R\$ 2.422.711,82	R\$ 0,00	R\$ 12.613.528,44	31/12/2009	31/12/2014	1
1	732208	IPA/PE	R\$ 7.469.727,34	R\$ 815.100,00	R\$ 0,00	R\$ 6.654.627,34	23/04/2010	31/12/2014	1
1	776799	IPA/PE	R\$ 1.281.500,00	R\$ 128.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	797483	IPA/PE	R\$ 640.000,00	R\$ 64.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	718214	PESAGRO/RJ	R\$ 8.299.774,84	R\$ 1.659.954,97	R\$ 0,00	R\$ 6.639.819,87	22/12/2009	31/12/2014	1
1	776802	PESAGRO/RJ	R\$ 891.645,60	R\$ 148.607,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2012	31/12/2013	1
1	736979	PESAGRO/RJ	R\$ 5.652.433,81	R\$ 1.130.488,00	R\$ 1.808.778,33	R\$ 4.521.945,81	25/06/2010	31/12/2014	1
1	594087	PRO-CAFÉ/MG	R\$ 139.781,54	R\$ 22.310,00	R\$ 115,66	R\$ 116.938,93	10/10/2007	31/03/2014	1
1	744012	SAA/SP	R\$ 2.672.516,00	R\$ 721.370,00	R\$ 483.667,00	R\$ 1.570.755,00	15/12/2010	31/12/2014	1
1	749931	SAA/SP	R\$ 9.061.596,68	R\$ 1.812.319,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	30/12/2015	1
1	788691	SAA/SP	R\$ 444.445,00	R\$ 44.445,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/12/2013	30/12/2014	1
1	793707	SAA/SP	R\$ 5.939.593,33	R\$ 593.959,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/12/2013	31/12/2017	1

1	577722	SEAGRI /DIPAP/AL	R\$ 738.631,74	R\$ 50.000,00	R\$ 13.673,39	R\$ 688.631,74	29/12/2006	31/12/2013	1
1	723579	SEAGRI /DIPAP/AL	R\$ 2.363.732,19	R\$ 236.373,22	R\$ 0,00	R\$ 2.127.358,97	28/12/2009	31/12/2013	1
1	751808	SEAGRI /DIPAP/AL	R\$ 1.211.098,23	R\$ 261.658,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	31/12/2015	1
1	579881	SEAGRO/GO	R\$ 2.896.351,41	R\$ 1.902.660,00	R\$ 16.890,38	R\$ 993.691,41	29/12/2006	31/12/2013	1
1	715725	SEAGRO/GO	R\$ 3.842.244,31	R\$ 384.224,54	R\$ 0,00	R\$ 3.458.019,77	17/12/2009	31/12/2014	1
1	702450	SEAPROF/AC	R\$ 333.334,00	R\$ 33.334,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	01/02/2009	31/12/2013	1
1	744594	UEL/PR	R\$ 662.958,00	R\$ 132.592,00	R\$ 0,00	R\$ 530.366,00	01/07/2010	31/12/2014	1
1	793708	UEL/PR	R\$ 283.783,33	R\$ 28.378,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2017	1
2	662837	UFES/ES	R\$ 139.139,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.367,06	19/10/2010	31/12/2014	1
2	662360	UFLA/MG	R\$ 717.794,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 364.423,22	09/09/2010	31/12/2014	1
2	677317	UFLA/MG	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	09/12/2013	09/12/2014	1
2	662636	UFV/MG	R\$ 1.263.701,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.944,54	22/09/2010	31/12/2014	1
2	677322	UFV/MG	R\$ 380.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	09/12/2013	08/12/2014	1
1	744662	UNICAMP/SP	R\$ 200.370,00	R\$ 40.074,00	R\$ 0,00	R\$ 141.546,00	13/12/2010	31/12/2014	1
1	713312	UNITINS/TO	R\$ 3.882.711,77	R\$ 424.692,00	R\$ 0,00	R\$ 3.458.019,77	23/12/2009	31/07/2014	1
1	748041	UNITINS/TO	R\$ 2.619.933,46	R\$ 265.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2010	26/12/2015	1
TOTAL			R\$ 322.639.851,75	R\$51.545.169,66	R\$ 9.809.351,79	R\$ 184.944.211,55			

Fonte: Departamento de Administração Financeira (DAF)

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1- Adimplente 4- Concluído
2 - Termo de Cooperação	2 – Inadimplente 5 – Rescindido
	3 – Inadimplência 6 – Rescindido
	Suspensa 7 – Arquivado

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

9.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando:

a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização

De acordo com a classificação, para fins de utilização, constante do Decreto nº. 6.403/2008, todos os veículos da Embrapa são considerados “veículos de serviços comuns”, conforme Art. 6º do referido Decreto, que convencionou:

“Art. 6º Os veículos de serviços comuns são:

I - os utilizados em transporte de material; e

II - os utilizados em transporte de pessoal a serviço”

Conforme Resolução Normativa nº. 22/2000, de 28/06/2000, a classificação dos veículos na Embrapa foi feita da seguinte forma:

- a) Passageiros: automóvel, micro-ônibus e ônibus
- b) Carga: camioneta, caminhão, reboque e semi-reboque
- c) Misto: camioneta e utilitários
- d) Tração: caminhão-trator, trator de rodas, trator de esteira e trator misto

De acordo com a classificação regulamentada pela Embrapa, a quantidade de veículos por categoria de uso na Empresa está expressa na Tabela 41.

Tabela 41 - Quantidade de veículos por categoria de uso na Empresa

REGIÃO	UNIDADE	CATEGORIA / CLASSIFICAÇÃO				TOTAL
		PASSAG.	CARGA	MISTO	TRAÇÃO	
Centro-Oeste	Sede	40		3	1	44
	Embrapa Agroenergia	2	2	1		5
	Embrapa Agropecuária Oeste	24	2	17	16	59
	Embrapa Agrossilvipastoril	11	24		8	43
	Embrapa Arroz e Feijão	30	33	7	33	103
	Embrapa Café	6	2		5	13
	Embrapa Cerrados	55	12	43	43	153
	Embrapa Gado de Corte	26	33		23	82
	Embrapa Hortaliças	32	2	9	17	60
	Embrapa Informação Tecnológica	5		2		7
	Embrapa Pantanal	11	4	25	4	44
	Embrapa Produtos e Mercados	60	19	27	58	164
	Embrapa Quarentena Vegetal	1				1
	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	23	15			38
Norte	Embrapa Acre	19	4	34	8	65
	Embrapa Amapá	8	3	21	6	38
	Embrapa Amazônia Ocidental	18	3	30	11	62
	Embrapa Amazônia Oriental	24	3	43	21	91
	Embrapa Meio-Norte	23	2	30	11	66
	Embrapa Pesca e Aquicultura	4	14		4	22
	Embrapa Rondônia	16	02	19	15	52
	Embrapa Roraima	8	5	20	13	46
Sudeste	Embrapa Agrobiologia	14	1	11	9	35
	Embrapa Agroindústria de Alimentos	17		3	2	22
	Embrapa Gestão Territorial	2		1		3

	Embrapa Informática Agropecuária	7		1		8
	Embrapa Gado de Leite	55	3	24	15	97
	Embrapa Instrumentação	14	1	4		19
	Embrapa Meio Ambiente					
	Embrapa Milho e Sorgo	55	5	19	28	107
	Embrapa Monitoramento por Satélite	8				8
	Embrapa Pecuária Sudeste	35	4	7	18	64
	Embrapa Solos	3	1	5		9
Nordeste	Embrapa Agroindústria Tropical	21	6	11	8	46
	Embrapa Algodão	17	7	20	7	51
	Embrapa Caprinos e Ovinos	11	15	4	6	36
	Embrapa Cocais	7		8		15
	Embrapa Mandioca e Fruticultura	10	9	3	6	28
	Embrapa Meio Norte	23	2	30	11	66
	Embrapa Semiárido	75	18	15	21	129
	Embrapa Tabuleiros Costeiros	35	4	22	11	72
Sul	Embrapa Clima Temperado	10	6	93	41	150
	Embrapa Florestas	31	7	19	11	68
	Embrapa Pecuária Sul	20	17		18	55
	Embrapa Soja	41	9	36	58	144
	Embrapa Suínos e Aves	31	5	8	12	56
	Embrapa Trigo	34	15	9	37	95
	Embrapa Uva e Vinho	24	7	11	14	56
TOTAL		1.046	326	695	630	2.697

Fonte: Departamento do Parque Estação Biológica Embrapa (DAP)

b) a contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da empresa e a consecução dos objetivos estratégicos

Para a execução da atividade fim e a consecução dos objetivos estratégicos propostos, a Embrapa necessita de mobilidade em todo o território brasileiro, considerando, além das atividades de articulação com os diferentes órgãos e entidades que, de alguma forma, mantêm relacionamento e/ou parceria com a Embrapa, a condução de pesquisas que buscam respostas e prestam apoio aos produtores agrícolas. O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores é feito com o apoio no deslocamento frequente dos mesmos com suas equipes e todo o equipamento, maquinário, defensivos, sementes, necessários à instalação, acompanhamento, manutenção, coleta de dados, avaliação de pesquisas, ensaios e experimentos localizados tanto nos campos das Unidades como em diversas outras localidades, dentro ou fora do Município ou Estado.

A gestão integrada da logística com uma frota de veículos adequada à atividade de pesquisa em campo, torna-se indispensável para o bom andamento dos projetos em execução e a consecução dos objetivos estratégicos definidos nos diversos planos diretores da Empresa.

c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota

O arcabouço normativo da Embrapa que dispõe sobre veículos é composto pelos seguintes Atos:

- a) Resolução Normativa nº 16/1995 – Dispõe sobre “Transporte Coletivo Gratuito Próprio” e “Utilização de Vale Transporte”

- b) Resolução Normativa nº. 18/1996 - Dispõe sobre "Sistema de Ressarcimento de Quilômetro Rodado", referente a uso de veículo de propriedade particular para atendimento de serviços da Empresa;
- c) Resolução Normativa nº. 22/2000 - Dispõe sobre o "Controle e Utilização de Veículos da Embrapa".

d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição ou locação de veículos

A utilização de veículos próprios da Empresa ainda se mostra muito vantajosa, principalmente considerando que a empresa tem em seus quadros a atividade de motorista e dispõe de profissionais que conduzem seus veículos. O fator mão de obra é o principal item de agregação de valor na prestação dos serviços de locação de veículos. Pela natureza das atividades, tanto finalísticas como de meio, e considerando o atual quadro de pessoal de apoio, a aquisição de veículos para a Embrapa resulta em custos mais baixos que os de locação.

A Empresa ainda não adota a prática de locação de veículos para a sua frota. Portanto, não se tem estudos comparativos referentes à aquisição e locação de veículos.

e) Os custos envolvidos

Para a manutenção da frota, a Embrapa despendeu durante o ano de 2013, o valor global de R\$ 16.232.495,79, considerando as despesas com licenciamento, seguro obrigatório, impostos, seguro contra acidentes, combustíveis, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva e demais despesas incidentes, expressa na Tabela 42.

Tabela 42- Despesas com veículos (2013)

REGIÃO	UNIDADE	TOTAL DE VEÍCULOS	CUSTOS ENVOLVIDOS 2013 (R\$)
Centro-Oeste	Sede	44	633.493,06
	Embrapa Agroenergia	5	16.093,66
	Embrapa Agropecuária Oeste	59	220.563,69
	Embrapa Agrossilvipastoril	43	210.857,14
	Embrapa Arroz e Feijão	103	425.973,74
	Embrapa Café	13	30.718,12
	Embrapa Cerrados	153	1.330.058,26
	Embrapa Gado de Corte	82	308.367,20
	Embrapa Hortaliças	60	387.505,76
	Embrapa Informação Tecnológica	7	
	Embrapa Pantanal	44	206.375,98
	Embrapa Produtos e Mercados	164	866.013,99
	Embrapa Quarentena Vegetal	1	
	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	38	387.300,00
////	TOTAL DE VEÍCULOS – REGIÃO CENTRO-OESTE	816	5.023.320,60
Norte	Embrapa Acre	65	672.967,51
	Embrapa Amapá	38	171.237,86
	Embrapa Amazônia Ocidental	62	580.867,56
	Embrapa Amazônia Oriental	91	611.443,52
	Embrapa Meio-Norte	66	308.936,84
	Embrapa Pesca e Aquicultura	22	145.891,19
	Embrapa Rondônia	52	200.970,42
	Embrapa Roraima	46	324.725,79
////	TOTAL DE VEÍCULOS – REGIÃO NORTE	442	3.017.040,69

Sudeste	Embrapa Agrobiologia	35	172.430,49
	Embrapa Agroindústria de Alimentos	22	65.332,43
	Embrapa Gestão Territorial	3	16.695,29
	Embrapa Informática Agropecuária	8	29.036,70
	Embrapa Gado de Leite	97	138.685,71
	Embrapa Instrumentação	19	124.438,84
	Embrapa Meio Ambiente		
	Embrapa Milho e Sorgo	107	638.081,00
	Embrapa Monitoramento por Satélite	8	43.979,03
	Embrapa Pecuária Sudeste	64	307.217,78
	Embrapa Solos	9	47.871,00
//////////	TOTAL DE VEÍCULOS – REGIÃO SUDESTE	372	1.583.768,27
Nordeste	Embrapa Agroindústria Tropical	46	252.471,86
	Embrapa Algodão	51	218.723,01
	Embrapa Caprinos e Ovinos	36	161.280,65
	Embrapa Cocais	15	89.276,20
	Embrapa Mandioca e Fruticultura	28	412.155,28
	Embrapa Meio Norte	66	308.936,84
	Embrapa Semiárido	129	1.128.137,98
	Embrapa Tabuleiros Costeiros	72	373.204,64
//////////	TOTAL DE VEÍCULOS – REGIÃO NORDESTE	443	2.944.186,46
Sul	Embrapa Clima Temperado	150	1.390.824,52
	Embrapa Florestas	68	383.558,15
	Embrapa Pecuária Sul	55	116.972,23
	Embrapa Soja	144	810.389,01
	Embrapa Suínos e Aves	56	271.259,86
	Embrapa Trigo	95	366.550,00
	Embrapa Uva e Vinho	56	324.626,00
//////////	TOTAL DE VEÍCULOS – REGIÃO SUL	624	3.664.179,77
T O T A L G E R A L		2.697	16.232.495,79

Fonte: Departamento do Parque Estação Biológica Embrapa (DAP)

9.2 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade contemplando:

a) a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;

Entre as diversas atribuições administrativas da Embrapa está a de efetuar a aquisição, manutenção, controle e desfazimento do seu ativo permanente.

A área responsável pelo processo de Patrimônio da Empresa tem atuado em âmbito corporativo no sentido de registrar e fiscalizar os imóveis do qual a Embrapa é titular de domínio ou de ocupação, acompanhando físico, contábil e financeiramente as benfeitorias realizadas, normatizando, planejando e executando as atividades de controle, guarda e distribuição de materiais permanentes, bem como orientando, acompanhando e fiscalizando a execução destas atividades nas unidades descentralizadas.

As áreas responsáveis pelos processos de Suprimentos e Patrimônio nas Unidades Descentralizadas são responsáveis por gerenciar, manter e administrar em sua respectiva localidade, os ativos permanentes sob sua responsabilidade.

A função de controle patrimonial engloba as atividades de recepção, auxílio às comissões de recebimento, registro, controle, emissão dos termos de guarda, conservação e desfazimento dos bens permanentes da Embrapa, no que diz respeito aos bens móveis e imóveis.

O controle patrimonial se processa por meio do registro de todos os bens móveis e imóveis, adquiridos por recursos orçamentários e não orçamentários, que estão à disposição da Embrapa para realização de suas atividades, utilizando com ferramenta de gestão corporativa o Sistema ASI, no módulo patrimônio, com ajuste, para recepção dos registros dos bens imóveis.

A operação de entrada é realizada por meio da INCORPORAÇÃO, as alocações internas são realizadas através da TRANSFERÊNCIA e de MOVIMENTAÇÃO, e a operação de saída é realizada via a BAIXA de bens.

A operação de BAIXA de bens, nas Unidades Descentralizadas da Embrapa, segue procedendo compartilhado. Os processos são realizados nas unidades, que após atender as normas é processada uma PRÉ-BAIXA, remetendo o processo a Coordenadoria de Gestão Patrimonial (CGP), que após análise efetua a BAIXA do bem.

Vale salientar que, para tornar o processo de gestão dos bens imóveis mais consistente e eficiente, faz-se necessário alguns ajustes na ferramenta gestão do Sistema ASI, visto que, quando na opção da Embrapa pela adoção da ferramenta existia, como premissa, o fato de que o patrimônio imobiliário da Embrapa, em função da sua personalidade jurídica, estava isento de registro no SPIUnet porém, com a emissão pelo Tribunal de Contas União (TCU) do Acórdão nº 2.344/2013-1º Câmara, evidenciou-se a obrigatoriedade da Embrapa em efetuar tais registros e, neste novo contexto, será necessário o ajuste no módulo patrimônio de forma a permitir uma gestão mais personalizada dos referidos bens.

Nas tabelas, a seguir, podem ser verificadas a discriminação de bens imóveis de propriedade da União em uso pela Embrapa e a distribuição geográfica de imóveis da União sob responsabilidade da Embrapa.

Tabela 43- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional - Estrutura de Controle

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
CPATU-Belterra	Em andamento na GRU/PA	Cessão Gratuita - Em Regularização	Deteriorado	33.600,00	2013	3.360.000,00		10.000,00
CNPAT-Fortaleza (5)	138900483500-6	Comodato UFC/Embrapa	Muito Bom	(5)	(5)	(5)		216.550,56
CNPA-Campina Grande	198100083500-4	Uso Gratuito	Bom/Regular	8.778.232,60			941.995,81	19.448,14
CNPA-Monteiro	209500016500-7	Uso Gratuito	Regular	148.479,81		Não houve	Não houve	Não houve
CPAMN-São João do Piauí	(2)	Comodato	Bom	(3)	27/09/2006	22.424,39	250.381,44	106.996,74
CNPAB-Seropédica (4)			Bom					
CNPMA-Jaguariúna (1)	em Regularização (1)	Em Regularização-Outros	Bom				327.963,46	33.800,62
CNPM-Campinas (Av. Soldado Passarinho, 303 Fazenda Chapadão CEP 13070-115 Campinas, SP)	Parcela remanescente (Gleba A) do imóvel SP02-0026 (Fazenda Chapadão - Matrícula 104345 - Folha 01 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP), imóvel próprio Nacional da União, jurisdicionado ao Exército Brasileiro. Proprietário da Área: União Federal	Conforme contrato de cessão de área (20.009,02 m ²), sob o regime de utilização gratuita entre a União e Embrapa (Processo 04977.066140/2004-47), registrado no SAIC sob no. 34800.09/0007-7, com validade até 31.05.2029 podendo ser prorrogado por mais 20 anos.	Excelente	11.235.932,73	2008	9.815.657,70	352.844,42	0,00
CNPUV-Vacaria	8953.00018.500-2	cessão - outros	Bom		03/02/2009	318.596,52		
CPAC-Planaltina	Não Cadastrado		3 Não se aplica	Não possui	Não Avaliado	Não Reavaliado		
CENARGEN-Brasilia	9701007785005	Comodato	Bom		28/12/2000	18.736.941,00	600.000,00	60.456,03
Total							2.473.185,13	447.252,09

Fonte: Departamento de Patrimônio e Suprimentos(DPS), RIP: Registro Imobiliário Patrimonial - SPU

Proprietário da área: Identificar se o imóvel pertence à União Federal, Estado, Autarquias públicas etc.

- (1) Proprietário da área: A Embrapa possui a autorização de uso da área pela Justiça, mas aguarda a conclusão do processo de regularização, uma vez que existem ações da Fazenda Monte Carmelo, proprietária do imóvel, quanto a decisão da Justiça. Imóvel objeto de desapropriação pela União Federal.
- (2) Não há RIP porque, à época, houve problema com a planta da área na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A Unidade está envidando esforços para solucionar esse problema.
- (3) Não há valor histórico nos registros da Unidade. A Unidade está envidando esforços para solucionar o problema.
- (4) Informações prejudicadas dada a fase de regularização que está em desenvolvimento.
- (5) Parte da totalidade da área do Campus da UFC, medindo 9,5400ha

b) a distribuição geográfica dos imóveis da União

Tabela 44- Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
CE	1	1
Fortaleza		
DF	2	2
Planaltina		
Brasília Plano Piloto		
PA	1	1
Belterra		
PB	2	2
Campina Grande		
Monteiro		
PI	1	1
São João do Piauí		
RJ	1	1
Seropédica		
RS	1	1
Vacaria		
SP	2	2
Campinas		
Jaguariúna		
Total Brasil	11	11

Fonte: Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS)

c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet

Em relação à obrigatoriedade da Embrapa em efetuar registro dos seus bens imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), estava sendo considerado a não obrigatoriedade de efetuarmos tais registros no SPIUnet, em função de ser uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, porém, após a emissão pelo Tribunal de Contas União (TCU) do Acórdão nº 2.344/2013-1º Câmara, evidenciou-se a obrigatoriedade da Embrapa em efetuar os registros no SPIUnet e, em consequência, estamos atuando ativamente em procedimentos para o cadastramento do patrimônio imobiliário da Embrapa no Sistema SPIUnet, participando de reuniões junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), envolvendo mais diretamente a sua Gerência Regional nesta Capital e, providenciando as orientações pertinentes para atuação da Embrapa nas diversas regiões do país, focados, principalmente, no fato do SPIUnet ser um Sistema descentralizado, propiciando a que resultados substanciais venham se fazer mais presentes a partir do próximo exercício.

d) a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação

Não se aplica. Os imóveis da União sob responsabilidade da Embrapa são totalmente utilizados pela Empresa no desenvolvimento de suas atividades de pesquisa e não faz concessão de espaços a terceiros.

e) os custos de manutenção

Tais informações, quando existentes, estão consignadas na respectiva tabela.

9.3 Informações sobre os imóveis locados de terceiros, destacando:

a) a distribuição geográfica dos imóveis locados

Tabela 45- Distribuição Geográfica dos Imóveis Uso Especial União - Locados Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	MA	1	1
	São Luís		
	MG	1	1
	Uberlândia		
	MT	1	1
	Rondonópolis		
	TO	1	1
	Palmas		
Subtotal Brasil		4	4

Fonte: Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS)

b) a finalidade de cada imóvel locado

Os imóveis locados têm por finalidade a gestão da Embrapa em relação às suas Unidades Descentralizadas, enquanto suas sedes próprias não ficam prontas, como é o caso da Embrapa Cocais e Embrapa Pesca e Aquicultura:

- Embrapa Cocais (Centro de Pesquisa Agropecuária de Cocais e Planícies Inundáveis-CPACP) em São Luis, MA
- Embrapa Pesca e Aquicultura (Centro Nacional de Pesquisa em Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas – CNPASA) em Palmas, TO
- Embrapa Produtos e Mercado (Serviço de Produtos e Mercado-SPM) Escritório em Rondonópolis, MT
- Embrapa Produtos e Mercado (Serviço de Produtos e Mercado-SPM) Escritório em Uberlândia, MG

c) os custos relacionados ao imóvel, discriminando os custos de locação e os de manutenção do imóvel

Embrapa Cocais

Custo Locação – R\$ 558.000,00

Custo Manutenção – Não houve despesa com manutenção no período.

Embrapa Pesca e Aquicultura

Custo Locação – R\$ 306.000,00

Custo Manutenção – R\$ 134.764,94

Embrapa Produtos e Mercado (Escritório em Rondonópolis, MT)

Custo Locação – R\$ 14.995,88

Custo Manutenção – Não houve despesa com manutenção no período.

Embrapa Produtos e Mercado (Escritório em Uberlândia, MG)

Custo Locação – R\$ 28.325,13

Custo Manutenção – R\$ 137,00

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Demonstrativo do cumprimento das determinações do TCU

1. Acórdão 84/2013 – TCU Plenário, processo TC – 046.819/2012-6, que trata de representação contra a tomada de preços DPS/CEA nº 5/2012, que tem por objeto a reforma sem ampliação dos prédios da Embrapa. O referido Acórdão considera a representação improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar.
2. Acórdão 190/2013 – TCU Plenário, processo TC 015.471/2006-0 (REPRESENTAÇÃO), que trata de supostas irregularidades constatadas na Embrapa Trigo, referente à irregularidade em licitação ou contrato específico. O referido acórdão determina o arquivamento do processo. Não há recomendação há Embrapa.
3. Acórdão 497/2013 – TCU Primeira Câmara, processo TC 044.776/2012-8 (REPRESENTAÇÃO), que trata de irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 23/2012, do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão. A representação é conhecida, mas considerada prejudicada, por perda de objeto, sendo arquivada.
4. Acórdão 1267/2013 – TCU Plenário, processo TC 009.420/2013-4 (REPRESENTAÇÃO), que trata de denúncia a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à contratação de Laboratório de Análise Genéticas Ltda. (Agrogenética), pelo Ministério da Justiça, para prestação de serviços técnicos especializados. O referido Acórdão considera a denúncia improcedente.
5. Acórdão 1524/2013 – TCU Plenário, processo TC 034.009/2010-8 (REPRESENTAÇÃO), que trata de denúncia a respeito de possíveis irregularidades cometidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa nos Pregões Eletrônicos 44/2010 e 61/2010. O referido Acórdão considera a denúncia procedente, aplicando multa a empregados da Embrapa por inclusão de cláusula restritiva em edital e determinando a não prorrogação do contrato. Por meio do Ofício 0627/2013-TCU/Secex Ambiental, de 26/11/2013, informou-se que foi interposto Pedido de Reexame pelos empregados responsáveis contra o referido Acórdão. Os recursos foram conhecidos

com efeito suspensivo em relação aos itens 9.3 e 9.4 do acórdão recorrido e encontram-se pendentes de apreciação pelo Colegiado do TCU.

6. Acórdão 2259/2013 – TCU 1ª Câmara, processo TC 011.879/2012-2 (PEDIDO DE REEXAME), interposto pela Chefe Adjunta de Administração da Embrapa Gado de Corte e pelo então Assessor Jurídico, contra as deliberações do Acórdão nº 6.798/2012 – TCU – 1ª Câmara, que julgou representação formulada pela empresa Casanova Turismo Ltda. relativa a irregularidade no edital do Pregão Eletrônico 3/2012 conduzido pela Embrapa com o objetivo de contratar serviços de agenciamento de viagens. O referido Acórdão considera procedente o pedido de reexame, excluindo os itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 6.798/2013, dando ciência desta deliberação à Embrapa Gado de Corte.

7. Acórdão 3647/2013 – TCU 2ª Câmara, processo TC 007.482/2010-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL), instaurado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em razão da impugnação parcial de despesas executadas com os recursos do Convênio 10200.01/0226-7 (Siafi 430309), celebrado em 27/12/2001 com o Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Social e Tecnológico (Ibesp), para vigência de 27/12/2001 a 31/12/2002, tendo por objeto trabalhos de pesquisa agropecuária para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro de café, em consonância com o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. O referido Acórdão considera revel o Ibesp e fixa prazo para que o referido Instituto comprove perante o Tribunal o recolhimento da importância aos cofres da Embrapa, atualizada monetariamente a partir da data indicada até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor.

8. Acórdão 3783/2013 – TCU Plenário, processo TC 001.476/2013-0 (REPRESENTAÇÃO), que trata de representação ofertada pela Empresa Redecom Empreendimentos Ltda. contra a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em face de possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 61/2012. O referido Acórdão considera parcialmente procedente a representação, determinando à Embrapa que, em futuros procedimentos licitatórios, abstenha-se de exigir requisitos de habilitação restritivos à competitividade ou sem amparo legal para sua cobrança em procedimentos licitatórios. A Embrapa encaminhou à Assessoria Jurídica, ao Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS) e ao Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), cópia do Acórdão 3783/2013, para conhecimento quando da elaboração de novos editais sobre o assunto. Dessa forma, a Embrapa espera que os gestores se abstenham de exigir requisitos de habilitação restritivos à competitividade ou sem amparo legal para sua cobrança em procedimentos licitatórios.

9. Acórdão 4862/2013 – TCU 1ª Câmara, processo TC 043.619/2012-6 (REPRESENTAÇÃO), que trata de representação formulada pela Planalto Limpeza e Conservação de Ambiente Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 021/2012, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Pantanal, o qual teve como objeto a contratação de serviços de limpeza e conservação nas dependências da Embrapa Pantanal. O referido Acórdão considera parcialmente procedente a representação, determinando à Embrapa Pantanal que não prorrogue o Contrato nº 22600.12/0015-2, celebrado com a empresa Premier Prestadora de Serviços Ltda., promovendo, à época oportuna, novo certame licitatório com vistas à contratação de empresa de limpeza e conservação, com estrita observância do disposto nos arts. 20, inciso I, e 42 a 48 da Instrução Normativa MP nº 02/2008. Dessa forma, a Embrapa deu ciência do Acórdão à Embrapa Pantanal e espera que o contrato em questão não seja prorrogado.

10. Acórdão 4910/2013 – TCU 2ª Câmara, processo TC 045.505/2012-8 (REPRESENTAÇÃO), que trata de representação formulada pela empresa Real Construções, Engenharia e Projetos Ltda. contra a Concorrência CNPASA nº 1/2012, realizada pelo Centro Nacional de Pesquisa em Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas (CNPASA) objetivando a conclusão das obras da sede da Embrapa Pesca e Aquicultura em Palmas/TO pleiteando a suspensão cautelar do certame questionado “inaudita altera pars”. O referido Acórdão considera improcedente a representação,

determinando ao CNPASA que: encaminhe ao TCU documentação que comprove a inclusão de ação orçamentária específica adequada e suficiente para cobertura das despesas previstas para 2014 em função da construção da sede do CNPASA; adote as providências junto ao Mapa para agilizar o cumprimento da determinação anterior, de forma que sejam implementadas as medidas necessárias para inclusão na LOA/2013 e cientifique ao CNPASA que não pode ser iniciada licitação nem formalizada contratação para objetos cujas dotações para ação e subtítulo orçamentário não sejam específicos e não estejam destinados ao projeto, além de não estarem compatibilizados com Objetivo, Meta e Indicador previsto no programa. Por meio da Informação AJU nº 32/2013, a Assessoria Jurídica da Embrapa recomenda à Embrapa Pesca e Aquicultura, bem como às pertinentes áreas técnicas o cumprimento da decisão citada em todos os seus termos e espera-se o cumprimento do Acórdão nos novos certames.

11. Acórdão 5277/2013 – TCU 1ª Câmara, processo TC 004.764/2012-9 (REPRESENTAÇÃO), que trata de aquisição de equipamentos de informática ofertado pela Teczap Comércio e Distribuição Ltda. contra a Embrapa. O referido Acórdão considera parcialmente procedente a representação, determinando à Embrapa que nas licitações futuras, para a contratação de equipamentos de informática, observe o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e abstenha-se de incluir, em seus editais, cláusulas restritivas da competitividade. A Embrapa encaminhou ao Departamento de Patrimônio e Suprimentos e à Embrapa Caprinos e Ovinos, cópia do Acórdão, para conhecimento quando da elaboração de novos editais sobre o assunto.

12. Acórdão 5287/2013 – TCU 1ª Câmara, processo TC 001.476/2013-0 (Embargos de Declaração), que trata de embargo de declaração opostos pela Empresa Redecom Informática Ltda. contra Acórdão 3783/2013. O referido Acórdão rejeita o embargo de declaração. A Embrapa encaminhou cópia do Acórdão ao Departamento de Patrimônio e Suprimentos, ao Departamento de Tecnologia da Informação e à Assessoria Jurídica, para conhecimento.

13. Aviso nº 354 da Presidência do TCU, de 5/4/2013, que trata do levantamento de informações para aperfeiçoamento da governança pública. A Embrapa indicou a Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) como interlocutora para o Levantamento de Governança Pessoal. O formulário “Dados de Apoio” preenchido pela Embrapa foi enviado por meio eletrônico em 11 de junho de 2013.

14. Ofício 0243/2013-TCU/SecexAmbiental. Informa que o TCU está realizando Auditoria Operacional no Sistema de Seguro Rural Brasileiro (processo TC 039.811/2012-3) e solicita a Embrapa que encaminhe informações e dados sobre pesquisas desenvolvidas pela Empresa que identifiquem tecnologias e culturas apropriadas para as diferentes regiões do País, inclusive para o Semiárido. A demanda foi atendida pela Embrapa, por meio da C.PR.Nº 109, de 4/6/2013, onde foi encaminhada Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento.

15. Ofício 0384/2013-TCU/Sefti, de 2/9/2013, que trata da realização de diagnóstico da situação de pessoal de TI nas instituições da Administração Pública Federal (PF). A Embrapa indicou empregada como interlocutora para o preenchimento do questionário a ser realizado por meio de pesquisa eletrônica.

16. Ofício 2233/2013-TCU/Selog, de 2/10/2013, referente ao processo de Representação (TC 026.851/2013-0) que trata de possíveis irregularidades ocorridas na Embrapa – Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS), relacionados ao Pregão Eletrônico 45/2013. Solicita à Embrapa cópia do relatório de inspeção realizada na SM Centro Automotivo Ltda., visando a contratação de serviço de manutenção corretiva, preventiva e periódica, com fornecimento de peças para os veículos que compõem a frota da Embrapa Sede, Embrapa Agronegócios, Embrapa Café, Embrapa CECAT, Embrapa Cenargen, Embrapa SCT e Embrapa SPM, com as justificativas e elementos comprobatórios para a inabilitação da empresa, demonstrando que essa não tinha condições de executar os serviços de acordo com as exigências constantes no edital e termo de referência, para os itens 1 e 2 (grupo 1) e itens 3 e 4 (grupo 2). A Embrapa encaminhou os documentos solicitados por

meio da C.CG.PR.Nº 242, em 16/10/2013. Por meio do Ofício 2467/2013-TCU/Selog, de 13/11/2013, a Embrapa foi notificada do Acórdão 7949/2013 – TCU 1ª Câmara, processo TC 026.851/2013-0 (Representação), que considera improcedente a representação e determina o arquivamento dos autos.

17. Ofício 2710/2013-TCU/Selog, de 14/11/2013. Informa que o TCU está iniciando levantamento com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre a governança e a gestão das aquisições nas organizações da Administração Pública Federal (Processo TC 025.068/2013-0) e solicita que a Embrapa encaminhe resposta ao questionário “Perfil de Governança das Aquisições – Ciclo 2013”. A Embrapa encaminhou os documentos solicitados por meio da C.CG.PR.Nº 300, em 26/12/2013.

18. Ofício 0632/2013-TCU/Secex Ambiental, de 27/11/2013. Com vistas ao saneamento do processo de Prestação de Contas, TC 034.526/2011-0, que trata de Prestação de Contas da Embrapa, referente ao exercício de 2010, solicita que a Embrapa encaminhe cópia do processo que trata do Sexto Termo Aditivo ao Contrato 20400.08/0007-1, bem como outros documentos pertinentes de modo que seja possível identificar os agentes responsáveis pela alteração contratual e os motivos que levaram à assinatura do citado termo aditivo, cópia de documentos que permitam assegurar que todos os itens de custo pactuados no Sexto Termo Aditivo ao Contrato 20400.08/0007-1 possuem unidade de medição definida com precisão e cópia do processo de sindicância instaurado pela Portaria nº 2.875, de 16/12/2011. A Embrapa encaminhou os documentos solicitados por meio da C.PR.Nº 238, em 20/12/2013.

10.2 Demonstração da atuação da empresa em relação às ações programadas no PAINT do exercício.

A Alta Direção da Empresa recebe a programação de atividades anuais da Assessoria de Auditoria Interna (AUD), por meio do PAINT, e, por se tratar de unidade vinculada ao Conselho de Administração (Consad), essa proposta é considerada para efeito de ciência e acompanhamento. No decorrer do ano, as atividades de auditoria interna são expressas nos relatórios e recomendações emitidos pela AUD. Esses documentos são pauta de reuniões da Diretoria-Executiva, com isso esse Colegiado vem procurando viabilizar mecanismos de consenso entre a própria Assessoria de Auditoria e a unidade auditada, no intuito de sanar as não conformidades apontadas nesse trabalho de campo dos auditores da Embrapa.

10.3 Demonstrativo do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno no relatório de auditoria de gestão do exercício anterior ao de referência do relatório de gestão com as justificativas pertinentes.

As informações constam do Plano de Providências no Anexo IX, elaborado com a finalidade de atender às recomendações exaradas no Relatório nº 201305827-DRAGR/SFC/CGU.

10.4 Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, demonstrando os esforços da empresa para sanar o débito no âmbito interno e também:

a) a quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas

A apuração de responsabilidades por dano ao erário, na Embrapa, é realizada inicialmente por meio das sindicâncias administrativas, observadas as normativas internas existentes sobre o assunto que, no ano de 2013, correspondem à Resolução Normativa 12/2001, à Deliberação 50/2011, e à RN 22/2000. No âmbito desses processos, busca-se o ressarcimento mediante notificação ao

responsável, adotando-se os procedimentos pertinentes, após conclusão da análise dos casos concretos, ao desconto em folha de pagamento quando se identifica que a responsabilidade é de empregado da Embrapa.

No exercício de 2013 foram instauradas 53 sindicâncias no âmbito da Embrapa visando apurar responsabilidades por ocorrência de danos causados ao erário.

b) a quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012;

c) a quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Em 2013, não foram instauradas TCEs no âmbito da Embrapa.

10.5 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Anualmente, na segunda quinzena de maio, as unidades de gestão de pessoas solicitam aos empregados que optaram pela entrega da cópia da Declaração de Bens e Rendimentos, a cópia da mesma, assinada e datada e emitem alertas aos que não efetuarem a entrega no prazo solicitado. A maioria dos empregados já optou pela Autorização de Acesso à Declaração. As declarações entregues encontram-se arquivadas na pasta funcional do empregado.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

As demonstrações contábeis estão apresentadas no ANEXO III , que compreende:

- Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012;
- Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2013;
- Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

As notas explicativas estão apresentadas no ANEXO IV

- Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013.

11.2 Demonstração da composição dos investimentos da empresa

Os investimentos da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social, demonstrados na tabela 46. Esses investimentos foram avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente. Por se tratar de investimentos sem influência significativa, por não atenderem aos dispositivos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6.404/76, a empresa ficou desobrigada da avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

Tabela 46- Composição dos Investimentos

Participação Acionária da Embrapa no Capital Social de Empresas Associadas							
EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO	AÇÕES COM DIREITO A VOTO			AÇÕES S/ DIREITO A VOTO			TOTAL DA PARTIC. ACIONÁRIA CONTÁBIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (R\$)
	Quantidade	Tipo	Part. %	Quantidade	Tipo	Part%	
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)	631.059	ON	33,32	-	-	-	1.107.201,09
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA/PB)	1.354.917	ON	45,00	-	-	-	1.008.388,70
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A (EPAGRI)	5.554.778	ON	9,27	-	-	-	962.475,19
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A (EMPAER/MT)	150.661	ON	2,56	-	-	-	277.619,56
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A (EMPARN)	928.997	ON	49,00	-	-	-	381.392,16
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER)	10	-	-	-	-	-	98,10
TOTAL.....							3.737.174,80

Fundo	Dezembro de 2013 e de 2012
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	916.403,59
- Companhia Riograndense de Telecomunicação	4.003,63
Total de Participações em Fundos	920.407,22

Outros Investimentos	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Títulos e Valores	234.410,84	234.743,31
- Total dos Investimentos	4.891.992,86	4.892.325,33

Fonte: Departamento de Administração Financeira (DAF)

11.3 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Os bens da Embrapa são registrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31/12/95. Os percentuais de depreciação e amortização utilizados pela Embrapa são aplicados em conformidade com as normas fiscais vigentes e por meio do método linear. Os registros são realizados mensalmente e reconhecidos no resultado como decréscimo patrimonial (em conta de Variação Diminutiva) e, no Balanço Patrimonial, em conta redutora dos respectivos ativos.

Com relação à amortização dos bens intangíveis, cabe ressaltar que, até o exercício de 2012, os respectivos valores foram registrados na conta de Depreciações, haja vista a existência de equívoco na parametrização do Sistema Patrimonial ASI, o que impossibilita que os registros contábeis sejam efetuados automaticamente na conta de Amortizações. No 4º trimestre do exercício de 2013, houve a reclassificação manual desses valores, os quais totalizaram R\$ 1.493.193,86, para a conta de Amortizações, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A Embrapa não possui bens que recebam tratamento contábil da exaustão.

Quanto aos valores dos bens registrados no Imobilizado da Embrapa, a área de patrimônio da Empresa emitiu duas Notas Técnicas (uma em 24/10/2012 e outra em 16/4/2014), ambas de teor similar, por meio das quais foi informado que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente por valores compatíveis com aqueles aplicados no mercado e, portanto, por valores considerados justos.

Quanto aos bens imóveis – terra nua (campos experimentais), estão sendo realizados trabalhos de georreferenciamento, certificação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, regularização nos Cartórios de Registro de Imóveis e a emissão do Cadastro Ambiental Rural – CAR, para todas as propriedades da Embrapa, levando-se em consideração a definição da obrigatoriedade da inclusão desses imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet. Ressalta-se que um dos requisitos para o registro dos bens imóveis nesse sistema é a avaliação do imóvel, baseando-se nos valores referenciados no IPTU, ITR e Tabela do INCRA, os quais são considerados valores justos e compatíveis com aqueles dos mercados regionais.

A conclusão da última Nota Técnica emitida pela área de patrimônio da Embrapa é no sentido de que há o entendimento de que a Empresa utiliza e utilizará valores justos e compatíveis àqueles aplicados no mercado, para fins de registro de seus ativos.

Por fim, entende-se que os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração dos demais ativos e também dos passivos integrantes do patrimônio da Embrapa atendem às disposições da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.10, que trata acerca do assunto.

11.4 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela empresa.

O Relatório da auditoria independente está apresentado no ANEXO VII:

- Relatório da Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis, elaborado pela empresa Metrópole Soluções Empresariais.

12. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

12.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão à empresa para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas recebidas por intermédio de cada canal.

Como meios legítimos de acesso do cidadão à Empresa, a Embrapa oferta em seu portal na internet:

- endereço físico, para contatos por correspondência física (carta) - Embrapa Sede, Parque Estação Biológica - PqEB s/n°. Brasília, DF - Brasil - CEP 70770-901;
- contatos telefônicos e e-mail, dos serviços de Ouvidoria ouvidoria@sede.embrapa.br;
 - Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) sic@embrapa.br;
 - *Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) sac@embrapa.br (das Unidades Centrais e Descentralizadas);*
- Sítio web do SIC <http://www.embrapa.br/acessoainformacao>;
- Espaço físico do SIC para atendimento ao Cidadão - Embrapa Sede, Parque Estação Biológica - PqEB s/n°. Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, sala T22, Térreo;
 - Obs.: o Serviço de Atendimento ao Cidadão é coordenado pela Secretaria de Comunicação (SECOM).

No que concerne às atividades de comunicação social, em 2013, tiveram como foco o Projeto Especial Embrapa 40 Anos (em execução até abril de 2014), cujo objetivo principal é fortalecer importantes conceitos junto aos públicos estratégicos, com base em resultados da Pesquisa de Imagem 2011-12. Os conceitos são inovação, modernidade, sustentabilidade, capacidade de antecipação e valorização de parcerias.

Destacaram-se, no período, os eventos institucionais comemorativos (solenidades para público externo e interno, sessões parlamentares, ações em todas as Unidades Descentralizadas) e também os realizados com o Agropensa - Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa, com o objetivo de debater e construir, com participação de diferentes segmentos da pesquisa científica e do agronegócio, o documento Visão 2014-2034.

As informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas recebidas pela Ouvidoria e pelo SIC, são descritas no ANEXO V e no ANEXO VI, respectivamente.

12.2 Informações sobre os mecanismos utilizados pela empresa para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços disponibilizados de acordo com sua área de competência.

A Ouvidoria, a cada finalização de atendimento solicita aos seus clientes, por e-mail, a manifestação sobre a satisfação com o atendimento. No entanto, a Empresa está em franco processo

de análise e melhoria das ferramentas utilizadas para medir a satisfação de seus clientes, e há perspectiva de adoção de uma nova ferramenta em 2014.

12.3 Identificação clara e completa dos caminhos, no Portal da empresa na *Internet*, onde podem ser acessadas as informações sobre os relatórios produzidos pela entidade, tais como: Relatórios de Gestão, Relatório de Auditoria de Gestão, Relatório de Atividade, Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social, demonstrações contábeis etc.

Relatórios de Gestão

- Página Inicial → Publicações → Sobre a Embrapa → Processos de Contas Anuais → Relatório de Gestão da Embrapa-Exercício 2012. Disponível em:
<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/processos-de-contas-anuais/Relatoriodegestaode2012Embrapa.pdf> (acesso 12/12/2013)

Relatório de Atividade (Inclui Planos Diretores; Balanço Patrimonial; Balanço Social; Guia de Relações Internacionais; Plano de Gestão de Logística Sustentável da Embrapa; Plano Diretor de TI da Embrapa; Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011; Planos e Programas do MAPA; Políticas Institucionais; Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária – Pronapa; Relatórios de participação da Embrapa no Parlamento; Títulos avulsos: publicações institucionais sobre temas do agronegócio)

- Página Inicial → Publicações → Sobre a Embrapa
<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais>

Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

- Documento interno não disponível à Sociedade

Relatório de Sustentabilidade

- Home → Publicações → Sobre a Embrapa → Plano de Gestão de Logística Sustentável da Embrapa - PLS
Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/PLS-EMBRAPA.pdf>
(acesso em 29/11/2013)

Balanço Social

- Página Inicial → Publicações → Sobre a Embrapa → Balanço Social
Disponível em: http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balancos_sociais/
(acesso em 29/11/2013)

Demonstrações Contábeis

- Página Inicial → Publicações → Sobre a Embrapa → Processos de Contas Anuais
Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/processos-de-contas-anuais/processos-de-contas-anuais>
(acesso 29/11/2013)

Relatório de Emendas Parlamentares

- <http://www.embrapa.br/acessoainformacao/acoes-e-programas>

Informações adicionais podem ser encontradas na página de Acesso à Informação

- <http://www.embrapa.br/acessoainformacao>

Outras Formas de Relacionamento com o Público Externo e Mídias Digitais

Uma das formas mais notórias de relacionamento da Embrapa com a sociedade e efetivamente executadas em 2013, diz respeito à interface com o usuário direto no que tange à transferência de soluções tecnológicas geradas, sejam agricultores, técnicos da assistência técnica e extensão rural nas Unidades da Federação, a qual se efetiva por meio de dias de campo, cursos e outros instrumentos de capacitação e transferência de conhecimentos.

A área de comunicação da Embrapa aproveitou a comemoração dos 40 anos para ampliar e qualificar o relacionamento com a mídia por meio da elaboração de artigos e de realização de entrevistas entre a presidência e a diretoria executiva com a imprensa. Ainda, como resultado desse esforço foram articuladas pautas e matérias especiais com a imprensa.

Entre as matérias articuladas, destacam-se as publicadas no jornal O Globo sobre fábricas biológicas para produção de insumos; no Correio Braziliense, sobre Flores do Cerrado para indústria de cosméticos; duas séries feitas pela Agência Brasil: a primeira sobre tecnologias para o Semiárido, a qual rendeu 13 matérias; e a segunda sobre nanotecnologia, com espaço especial criado no site, com infográficos e sete matérias para agência, Rádio Nacional e TV Brasil, incluindo material em inglês e espanhol. Matéria especial também foi articulada sobre técnicas sustentáveis para recuperação da agricultura na região serrana, veiculada pela Revista Amanhã, de O Globo, bem como uma matéria sobre a criação da soja preta, no Valor Econômico. A divulgação do relatório sobre mitigação de emissões de gases na agricultura foi articulada com Agência Estado e jornal O Estado de São Paulo. Como resultado apenas dessa estratégia, foram publicadas 25 matérias na imprensa.

Destaca-se, ainda, nesse período, a realização de evento para correspondentes internacionais que reuniu nove jornalistas estrangeiros para conhecerem o trabalho da Embrapa. Entre as matérias veiculadas resultantes do trabalho, estiveram textos para teletica.com, Cuencarural.com, Estratégias & Negócios, Swiss Info, Yahoo! Finanças.

Ao longo do ano de 2013, foram recuperadas 12.133 matérias com citação da Embrapa pela grande imprensa, imprensa estadual, agências de notícias, mídia internacional e veículos especializados.

Outro destaque de 2013, foi o programa Conexão Ciência, criado com o objetivo de divulgar temas de interesse da sociedade sobre pesquisa, meio ambiente, desafios e soluções para o setor agropecuário, com enfoque em aspectos sociais, econômicos e científicos. O programa, lançado em 30 de abril, é uma parceria da Embrapa com a NBR, a TV do Governo Federal.

Ainda no contexto dos 40 anos, foram lançados, seis documentários sobre a Embrapa, produzidos em parceria com a TV NBR e veiculados neste canal, com os seguintes temas: História da Embrapa; Atuação Internacional; Pesquisa e Inclusão Social; Transformação do Semiárido; Biomassa, Bancos de Germoplasma e Biofábricas; Mudanças Climáticas.

No âmbito da Comunicação Digital, em comemoração ao aniversário da Embrapa, focando no público externo, foi lançado o hotsite 40 anos. No site é possível verificar as tecnologias lançadas em 2013, vídeos-depoimentos de empregados e parceiros, linha do tempo com a história da Empresa, agenda de eventos comemorativos, mapa da Embrapa no Brasil e textos sobre personagens que marcaram a história da corporação. Tudo em um ambiente interativo em que o usuário pode enviar conteúdos, comentar publicações e criar sua própria lista de eventos favoritos.

No facebook, o canal Agro Sustentável se consolidou. Lançado em abril de 2012, levou, diariamente, para mais de 25 mil seguidores as tecnologias e inovações da pesquisa agropecuária

brasileira. Apenas na semana do aniversário da Embrapa (21 a 27 de abril), 334.752 usuários foram alcançados na mídia social.

Os usuários também puderam conferir as novidades da pesquisa agropecuária por meio do perfil oficial da Embrapa no twitter, o @embrapa, com 8.232 seguidores. No dia 17 de março, iniciou-se a contagem regressiva para o aniversário de 40 anos da Embrapa. A campanha “40 anos em 40 dias” divulgou, diariamente, a história, a missão e o trabalho da Empresa, dando destaque a tecnologias e ações que marcaram a agropecuária brasileira. A série também agradeceu a parceria de mais de 50 instituições, mencionado o perfil oficial de cada uma.

O canal Videoteca Embrapa, no YouTube, concentrou os materiais audiovisuais alusivos ao aniversário da Empresa. Foram produzidos, gravados e editados pela equipe da própria Embrapa diversos vídeos-depoimentos de empregados, gestores e parceiros sobre a história, importância e perspectivas de futuro da pesquisa agropecuária brasileira.

O ano de 2013 também foi caracterizado pela dedicação a grandes projetos voltados para a evolução da comunicação digital da Embrapa. A Secretaria de Comunicação, em parceria com diversos setores da Empresa, primordialmente o Departamento de Tecnologia da Informação e a Embrapa Informação Tecnológica, implementou o desenvolvimento do novo Portal e da nova Intranet Corporativa da Empresa, que serão concluídos em 2014. As plataformas visam integrar as diversas soluções de tecnologia da informação desenvolvidas separadamente pelas Unidades Descentralizadas, de forma a criar uma imagem única da Embrapa na internet. Seguindo a mesma premissa, formou-se um Grupo de Trabalho com o objetivo de reestruturar, de forma planejada e estratégica, a presença corporativa nas mídias sociais.

E ainda, Participação em Feiras e Exposições

O Calendário de Feiras e Exposições da Embrapa 2013 contou com maior apoio das Unidades Descentralizadas na coordenação da participação da Empresa em 34 eventos, 20 dos quais contaram com a participação da Diretoria-Executiva da Embrapa em agendas oficiais.

Informações sobre os mecanismos utilizados pela empresa para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços disponibilizados de acordo com sua área de competência.

A ouvidoria, a cada finalização de atendimento solicita aos seus clientes, por e-mail, a manifestação sobre a satisfação com o atendimento. No entanto, a Empresa está em franco processo de análise e melhoria das ferramentas utilizadas para medir a satisfação de seus clientes, e há perspectiva de adoção de uma nova ferramenta, já em 2014.

Identificação clara e completa dos caminhos no Portal da empresa na Internet, onde podem ser acessadas as informações sobre os relatórios produzidos pela entidade, tais como: Relatórios de Gestão, Relatório de Auditoria de Gestão, Relatório de Atividade, Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social, demonstrações contábeis etc.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras informações consideradas relevantes pela empresa para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

A Embrapa, desde sua criação, tem se pautado por uma atitude proativa, buscando antecipar-se às mudanças, modernizando seus conceitos gerenciais e aperfeiçoando seus modelos de planejamento por meio de ajustes estruturais que a tem colocado em posição de destaque frente ao quadro institucional da pesquisa agropecuária brasileira e internacional. A necessidade das organizações de interesse público de gerar, avaliar e comunicar resultados concretos, que se traduzam em mudanças e melhorias efetivas na realidade dos beneficiados dos seus produtos e serviços, tem exigido destas organizações mudanças significativas em seu modelo de gestão, saindo do foco em processos e meios para o foco em resultados efetivos. Essa tendência tem se traduzido em mudanças organizacionais que convergem para implantação de modelos que buscam a transição da gestão burocrática para nova gestão orientada por resultados. Consciente dessa necessidade, a Embrapa estabeleceu 11 portfólios corporativos que constituem importantes instrumentos de apoio gerencial para a organização de projetos seguindo uma visão temática, com o objetivo de direcionar, promover e acompanhar a obtenção dos resultados a serem alcançados naquele tema, considerando-se os objetivos estratégicos da empresa.

O Portfólio em Controle Biológico tem como finalidade desenvolver e transferir conhecimentos e tecnologias, em redes sinérgicas com instituições de ciência e tecnologia nacionais e/ou internacionais, em parcerias público-privadas, que efetivamente contribuam para o uso de agentes de controle biológico e redução do uso de agrotóxicos sintéticos. O portfólio de projetos de P&D&I para o Controle Biológico tem por foco prioritário o desenvolvimento de tecnologias de controle biológico e sua inserção no manejo integrado de pragas de interesse agropecuário que se mostram resistentes aos agrotóxicos químicos sintéticos; aquelas relacionadas às culturas com suporte fitossanitário insuficiente, consideradas como “minor crops”; às grandes culturas e aquelas que afetam o bem estar animal ou as instalações de produção.

Adicionalmente pretende-se 1) Estimular, no âmbito da Embrapa, a criação de empresas incubadas para o desenvolvimento de Agentes de Controle Biológico; 2) Desenvolver, em conjunto com a iniciativa privada, produtos à base de Agentes de Controle Biológico, disponíveis na Embrapa ; 3) Estimular a implementação do controle biológico no âmbito do manejo integrado de pragas ; 4) Estimular a utilização de técnicas de manejo cultural e do solo que favoreçam a ação dos Agentes de Controle Biológico introduzidos ou de ocorrência natural; 5) Colaborar na formação de profissionais para o desenvolvimento e uso do controle biológico e para a implantação da cultura de utilização dessa tecnologia ; 6) Colaborar no estabelecimento de políticas públicas para incentivar a utilização de Agentes de Controle Biológico, regulamentação de pesquisa, desenvolvimento e registro de produtos à base de Agentes de Controle Biológico.

O Portfólio em Fixação Biológica de Nitrogênio tem como finalidade integrar grupos de PD&I e TT para desenvolver e transferir conhecimentos e soluções tecnológicas inovadoras, em redes público-privadas, para ampliar a adoção do processo de FBN na agricultura nos trópicos. As ações propostas neste portfólio visam maximizar a nutrição de plantas via insumos biológicos e manejos associados, permitindo a substituição parcial ou total de Nfertilizante, garantindo altos rendimentos, baixos impactos ambientais, resultando em benefícios científicos, econômicos, sociais e ambientais, como estratégia de liderança e competitividade da agricultura brasileira no mercado mundial.

O Portfólio em Palma de Óleo tem como finalidade ser um instrumento norteador de apoio gerencial para atuação da Embrapa na pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia em palma de óleo; direcionar, promover e acompanhar a obtenção dos resultados finalísticos, sempre em consonância com os objetivos estratégicos da Embrapa de forma cooperativa e sinérgica com a iniciativa privada e também em cooperação com outras instituições de PDI&TT. Adicionalmente, pretende-se 1) Definir linhas temáticas prioritárias para atuação da Embrapa em PD&I na cadeia produtiva da palma de óleo; 2) Orientar o desenvolvimento de tecnologias que promovam a competitividade da cadeia produtiva da palma de óleo considerando cenários atuais e futuros; 3) Orientar as competências da Embrapa para a elaboração de redes de pesquisa internas e externas capazes de responder as demandas tecnológicas da cadeia produtiva da palma de óleo; 4) Contribuir na identificação de oportunidades de negócios para o desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos em parceria com a iniciativa privada; 5) Contribuir para o desenvolvimento tecnológico que permita a diversificação de usos do óleo de palma e de seus coprodutos, agregando valor na cadeia produtiva da palma de óleo e; 6) Contribuir para que o Brasil assumira posição de destaque na produção mundial de óleo de palma de forma sustentável, com inclusão social e indicadores ambientais favoráveis.

O Portfólio em Recursos Florestais Nativos busca disponibilizar soluções tecnológicas para uso, conservação e recomposição dos ambientes naturais nos diversos Biomas, contribuindo assim, para implantação do novo código florestal. Os principais desafios a serem superados pelo portfólio de Recursos Florestais Nativos são: (a) ampliar a oferta de soluções tecnológicas para uso e recomposição de ambientes naturais nos Biomas nacionais; (b) ampliar a base florestal com espécies nativas para produção madeireira e não madeireira; e (c) desenvolver e transferir processos e tecnologias que promovam a competitividade do manejo florestal sustentável frente a outros usos da terra.

O Portfólio voltado para o setor agroindustrial sucroenergético tem como finalidade desenvolver e transferir conhecimento e tecnologias, em redes sinérgicas da parceria público-privada de competência, que efetivamente contribuam para o uso racional de insumos, a produção sustentável de etanol, o aproveitamento de coprodutos e produtos derivados do complexo sucroenergético, visando manter a liderança e a competitividade do setor sucroenergético brasileiro no mercado mundial. O portfólio aborda três vertentes principais – tecnologia agrícola, tecnologia industrial e estudos transversais, focando prioritariamente as espécies do complexo Saccharum (cana-de-açúcar), Sorghum bicolor (L.) Moench - com ênfase em sorgo energia (sacarino e biomassa lignocelulósica) e capins de porte alto (capim elefante - Pennisetum spp e capim colônia - Panicum spp). Na vertente de tecnologia agrícola enfoca os recursos genéticos e a exploração de variabilidade genética para a caracterização de genótipos, agregação de valor técnico e negocial para o germoplasma, o desenvolvimento de cultivares, de sistemas de produção sustentáveis e competitivos, e de arranjos produtivos, para assegurar o fornecimento em larga escala de matérias-primas que atendam os requisitos de qualidade do setor agroindustrial. Na vertente industrial busca o desenvolvimento de processos de transformação da matéria-prima agrícola em produtos energéticos e de processos industriais para o aproveitamento de coprodutos, focando a viabilização das biorrefinarias. Na vertente de estudos transversais promove a realização de estudos sócio-econômico-ambientais das cadeias produtivas envolvidas no negócio sucroenergético.

O Portfólio em Sistemas Produtivos de Base Ecológica busca contribuir efetivamente para a consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançada pelo Governo Federal no final do ano de 2012. Particularmente, esse portfólio contribuirá para o atingimento de um dos objetivos específicos da PNAPO - ampliar a geração e a disponibilização de

resultados de pesquisas, incluindo metodologias, produtos, processos e tecnologias apropriadas a sistemas orgânicos ou em transição agroecológica. Esse portfólio tem como finalidade promover a melhoria na sistematização do conhecimento sobre projetos e equipes vinculados à agricultura de base ecológica na Embrapa, além de 1) Identificar fatores limitantes relacionados à pesquisa em agroecologia e produção orgânica, interagindo com setores vinculados ao tema e induzindo projetos para a geração de novos conhecimentos e tecnologias; 2) Estimular uma visão transdisciplinar nas ações de PD&I em agroecologia e produção orgânica, de forma a estimular o entendimento de processos em sistemas de produção de base ecológica; 3) Viabilizar a apropriação de conhecimentos e tecnologias por segmentos do público alvo como agricultores, agentes de ATER, e tomadores de decisões em políticas públicas, dentre outros.

O Portfólio de Monitoramento da Dinâmica de Uso e Cobertura da Terra no Território Nacional pretende ampliar a sinergia entre projetos e ações desenvolvidas na Embrapa cujo foco temático esteja relacionado ao estudo e à avaliação de fatores ambientais, socioeconômicos e institucionais associados à dinâmica de uso e cobertura da terra (causas e efeitos), bem como suas interações, impactos, produtos e resultados. Entre os principais desafios a serem enfrentados pelas geotecnologias neste contexto estão as dimensões continentais do País, a diversidade de biomas, de produtos e processos produtivos associados a diferentes níveis tecnológicos e sistemas de produção, a dinâmica espaço temporal de ocupação, a carência de informações sobre as dimensões espaciais da agricultura e os fortes contrastes regionais.

O Portfólio em Aquicultura tem como finalidade gerar conhecimentos e tecnologias que possam promover o avanço do setor aquícola como um componente importante do agronegócio e, portanto, é fundamental: 1) a utilização de investimentos financeiros; 2) a identificação e fortalecimento das competências no setor e 3) definição de critérios e escala de priorização de espécies. Além disso, o Portfólio da Aquicultura tem como prioridade a transferência de tecnologia cujo objetivo será contribuir para a solução de problemas e a transformação de sistemas produtivos, por meio de ganhos sociais, econômicos e ambientais. Para tanto, esse processo envolverá intercâmbio de conhecimentos, aprendizagem e habilitação para uso de tecnologias. Nesse sentido, o Portfólio da Aquicultura ainda prevê interações de comunicação e de negócios articuladas para construir arranjos sociais, institucionais e mercadológicos que facilitem a transferência e, ainda, mostrem os principais problemas que merecem atenção para a definição e disponibilização de uma solução tecnológica.

O Portfólio em Integração Lavoura Pecuária Floresta visa mapear e apoiar a organização, geração, integração e disseminação de conhecimentos e tecnologias sobre ILPF em apoio a formulação de estratégias de PD&I e TT com foco na sustentabilidade e competitividade destes sistemas complexos. Adicionalmente pretende-se 1) Identificar fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF, com vistas à indução de projetos para a geração de novos conhecimentos e/ou de tecnologias; 2) Prospectar alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e floresta, para diferentes contextos regionais, visando à maximização das respostas bioeconômicas e dos benefícios ambientais; 3) Adaptar e ou desenvolver métricas robustas para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF, considerando diferentes horizontes temporais; 4) Gerar informações econômicas para maior entendimento do sistema; 5) Fomentar análises do custo de oportunidade de sistemas complexos (ILPF) vis-à-vis aos sistemas especializados de produção de grãos, pecuária e floresta para diferentes contextos regionais; 6) Fomentar a estratégia da Embrapa referente aos experimentos de longa duração e das unidades de referência tecnológicas (URT), ampliando o monitoramento das transformações agrônômicas, zootécnicas e ambientais, com foco nas lacunas de conhecimento; 7) Incentivar a

multidisciplinaridade e ao escopo transdisciplinar nas ações de PD&I em sistemas de ILPF, como tática para o estímulo ao entendimento e compreensão de processos e propriedades em agroecossistemas complexos; 8) Ampliar e intensificar a transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas e a capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF nas diferentes regiões.

O Portfólio em Sanidade Animal O portfólio de projetos de PD&I em sanidade animal visa o diagnóstico, o controle, prevenção e/ou erradicação de agentes de doenças animais, por meio de ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia no âmbito do território nacional ou, atendendo a demandas de países parceiros. O portfólio irá considerar três vertentes: a) Ações de pesquisa relacionadas aos agentes de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) ou segurança dos alimentos de origem animal, b) Ações de pesquisa relacionadas a agentes de doenças de importância estratégica para o sistema de defesa sanitária e c) Ações de pesquisa relacionadas aos agentes de doenças responsáveis por prejuízos na produção animal. O foco do portfólio é proteger a produção e a competitividade das cadeias produtivas de carne bovina, suínos, aves (frango), ovos, leite e derivados, caprinos, ovinos, aquicultura (peixes, camarão, moluscos e bivalves), equinos e bubalinos. Estudos transversais apoiam essa pesquisa, focando prioritariamente em epidemiologia veterinária, imunologia e vacinologia animal, biotecnologia aplicada à saúde animal, patogenicidade, patologia comparada, estudos econômicos das doenças animais, resistência genética do hospedeiro a patógenos animais, saúde pública veterinária e bem estar animal.

O Portfólio em Mudanças Climáticas e Agricultura Tropical: impactos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no agronegócio brasileiro visa reunir demandas por conhecimentos e tecnologias e sintetizar os resultados mais atuais das pesquisas relacionados às mudanças climáticas e gases de efeito estufa, visando colaborar na definição de linhas estratégicas de atuação da Embrapa no tema e munir os dirigentes da Empresa, ou seus representantes, de informações em função de demandas e oportunidades surgidas. Adicionalmente pretende-se nortear os editais para financiamento de projetos de pesquisa da Embrapa, e também contribuir na indução de editais de outras fontes de financiamento de forma a reverter em ações efetivas de pesquisas as demandas e oportunidades no tema das mudanças climáticas e suas relações com a agricultura.

Outro aspecto que vale destaque no ano de 2013, diz respeito à interação da Empresa com outros países. A transferência de recursos para atuação da área internacional da Embrapa são realizadas mediante instrumento jurídico celebrado para execução das ações propostas, demonstrados na tabela 47. Dentre os resultados mais relevantes alcançados até 2013 pelos projetos de cooperação técnica, podem ser destacados os seguintes:

a) Embrapa África – A Embrapa desenvolve três projetos em Gana, um de assistência técnica focado em técnicas de conservação genética da mandioca, somente com um treinamento, e dois ligados ao Market Place, produção de cogumelos em resíduos agrícolas e produção de inoculantes para caupi, com atividades de campo. Um novo projeto focado no desenvolvimento de equipamento para plantio e colheita de caupi foi aprovado no último edital do Market Place. Todos os projetos foram visitados ou contactados. Além deles, consta da pauta de projetos em preparação para Gana um focado na produção leiteira e outro em cajú. Ao longo desse período, foram visitadas atividades ligadas à área de fruticultura (caju, manga e abacaxi), plantio de soja, milho, mandioca e arroz e pecuária desenvolvidas por agentes privados com apoio de instituições locais. Atividades de representação em outros países africanos: Uganda, para participação em reunião do Ruforum, organizada pela Universidade de Makelele em Kampala. Apresentação de trabalhos sobre a experiência de planejamento do uso da terra. Visita a plantações de cana de açúcar e pinus. Etiópia,

para participação em encontro organizado pela Embaixada do Brasil (evento intitulado I Seminário de Comércio e Investimentos Brasil - Etiópia - Djibuti - Sudão do Sul). Etiópia.

b) Embrapa Américas

A Embrapa implementou diversas ações de cooperação técnica com financiamento da ABC em áreas prioritárias, tais como:

- **América Central:** Alternativas de produção de biocombustíveis em Costa Rica; Reforço à Diversificação Agroprodutiva de El Salvador; Capacitação em Sistemas de Produção de Frutas Temperadas para a Guatemala; Capacitação em Produção de Frutas Tropicais (Honduras); Capacitação na Cadeia Produtiva da Mandioca na Nicarágua; Reforço à Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário do Panamá (Mida); Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira (Panamá); Zoneamento Agroecológico - Fase II: Zoneamento de Risco Climático (Panamá); Fortalecimiento Institucional do Instituto de Investigación Agropecuária de Panamá (Idiap) em Melhoramento Genético e Manejo de Hortaliças - Fase I (Panamá); Reforço à Cadeia Produtiva de Leguminosas - Feijão, Guandu e Feijão-Vigna – Fase I; Aprimoramento de técnicas de produção de hortaliças sob ambientes protegidos na Costa Rica; Adoção de Tecnologias Modernas para Produção de Etanol em El Salvador; Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona (El Salvador); Assistência Técnica na Área de Genética Bovina (Panamá); Fortalecimento da Extensão Agropecuária (Panamá); Fortalecimento da Área de Zoneamento Agropecuário (Panamá); Zoneamento Agroecológico - Fase II: Zoneamento de Risco Climático; Dinamização e Transferência do Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Protegida Costarriquenha; Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gergelim - Fase I (Honduras); Reforço à Segurança Alimentar e Nutricional na Região Sul de Honduras - Fase I; Reforço à Cadeia Produtiva Apícola - Fase I (Honduras); Reforço à Cadeia Produtiva de Caju - Fase I (Honduras); Fortalecimento Institucional do *Instituto de Investigación Agropecuaria de Panamá* - Fase II.

- **Caribe:** Capacitação em Sistemas de Produção de Ovinos de Corte; Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba - Fase II; Apoio ao Processo de Diversificação Integral Agrícola e Industrial do Setor Açucareiro Cubano - caprino-ovinocultura; Limites Permissíveis de Metais Pesados na Agricultura Cubana – Transferência e Adequação da Legislação Brasileira - Fase II; Intercâmbio de Experiências e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas entre Brasil e Cuba - Fase II; Transferência de Metodologias para o Controle Genético de Doenças Emergentes, Qualidade Nutritiva e Funcional do Tomate e Pimentão – Fase 3 (Cuba); Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba - Fase III; Programa de Treinamento para o Incremento da Produção de Cana de Açúcar na Jamaica; Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana; Capacitação em Recursos Genéticos Vegetais; Capacitação em Horticultura Orgânica em Áreas Tropicais; Capacitação em Processamento de Frutas Tropicais e Coco Verde; Capacitação em Ciências Agrárias – Máquinas Agrícolas, Tecnologia de Produção de Hortaliças e Cultivo Mínimo em Pequenas Áreas; Capacitação em Produção de Hortaliças em Cultivo Protegido; Capacitação em Tecnologia de Irrigação e Manejo de Água em Pequenas Propriedades; Assistência técnica para produção de soja em Cuba; Limites Permissíveis de Metais Pesados na Agricultura Cubana - Transferência e Adequação da Experiência de Elaboração da Legislação Brasileira; Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas entre Brasil e Cuba; Transferência de metodologias para o controle genético de *Ralstonia solanacearum*, *Begomovirus*, *Tospovirus*, *Potyvirus* e *Phytophthora capsici* no tomate e no pimentão (Cuba); Transferência de Metodologias dos Procedimentos Utilizados para Produção de Sementes de Soja e de Milho Híbrido (sem coordenação da ABC, apenas entre Embrapa e Cuba);

Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti.

c) FAO – Articulador - A posição de Articulador da Embrapa junto a entidades multilaterais, regionais e nacionais na Europa foi formalizada a partir da assinatura de Tratado entre a Embrapa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (Itália), no qual foram estabelecidas as condições iniciais acordadas entre estas instituições.

Objetivos do acordo FAO / Embrapa: Conforme descrito na seção I do Tratado identificado acima, o objetivo geral do acordo FAO / Embrapa é “estimular e fortalecer novas parcerias entre a Embrapa e a FAO nos temas pesquisa agrícola, de desenvolvimento de políticas, de segurança alimentar, e de gestão sustentável de recursos naturais; acionar e facilitar troca de conhecimento e de experiências da FAO e da Embrapa para países menos desenvolvidos, especialmente no contexto do Programa de Cooperação Sul - Sul. Em nome da Embrapa, estimular e fortalecer parcerias com instituições regionais e nacionais e apoiar a Embrapa no cumprimento de suas obrigações como entidade de pesquisa do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento e como parte do Governo do Brasil.”

Tabela 47- Instrumentos vigentes em 2013 – cooperação técnica

Programa/ Projeto	Instrumento	Vigência	Valor (US\$)
Embrapa África Gana	Projeto de cooperação técnica para a implementação do Projeto Embrapa Gana e outros projetos da Embrapa na África, tais como Projeto Mali, Projeto Embrapa Moçambique e Projeto Embrapa Senegal e Ações de responsabilidade da ABC/MRE.	(dez/2011 a dez/2016)	Indicados anualmente (alocados em 2013 US\$ 186.822,03)
Embrapa Américas	Programa executivo relativo ao acordo básico sobre privilégios, imunidades e relações institucionais entre o governo da República Federativa do Brasil e o IICA para a implementação do Projeto de Cooperação Técnica para Potencializar a Pesquisa e a Inovação Agrícola nos Países da Meso América e Caribe.	(dez/2010 a jul/2013)	(alocados em 2013 US\$ 109.774,79)
FAO (Articulador)	Acordo entre a Embrapa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura sobre medidas para o desempenho das funções de Expert de Ligação.	(fev/2013 a fev/2015)	Indicados anualmente (alocados em 2013 US\$ 75.900,00)

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais (SRI)

Dentre os resultados mais relevantes alcançados até 2013 pelos projetos de cooperação científica, cujos instrumentos estão listados na tabela 48, podem ser destacados, respectivamente:

a) Labex EUA

– **Biociência:** visando à tolerância à seca: cientistas do Labex EUA e seus contrapartes no Acordo de Cooperação entre a Embrapa e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), por intermédio do “Agricultural Research Service” (ARS), estão concentrando esforços na prospecção e compreensão da função e dos mecanismos de controle de genes importantes para a agricultura. Os mecanismos moleculares que conferem tolerância ao déficit hídrico e às interações

com os sinais do ambiente estão sendo estudados em plantas modelo e em espécies agronomicamente importantes para identificar etapas chave nos mecanismos de resposta.

- **Compostos bioativos:** objetivo geral de pesquisa dessa nova posição do Labex EUA é a de agregar valor aos extratos (frutas e folhas) de espécies nativas de frutas tropicais, promovendo-os como produtos saudáveis contra a inflamação e doenças crônicas associadas. Os resultados preliminares mostram que os compostos fenólicos, tais como várias antocianinas, flavonoides e ácidos fenólicos, podem ser encontrados em amostras de acerola com potencial para utilização como ingredientes bioativos, especialmente se a atividade anti-inflamatória for comprovada. Sanidade animal: identificação de polimorfismos associados à resistência de ovinos a infecções causadas por parasitos gastrintestinais.

- **Citrus Huanglongbing** – Huanglongbing (HLB) é a mais devastadora doença do citros no mundo, está ameaçando a citricultura em diversos países, principalmente Brasil e Estados Unidos. Não há nenhuma resistência genética identificada no gênero Citrus. Estudos científicos recentes demonstram a viabilidade do uso de estratégias baseadas em RNA de interferência (RNAi) para controle de pragas e patógenos em plantas. O objetivo do Labex-HLB é desenvolver uma estratégia para diminuir a disseminação do HLB através do controle do inseto vetor, *D. citri*, utilizando abordagens de RNAi. Inicialmente, nos selecionamos seis genes-alvo, associados a diferentes processos celulares (detoxicação, desenvolvimento/diferenciação e metabolismo), para serem suprimidos por moléculas de RNA (dsRNA, siRNA e RNA-MS) e levar à morte do inseto. Foi desenvolvido um sistema in planta, que permite testar, em menor escala, moléculas de RNA em condições semelhantes as que ocorrem no campo. Utilizando este método, as taxas de mortalidade induzida por dsRNA variaram de gene para gene, mas para três alvos, a supressão da expressão genicas resultou em elevada mortalidade de insetos. O efeito do siRNA foi testado apenas para um gene, e os resultados preliminares são promissores. O RNA-MS foi desenhado, produzido e caracterizado com sucesso, entretanto ainda não foi testado. Os próximos passos serão dados com foco em gerar mais informação sobre os genes alvo promissores, iniciar os testes com o RNA-MS e as abordagens ligadas para aplicação e liberação dos RNAs (proteção em nanopartículas e peptídeos de endereçamento), seguir na identificação de novos genes alvo.

- **Recursos Genéticos Animais:** A Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Genéticos (RG) tem sido um das principais linhas de ação da Embrapa e tem a proposta de otimizar a cooperação científica entre a Embrapa, o ARS e Universidades americanas e usar essa parceria para tentar identificar soluções criativas para questões técnicas e organizacionais do sistema de Recursos Genéticos, tais como: (a) A Embrapa ainda não possui um sistema de informações robusto, ativo e totalmente implementado para subsidiar as ações de conservação do germoplasma armazenado; (b) as atividades de caracterização genética do germoplasma conservado são fragmentadas e muitas vezes realizadas com metodologias ultrapassadas de forma que geram dados incompletos ou com baixa acurácia; (c) existem várias metodologias de criopreservação vegetal e animal que ainda não são rotina que devem ser objeto de ações urgentes de Pesquisa e Desenvolvimento; (d) o processo de enriquecimento de germoplasma, especialmente relacionado à introdução e intercâmbio, não possui fluxo e diretrizes bem definidas que atendam, ao mesmo tempo, a Embrapa e seus parceiros entre outros órgãos do governo.

- **Sanidade Animal:** Novas possibilidades de colaborações têm sido articuladas em áreas como: a) desenvolvimento de testes de diagnóstico da tuberculose bovina e genômica de *Mycobacterium bovis* entre Embrapa, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Laboratório de Doenças Infecciosas Bacterianas do USDA/ARS/NADC, Ames/IA; b) tuberculose bovina como modelo para desenvolver diagnóstico e vacinas contra *Corynebacterium paratuberculosis* entre Embrapa e USDA/ARS/NADC; c) desenvolvimento de vacinas contra infecções bacterianas em peixes de água doce entre a Embrapa e Laboratório de Pesquisa para a Saúde de Animais Aquáticos do USDA/ARS em Auburn/LA; d) doenças virais de camarão entre Embrapa e CSIRO Queensland

Bioscience Precinct Brisbane/QLD, Austrália; e) rede internacional de resistência de parasitos de ruminantes entre Embrapa e McMaster Laboratory do CSIRO, Armidale/NSW; f) possível colaboração entre a Embrapa Gado de Corte e Canadian Food Inspection Agency/Agence Canadienne d'Inspection des Aliments e CIDASC para compartilhar amostras livres de *Brucella bovis* para o desenvolvimento de testes diagnóstico; e g) articulações estão em andamento com o Laboratório de Saúde Animal Australiano do CSIRO em Geelong/VIC, Austrália para sediar um curso de BSL-4 para cientistas da Embrapa, envolvidos na gerencia de laboratórios BSL-3 da Embrapa.

b) Labex Europa

- **Interação planta-patógeno:** estudo da interação molecular entre plantas e microrganismos que tem como foco o *Mycosphaerella* spp., considerado o maior gênero de fungos causadores de doenças em plantas consideradas relevantes no cenário econômico. A geração de conhecimentos sobre como os fungos invadem o tecido (em geral a folha) de bananas, arroz, trigo e outras culturas importantes permitirá o melhoramento de variedades mais resistentes e a redução do uso de fungicidas. **Gestão de recursos naturais:** aprimoramento de um conjunto de técnicas visando ao monitoramento da agricultura brasileira em larga escala, com foco em agricultura de baixo carbono baseado nos avanços recentes das tecnologias de observação da terra (*Earth Observation*).

- **Projeto de interesse comum entre Embrapa e Reino Unido:** Co-produtos de trigo e banana como fontes de biocombustíveis e materiais biodegradáveis para embalagem de alimentos. Trigo e banana são culturas importantes no mundo – o trigo, como a principal fonte de carboidratos e energia, e a banana como uma das frutas mais apreciadas e consumidas. Ambos geram quantidades expressivas de co-produtos quando processados industrialmente, e tais co-produtos são fontes de compostos (especialmente polissacarídeos de parede celular) que podem ser usados para obter produtos de alto valor agregado, tais como biocombustíveis e materiais biodegradáveis para embalagem de alimentos. Produtos potenciais: filmes para embalagem de alimentos, com aplicações diversas, a depender das características dos diferentes materiais obtidos; bioetanol. Resultados iniciais: O projeto foi iniciado com testes para extração de hemiceluloses a partir de palha de trigo. Dois métodos de extração alcalina foram testados: um primeiro com fracionamento e diálise, e um segundo com precipitação com etanol. *Próximas etapas:* Será estabelecida uma formulação básica para os filmes à base de hemiceluloses de palha de trigo extraídas por precipitação com álcool (método mais rápido e simples). Serão testados tratamentos de branqueamento dos filmes com peróxido de hidrogênio, numa tentativa de reduzir a intensidade de cor dos filmes, tornando-os idealmente transparentes. A partir daí, o projeto será conduzido conforme proposto.

- **Labex Europa Posto Avançado Alemanha** - “*Developments of non-invasive methods to characterize heterogeneity of 2D water distribution in the plant rhizosphere*” – Treinamento em RMN Portátil, desenho do probe TDR, aprovação, assinatura do PIC e obtenção do número de projeto no “*Forschungszentrum Jülich / IBG-2: Plants Science*” (conhecimento das técnica (RMN portátil e “*Frequency Domain*”) e avaliação da resposta à umidade do solo utilizando as duas técnicas).

c) Labex Coréia

- **Projeto KOPIA** - Intercâmbio de Recursos Genéticos e Trabalho Conjunto na Avaliação de Germoplasma, Seleção e Desenvolvimento de Novas Ações de Melhoramento em Morango (Parceria: Embrapa e Biotecnologia e National Institute of Horticultural & Herbal Science). Intercâmbio de Recursos Genéticos e de trabalho em conjunto sobre Cruzamentos, Genética,

Taxonomia e Aperfeiçoamento das Técnicas de cultivo de Cogumelos (Parceria: Embrapa Clima Temperado e *Protected Horticulture Experimental Station/RDA*).

- **Projeto ITCC** - Melhoramento genético de suínos para o incremento da qualidade da carne e o ganho de peso médio diário no desenvolvimento de linhas paternas (Parceria: Embrapa e *National Institute of Animal Science, RDA*). Intercâmbio de recursos genéticos e dos protocolos de criopreservação (Parceria: Embrapa e *National Agrobiodiversity Center*). Avaliação de materiais selecionados de sorgo sacarino para a produção de etanol de 1ª e 2ª geração” (Embrapa e o *National Institute of Crop Science, RDA*). Uso da biotecnologia e genômica na Produção animal e na Produção de aditivos para alimentação animal (Parceria: Embrapa e *National Institute of Animal Science, RDA*). - Adaptação e desenvolvimento de estrutura e técnicas de controle ambiental e redução do uso de energia para a produção vegetal em sistemas de cultivo protegido (Parceria: Embrapa e *National Institute of Horticultural & Herbal Science*).

d) Labex China

- Projeto de Intercâmbio, Avaliação e Caracterização de Germoplasma entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS). Foram realizados dois workshops do projeto em 2013. Foram definidos os tipos e termos dos acordos de transferência de germoplasma a serem utilizados no âmbito do projeto. Foram identificadas diversas oportunidades de parceria: a) entre a Embrapa e o *Institute of Crop Sciences da CAAS*, no intercâmbio dos recursos genéticos, melhoramento genético vegetal, biotecnologia vegetal, avaliação funcional de genes e desenvolvimento de milho e soja geneticamente modificados com genes do ICS-CAAS; b) entre a Embrapa e o *Institute of Biotechnology Research da CAAS*, na avaliação de genes de resistência a insetos e qualidade, em especial em milho e soja; c) entre a Embrapa e a Academia de Ciências Agrárias de Zhanjiakou, na avaliação de performance de híbridos de milho chinês (*Sectaria sp.*); d) entre a Embrapa e o BGI (*Beijing Genomics Institute* em Shenzhen) no desenvolvimento conjunto de pesquisas genômicas; e) entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Florestas (CAF) na cultura do bambu, outras florestais e manejo de áreas desérticas ou com baixa disponibilidade de água; f) interesse do INBAR (*International Institute of Bamboo and Rattan*) de realizar estudos prospectivos da cultura do bambu no Brasil, junto com o MCTI e a Embrapa. Para isso, deve-se aguardar a filiação do Brasil ao INBAR, que está em andamento; g) entre a Embrapa e a Academia de Ciências Agrárias Tropicais (CATAS) em pesquisa conjunta de vários cultivos tropicais, em especial forrageiras, dendê, mandioca, cana de açúcar, bem como na implementação de um laboratório conjunto em proteômica de cultivos tropicais; h) interesse de parceria da empresa FuturaGene, subsidiária da Suzano Celulose na transferência de recursos genéticos de eucalipto para pesquisa na China; i) interesse de representantes da Comissão de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente da China, de discutir com os colegas brasileiros sobre o Protocolo de Nagoya.

e) Procisur – Reunião final do projeto Babethanol - O projeto visa desenvolver soluções para uma abordagem mais sustentável à produção de etanol de segunda geração, baseado em um processo de transformação "moderado, respeitoso e integrado com o meio ambiente" que deve ser aplicado a uma ampla gama de matérias-primas lignocelulósicas. O novo processo combinado de escarificação e extrusão, será uma alternativa aos caros processos atuais, em especial para pré-tratamentos que requerem muita energia, água, produtos químicos, a desintoxicação e tratamento de resíduos.

BABETHANOL é um grande projeto de pesquisa transnacional com 13 parceiros e 11 países participantes: França, Espanha, Itália, Finlândia, México, Costa Rica, PROCISUR (Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina e Brasil). O PROCISUR participa do WP7 e tem como compromisso a elaboração de um catálogo regional que descreve matérias primas para esse processo.

f) Procitrópicos – As redes de P,D&I do PROCITROPICOS continuam consolidando-se com o trabalho e liderança das Coordenações Nacionais das instituições membros, entre elas a Embrapa, avançando nas atividades previstas no Plano de Ação Anual do Programa, em suas gestões de intercâmbio do conhecimento, capacitação, comunicação e cooperação técnica, em posicionamentos e assuntos estratégicos comuns aos países e instituições sócias. Destacaram-se em 2013 algumas atividades que foram priorizadas nos temas: Energias Limpas Renováveis; Gestão do Conhecimento; Sistemas agrossilvipastoris; e a Cooperação Regional e Internacional para a inovação tecnológica. Estas ações contemplaram as necessidades e prioridades estabelecidas pela instituição nos âmbitos do Programa.

Em todas as **Redes: Cacau, Café, Agroenergia, Aquicultura, Produção Animal, Tropigen, Sistemas A,F&P e Iniciativa Amazônica** foi realizado um amplo trabalho de difusão de informações e/ou atividades das ações realizadas em cada país membro, bem como disponibilizados trabalhos/documentos técnicos sobre temas específicos nos foros temáticos. A Cooperação Técnica no âmbito do Programa contempla os temas de fortalecimento institucional, integração tecnológica e apoio à gestão de inovação, ampliando as capacidades institucionais, inclusive alianças regionais e internacionais: - O Programa apoiou o lançamento e difusão das duas chamadas e avaliação dos projetos do *Marketplace 2013*, num total de cinco países da América Latina selecionados. Como seguimento ao processo de apresentação de projetos competitivos, está sendo apoiada pelo PROCITROPICOS a organização do “Forum 2014 de Diálogo e Intercâmbio de Conhecimento” entre instituições implementadoras e países de África, Latino-américa e Caribe, beneficiados e participantes da convocatória de 2013. No contexto hemisférico e global, a Secretaria Executiva do PROCITROPICOS, juntamente com a Direção Executiva da Embrapa, apoiam a organização da XIV Reunião do Comitê Executivo do FORAGRO, realizada na Sede da Embrapa, Brasília, em cujo marco será passada a Presidência do Fundo ao Brasil.

Tabela 48- Instrumentos vigentes em 2013 – cooperação científica

Programa/ Projeto	Instrumento	Vigência	Valor (US)
Labex USA	Acordo de Cooperação entre a Embrapa e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), por intermédio do “Agricultural Research Service” (ARS), para execução do Laboratório Virtual da Embrapa – Labex USA.	(dez/2011 a dez/2015)	US\$ 2,500,000.00 (alocados em 2013 US\$ 782.350,22)
Labex Europa	Contrato de Cooperação Técnica entre a Embrapa e a Associação Agrópolis para a execução das ações do Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior – Labex França.	(dez/2011 a dez/2016)	US\$ 2,400,000.00 (alocados em 2013 US\$ 760.224,67)
Labex Coreia	Memorando de entendimento entre a Administração de Desenvolvimento Rural da Coreia (RDA) e a Embrapa.	(nov/2008 a nov/2013)	Indicados anualmente (alocados em 2013 US\$ 314.561,62)
Labex China	Ajuste de implementação ao acordo de cooperação geral firmado entre o CIAT e a Embrapa.	(mai/2012 a set/2017)	Até US\$ 1.000.000,00 (alocados em 2013 US\$ 150.000,00)
CIAT/CGIAR	Acordo de cooperação geral celebrado entre a Embrapa e o CIAT/CGIAR.	(set/2011 a set/2017)	Até US\$ 5.000.000,00

PROCISUR	Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul.	(2011 a 2014)	U\$ 608.000,00 (contribuição anual U\$ 152.000,00)
PROCITRÓPICOS	Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos.	(2011 a 2014)	U\$ 332.760,00 (contribuição anual U\$ 83.190,00)

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais (SRI)

Balanco Social de 2013

Lucro Social de R\$20,75 bilhões

Foram avaliados os impactos econômicos de 102 tecnologias e até 230 cultivares desenvolvidas e transferidas para a sociedade que representam 96,48% do lucro social demonstrado.

Cada real aplicado gerou R\$ 9,07 para a sociedade brasileira

A relação Lucro Social/Receita Líquida cresceu relativamente ao ano anterior, passando de 7,89 para 9,07. Esse crescimento foi devido ao fato de que, em 2013, a Receita Líquida foi praticamente a mesma de 2012 enquanto o Lucro Social cresceu 17%. Esse dinheiro retornou para a sociedade multiplicado por 9,07. O alto retorno à sociedade dos recursos investidos na Embrapa tem sido evidenciados das mais distintas formas, em termos econômicos, sociais e ambientais, conforme detalhado no capítulo “A adoção de tecnologias e seus retornos à sociedade” (páginas 10 a 15) do Balanço Social, no site: <http://www.bs.sede.embrapa.br/2013>.

74.544 empregos novos criados em 2013

Este é um patamar mínimo pois se refere aos novos empregos gerados pelas 102 tecnologias avaliadas neste Balanço. A Embrapa desenvolveu e transferiu milhares de tecnologias, produtos e serviços para a sociedade brasileira. Um impacto não calculado mas, com certeza, o número de empregos criados, a cada ano, é muito maior.

1.115 ações de relevante interesse social

Essas ações são em agricultura familiar, comunidades indígenas, educação e formação profissional, meio ambiente e educação ambiental, reforma agrária, segurança alimentar, apoio comunitário e saúde, segurança e medicina do trabalho. Acesse a Base de Ações Sociais da Embrapa em <http://bs.sede.embrapa.br/2013/acoes/html/busca2013.html> para obter detalhes das ações no seu estado ou região. Outro fato relevante é que pesquisadores, produtos, ações e projetos da Embrapa receberam, em 2013, 82 prêmios e homenagens.

ANEXOS

- ANEXO I - Avaliação Atuarial Ceres/Plano Embrapa Básico
- ANEXO II - Avaliação Atuarial Ceres/Plano Flex Ceres
- ANEXO III - Demonstrações Contábeis da Embrapa
- ANEXO IV - Notas Explicativas
- ANEXO V - Ouvidoria - Pedidos e Acessos
- ANEXO VI - Ouvidoria - Recursos e Reclamações
- ANEXO VII - Parecer da Auditoria Independente
- ANEXO VIII - Resultados das Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA
- ANEXO IX - Plano de Providências de Auditoria

ANEXO I

- **PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

PLANO EMBRAPA BÁSICO

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

PLANO EMBRAPA BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2013

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios denominado plano Embrapa Básico, mantido pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2013.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 09 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 14 de dezembro de 2010, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2012, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, os testes de aderência demonstraram a sua adequabilidade em relação aos eventos biométricos, financeiros e salariais do plano de benefícios, as quais foram mantidas em sua maioria, exceto pelas hipóteses do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, que foram alterados de 0,976 para 0,974, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,88% a.a.. Também foi modificada a tábua de mortalidade de inválidos, sendo efetuado uma suavização de 60% na tábua de mortalidade Experiência do IAPC.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2013 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise é estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento. Desde a implantação do Plano Embrapa-FlexCeres, em maio de 2007, o plano Embrapa Básico se encontra em extinção, estando fechado a novas inscrições.

O plano de benefícios apresenta apenas um grupo de custeio.

O custo total do plano, composto pelo custo normal e extraordinário, situou-se em 34,034% sobre o total dos salários-de-participação dos seus participantes, tendo apresentado pequena variação em relação ao custo registrado na avaliação de 2012, cujo percentual foi de 34,043%. Tal variação pode ser imputada, principalmente, às mudanças cadastrais ocorridas no período e à alteração nas hipóteses atuariais.

TABELA Nº 01 – CUSTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EMBRAPA BÁSICO

Tipo de Custo	Total
Normal	16,508%
Dotação Inicial	2,320%
Extraordinário ¹	15,206%
Total	34,034%

Notas: (1) Neste custo está incluída a taxa de contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,257% sobre a folha de salário-de-participação. O montante dessa contribuição extraordinária paga pelos assistidos atuais e futuros é de R\$ 9.886.425, sendo R\$ 4.507.490 referente aos atuais assistidos e R\$ 5.378.935 relativos aos futuros assistidos.

Plano de custeio para 2014

O plano de custeio para 2014 será mantido nos mesmos percentuais praticados no exercício de 2013, uma vez que as alíquotas de contribuição da patrocinadora e dos participantes e assistidos produzem um custeio na dimensão do custo total do plano.

Vale ressaltar que, o prazo de financiamento da contribuição extraordinária necessário para integralizar a reserva a amortizar corresponde a uma média de 8,35 anos. Esse prazo é a média do tempo remanescente da elegibilidade à aposentadoria plena de cada participante.

A contribuição total prevista para a patrocinadora será de 21,266% do total dos salários-de-participação, enquanto que para os participantes ativos se estima uma contribuição média de 12,511% e para os participantes assistidos de 0,257%, conforme apresentado na tabela nº 02. Os assistidos com data de início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria, pagam contribuição de 8,28% sobre os benefícios, os demais assistidos pagam 0,28% sobre os benefícios.

TABELA Nº 02 – CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PARA 2014 – PLANO EMBRAPA BÁSICO

Patrocinadora	Participante		Total
	Ativo	Assistido	
21,266%	12,511%	0,257%⁽¹⁾	34,034%

Notas: (1) Contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,257% sobre a folha de salário-de-participação. Além dessa contribuição, os assistidos pagam 8% incidentes sobre os benefícios.

**TABELA Nº 03 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2014 –
CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES
ATIVOS – PLANO EMBRAPA BÁSICO**

% Sobre o Salário de Participação ¹	Sobre o excedente do SP em relação		Contribuição Média
	À metade do Valor de Referência	Ao Valor de Referência	
2,180% a 4,378%	2,906%	15,816%	12,511%

NOTAS: (1) Calculada em função da idade do participante na data da inscrição.
(2) Em % dos salários de participação na data desta avaliação.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2013, um déficit atuarial de R\$ 68.497.671, que representa 2,49% as provisões matemáticas totais. Conforme determinado na Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, modificada pela Resolução CNPC nº 13, de 4 de novembro de 2013, a entidade procederá a elaboração de plano de equacionamento do déficit atuarial nos prazos estabelecidos no inciso II da nova redação dada ao art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

“Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado o plano de equacionamento do déficit, obedecendo aos seguintes prazos contados a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário.

I - até o final do exercício seguinte, se o déficit técnico acumulado for superior a dez por cento das provisões matemáticas.

II - até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou inferior a dez por cento das provisões matemáticas.”

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Quanto à situação atuarial, calculou-se uma provisão matemática total de R\$ 2.752.522.255, composta por R\$ 1.476.524.880 relativos aos benefícios concedidos, de R\$ 1.592.720.156, referente aos benefícios a conceder, e de provisões matemáticas a constituir de R\$ 316.722.781, as quais possuem um efeito redutor no cálculo das provisões matemáticas totais.

Conforme se observa na tabela nº 04, apresentada a seguir, o plano registrou um déficit no exercício de 2013 de R\$ 68.497.671 originado, principalmente, pela rentabilidade real líquida patrimonial de -3,85%.

TABELA Nº 04 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2012	31/12/2013	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano - PCP	2.566.089.723	2.684.024.584	4,60%
Provisões Matemáticas – PM	2.541.437.397	2.752.522.255	8,31%
Superávit Técnico	24.652.326	(68.497.671)	-377,85
Superávit/Déficit Técnico sobre as PM	0,97%	2,49%	-
Superávit/Déficit Técnico sobre o PCP	0,96%	2,55%	-

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2013 foi de 6,82%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2013 foi de 5,56%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,10%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros real anual de 5,25%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial real líquida foi de -3,85% ao ano, concluindo-se, portanto, que a rentabilidade patrimonial nominal em 2013 foi inferior à meta mínima atuarial.

Resultado atuarial de 31/12/2013 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios se encontra em situação de desequilíbrio atuarial moderado, conforme a tabela abaixo, possuindo um déficit atuarial de R\$ 68.497.671, que será equacionado na forma e nos prazos da legislação em vigor, após a elaboração do plano de equacionamento.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros e superávit técnico.

TABELA Nº 05– BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2013

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.684.024.584	Benefícios Futuros	3.238.510.342
Contribuições Futuras	485.988.087	Benefícios Concedidos	1.476.524.880
Contribuição Normal	169.265.306	Benefícios a Conceder	1.761.985.462
Contribuição Extraordinária	302.464.672	Déficit Técnico	(68.497.671)
Jóia	14.258.109		
Total	3.170.012.671	Total	3.170.012.671

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial, como também no exercício anterior, não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 13 de fevereiro de 2014.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANEXO II

PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES

- **PLANO FLEX CERES**

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO
ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

POSIÇÃO EM 31/12/2013

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano de benefícios Embrapa-FlexCeres, patrocinado pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2013.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 09 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 14 de dezembro de 2010, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2012, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, os testes de aderência demonstraram a sua adequabilidade em relação aos eventos biométricos, financeiros e salariais do plano de benefícios, as quais foram mantidas em sua maioria, exceto pela hipóteses do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, que foram alterados de 0,976 para 0,974, para melhor se ajustarem à realidade inflacionária. Os respectivos fatores foram ajustados para uma expectativa de inflação futura de 5,88% a.a.. Além disso, foi alterada a premissa de mortalidade de válidos, substituindo-se a tábua AT-83 male pela tábua AT-2000 male.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em setembro de 2013 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Embrapa-FlexCeres foi implantado a partir de maio de 2007 e possui apenas um grupo de custeio.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2013

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,130%
Patrocinadora	0,565%
Participante	0,565%
Administrativo	0,536%
Patrocinadora	0,268%
Participante	0,268%
Custo Total	1,666%
Patrocinadora	0,833%
Participante	0,833%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Embrapa-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,666% dos salários-de-participação, observando-se uma pequena elevação no custo em relação ao percentual registrado na avaliação de 31/12/2012, que foi de 1,524%.

Plano de custeio para 2014

Na tabela nº 02 está apresentado o plano de custeio para 2014, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2013 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

Está sendo proposta a manutenção do custeio dos benefícios de risco do ano de 2013, de 0,984%, para 2014, apesar do custo apresentado de 1,130%, de forma que sejam utilizados parcialmente os recursos acumulados nos fundos de risco, os quais foram constituídos com a finalidade de financiar os custos sob comento. Dessa forma, o custeio total dos benefícios de risco e administrativo será de 1,520%, enquanto que os custos respectivos são de 1,666%.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2014

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	12,963%
Patrocinadora	6,070%
Participante	6,893%
Benefícios de risco	0,984%
Patrocinadora	0,492%
Participante	0,492%
Custeio administrativo	0,536%
Patrocinadora	0,268%
Participante	0,268%
Custeio Total	14,483%
Patrocinadora	6,830%
Participante	7,653%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,536%.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2014 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Embrapa-FlexCeres eram, em 31/12/2013:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA-FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2012	31/12/2013	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	199.849.510	258.048.551	29,12%
Provisões Matemáticas	199.849.510	258.048.551	29,12%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.795.093	4.315.529	54,40%
<i>Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco</i>	-	-	-
<i>Benefícios Futuros</i>	36.850.268	37.900.550	2,85%
<i>Contribuições Futuras</i>	(36.850.268)	(37.900.550)	2,85%
<i>Saldo de Contas dos Benefícios Programados</i>	197.054.417	253.733.022	28,76%
Equilíbrio Técnico	-	-	-

As provisões matemáticas dos benefícios de risco foram reavaliadas com base nas metas estabelecidas para os benefícios programados em 31/12/2013.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Embrapa-FlexCeres, no exercício de 2013 foi de 2,54%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2013 foi de 5,56%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 11,10%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros real anual de 5,25%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -7,70% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a existência de uma provisão matemática de benefícios a conceder, referente aos benefícios de risco, nula se deve ao reduzido custo dos benefícios do plano, motivada pela adesão de novos participantes com custo previdencial mais baixo e à manutenção do custeio global financiado em parte pelo fundo de risco.

Resultado atuarial de 31/12/2013 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano.

Esse equilíbrio é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 04 – BALANÇO ATUARIAL –31/12/2013

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	258.048.551	Benefícios Futuros	295.949.101
Contribuições Futuras	37.900.550	<i>Benefícios Concedidos</i>	4.315.529
Risco	37.900.550	<i>Benefícios a Conceder</i>	291.633.572
		Programados	253.733.022
		Risco	37.900.550
		Equilíbrio Técnico	-
Total	295.949.101	Total	295.949.101

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2013, o montante de R\$ 32.962.408 em saldos de fundos previdenciais, distribuídos conforme o quadro abaixo:

TABELA Nº 05 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –31/12/2013

<i>Discriminação</i>	2012	2013	<i>Variação</i>
Fundos Previdenciais	28.166.623	32.962.408	17,02%
Fundo Coletivo de Desligamento	1.003.000	1.252.918	24,92%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	4.104.556	4.786.897	16,62%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	23.059.067	26.922.593	16,75%

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se

imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 13 de fevereiro de 2014.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

ANEXO III

Demonstrações contábeis da Embrapa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

ATIVO			PASSIVO		
	EXERCÍCIO/2013 R\$	EXERCÍCIO/2012 R\$		EXERCÍCIO/2013 R\$	EXERCÍCIO/2012 R\$
CIRCULANTE ^{1.1}	360.603.107,21	335.945.695,44	CIRCULANTE ^{1.3}	84.887.050,18	76.049.674,22
DISPONÍVEL ^{1.1(a)}	37.292.352,67	44.668.148,87	DEPÓSITOS ^{1.3(a)}	564.279,79	11.392.345,55
MOEDA NACIONAL	36.354.142,61	44.152.794,46	CONSIGNAÇÕES ^{1.3(a.1)}	486.595,07	391.384,43
Bancos Conta Movimento ^{1.1(a.1)}	48.738,68	50.368,34	Previdência Social ⁽¹⁾	148.629,74	79.591,08
Aplicações Financeiras ^{1.1(a.2)}	11.530.887,06	9.423.482,16	Tributos do Tesouro Nacional, Estaduais e Municipais ⁽²⁾	337.832,59	311.793,35
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento ^{1.1(a.3)}	24.774.516,87	34.678.943,96	Empréstimos e Financiamentos	132,74	0,00
MOEDA ESTRANGEIRA	938.210,06	515.354,41	RECURSOS DA UNIÃO ^{1.3(a.2)}	1.204,47	10.948.982,58
Bancos Conta Movimento ^{1.1(a.4)}	938.210,06	515.354,41	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS ^{1.3(a.3)}	76.480,25	51.978,54
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO ^{1.1(b)}	277.645.226,55	248.130.694,36	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO ^{1.3(b)}	74.670.281,87	63.525.106,35
CRÉDITOS A RECEBER ^{1.1(b.1)}	24.537.945,92	5.850.669,52	OBRIGAÇÕES A PAGAR ^{1.3(b.1)}	74.492.489,12	61.329.639,23
Devedores por Fornecimento - Faturados ⁽¹⁾	3.198.217,99	1.034.132,34	Fornecedores ⁽¹⁾	42.015.164,74	47.486.570,63
Créditos Tributários ⁽²⁾	2.943.236,53	2.101.545,34	Pessoal a Pagar ⁽²⁾	608.201,12	7.386,41
Recursos Especiais a Receber ⁽³⁾	17.161.396,42	2.053.228,50	Encargos Sociais a Recolher ⁽³⁾	31.063.716,65	1.477.673,69
Créditos Diversos a Receber ⁽⁴⁾	1.235.094,98	661.763,34	Provisão para Férias ⁽⁴⁾	0,00	11.391.996,55
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES ^{1.1(b.2)}	3.009.376,34	2.942.899,48	Obrigações Tributárias ⁽⁵⁾	16.194,56	2.938,67
Entidades Devedoras ⁽¹⁾	80.631,10	0,00	Recursos Especiais a Liberar	110.555,01	402.700,04
Desfalques ou Desvios ⁽²⁾	0,00	2.342.383,09	Débitos Diversos a Pagar ⁽⁶⁾	678.657,04	560.373,24
Provisão para Perdas ⁽³⁾	0,00	(2.342.383,09)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO ^{1.3(b.2)}	0,00	1.798.275,12
Responsabilidade por Danos ou Perdas ⁽⁴⁾	630.708,07	644.862,31	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS ^{1.3(b.3)}	163.011,61	390.868,54
Falta ou Irregularidade de Comprovação ⁽⁵⁾	2.298.037,17	2.298.037,17	Adiantamentos de Clientes	163.011,61	390.868,54
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS ^{1.1(b.3)}	250.097.904,29	239.070.213,21	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	7.722,14	6.323,46
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	167.406,75	247.400,16	OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.059,00	0,00
Adiantamentos a Pessoal ⁽¹⁾	30.664.212,85	23.001.753,76	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO ^{1.3(c)}	9.652.488,52	1.132.222,32
Adiantamentos a Unidades e Entidades ⁽²⁾	13.316.449,77	14.820.561,38	Valores Diferidos	9.652.488,52	1.132.222,32
Adiantamentos - Transferências Voluntárias ⁽³⁾	205.949.834,92	201.000.497,91	NÃO CIRCULANTE ^{1.4}	111.861.433,00	60.755.006,64
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO ^{1.1(b.4)}	0,00	266.912,15	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO ^{1.4(a)}	111.861.433,00	60.755.006,64
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO ^{1.1(c)}	39.282.803,75	43.053.283,32	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	111.861.433,00	60.755.006,64
Estoques ^{1.1(c.1)}	39.271.218,65	43.051.833,92	Operações de Crédito - Externas ^{1.4(a.1)}	0,00	60.755.006,64
Títulos e Valores ^{1.1(c.2)}	11.585,10	1.449,40	Provisão para Contingências ^{1.4(a.2)}	111.861.433,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO ^{1.1(d)}	6.382.724,24	93.568,89	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ^{1.5}	926.829.487,37	1.041.314.585,37
Valores Diferidos	6.382.724,24	93.568,89	CAPITAL SOCIAL ^{1.5(a)}	62.000.000,00	62.000.000,00
NÃO CIRCULANTE ^{1.2}	762.974.863,34	842.173.570,79	RESERVAS ^{1.5(b)}	912.329.699,35	979.314.585,37
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ^{1.2(a)}	13.236.008,13	49.200.001,08	RESERVAS DE CAPITAL	912.329.699,35	978.249.701,75
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO ^{1.2(a.1)}	10.898.214,85	47.078.259,33	Reserva de Correção Monetária do Capital ^{1.5(b.1)}	0,00	11.764.824,00
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO ^{1.2(a.2)}	2.337.793,28	2.121.741,75	Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos ^{1.5(b.2)}	0,00	54.184.647,68
Devedores - Entidades e Agentes ⁽¹⁾	274.176,00	0,00	Reserva de Transferência para Aumento de Capital ^{1.5(b.3)}	912.329.699,35	811.658.353,72
Créditos a Receber ⁽²⁾	5.237.718,18	2.993.455,76	Reserva de Correção Mon. Ativo Imobilizado - DL 1598/77 ^{1.5(b.4)}	0,00	100.641.876,35
Direitos Sobre Concessões	26.322,72	26.322,72	RESERVA DE CORREÇÃO MONET. DA DIFER. IPC/BTNF ^{1.5(b.5)}	0,00	1.064.883,62
Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis ⁽³⁾	(3.200.423,62)	(898.036,73)	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ^{1.5(c)}	(47.500.211,98)	0,00
INVESTIMENTOS ^{1.2(b)}	4.891.992,86	4.892.325,33	TOTAL DO ATIVO	1.123.577.970,55	1.178.119.266,23
Participações Societárias - Integralizadas	4.657.582,02	4.657.582,02			
Outros Investimentos	234.410,84	234.743,31			
IMOBILIZADO ^{1.2(c)}	738.115.347,25	783.931.186,63			
IMÓVEIS	651.764.829,43	757.113.504,94			
MÓVEIS	720.784.882,39	605.193.909,74			
DEPRECIACIONES	(634.434.364,57)	(578.376.228,05)			
INTANGÍVEL ^{1.2(d)}	6.731.515,10	4.150.057,75			
Softwares	7.828.843,86	3.792.111,59			
Concessão Direito de Uso de Comun. e Divulgação	395.865,10	357.946,16			
AMORTIZAÇÕES	(1.493.193,86)	0,00			

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Diretor-Presidente
CPF: 277.340.486-68

VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
Diretora
CPF: 705.536.107-91

WALDYR STUMPF JÚNIOR
Diretor
CPF: 133.688.930-68

LADISLAU MARTIN NETO
Diretor
CPF: 015.598.808-56

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora - CRC/DF 007472/O-2
CPF: 399.778.381-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	EXERCÍCIO/2013 R\$	EXERCÍCIO/2012 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços ^{2.1}	35.147.716,09	31.596.667,44
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais ^{2.2}	16.764,56	29.750,42
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções ^{2.3}	2.143.639,26	1.531.025,59
(=) Receita Líquida	32.987.312,27	30.035.891,43
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos ^{2.4}	9.177.760,20	9.721.987,21
(=) Lucro Bruto	23.809.552,07	20.313.904,22
(+) Receitas Operacionais ^{2.5}	2.213.038.650,66	2.013.797.452,40
Repasse Recebido ^{2.5(a)}	2.200.496.651,13	1.997.187.947,91
Outras Receitas Operacionais ^{2.5(b)}	10.309.438,31	11.796.625,82
Convênios ^{2.5(c)}	2.232.561,22	4.812.878,67
(-) Despesas Operacionais ^{2.6}	2.399.103.260,31	2.263.607.054,71
Despesas com Vendas ^{2.6(a)}	44.731,47	116.209,54
Despesas Administrativas ^{2.6(b)}	2.209.832.290,01	2.022.337.576,07
Despesas com Investimentos ^{2.6(c)}	189.226.238,83	236.602.145,47
Despesas com Amortização/Refinanciamento da Dívida ^{2.6(d)}	0,00	4.551.123,63
(=) Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(162.255.057,58)	(229.495.698,09)
Receitas Financeiras ^{2.7}	2.077.779,06	2.818.424,78
(-) Despesas Financeiras ^{2.8}	752.936,39	2.725.277,36
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias) ^{2.9}	39.391.281,43	223.913.772,13
(+) Receitas Não Operacionais ^{2.10}	3.150.935,27	3.508.649,36
(-) Despesas Não Operacionais ^{2.11}	14.944.953,77	7.342.142,32
(=) Resultado do Período de Apuração	(133.332.951,98)	(9.322.271,50)
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados ^{2.12}	97.370.000,00	87.280.000,00
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(230.702.951,98)	(96.602.271,50)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	0,00	0,00
(=) Resultado Líquido do Exercício ^{2.13}	(230.702.951,98)	(96.602.271,50)

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Diretor-Presidente
CPF: 277.340.486-68

VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
Diretora
CPF: 705.536.107-91

WALDYR STUMPF JÚNIOR
Diretor
CPF: 133.688.930-68

LADISLAU MARTIN NETO
Diretor
CPF: 015.598.808-56

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora - CRC/DF 007472/O-2
CPF: 399.778.381-00

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
 C.G.C.00.348.003/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2013

HISTÓRICO	RESERVAS DE CAPITAL					OUTRAS RES. CORREÇÃO MONETÁRIA DA DIF. IPC/BTNF	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL (R\$)
	CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTO	TRANSFERÊNCIA PARA AUMENTO DE CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO				
Saldo Inicial do Exercício de 2012.....	62.000.000,00	11.764.824,00	146.555.310,44	662.228.452,00	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	0,00	984.255.346,41
Transferência p/ Aumento de Capital.....	0,00	0,00	0,00	149.429.901,72	0,00	0,00	0,00	0,00	149.429.901,72
Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores.....	0,00	0,00	4.231.608,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.231.608,74
Prejuízo do Exercício.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(96.602.271,50)	(96.602.271,50)
Compensação do Prejuízo.....	0,00	0,00	(96.602.271,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	96.602.271,50	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO/2012.....	62.000.000,00	11.764.824,00	54.184.647,68	811.658.353,72	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	0,00	1.041.314.585,37
Saldo Inicial do Exercício de 2013.....	62.000.000,00	11.764.824,00	54.184.647,68	811.658.353,72	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	0,00	1.041.314.585,37
Baixa da Reserva de Correção Monetária do Capital.....	0,00	(11.764.824,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(11.764.824,00)
Transferência p/ Aumento de Capital.....	0,00	0,00	0,00	277.189.649,93	0,00	0,00	0,00	0,00	277.189.649,93
Baixa da Res. de Correção Monet. Especial - Decreto-Lei nº 1.598/77.....	0,00	0,00	0,00	0,00	(100.641.876,35)	0,00	0,00	0,00	(100.641.876,35)
Baixa da Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.064.883,62)	0,00	0,00	(1.064.883,62)
Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(47.500.211,98)	0,00	(47.500.211,98)
Prejuízo do Exercício.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(230.702.951,98)	(230.702.951,98)
Compensação do Prejuízo.....	0,00	0,00	(54.184.647,68)	(176.518.304,30)	0,00	0,00	0,00	230.702.951,98	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO/2013.....	62.000.000,00	0,00	0,00	912.329.699,35	0,00	0,00	(47.500.211,98)	0,00	926.829.487,37

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
 Diretor-Presidente
 CPF: 277.340.486-68

VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
 Diretora
 CPF: 705.536.107-91

WALDYR STUMPF JÚNIOR
 Diretor
 CPF: 133.688.930-68

LADISLAU MARTIN NETO
 Diretor
 CPF: 015.598.808-56

JOSÉ JOÃO REIS
 Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
 CPF: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
 Contadora - CRC /DF 007472/O-2
 CPF: 399.778.381-00

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO/2013 R\$	EXERCÍCIO/2012 R\$
RECEBIMENTOS.....	2.518.793.520,92	2.249.856.365,26
Repasses Recebidos.....	2.466.114.139,85	2.198.117.073,13
Aluguéis, Arrendamentos e Taxas de Ocupação.....	1.232.332,90	1.381.787,53
Dividendos.....	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras.....	934.046,87	886.810,92
Clientes.....	31.230.045,19	29.554.067,23
Transferências de Convênios.....	2.223.103,56	4.789.036,87
Outros Recebimentos.....	4.293.746,80	4.640.165,98
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.....	2.638.630,14	3.540.072,41
Ressarcimentos de Pessoal Cedido.....	3.330.891,54	3.839.729,01
Ressarcimentos/Devoluções.....	6.796.584,07	3.107.622,18
PAGAMENTOS.....	(2.313.610.199,05)	(2.086.206.765,82)
Repasses Concedidos.....	(396.386,93)	(4.954.104,99)
Pessoal e Encargos Sociais.....	(1.909.131.937,13)	(1.692.686.824,34)
Juros da Dívida.....	0,00	(1.284.749,93)
Amortização da Dívida.....	0,00	(4.551.123,63)
Fornecedores.....	(404.081.874,99)	(382.729.962,93)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	205.183.321,87	163.649.599,44
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Móveis e Imóveis.....	3.136.244,37	3.455.034,36
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis.....	(215.695.362,44)	(151.279.321,81)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	(212.559.118,07)	(147.824.287,45)
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(7.375.796,20)	15.825.311,99
SALDO INICIAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	44.668.148,87	28.842.836,88
SALDO FINAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	37.292.352,67	44.668.148,87

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Diretor-Presidente
CPF: 277.340.486-68

VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
Diretora
CPF: 705.536.107-91

WALDYR STUMPF JÚNIOR
Diretor
CPF: 133.688.930-68

LADISLAU MARTIN NETO
Diretor
CPF: 015.598.808-56

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora - CRC/DF 007472/O-2
CPF: 399.778.381-00

ANEXO IV
NOTAS EXPLICATIVAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – é uma Empresa Pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

A Empresa foi instituída com fundamento na Lei nº 5.831, de 7 de dezembro 1972, criada em 26 de abril de 1973 e está registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 03.826773.

Atua por intermédio de 42 (quarenta e duas) Unidades de Pesquisa, 5 (cinco) Unidades de Serviços e 16 (dezesesseis) Unidades Administrativas. No exercício de 2013, não foram criadas novas unidades gestoras da Embrapa.

As Unidades de Pesquisa e de Serviços, também chamadas de Descentralizadas, estão distribuídas nas diversas regiões do Brasil e são classificadas em: 1) Unidades de Pesquisa de Produtos; 2) Unidades de Pesquisa de Temas Básicos; 3) Unidades de Pesquisa Ecorregionais; 4) Unidades de Serviços. Apresentamos abaixo as Unidades Descentralizadas que compõem cada uma das classificações:

Unidades de Pesquisa de Produtos		
Unidade Gestora (UG)	Código da UG	Cidade/Estado
1. Embrapa Pesca e Aquicultura (CNPASA)	135.007	Palmas/TO
2. Embrapa Caprinos e Ovinos (CNPC)	135.010	Sobral/CE
3. Embrapa Algodão (CNPA)	135.011	Campina Grande/PB
4. Embrapa Mandioca e Fruticultura (CNPMPF)	135.014	Cruz das Almas/BA
5. Embrapa Gado de Leite (CNPGL)	135.015	Juiz de Fora/MG
6. Embrapa Milho e Sorgo (CNPMS)	135.016	Sete Lagoas/MG
7. Embrapa Gado de Corte (CNPGC)	135.017	Campo Grande/MS
8. Embrapa Florestas (CNPFL)	135.028	Colombo/PR
9. Embrapa Soja (CNPSSO)	135.029	Londrina/PR
10. Embrapa Suínos e Aves (CNPSSA)	135.030	Concórdia/SC
11. Embrapa Trigo (CNPST)	135.032	Passo Fundo/RS
12. Embrapa Uva e Vinho (CNPVV)	135.033	Bento Gonçalves/RS
13. Embrapa Arroz e Feijão (CNPVAF)	135.036	Santo Antônio de Goiás/GO
14. Embrapa Hortaliças (CNPVH)	135.040	Brasília/DF
Unidades de Pesquisa de Temas Básicos		

Unidade Gestora (UG)	Código da UG	Cidade/Estado
1. Embrapa Agroenergia (CNPAE)	135.004	Brasília/DF
2. Embrapa Agroindústria de Alimentos (CTAA)	135.020	Guaratiba/RJ
3. Embrapa Solos (CNPS) (1)	135.021	Rio de Janeiro/RJ
4. Embrapa Agrobiologia (CNPAB)	135.023	Itaguaí/RJ
5. Embrapa Meio Ambiente (CNPMA)	135.025	Jaguariúna/SP
6. Embrapa Instrumentação Agropecuária (CNPDIA)	135.026	São Carlos/SP
7. Embrapa Informática Agropecuária (CNPTIA)	135.027	Campinas/SP
8. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen)	135.038	Brasília/DF
9. Embrapa Agroindústria Tropical (CNPAT)	135.048	Fortaleza/CE
10. Embrapa Monitoramento por Satélite (CNPMS)	135.050	Campinas/SP
11. Embrapa Estudos e Capacitação (CECAT)	135.063	Brasília/DF
Unidades Ecorregionais		
Unidade Gestora (UG)	Código da UG	Cidade/Estado
1. Embrapa Rondônia (CPAF-RO)	135.001	Porto Velho/RO
2. Embrapa Acre (CPAF-AC)	135.002	Rio Branco/AC
3. Embrapa Roraima (CPAF-RR)	135.005	Boa Vista/RR
4. Embrapa Amazônia Oriental (CPATU)	135.006	Belém/PA
5. Embrapa Amapá (CPAF-AP)	135.008	Macapá/AP
6. Embrapa Meio-Norte (CPAMN) (2)	135.009	Teresina/PI
7. Embrapa Semiárido (CPATSA)	135.012	Petrolina/PE
8. Embrapa Tabuleiros Costeiros (CPATC) (3)	135.013	Aracaju/SE
9. Embrapa Pantanal (CPAP)	135.018	Corumbá/MS
10. Embrapa Agropecuária Oeste (CPAO)	135.019	Dourados/MS
11. Embrapa Agrossilvipastoril (CPAMT)	135.022	Sinop/MT
12. Embrapa Pecuária Sudeste (CPPSE)	135.024	São Carlos/SP
13. Embrapa Clima Temperado (CPACT)	135.031	Pelotas/RS
14. Embrapa Pecuária Sul (CPPSUL)	135.035	Bagé/RS
15. Embrapa Cerrados (CPAC)	135.039	Brasília/DF
16. Embrapa Amazônia Ocidental (CPAA)	135.049	Manaus/AM
17. Embrapa Cocais (CPACP)	135.082	São Luís/MA
Unidades de Serviços		
Unidade Gestora (UG)	Código da UG	Cidade/Estado
1. Embrapa Produtos e Mercado (SPM)	135.041	Brasília/DF
2. Embrapa Informação Tecnológica (SCT)	135.081	Brasília/DF
3. Embrapa Quarentena Vegetal (SIQ)	135.084	Brasília/DF
4. Embrapa Gestão Territorial (SGTE)	135.091	Campinas/SP

5. Embrapa Café (SAPC)	135.097	Brasília/DF
------------------------	---------	-------------

(1) Há a Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento de Recife – UEP Recife (UG 135.042) vinculada à Embrapa Solos (UG 135.021).

(2) Há a Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento de Parnaíba – UEP Parnaíba (UG 135.047) vinculada à Embrapa Meio Norte (UG 135.009).

(3) Há a Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento de Rio Largo – UEP Rio Largo (UG 135.076) vinculada à Embrapa Tabuleiros Costeiros (UG 135.013).

As Unidades Administrativas, também chamadas de Centrais, estão localizadas no Edifício Sede da Embrapa, em Brasília/DF. Ao lado da Diretoria Executiva, são órgãos integrantes da administração superior da Empresa, às quais compete planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de pesquisa agropecuária e à formulação de políticas agrícolas. Apresentamos abaixo as Unidades Centrais e a Diretoria Executiva da Embrapa:

Unidades Centrais	Código da UG
1. Secretaria de Negócios	135.033
2. Diretoria Executiva/Transferência de Tecnologia (DE/TT)	135.034
3. Coordenadoria de Orçamento e Finanças – Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil – DAF*	135.037
4. Coordenadoria de Administração Financeira – DAF* (1)	135.046
5. Gabinete da Presidência (GPR)	135.051
6. Assessoria de Auditoria Interna (AUD)	135.052
7. Assessoria Jurídica (AJU)	135.053
8. Secretaria de Comunicação (Secom)	135.054
9. Diretoria Executiva/Pesquisa e Desenvolvimento (DE/P&D)	135.055
10. Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)	135.056
11. Departamento de Tecnologia da Informação (DTI)	135.057
12. Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS)	135.058
13. Diretoria de Administração e Finanças (DE/AF)	135.059
14. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD)	135.060
15. Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	135.061
16. Departamento de Administração do Parque Estação Biológica (DAP)	135.075
17. Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT)	135.083
18. Secretaria de Relações Internacionais (SRI)	135.085
19. Coordenadoria de Convênios e Empréstimos – DAF*	135.086
20. Assessoria Parlamentar (ASP)	135.089
21. Ouvidoria	135.092

(1) A Coordenadoria de Administração Financeira é responsável pela execução financeira das Unidades Centrais e da Embrapa Estudos e Capacitação (CECAT).

* DAF – Departamento de Administração Financeira

Para produzir, comercializar e distribuir sementes e mudas básicas, conta com 16 (dezesseis) Escritórios distribuídos em todas as Regiões do Brasil, os quais são coordenados pela Embrapa Produtos e Mercado. Apresentamos abaixo os Escritórios:

Unidade Gestora (UG)	Código da UG
1. Escritório de Capão do Leão (RS)	135.064
2. Escritório de Passo Fundo (RS)	135.065
3. Escritório de Canoinhas (SC)	135.066
4. Escritório de Ponta Grossa (PR)	135.067
5. Escritório de Londrina (PR)	135.068
6. Escritório de Campinas (SP)	135.069
7. Escritório de Dourados (MS)	135.070
8. Escritório de Goiânia (GO)	135.071
9. Escritório de Brasília (DF)	135.072
10. Escritório de Sete Lagoas (MG)	135.073
11. Escritório de Rondonópolis (MT)	135.074
12. Escritório de Petrolina (PE)	135.077
13. Escritório de Imperatriz (MA)	135.078
14. Escritório de Campina Grande (PB)	135.087
15. Escritório da Amazônia (AM)	135.093
16. Escritório do Triângulo Mineiro (MG)	135.096

Na área da Cooperação Internacional, a Embrapa mantém 112 Acordos de cooperação técnica/Memorandos de Entendimento com 52 países e 117 instituições estrangeiras, principalmente de pesquisa agrícola, envolvendo a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia.

Para fortalecer a cooperação científica, a Embrapa estabeleceu o programa Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior (Labex), por meio de parcerias com instituições internacionais de pesquisa com reconhecida competência científica, com o objetivo de desenvolver pesquisas em tecnologias de ponta. O primeiro Labex foi estabelecido nos Estados Unidos da América, em 1998, junto ao *Agricultural Research Service (ARS/USDA)*. Em 2001, a Embrapa decidiu criar o Labex Europa, junto à *Agropolis International*, com sede em Montpellier, na França. Outras posições foram abertas na Holanda, em parceria com a Universidade de Wageningen; no Reino Unido, em colaboração com o *Rothamsted Institute* e com o *Institute of Food Research (IFR)*; e recentemente na Alemanha, em parceria com o *Jülich Institute*.

A primeira iniciativa na Ásia teve início em 2009, na Coreia do Sul, em parceria com o *Rural Development Administration*. No primeiro semestre de 2011, foi estabelecido o Labex China, com atuação junto à *Chinese Agricultural Academy of Science*, em Pequim. O acordo para o estabelecimento do Labex Japão foi assinado em 2012 com o *Japan International Research Center for Agriculture (JIRCAS)*. Com essas iniciativas, tem sido permitido o acesso de pesquisadores da

Embrapa e desses outros países às mais altas tecnologias em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática, agricultura de precisão etc.

Na esfera de transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, destaca-se a abertura de projetos de transferência de tecnologia da Embrapa no Continente Africano (em Gana, Moçambique e Mali) e nas Américas (no Panamá), o que tem permitido uma maior disseminação das tecnologias e inovações da agricultura tropical desenvolvidas pela Embrapa, além de um melhor atendimento às solicitações e demandas dos países desses continentes por colaboração da Embrapa com vistas a seu desenvolvimento agrícola.

A missão da Embrapa é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira, e também dar apoio técnico e administrativo a órgãos e entidades do Poder Executivo, com atribuição de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/1992, a Contabilidade da Embrapa foi incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de forma total, sendo os Balanços de suas Unidades Gestoras consolidados no Órgão 22202 – Gestão 13203 – Embrapa. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Embrapa trabalhou na limitação da data de encerramento do exercício social de 2013, em 16 de janeiro de 2014, definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em seu cronograma de encerramento.

01 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da Empresa, representando, portanto, uma posição estática. De acordo com o artigo 178 da Lei nº 6.404/76, “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Para o Ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

1.1) ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulantes.

a) DISPONÍVEL

Registra os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da unidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Merecem destaque as seguintes contas:

a.1) Banco Conta Movimento (Moeda Nacional): Os registros referem-se basicamente, a depósitos em garantia, em conta bancária da Caixa Econômica Federal, vinculada a uma obrigação prevista no instrumento convocatório de uma licitação, concorrência ou contrato, cujo titular é a vencedora da licitação. Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram de R\$ 48.738,68 e R\$ 50.368,34, respectivamente.

a.2) Aplicações Financeiras: Estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações reconhecidas, em base “pró rata temporis”, em linha com os valores de realização, proporcionalmente, até a data das demonstrações financeiras. Apresentamos abaixo as unidades gestoras que apresentaram saldo na conta e os seus respectivos valores, no mês de dezembro de 2013 e 2012:

Unidade Gestora	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- 135009 – CPAMN.....	-	450.449,03
- 135012 – CPATSA.....	1.330.817,58	1.456.488,23
- 135013 – CPATC.....	12.430,90	26.350,07
- 135024 – CPPSE.....	3.111.459,26	2.338.815,29
- 135037 – Setorial Financeira.....	2.220.994,77	-
- 135041 – SPM (Sede).....	4.855.184,55	5.151.379,54
Total de Aplicações Financeiras.....	11.530.887,06	9.423.482,16

a.3) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: Registra o valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas com vinculação de pagamento. No mês de dezembro de 2013, apresentou o saldo de R\$ 24.774.516,87, e no mesmo período de 2012, R\$ 34.678.943,96. Para fins de elaboração do Balanço Patrimonial, a mencionada conta passou a ser considerada como Disponível.

No encerramento do exercício, o saldo existente na conta refere-se, basicamente, a liberações relacionadas a descentralizações de outros Órgãos Federais, saldo de recursos do Agrofuturo e arrecadação para pagamento dos restos a pagar não processados e processados.

No dia 31 de dezembro de cada ano, as Unidades Descentralizadas devolvem à Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037) o saldo referente às despesas do orçamento da Embrapa, empenhadas e não pagas no exercício na Fonte 0-100, permanecendo nas Unidades os recursos de descentralização de créditos externos referentes às despesas empenhadas que são inscritas em Restos a Pagar.

a.4) Banco Conta Movimento (Moeda Estrangeira): Refere-se à conta de Miami. Nela tem sido registrada, sobretudo, a variação cambial positiva ou negativa incidente sobre os valores financeiros em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, apresentou um saldo de R\$ 938.210,06 e R\$ 515.354,41, respectivamente.

b) CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

São apresentados pelo valor de realização, merecendo destaque:

b.1) Créditos a Receber: Registra valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, alienações e demais créditos oriundos de outras transações.

1) Devedores por Fornecimento – Faturados: Registra as faturas/duplicatas a receber que se originam no curso normal das operações da entidade pela venda a curto prazo de mercadorias ou serviços, representando um direito da Empresa. No mês de dezembro de 2013, a Embrapa apresentou um saldo líquido de R\$ 3.198.217,99 de fornecimentos a receber, e, no mesmo período de 2012, de R\$ 1.034.132,34.

Apresentamos abaixo a composição das contas e os seus respectivos saldos, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Faturas e Duplicatas a Receber – Estoque Próprio.....	3.093.863,68	817.888,02
- Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviços..	86.607,46	205.517,97
- Faturas e Duplic. a Receber – Estoque em Consignação..	17.746,85	10.726,35
- Total de Devedores por Fornecimento – Faturados.....	3.198.217,99	1.034.132,34

2) Créditos Tributários: Registra os valores dos tributos pagos por aquisição de materiais para produção de bens, bem como antecipação de impostos a serem pagos no exercício seguinte. Apresentamos abaixo a composição das contas e os seus respectivos saldos, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- ICMS a Compensar.....	540,00	-
- IRPJ a Recuperar.....	1.005.467,61	1.220.831,91

- IRRF a Compensar.....	186.091,99	180.575,73
- CSL a Compensar.....	113,60	97,55
- CSL a Recuperar.....	10.486,22	20.352,58
- PIS/PASEP a Compensar.....	516.357,15	327.123,51
- COFINS a Compensar.....	1.223.758,49	352.122,56
- ISS a Compensar.....	421,47	441,50
Total de Créditos Tributários.....	2.943.236,53	2.101.545,34

Pela relevância dos saldos apresentados, cabem destacar as seguintes contas:

(a) IRPJ a Recuperar: Na conta são registrados os valores apurados nos comprovantes de rendimentos, decorrentes de retenções na fonte superiores ao imposto de renda devido no exercício. São realizados ajustes na conta conforme os saldos dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), bem como transferências de valores da conta de IRRF a Compensar para a conta de IRPJ a Recuperar, consoante comprovantes de retenção relativos a valores pleiteados na Declaração de Informações Fiscais e Tributárias de Pessoa Jurídica – DIPJ. As baixas são realizadas pela utilização de créditos de IRPJ de acordo com as PER/DCOMP, após homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(b) IRRF a Compensar: Os valores registrados na conta referem-se a imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras, mediante extratos da instituição financeira, e também a valores de imposto de renda retidos por pessoas jurídicas para as quais a Embrapa prestou serviços. As baixas ocorrem, sobretudo, em função de transferências de valores da conta de IRRF a Compensar para IRPJ a Recuperar, consoante comprovantes de retenção referentes a valores pleiteados em DIPJ.

(c) PIS/PASEP a Compensar e COFINS a Compensar: Nas contas são registrados os valores a título de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a compensar, respectivamente, referentes a créditos decorrentes de aquisições de materiais e serviços caracterizados como insumos pela legislação tributária (Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003). As baixas são realizadas pela utilização dos créditos apurados.

3) Recursos Especiais a Receber: Referem-se a recursos a receber por transferência, nos quais contêm o saldo a receber de termo de cooperação quando o órgão repassador e recebedor são contemplados no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social. No mês de dezembro, a unidade gestora – UG repassadora registra o valor correspondente à diferença a menor entre o financeiro recebido pela Embrapa (UG beneficiária) e o montante por ela empenhado, inscrito em restos a pagar. Apresentamos abaixo as unidades gestoras que apresentaram saldo na conta e os seus respectivos valores, no mês de dezembro de 2013 e 2012:

Unidade Gestora	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- 135002 – CPAF-AC.....	-	27.556,55

- 135006 – CPATU.....	187.205,00	-
- 135007 – CNPASA.....	79.813,19	18.254,23
- 135009 – CPAMN.....	66.250,00	9.745,45
- 135011 – CNPA.....	3.054,70	-
- 135012 – CPATSA.....	200.000,00	-
- 135013 – CPATC.....	49.871,14	-
- 135015 – CNPGL.....	96.354,00	5.573,85
- 135016 – CNPMS.....	16.214,90	103.101,96
- 135019 – CPAO	652.907,74	-
- 135022 – CPAMT.....	782.364,07	-
- 135025 – CMPMA.....	170.136,32	178.036,32
- 135028 – CNPF.....	10.256,80	15.679,32
- 135031 – CPACT.....	219.753,93	-
- 135033 – CNPUV.....	92.198,49	-
- 135035 – CPPSUL.....	97.334,02	-
- 135037 – Setorial Financeira.....	6.745.758,75	998.896,72
- 135038 – CENARGEN.....	25.000,00	218,51
- 135039 – CPAC.....	1.451.078,45	116.690,13
- 135040 – CNPH.....	10.000,00	-
- 135046 – DAF-CAF.....	5.823.945,93	-
- 135081 – SCT.....	-	1.473,62
- 135091 – Gestão Territorial.....	9.217,86	205.320,71
- 135097 – Café.....	372.681,13	372.681,13
Total de Recursos a Receber por Transferência.....	17.161.396,42	2.053.228,50

4) Créditos Diversos a Receber: Neste subgrupo estão registrados os valores relativos a créditos da entidade oriundos de cessão de pessoal, folha de pagamento, alienação, pagamento de despesas de terceiros, infrações legais/contratuais, juros, créditos em liquidação e outros. Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram de R\$ 1.235.094,98 e R\$ 661.763,34, respectivamente, os quais apresentaram a seguinte composição:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Créditos a Receber por Cessão de Pessoal.....	490.804,93	46.475,77
- Créditos a Receber – Folha de Pagamento.....	62.912,85	4.977,75

- Créditos por Alienação.....	269.580,00	127.041,66
- Créditos para Pagamento de Despesas de Terceiros.....	49.131,32	50.520,00
- Créditos por Acerto Financeiro com Servidores.....	3.258,99	-
- Créditos por Infrações Legais/Contratuais.....	99.196,49	-
- Juros a Receber	64,28	-
- Créditos em Liquidação.....	260.146,12	432.748,16
Total de Créditos Diversos a Receber.....	1.235.094,98	661.763,34

Com relação ao exercício de 2012, cabe destacar o saldo de R\$ 432.748,16 existente na conta de Créditos em Liquidação, o qual correspondeu a aproximadamente 65% do montante registrado na conta de Créditos Diversos a Receber, em 31 de dezembro de 2012. Deste valor, merecem destaque os seguintes registros, os quais totalizam o montante de R\$ 367.364,76:

Créditos em Liquidação (Dezembro de 2012)

- 135024 – Embrapa Pecuária Sudeste.....	R\$	127.392,71
Venda de leite <i>in natura</i> , produzido na unidade.		
- 135087 – SPM – Escritório de Campina Grande.....	R\$	239.972,05
Convênio celebrado entre a Embrapa/SPM – Escritório de Campina Grande e a Petróleo Brasileiro - Petrobrás Biocombustível.		
Créditos em Liquidação.....	R\$	367.364,76

Quanto ao exercício de 2013, cabem destacar os saldos apresentados nas contas de Créditos a Receber por Cessão de Pessoal, Créditos por Alienação e Créditos em Liquidação, cujos registros mais relevantes ocorridos nas mencionadas contas foram os seguintes:

(a) Créditos a Receber por Cessão de Pessoal: Referem-se a créditos que a Embrapa tem a receber de órgãos cessionários de Estados ou Municípios, oriundos de cessão de pessoal. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta foi de R\$ 490.804,93, cujo detalhamento está apresentado abaixo:

Devedor	Dezembro de 2013 (R\$)
- Governo do Estado do Amapá.....	103.699,47
- Governo do Distrito Federal.....	54.059,72
- Governo do Estado do Pará.....	15.503,47
- Município de Barcarena.....	14.833,78
- Governo do Estado do Piauí.....	77.652,84
- Governo do Estado da Paraíba.....	39.426,89

- Governo do Estado de Roraima.....	185.628,76
Total de Créditos a Receber por Cessão de Pessoal.....	490.804,93

(b) Créditos por Alienação: Registra os valores dos créditos que a Embrapa tem a receber decorrentes da alienação de bens. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 269.580,00. Deste montante, o valor de R\$ 253.480,00 refere-se a leilão realizado na Embrapa Cerrados e R\$ 16.100,00 refere-se a vendas de equinos realizadas pela Embrapa Pantanal.

(c) Créditos em Liquidação: Do saldo de R\$ 260.146,12 apresentado na conta em 31 de dezembro de 2013, cabe destacar os registros realizados pelas seguintes unidades da Embrapa, com os respectivos valores, os quais totalizaram R\$ 238.951,82 (o equivalente a 92% do saldo da conta):

Créditos em Liquidação (Dezembro de 2013)

- 135024 – Embrapa Pecuária Sudeste.....	R\$	135.375,58
Venda de leite <i>in natura</i> , produzido na unidade.		
- 135016 – Embrapa Milho e Sorgo	R\$	55.176,24
Apropriações de indenização, conforme Ofício 084/2012 – Chefia Geral da unidade – Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.		
- 135071 – SPM (Escritório de Goiânia).....	R\$	48.400,00
Apropriação de renegociação (20 parcelas de R\$ 4.400,00, sendo 12 delas a curto prazo e as restantes a longo prazo). Uma das parcelas foi recebida em dezembro de 2013.		
Créditos em Liquidação.....	R\$	238.951,82

b.2) Devedores - Entidades e Agentes: Registra os valores realizáveis em até 12 meses, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, agrupados em entidades devedoras e diversos responsáveis.

1) Entidades Devedoras: O saldo de R\$ 80.631,10 existente na conta em 31 de dezembro de 2013 refere-se a acordo de pagamento de débito da Prefeitura Municipal de Tracuateua, realizado com a Embrapa Amazônia Oriental (CPATU), em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 6.231,27, acrescidas de correção a partir da 2ª parcela, das quais 16 (dezesesseis) são a curto prazo. Os valores têm sido recebidos pela Embrapa mensalmente, a partir de outubro de 2013. Já foi recebido o valor de R\$ 19.069,06 no exercício de 2013. As outras 44 parcelas estão registradas na conta de Devedores – Entidades e Agentes (Ativo Realizável a Longo Prazo). No mesmo período do exercício de 2012, a conta não apresentou saldo. **Vide Nota 1.2 – Item a.2 (1)** (p. 16).

2) Desfalques ou Desvios: Registra os desfalques e desvios de bens e valores da União ou de entidades públicas, apuradas em processos por ações administrativas ou julgamento judicial.

Seguem informações acerca dos registros contábeis: (i) Em dezembro de 2000, foi inscrito o ex-empregado Edilberto Gonçalves Pael como devedor por desfalque devidamente apurado, conforme expediente Memo AJU 1580/2000, no valor de R\$ 2.345.140,41; (ii) em outubro de 2001, foi realizada a baixa parcial no valor de R\$ 2.757,32, referente a direitos trabalhistas retidos na

rescisão de contrato de trabalho do devedor, permanecendo um saldo de R\$ 2.342.383,09, o qual encontrava-se registrado em 31 de dezembro de 2012; (iii) em 1º/4/2013, o valor foi transferido para a conta de Duplicatas e Títulos em Contencioso (Realizável a Longo Prazo), em atendimento à orientação da Assessoria de Auditoria Interna, consignada no Relatório de Auditoria nº 01/2013 (Auditoria de Balanço). Portanto, em 31 de dezembro de 2013, a conta não apresentou saldo. **Vide Nota 1.2 – Item a.2 (2)** (p. 16-17).

3) Provisão para Perdas: Em 31 de dezembro de 2012, apresentou saldo de R\$ 2.342.383,09, referente ao débito de Edilberto Gonçalves Pael, ex-empregado da Embrapa. Em 1º de abril de 2013, foi realizada a transferência para a conta de Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo, em razão da transferência do registro original da conta de Desfalques ou Desvios (Curto Prazo) para Duplicatas e Títulos em Contencioso (Longo Prazo). Portanto, em 31 de dezembro de 2013, a conta não apresentou saldo. **Vide Nota 1.2 – Item a.2 (3)** (p. 18).

4) Responsabilidade por Danos ou Perdas: Em 31 de dezembro de 2012, havia registrado na conta o valor de R\$ 644.862,31. No mesmo período do exercício de 2013, o saldo da conta foi de R\$ 630.708,07, o qual se refere a créditos que a Embrapa tem a receber de empregado que não concluiu o curso de doutorado realizado nos Estados Unidos no período de 25/09/1996 a 23/10/2000. Tem sido descontado do empregado, mensalmente, o valor de R\$ 1.179,52.

5) Falta ou Irregularidade de Comprovação: Registra os valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive a apresentação fora do prazo legal, com imputação de responsabilidade. O saldo existente na conta refere-se, basicamente, a inscrições de agentes responsáveis como devedores por prestação de contas com documentação inconsistente ou por não reparação dos prejuízos causados ao erário, ocasiões em que foram instauradas Tomadas de Contas Especiais. Os processos encontram-se em trâmite no Tribunal de Contas da União – TCU. Apresentamos abaixo informações acerca dos registros contábeis efetuados na conta, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Agente Responsável	Dezembro de 2013 e de 2012 (R\$)
- José de Oliveira Filho	164.078,83
- Ana Maria Matias de Paula Lima	511.291,75
- Ana Maria Matias de Paula Lima	755.189,26
- Eduardo Alberto Vilela Morales	245,70
- Jairo Silva	759.041,24
- Cláudio de Moraes Machado.....	60.702,74
- Luiz Carlos Cabral Júnior.....	47.487,65
Total de Falta ou Irregularidade de Comprovação.....	2.298.037,17

b.3) Adiantamentos Concedidos: Registra a entrega de numerário a terceiros, mas sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços pré-determinados. Neste subgrupo de contas merecem destaque:

1) Adiantamentos a Pessoal: Referem-se a adiantamentos de 1/3 de férias e 13º salário. Apresentamos abaixo os saldos das contas que compõem o subgrupo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- 13º Salário – Adiantamento.....	49.160,56	57.050,04
- 1/3 de Férias - Adiantamento.....	30.615.052,29	22.944.703,72
Total de Adiantamentos a Pessoal	30.664.212,85	23.001.753,76

Os registros de ajuste de adiantamento de 13º salário e de férias são realizados com base nos relatórios emitidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP. A variação negativa existente na conta de 1/3 de Férias – Adiantamento ocorreu, sobretudo, em razão da impossibilidade de realização de registros de ajuste relativos ao mês de dezembro de 2012, os quais totalizaram o montante de R\$ 10.544.135,13, pela intempestividade no envio dos documentos para a área contábil pelo DGP. Tais registros foram efetuados em janeiro de 2013, enquanto aqueles referentes ao mês de dezembro de 2013, os quais perfizeram o montante de R\$ 12.099.021,29, foram realizados dentro do mês.

2) Adiantamentos a Unidades e Entidades: Referem-se a adiantamentos de recursos financeiros a unidades e entidades. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 13.316.449,77, e no mesmo período de 2012 foi de R\$ 14.820.561,38. Apresentamos abaixo as unidades e entidades que possuem saldo na conta:

Unidades/Entidades	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- LABEX CORÉIA.....	1.141.660,52	967.607,69
- LABEX AMÉRICAS.....	790.545,02	933.803,85
- LABEX FRANÇA.....	507.442,15	5.033.126,71
- Agricultural Research Service – ARS/LABEX USA.....	7.966.297,12	5.223.220,19
- Consultoria Estrangeira CIAT/Agrofuturo.....	2.910.504,96	2.662.802,94
Total de Adiantamentos a Unidades e Entidades.....	13.316.449,77	14.820.561,38

3) Adiantamentos/Transferências Voluntárias: Referem-se a adiantamentos de recursos financeiros formalizados por transferências voluntárias geradas a partir da integração do Portal/Siconv com o Siafi. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 205.949.834,92, e no mesmo período de 2012 foi de R\$ 201.000.497,91.

A variação positiva ocorrida no saldo da conta na posição de 31 de dezembro de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 decorreu dos seguintes fatos: a) aprovação de rendimento de aplicação financeira dos convênios; b) registro de liberação de recursos; c) registro de novos convênios.

b.4) Depósitos Realizáveis a Curto Prazo: Referem-se a depósitos judiciais para garantia da execução e a depósitos recursais. Em 31 de dezembro de 2013, o subgrupo não apresentou saldo, enquanto no mesmo período de 2012 foi de R\$ 266.912,15, sendo R\$ 169.747,50 na conta de Depósitos Judiciais e R\$ 97.164,65 na conta de Depósitos para Recursos.

Os valores registrados no exercício de 2012 foram reclassificados para as respectivas contas do Ativo Realizável a Longo Prazo no 4º trimestre de 2013 e, no mês de dezembro, foram baixados, pois foram considerados os valores constantes do Relatório de Detalhe de Recursos/Cautelares, extraído pela Assessoria Jurídica da Embrapa, para fins de registro na conta de Depósitos para Recursos (Ativo Realizável a Longo Prazo). **Vide Nota 1.2 – Item a.1** (p. 16).

c) BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Registra os valores dos estoques, títulos e valores e materiais em trânsito. Merecem destaque:

c.1) Estoques: Os estoques de materiais de consumo estão demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição (artigo 295 – RIR/99), enquanto os estoques de animais nascidos nas Unidades Operacionais encontram-se avaliados em conformidade com a Instrução de Serviço DRM (atual DPS) 010/92, de 07/05/92, publicada no BCA nº 19, de 11/05/92. Estas contas estão escrituradas e inventariadas em nível de Unidades, representadas pelos saldos abaixo:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Estoques para Alienação	5.682.793,75	8.661.675,33
- Estoques de Produtos para Pesquisa	7.929.459,91	7.578.810,32
- Importações em Andamento.....	341.004,33	139.642,98
- Estoques Internos – Almoarifado	25.317.960,66	26.671.705,29
Total de Estoques	39.271.218,65	43.051.833,92

c.2) Títulos e Valores: Os saldos de R\$ 11.585,10 e R\$ 1.449,40 apresentados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 na conta de Vales, Tickets e Bilhetes, respectivamente, referem-se à aquisição de vales transportes. Com relação ao valor de R\$ 11.585,10, foi apropriado pela Embrapa Arroz e Feijão em 09/12/2013, e baixado em 17/1/2014, em função da distribuição dos vales transportes aos empregados.

d) VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O subgrupo refere-se a saldos financeiros não utilizados, apurados no processo de inscrição de recursos diferidos ou recursos a receber/liberar, com base no saldo da conta de Disponibilidade por Fonte de Recursos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo existente na conta foi de R\$ 6.382.724,24, o qual corresponde à parcela de recursos financeiros colocados à disposição das unidades, pela Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037), que não foi utilizada durante o exercício e constituirá antecipação de sub-repasse no exercício seguinte. Os registros são realizados na UG 135037. O saldo apresentado no mesmo período de 2012 foi de R\$ 93.568,89. Os registros são realizados automaticamente pelo Sistema, na UG 135037. **Vide Nota 1.3 – Item c.2** (p. 26).

1.2) ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante é composto pelo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

a) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Representa todos os créditos e direitos a receber após o exercício seguinte. Merecem destaque:

a.1) Depósitos Realizáveis a Longo Prazo: Deste subgrupo de contas merece destaque a conta Depósitos para Recursos, que registra os depósitos efetuados por determinação judicial para recursos junto à Justiça, que tenham recuperação após o término do exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo existente na mencionada conta foi de R\$ 46.957.231,67. Deste valor, ressalta-se o montante de R\$ 40.363.034,47, referente a depósito para recurso contra o INSS em virtude de notificação fiscal de débito, processos n.ºs. 2004.34.00.040389-9 (valor de R\$ 32.868.882,78) e 2004.34.00.022765-0 (valor de R\$ 7.494.151,69).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta de Depósitos para Recursos foi de R\$ 10.898.214,85, cujos registros que o compõem correspondem a diversos réus e foram realizados pelo valor original dos depósitos (sem as respectivas atualizações), com base no Relatório de Detalhe de Recursos/Cautelares, extraído pela Assessoria Jurídica da Embrapa. **Vide Nota 1.1 – Item b.4** (p. 15).

a.2) Créditos Realizáveis a Longo Prazo: Registra os créditos da União em relação a seus devedores e os demais direitos a receber com prazo de realização superior à data do balanço do exercício seguinte. Neste subgrupo de contas, merecem destaque:

1) Devedores – Entidades e Agentes: O saldo de R\$ 274.176,00 existente na conta refere-se a acordo de pagamento de débito da Prefeitura Municipal de Tracuateua, realizado com a Embrapa Amazônia Oriental (CPATU), em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 6.231,27, acrescidas de correção a partir da 2ª parcela, das quais 44 (quarenta e quatro) são a longo prazo. Os valores têm sido recebidos pela Embrapa mensalmente, a partir de outubro de 2013. No mesmo período do exercício de 2012, a conta não apresentou saldo. **Vide Nota 1.1 – Item b.2 (1)** (p. 12).

2) Créditos a Receber: São registrados os valores dos créditos a receber por fornecimento de bens, serviços, alienações e outros realizáveis após o término do exercício seguinte. Merecem destaque os saldos de R\$ 5.202.518,18 e R\$ 2.993.455,76, apresentados na conta de Duplicatas e Títulos em Contencioso em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, relativos a créditos da Embrapa sobre terceiros que estão em litígio judicial. Portanto, a Embrapa figura como autora dos processos judiciais.

Em 1º de abril de 2013, houve a transferência do valor de R\$ 2.342.383,09, registrado na conta de Desfalques ou Desvios (Curto Prazo) e referente ao débito do ex-empregado Edilberto Gonçalves Pael por desfalque devidamente apurado, para a conta de Duplicatas e Títulos em Contencioso (Longo Prazo), em atendimento à orientação da Assessoria de Auditoria Interna, consignada no Relatório de Auditoria nº 01/2013 (Auditoria de Balanço). **Vide Nota 1.1 – Item b.2 (2)** (p. 12).

Seguem informações prestadas pela Assessoria Jurídica da Embrapa acerca do processo, referente ao Sr. Edilberto Gonçalves Pael: (a) Em 21/10/2010, houve prolação da sentença mediante condenação do ex-empregado pela prática dos atos de improbidade administrativa, sendo-lhes aplicadas as seguintes sanções: (i) perdimento de todos os bens ilicitamente acrescidos ao patrimônio do ex-empregado; (ii) suspensão dos direitos políticos por oito anos; (iii) impedimento, por dez anos, de contratação com qualquer órgão ou entidade pública da União, Estados e Municípios, sendo-lhes vedados incentivos fiscais ou creditícios, inclusive na condição de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário; (iv) multa civil correspondente ao dobro do valor subtraído dos cofres públicos; (v) indisponibilidade da meação (50% da propriedade e nua-propriedade dos bens imóveis referentes às matrículas identificadas às fls. 1522/1523 e 1526); (b) Em 5/11/2010, foi protocolizado recurso de apelação do condenado, o qual foi recebido pelo juízo de primeiro grau, em 27/1/2011, seguindo as contrarrazões da Embrapa, as quais foram entregues em 04/2/2011, e as do Ministério Público em 3/3/2011, sendo finalizada a tramitação na primeira instância com a remessa do processo ao Tribunal Regional Federal da Terceira Região para processar e julgar o recurso interposto pelo réu. No órgão do segundo grau, o recurso de apelação tramita conforme processo nº 0003531-83.2001.4.03.6000, sendo distribuído ao Relator Desembargador Federal, sob tramitação sigilosa; (c) Em 12/3/2013, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região não conheceu do recurso de apelação interposto pelo réu Edilberto Gonçalves Pael. Não houve interposição de recurso dessa decisão; (d) Em 19/6/2013, os autos retornaram para a Vara de origem, em Campo Grande/MS.

Além do Edilberto Gonçalves Pael, cabem destacar os seguintes devedores cadastrados na conta em 31 de dezembro de 2013, cujos valores dos débitos são superiores a R\$ 50.000,00: (i) Leandro Ângelo Comarella – ME (CNPGC) – Valor do débito: R\$ 99.893,62; (ii) Cooperativa Nacional Agro Industrial e Construtora São Carlos (CPPSE) – Valores dos débitos: R\$ 138.100,29 e R\$ 72.554,37, respectivamente; (iii) Palmoriente S/A (CPAA) – Valor do débito: R\$ 230.500,00; (iv) Sementes Conselvan Ltda. (SPM – Escritório de Londrina) – Valor do débito: R\$ 354.097,65; (v) Agrícolas Ponta Pora Ltda. e Cooperativa Agropecuária e Industrial (SPM – Escritório de Dourados) – Valores dos débitos: R\$ 129.058,86 e R\$ 168.202,55, respectivamente; (vi) Graúna Agro Ltda., Guidone Romeu Dallastra, Semear Sementes Água Boa Ltda. e Carla Beatriz Piovezan Turchetto (SPM – Escritório de Rondonópolis) – Valores dos débitos: R\$ 166.746,31, R\$ 200.125,38, R\$ 101.786,66 e R\$ 101.588,67, respectivamente; (vii) Mário Seiji Oguido (SPM – Escritório de Imperatriz) – Valor do débito: R\$ 78.993,18.

3) Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis: Está constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização do direito creditório, consideradas altas em grau de certeza, consoante o disposto nos artigos 340 e 341 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 e artigo 24 da Instrução Normativa da SRFB nº 93/97. Em 31 de dezembro de 2013, o valor constituído foi de R\$ 3.200.423,62, enquanto no mesmo período de 2012 foi de R\$ 898.036,73 (o equivalente a 30% do saldo da conta de Duplicatas e Títulos em Contencioso).

A variação significativa ocorrida na conta decorre do fato de que, em 1º de abril de 2013, houve a transferência do valor de R\$ 2.342.383,09 da conta de Provisão para Perdas (Curto Prazo) para a conta de Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis (Longo Prazo), em razão da transferência do registro original da conta de Desfalques ou Desvios para Duplicatas e Títulos em Contencioso. **Vide Nota 1.1 – Item b.2 (3)** (p. 13).

b) INVESTIMENTOS

Os investimentos da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias a consecução do seu objeto social. Esses investimentos foram avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente. Por se tratar de investimentos sem influência significativa, por não atenderem aos dispositivos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6.404/76, a empresa ficou desobrigada da avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Segue abaixo a composição dos investimentos:

Participação Acionária da Embrapa no Capital Social de Empresas Associadas							
EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO	AÇÕES COM DIREITO A VOTO			AÇÕES S/ DIREITO A VOTO			TOTAL DA PARTIC. ACIONÁRIA CONTÁBIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (R\$)
	Quantidade	Tipo	Part. %	Quantidade	Tipo	Part%	
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA	631.059	ON	33,32	-	-	-	1.107.201,09
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1.354.917	ON	45,00	-	-	-	1.008.388,70
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	5.554.778	ON	9,27	-	-	-	962.475,19
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	150.661	ON	2,56	-	-	-	277.619,56
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	928.997	ON	49,00	-	-	-	381.392,16
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	10	-	-	-	-	-	98,10
TOTAL.....							3.737.174,80

Fundo

Dezembro de 2013 e de 2012

- Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	916.403,59
- Companhia Riograndense de Telecomunicação	4.003,63
Total de Participações em Fundos	920.407,22

Outros Investimentos	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Títulos e Valores	234.410,84	234.743,31
- Total dos Investimentos	4.891.992,86	4.892.325,33

c) IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/95, menos depreciação acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear.

Dezembro de 2013			
Custo dos Bens..... R\$	1.372.549.711,82		
(-) Depreciação Acumulada..... R\$	634.434.364,57	R\$	738.115.347,25

Dezembro de 2012			
Custo dos Bens..... R\$	1.362.307.414,68		
(-) Depreciação e Amortização Acumulada..... R\$	578.376.228,05	R\$	783.931.186,63

Demonstramos abaixo a composição dos saldos dos custos dos bens imóveis e bens móveis, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Edifícios.....	202.018.612,92	154.969.242,03
- Glebas e Fazendas.....	6.056.234,47	5.996.224,74
- Terrenos.....	78.708.604,50	78.708.604,50
- Salas e Escritórios.....	370.172,20	-
- Casas e Apartamentos.....	1.572.092,98	1.572.092,98
- Armazéns e Silos.....	308.451,20	308.451,20
- Imóveis de Uso Especial.....	13.023.722,30	13.023.722,30
- Estudos e Projetos.....	2.358.725,14	3.032.521,99
- Correção Monetária Especial – Lei nº 8.200/91 e Decreto nº 332/91.....	-	158.324.443,83
- Obras em Andamento.....	172.222.581,51	200.132.053,20
- Instalações.....	59.975.674,12	52.424.822,64
- Benfeitorias em Propriedades de Terceiros.....	115.149.958,09	88.621.325,53
Total de Bens Imóveis.....	651.764.829,43	757.113.504,94

O valor de R\$ 13.023.722,30 apropriado na conta de Imóveis de Uso Especial refere-se ao saldo constante do Sistema de Patrimônio da União – SPIUNet, ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União com o objetivo de manter atualizado e operacionalizado o cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, UG ou locatários e arrendatários. Referem-se aos seguintes bens: (i) Edifício Sede da Embrapa Algodão, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 1143, Centenário – Campina Grande/PB, no valor de R\$ 8.778.232,60; (ii) Edifício Palácio do Desenvolvimento – Bloco 32 – Setor Bancário Norte – Brasília/DF, no valor de R\$ 4.245.489,70.

No mês de agosto de 2013, foram realizadas baixas da conta de Correção Monetária Especial – Lei nº 8.200/91 e Decreto nº 332/91, pela integralidade do montante de R\$ 158.324.443,83 registrado na conta, em razão de levantamento realizado pela área de patrimônio da Embrapa, por meio do qual foi constatada a inexistência de bens móveis aos quais correspondiam tais registros.

	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Máquinas, Aparelhos e Equipamentos.....	508.123.068,88	419.180.253,08
- Coleção e Materiais Bibliográficos.....	819.414,51	811.807,91
- Embarcações.....	448.196,32	416.029,93
- Mobiliário em Geral.....	53.011.047,94	44.829.618,58
- Semoventes e Equipamentos de Montaria.....	4.527.919,23	3.938.607,94
- Veículos.....	130.457.108,88	98.290.065,32
- Importações em Andamento.....	11.185.837,73	29.720.049,47
- Aeronaves.....	44.011,25	44.011,25
- Outros Bens Móveis.....	12.168.277,65	7.963.466,26
Total de Bens Móveis.....	720.784.882,39	605.193.909,74

A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

Quanto aos bens imóveis – terra nua (campos experimentais), está sendo realizado trabalho de georreferenciamento para atender legislação própria, mediante contratação de empresa especializada na matéria, com definição de suas reservas legais, áreas de preservação permanente, certificação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e regularização nos cartórios de registro de imóveis competentes, levando-se em consideração os valores referenciados no IPTU, ITR e Tabela do INCRA, que subsidiarão a inclusão desses imóveis no sistema SPIUNet.

d) INTANGÍVEL

Compreende, basicamente, os valores representados por softwares e concessão de direito de uso de comunicação e divulgação. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado foi de R\$ 6.731.515,10. No mesmo período de 2012, foi de R\$ 4.150.057,75.

A variação relevante ocorrida no grupo de Intangível decorreu, basicamente, do aumento de aquisições de softwares que atendem aos requisitos estabelecidos pelo Pronunciamento Contábil 04 – Ativo Intangível, por unidades da Embrapa.

Em 31 de dezembro de 2013, a conta de Softwares apresentou saldo de R\$ 7.828.843,86; no mesmo período de 2012, o saldo apresentado foi de R\$ 3.792.111,59.

Até o exercício de 2012, os valores referentes à amortização dos bens intangíveis foram registrados na conta de Depreciações, uma vez que a parametrização do Sistema Patrimonial ASI, utilizado pela Embrapa, estava equivocada, o que impossibilitou que os registros fossem efetuados automaticamente na conta de Amortizações.

No 4º trimestre do exercício de 2013, houve a reclassificação manual desses valores para a conta de Amortizações, no SIAFI (por meio de NL). O saldo apresentado na conta de Amortizações, em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 1.493.193,86.

Cabe ressaltar que foram abertos chamados junto à Empresa Link Data , contratada pela Embrapa para o fornecimento e manutenção do Sistema Patrimonial ASI, com vistas à alteração na parametrização dos registros de Amortização, de forma que sejam realizados diretamente na conta correta. Assim, evita-se que os registros sejam realizados de forma manual no SIAFI.

1.3) PASSIVO CIRCULANTE

O passivo a curto prazo, com vencimento até o exercício seguinte, está demonstrado no balanço como circulante, cabendo destacar as seguintes obrigações relevantes:

a) DEPÓSITOS

Compreende os débitos exigíveis em até 12 meses, relativos a recebimentos a título de depósitos, consignações em folha, cauções e outros. Neste subgrupo de contas estão registrados os seguintes valores:

a.1) Consignações: Neste subgrupo, cabe destacar o seguinte:

1) Previdência Social: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 148.629,74; no mesmo período de 2012, Foi de R\$ 79.591,08. Os valores registrados na conta referem-se, basicamente, a valores de retenções de 11% (onze por cento) de INSS sobre serviços prestados à Embrapa por terceiros, cujos recolhimentos não ocorreram no próprio mês. Apresentamos abaixo as unidades gestoras que apresentaram saldo na conta e os seus respectivos valores, no mês de dezembro de 2013 e 2012:

Unidade Gestora	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- 135002 – CPAF-AC.....	13.138,46	10.681,40

- 135006 – CPATU.....	24.795,40	-
- 135009 – CPAMN.....	33,00	-
- 135010 – CNPC.....	2.180,85	-
- 135014 – CPMF.....	-	4.063,32
- 135015 – CNPGL.....	9.746,72	19.284,06
- 135020 – CTAA.....	11.256,21	1.850,09
- 135023 – CNPAB.....	7.811,88	-
- 135025 – CMPMA.....	-	60,23
- 135031 – CPACT.....	11.582,26	933,35
- 135033 – CNPUV.....	81,68	6.494,95
- 135036 – CNPAF.....	23.258,28	5.493,76
- 135038 – CENARGEN.....	32.930,09	28.336,82
- 135039 – CPAC.....	10.061,99	-
- 135040 – CNPH.....	1.557,55	-
- 135081 – SCT.....	-	2.393,10
- 135082 – CPACP.....	195,37	-
Total de Previdência Social.....	148.629,74	79.591,08

2) Tributos do Tesouro Nacional, Estaduais e Municipais: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado no grupo foi de R\$ 337.832,59; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 311.793,35. Apresentamos abaixo a composição do saldo do subgrupo em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Imposto de Renda Retido na Fonte.....	939,07	279,76
- Impostos e Contribuições Diversos.....	277.172,05	240.018,23
- ISS.....	59.721,47	71.495,36
Tributos do Tesouro Nacional, Estaduais e Municipais.....	337.832,59	311.793,35

a.2) Recursos da União: Neste subgrupo estão registrados os valores para futuro recolhimento referentes a Recursos Fiscais, Previdenciários, Fiscais Estaduais/Municipais e da GFIP. Apresentamos abaixo a composição do saldo do subgrupo em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
---------------	-------------------------------	-------------------------------

- Recursos Fiscais – DARF a Emitir.....	1.204,47	17.189,50
- Recursos Previdenciários – GPS a Emitir.....	-	10.154,37
- Recursos Fiscais Estadual/Municipal.....	-	3.093,89
- Recursos da GFIP.....	-	10.918.544,82
Total de Recursos da União.....	1.204,47	10.948.982,58

O saldo de R\$ 10.918.544,82 existente na conta de Recursos da GFIP em 31 de dezembro de 2012 refere-se a valores apropriados de FGTS relativos à folha de pagamento do mês de dezembro, cujos recolhimentos ocorreram em janeiro de 2013.

No exercício de 2013, as apropriações passaram a ser realizadas na conta de FGTS, do subgrupo de Obrigações a Pagar. O valor de R\$ 8.903.178,88, apropriado em dezembro de 2013, foi recolhido dentro do mês.

a.3) Depósitos de Diversas Origens: Neste subgrupo são registrados os valores de recursos recebidos a título de diversos depósitos exigíveis a curto prazo, tais como cauções, depósitos retidos sobre fornecedores, de terceiros e retidos de pessoal. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 76.480,25, enquanto no mesmo período de 2012 foi de R\$ 51.978,54.

b) OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Compreende os compromissos assumidos, exigíveis até o término do exercício seguinte, representados por obrigações a pagar, adiantamentos recebidos etc. Merecem destaque os seguintes subgrupos de contas:

b.1) Obrigações a Pagar: Compreende as obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte, representados por fornecedores, pessoal a pagar, encargos sociais a recolher, obrigações tributárias etc., merecendo destaque as seguintes contas:

1) Fornecedores: Este subgrupo abrange Fornecimento de Bens e Serviços e Convênios a Pagar – Portal SICONV. Apresentamos abaixo os saldos existentes em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Fornecimento de Bens e Serviços.....	13.236.207,54	15.697.825,10
- Convênios a Pagar – Portal SICONV.....	28.778.954,20	31.788.745,53
Total de Fornecedores.....	42.015.164,74	47.486.570,63

2) Pessoal a Pagar: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados. Os saldos existentes na conta, em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012, foram de R\$ 608.201,12 e R\$ 7.386,41, respectivamente.

Do saldo de R\$ 608.201,12 existente na conta em 31 de dezembro de 2013, cabe ressaltar os seguintes valores: (i) R\$ 390.223,50 referente à extinção do contrato individual de trabalho em função de falecimento de empregado da Embrapa Meio Norte; (ii) R\$ 180.040,06 relativo a saldo de folha de pagamento não pago no exercício de 2013. O valor foi baixado no exercício de 2014.

3) Encargos Sociais a Recolher: Apresentamos abaixo a composição do subgrupo, com os respectivos saldos apresentados nas contas, em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- INSS.....	31.063.716,65	1.849,60
- Contribuição à Previdência Privada e Assistência Médica.....	-	1.475.824,09
Total de Encargos Sociais a Recolher.....	31.063.716,65	1.477.673,69

O saldo de R\$ 31.063.716,65 existente na conta de INSS em 31 de dezembro de 2013 refere-se, sobretudo, a valores retidos de INSS referentes à folha de pagamento do mês de dezembro, cujos recolhimentos ocorreram em janeiro de 2014.

O valor de R\$ 1.475.824,09 apropriado na conta de Contribuição à Previdência Privada e Assistência Médica em dezembro de 2012 refere-se a encargos sociais a recolher representados pela contribuição patronal à Ceres – Fundação de Seguridade Social, o qual foi recolhido apenas em janeiro de 2013. O valor apropriado em dezembro de 2013 foi recolhido no próprio mês, por isso, a conta não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2013.

4) Provisões: O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 11.391.996,55, referente à Provisão para Férias, a qual registra a estimativa de valor a desembolsar, a título de provisão para férias. No exercício de 2013, optamos por não mais constituir a mencionada provisão, motivo pelo qual o saldo apresentado na conta encontra-se zerado na posição de 31 de dezembro de 2013. **Vide Nota 2.9 – Item c (p. 35).**

5) Recursos Especiais a Liberar: Referem-se a registros realizados na conta de Restos a Pagar não Processados em Liquidação – obrigações decorrentes de execução de despesas inscritas em restos a pagar não processados em liquidação, que corresponde àquelas cuja execução já foi iniciada. Os saldos apresentados na conta em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram de R\$ 110.555,01 e R\$ 402.700,04, respectivamente.

6) Débitos Diversos a Pagar: Registra os valores a serem pagos referentes a outras obrigações, não diretamente relacionadas a fornecedores. Apresentamos abaixo os saldos existentes em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
- Diárias	39.093,97	7.022,58
- Bolsas de Estudos	639.214,80	553.050,66

- Indenizações e Restituições – Exercício.....	348,27	300,00
Total de Débitos Diversos a Pagar	678.657,04	560.373,24

b.2) Operações de Crédito: O saldo de R\$ 1.798.275,12 apresentado na conta em 31 de dezembro de 2012 refere-se à transferência da conta de Operações de Crédito – Externas do longo prazo para o curto prazo, referente ao pagamento da dívida externa BID nº 1595/OC-BR. Em 31 de dezembro de 2013, a conta não apresentou saldo.

Em 1/3/2013, houve o registro referente a ajuste de saldo devedor, do longo para o curto prazo, no valor de R\$ 6.899.131,52, conforme solicitado por e-mail enviado pela STN/GEROR. Em 28/3/2013, ocorreu a transferência do contrato de dívida externa totalmente desembolsado de responsabilidade da Embrapa para a Secretaria do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 8.697.406,64, conforme Decreto nº 5.994/06, Portaria STN nº 354/07 e Ofício nº 158/13 - CODIV/SUDIP/STN/MF-DF. Após o registro, não houve movimentação na conta no transcorrer do exercício de 2013, motivo pelo qual a conta permaneceu sem saldo. **Vide Nota 1.4 – Item a.1** (p. 27).

b.3) Adiantamentos Recebidos: Referem-se a valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de bens ou execução de serviços, de clientes que contrataram tais bens ou serviços. Os saldos apresentados na conta em 31 de dezembro de 2013 e no mesmo período de 2012 foram de R\$ 163.011,61 e R\$ 390.868,54, respectivamente.

c) VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O subgrupo refere-se a saldos financeiros não utilizados, apurados no processo de inscrição de recursos diferidos ou recursos a receber/liberar, com base no saldo da conta de Disponibilidade por Fonte de Recursos. Os registros são realizados automaticamente pelo Sistema. O subgrupo é composto pelas seguintes contas:

c.1) Repasse Recebido Diferido: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo existente na conta foi de R\$ 3.269.764,28, o qual corresponde à parcela de recursos financeiros colocados à disposição da Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037), pelo Órgão Setorial de Programação Financeira (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MAPA), que não foi utilizada durante o exercício e constituirá antecipação de repasse no exercício seguinte. O saldo apresentado no mesmo período de 2012 foi de R\$ 1.038.653,43.

c.2) Sub-Repasse Recebido Diferido: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo existente na conta foi de R\$ 6.382.724,24, o qual corresponde à parcela de recursos financeiros colocados à disposição das unidades, pela Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037), que não foi utilizada durante o exercício e constituirá antecipação de sub-repasse no exercício seguinte. O saldo

apresentado no mesmo período de 2012 foi de R\$ 93.568,89. Os registros foram realizados nas unidades descentralizadas da Embrapa. **Vide Nota 1.1 – Item d** (p. 15-16).

1.4) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Compreende os compromissos exigíveis após o término do exercício seguinte.

a.1) Operações de Crédito – Externas: Estava consignado na conta Operações de Crédito – Externas (em Contrato), por força do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 5.994, de 19/12/2006, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 60.755.006,64, atualizado pela variação cambial, que representa o empréstimo internacional BID nº 1595/OC-BR, cujo contrato foi firmado em 17/7/2006 entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a República Federativa do Brasil, executado pela Embrapa. Os encargos financeiros venceram em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano a uma taxa de juros informada semestralmente pelo BID de acordo com a sua política e acrescida uma comissão de permanência de 0,25% a.a. O Projeto foi encerrado em 31/3/2012.

Em 2013, ocorreram os seguintes registros: (i) em 31/1/2013: registro da variação cambial negativa, com base no saldo devedor extraído do Subsistema Dívida, no valor de R\$ 3.439.418,43; (ii) em 28/2/2013: registro da variação cambial negativa, com base no saldo devedor do Subsistema Dívida, no valor de R\$ 383.528,06; (iii) em 1/3/2013: registro da variação cambial negativa, no valor de R\$ 22.840,66, e ajuste do saldo devedor, do longo para o curto prazo, no valor de R\$ 6.899.131,52, conforme solicitado por e-mail enviado pela STN/GEROR; (iv) em 28/3/2013: transferência do contrato de dívida externa totalmente desembolsado de responsabilidade da Embrapa para a Secretaria do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 50.010.087,97, conforme Decreto nº 5.994/06, Portaria STN nº 354/07 e Ofício nº 158/13 - CODIV/SUDIP/STN/MF-DF. Após os mencionados registros, não houve movimentação na conta no transcorrer do exercício de 2013, motivo pelo qual a conta permaneceu sem saldo. **Vide Nota 1.3 – Item b.2** (p. 26).

a.2) Provisão para Contingências: Em dezembro de 2013, foi registrado na conta de Provisão para Contingências (Passivo Exigível a Longo Prazo), o montante de R\$ 111.861.433,00, o qual é composto por dois valores, conforme Relatório de Mapeamento de Riscos Fiscais encaminhado pela Assessoria Jurídica: (i) R\$ 31.861.433,00 (trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil e quatrocentos e trinta e três reais), referente à posição legal e jurisprudencial envolvendo os temas das principais e maiores demandas judiciais: adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas *in itinere*, encargos da folha de pagamento, CPMF/CEF e salários e encargos sociais decorrentes da reintegração de empregados na Embrapa Amazônia Oriental – CPATU; (ii) R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais) em face da Reclamação Trabalhista (Processo nº 0071200-85.1989.5.08.0008), em curso na 8ª Vara do Trabalho de Belém/Pará, que se encontra em fase de liquidação. Trata-se de ação ajuizada em 1989, em que os reclamantes foram desligados pela Embrapa em 1994 e reintegrados em 2011 por decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, mantida a reintegração pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST. **Vide Nota 2.9 – Item d** (p. 34).

1.5) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

O Capital Subscrito e Integralizado da Embrapa é de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), cujo montante pertence integralmente à União, podendo ser alterado nos termos do artigo 11 do Estatuto da Embrapa, conforme abaixo:

I – Participação de pessoas jurídicas de direito público interno e de entidades da administração pública indireta federal, estadual, distrital ou municipal, reservada à União, em qualquer hipótese, manter a participação mínima de cinquenta e um por cento do capital social, com direito a voto, garantida a manutenção dessa situação em todas as emissões de ações; e

II – Incorporação de lucros, reservas e recursos que a União destinar para esse fim.

b) RESERVAS

b.1) Reserva de Correção Monetária do Capital: Constituída pela Correção Monetária das contas do Permanente e do Patrimônio Líquido. Todavia, a partir de 1996, essa prática foi extinta (Lei nº 9.249 de 1995, artigo 4º, parágrafo único).

b.2) Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos: Constituída pelas subvenções para investimentos e as doações feitas pelo poder público (artigo 443 do RIR-Decreto nº 3.000/99). Consoante a Lei nº 11.638/2007, as doações e subvenções para investimentos devem ser registradas diretamente no resultado.

b.3) Reserva de Transferência para Aumento de Capital: Têm sido registrados, na Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037), os recursos recebidos a título de investimentos que são destinados à expansão das atividades da Empresa. No exercício de 2013, foi apropriado nesta conta o montante de R\$ 218.482.155,32; no mesmo período de 2012, o valor apropriado foi de R\$ 149.429.901,72. Nos exercícios de 2012 e de 2013, os valores registrados na conta não foram atualizados pela taxa Selic, tendo em vista que o assunto ainda não foi regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Na Coordenadoria de Administração Financeira – DAF (UG 135046), os registros da transferência do contrato de dívida externa totalmente desembolsado de responsabilidade da Embrapa para a Secretaria do Tesouro Nacional, nos valores de R\$ 8.697.406,64 (Curto Prazo) e R\$ 50.010.087,97 (Longo Prazo), os quais totalizaram o montante de R\$ 58.707.494,61, ocorreram em contrapartida da conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital. **Vide Notas 1.3 – Item b.2 (p. 26) e 1.4 – Item a.1 (p. 27).**

b.4) Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado – Decreto-Lei nº 1.598/77: Constituída pela correção monetária das demonstrações financeiras do exercício social de 1978 (artigo 55 do Decreto Lei n.º 1.598/77).

b.5) Reserva de Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF: Constituída pelo saldo credor da diferença IPC/BTNF (artigo 3º da Lei nº 8.200/91).

O saldo das contas de Reservas tem como posição, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os seguintes valores:

Contas	Dezembro de 2013 (R\$)	Dezembro de 2012 (R\$)
Reservas de Capital.....	912.329.699,35	978.249.701,75
- Reserva de Correção Monetária do Capital.....	-	11.764.824,00
- Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos.....	-	54.184.647,68
- Reserva de Transferência para Aumento de Capital.....	912.329.699,35	811.658.353,72
- Reserva de Correção Monet. Especial – Decreto-Lei nº 1.598/77..	-	100.641.876,35
Reserva de Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF.....	-	1.064.883,62
Total das Reservas	912.329.699,35	979.314.585,37

As notas correspondentes às movimentações ocorridas nas contas de Reservas de Correção estão contidas no **item 03**.

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os registros realizados na conta de Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores, no exercício de 2013, referem-se, sobretudo, às baixas ocorridas na conta de Correção Monetária Especial (Lei nº 8.200/91 e Decreto nº 332/91), do Ativo Imobilizado (Bens Imóveis), no montante de R\$ 158.324.443,83, bem como às baixas efetuadas nas seguintes contas do Patrimônio Líquido: 1) Reserva de Correção Monetária do Capital, no valor de R\$ 11.764.824,00; 2) Reserva de Correção Monetária Especial Decreto-Lei nº 1.598/77, no valor de R\$ 100.641.876,35; 3) Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF, no valor de R\$ 1.064.883,62.

Os registros de baixa da conta do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 158.324.443,83, foram a débito da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Por sua vez, os registros de baixa das contas do Patrimônio Líquido (Reservas), os quais totalizaram o montante de R\$ 113.471.583,97, foram a crédito da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

02 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela Embrapa, durante o período de janeiro a dezembro de 2013, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.

Está apresentada de acordo com o artigo 187 da Lei nº 6.404/76 e, de forma complementar, em conformidade com a estrutura mínima para a DRE estabelecida pelo Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 26/2009 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As receitas e despesas da Embrapa são incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, de acordo com o Regime de Competência.

2.1) RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS

Neste grupo classificam-se as receitas provenientes da atividade fim da Empresa, incluindo a receita de produção vegetal, animal e derivados, da indústria de extração mineral e de transformação, bem como a receita originada de prestação de serviços científicos, tecnológicos e agropecuários, já deduzidas das baixas de fornecimento a receber. Em 31 de dezembro de 2013, apresentou um saldo de R\$ 35.147.716,09; no mesmo período de 2012, R\$ 31.596.667,44.

2.2) VENDAS CANCELADAS E DESCONTOS INCONDICIONAIS

No exercício de 2013, a Embrapa concedeu descontos a seus clientes no valor de R\$ 16.764,56; no exercício de 2012, o valor dos descontos concedidos foi de R\$ 29.750,42.

2.3) IMPOSTO SOBRE VENDAS E SERVIÇOS E OUTRAS DEDUÇÕES

Neste grupo, dos saldos de R\$ 2.143.639,26 e R\$ 1.531.025,59 apresentados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, cabem destacar os valores de R\$ 1.196.935,84 (56%) e R\$ 982.901,24 (64%), respectivamente, os quais se referem a deduções realizadas sobre a receita bruta auferida com vendas e serviços (ICMS e ISS).

2.4) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nesta conta são registradas as baixas de estoque referentes, basicamente, a vendas de mercadorias. O saldo existente em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 9.177.760,20; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 9.721.987,21.

2.5) RECEITAS OPERACIONAIS

Deste grupo, cabe destacar o seguinte:

a) REPASSE RECEBIDO

Refere-se a recursos recebidos pela Embrapa decorrentes de transferências financeiras correspondentes ao orçamento anual. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo existente foi de R\$ 2.200.496.651,13; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 1.997.187.947,91.

b) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Neste grupo, merecem destaque as seguintes contas:

b.1) Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores: Na conta são registradas as receitas decorrentes de recuperação de despesas efetuadas em exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente, provenientes do recebimento de disponibilidades referentes a devoluções de recursos pagos pela Embrapa. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 2.704.014,68; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 3.582.460,42. A maior parte dos registros efetuados nesta conta refere-se a restituições de valores de pessoal cedido relativos a exercícios anteriores.

b.2) Outras Receitas: Nesta conta são registradas as receitas cujo recolhimento foi realizado com o Código GRU 28886-1 – receitas próprias que não têm natureza de receita específica. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 2.812.770,10; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 2.098.655,25.

b.3) Doação: Cabe ressaltar a conta em que são registradas as doações de bens móveis de uso permanente recebidas pela Embrapa. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 2.189.097,40; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 3.532.598,67.

c) CONVÊNIOS

Neste grupo cabe destacar a conta de Transferências de Convênios (Receita Corrente), cujo montante registrado, em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 2.134.750,22. A mencionada conta registra o valor total das receitas recebidas por meio de transferências de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, para a realização de objetivos de interesse comum das partes, destinados a custear despesas correntes. Em 31 de dezembro de 2012, o valor registrado na conta foi de R\$ 4.651.528,67.

2.6) DESPESAS OPERACIONAIS

a) DESPESAS COM VENDAS

Este grupo apresentou, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, saldos de R\$ 44.731,47 e R\$ 116.209,54, respectivamente, referentes às despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por empresas de intermediação e representação comercial e, sobretudo, à parcela da provisão para devedores duvidosos constituída dentro do exercício cujo reflexo contábil ocorreu apenas como Variação Diminutiva do Exercício.

b) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Representam, basicamente, as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Embrapa, como, por exemplo, as despesas com pessoal, com material de consumo, com serviços de terceiros etc. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado foi de R\$ 2.209.832.290,01; no mesmo período de 2012, R\$ 2.022.337.576,07.

A variação ocorrida no saldo de despesas administrativas na posição de 31 de dezembro de 2013 em relação ao mesmo período do exercício de 2012 decorreu, sobretudo, em razão da variação positiva ocorrida no grupo de vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, na ordem de R\$ 134.664.161,39.

c) DESPESAS COM INVESTIMENTO

Representam as despesas realizadas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis necessários a sua realização, bem como aquelas realizadas para programas especiais de trabalho e aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Em 31 de dezembro de 2013, apresentaram um saldo de R\$ 189.226.238,83; no mesmo período de 2012, R\$ 236.602.145,47.

d) DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

Representam as despesas com o pagamento da dívida externa referente ao principal (amortização) do empréstimo internacional BID nº 1595/OC-BR, cujos vencimentos foram em 15 de junho e 15 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta foi de R\$ 4.551.123,63; no mesmo período de 2013, a conta não apresentou saldo.

2.7) RECEITAS FINANCEIRAS

Neste grupo, cabe destacar o seguinte:

a) REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Representa os rendimentos brutos auferidos sobre as aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 934.046,87; no mesmo período de 2012, foi de 886.810,92.

b) VARIAÇÃO CAMBIAL

Registra a variação cambial positiva incidente sobre valores financeiros em moeda estrangeira (Banco de Miami). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 1.143.732,19; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 1.912.619,24.

2.8) DESPESAS FINANCEIRAS

Neste grupo, cabe destacar o seguinte:

a) JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO

Registra o pagamento dos juros referentes ao empréstimo BID 1595/OC-BR, com vencimento em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo existente na conta foi de R\$ 1.284.067,38; no mesmo período de 2013, a conta não apresentou saldo.

b) VARIAÇÃO CAMBIAL

Registra a variação cambial negativa incidente sobre valores financeiros em moeda estrangeira (Banco de Miami). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 730.044,55; no mesmo período de 2012, foi de R\$ 1.420.686,56.

2.9) RESULTADO DAS RECEITAS (-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Resultado obtido da diferença entre contas representativas das variações aumentativas da situação líquida do patrimônio e aquelas representativas das variações diminutivas. Cabe destacar o seguinte:

a) REGISTRO DE DESPESAS COM DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (IMOBILIZADO)

As taxas de depreciação são aplicadas de acordo com as normas fiscais vigentes e por meio do método linear. No exercício de 2013, foram apropriadas despesas com depreciação e amortização de bens no montante de R\$ 68.820.477,19, o qual está registrado como Variação Diminutiva do Exercício. No exercício de 2012, o valor apropriado foi de R\$ 53.569.752,05.

b) REGISTRO DE DESPESA COM AMORTIZAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS

Até o exercício de 2012, os valores referentes à amortização dos bens intangíveis foram registrados na conta de Depreciações, uma vez que a parametrização do Sistema Patrimonial ASI está equivocada, o que impossibilita que os registros sejam efetuados automaticamente na conta de Amortizações. No 4º trimestre do exercício de 2013, houve a reclassificação manual desses valores para a conta de Amortizações, no SIAFI. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo apresentado na conta de Amortizações foi de R\$ 1.493.193,86, o qual está registrado como Variação Diminutiva do Exercício.

c) APROPRIAÇÕES E BAIXAS DE PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO E FÉRIAS

No exercício de 2012, a Provisão para 13º Salário foi constituída mensalmente, com base em 1/12 (um doze avos) dos vencimentos e obrigações patronais, informações constantes em Relatórios emitidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DGP. Em 30 de junho de 2012, foi baixado o valor integral registrado na conta de provisão para 13º salário, relativo ao primeiro semestre (referente à primeira parcela). Em novembro, ocorreu a baixa do montante constituído no segundo semestre (relativo à segunda parcela).

Com relação à Provisão para Férias, no exercício de 2012, foi constituída com base em 1/36 dos vencimentos (1/3 sobre o valor mensal, o qual corresponde a 1/12), conforme instrução do Manual Siafi 140404 – Transação Atufolha (Atualiza Folha). O valor constituído de Provisão para Férias no exercício de 2012 foi de R\$ 20.545.878,70. Quanto às baixas dos valores constituídos de Provisão para Férias, foram realizadas mensalmente, com base em informações constantes em Relatórios emitidos pelo DGP. O valor baixado a título de Provisão para Férias no mencionado exercício foi de R\$ 21.138.599,69. No exercício de 2013, foi realizada a baixa do valor remanescente de Provisão para Férias.

A partir do exercício de 2013, a opção da Embrapa foi por não mais constituir as Provisões para 13º Salário e para Férias, haja vista que as baixas movimentavam conta da Variação Aumentativa do Exercício, o que ocasionava aumento no resultado líquido do período (contábil), motivo pelo qual tínhamos que excluir o valor correspondente do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), para fins de apuração do resultado fiscal. **Vide Nota 1.3 – Item b.1 (4)** (p. 25).

d) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em dezembro de 2013, foi registrado na conta de Provisão para Contingências (Passivo Exigível a Longo Prazo), o montante de R\$ 111.861.433,00, o qual está registrado como Variação Diminutiva do Exercício. **Vide Nota 1.4 – Item a.2** (p. 27).

O valor será adicionado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), para fins de apuração do resultado fiscal.

2.10) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

Referem-se às receitas decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis. No exercício de 2013, o montante registrado foi de R\$ 3.150.935,27; no exercício de 2012, foi de 3.508.649,36.

2.11) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Referem-se a: a) alienações de bens imóveis ocorridas no exercício de 2013, no valor de R\$ 101.584,24, provocando variações patrimoniais negativas decorrentes da redução do ativo imobilizado; no exercício de 2012, o saldo apresentado foi de R\$ 870.397,27; b) alienações de bens móveis de uso permanente ocorridas no exercício de 2013, decorrentes da execução orçamentária da receita, no valor de R\$ 14.843.369,53; no exercício de 2012, o saldo apresentado foi de R\$ 6.471.745,05.

2.12) CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA OU PREVIDÊNCIA DE EMPREGADOS

A Embrapa é uma das patrocinadoras da Ceres – Fundação de Seguridade Social, cuja finalidade é assegurar proteção social previdenciária aos empregados e a suas famílias, oferecendo aos participantes benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência oficial.

Em 01/04/2007, foi implantado novo plano de benefícios – Embrapa-FlexCeres, estruturado na modalidade de contribuição variável, com o objetivo de alcançar o maior número de adesões e levar a previdência complementar àqueles que ainda não são participantes.

Em 2013, a despesa da Embrapa referente à contribuição patronal com a Ceres – Fundação de Seguridade Social – totalizou o montante de R\$ 97.370.000,00. No exercício de 2012, a despesa totalizou R\$ 87.280.000,00.

A partir do mês de abril de 2012, houve aumento do teto de contribuição e do acréscimo na taxa de contribuição patronal no Plano da Embrapa Básico, na ordem de 3,55%, em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

2.13) RESULTADO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apresentado em 31 de dezembro de 2013 foi um prejuízo contábil no valor de R\$ 230.702.951,98, enquanto no mesmo período do exercício de 2012 foi um prejuízo contábil de R\$ 96.602.271,50.

No exercício de 2013, a compensação do prejuízo da Embrapa foi realizada da seguinte forma: 1) O valor de R\$ 54.184.647,68 foi compensado na conta de Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos, em obediência ao art. 189, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, art. 443 do Regulamento do Imposto de Renda e item 5.8.4 do Manual de Encerramento da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Assim, o saldo da mencionada conta foi zerado; 2) A outra parte, no valor de R\$ 176.518.304,30, foi compensada na conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital, conforme mensagem 2014/0088924 da STN e Manual de Encerramento da mencionada Secretaria.

Já no exercício de 2012, a compensação integral do prejuízo foi realizada na conta de Reserva de Doações e Subvenções para Investimento.

Os principais fatos contábeis que justificam o prejuízo contábil de R\$ 230.702.951,98 apresentado em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

1) Registros de baixa de depósitos recursais no montante de R\$ 47.966.280,66 e apropriações no montante de R\$ 11.519.324,03, realizados no transcorrer do exercício de 2013, os quais resultaram em um valor líquido de R\$ 36.446.956,63, que impactou negativamente no resultado do exercício;

2) Registros no montante de R\$ 68.820.477,19 na conta de Depreciações e de R\$ 1.493.193,86 na conta de Amortizações, realizados no transcorrer do exercício de 2013;

3) Registros no montante de R\$ 111.861.433,00 na conta de Provisão para Contingências, os quais representam obrigações em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidá-las. Os valores foram informados pela Assessoria Jurídica da Embrapa, com base em estimativa confiável do desembolso exigido para liquidar as obrigações na data do balanço. **Vide Nota 1.4 – Item a.2** (p. 27).

2.14) MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E SALÁRIO MÉDIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES DA EMBRAPA

Seguem informações acerca da maior e da menor remuneração pagas a empregados e administradores da Embrapa, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, bem como do salário médio dos empregados e dirigentes da Embrapa (data-base 31/12/2013):

- 1) Maior Remuneração: R\$ 28.059,29;
- 2) Menor Remuneração: R\$ 1.372,95;
- 3) Salário Médio dos Empregados e Dirigentes da Embrapa: R\$ 10.435,78.

03 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas contas componentes do Patrimônio Líquido, fazendo clara indicação do fluxo de uma conta para outra e da origem e do valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício. Trata-se, portanto, de informação que complementa os demais dados constantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

O Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 26/2009 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – incluiu a DMPL no conjunto completo de demonstrações contábeis.

No exercício de 2013, as contas componentes do Patrimônio Líquido que sofreram as movimentações foram as seguintes:

- **Reserva de Correção Monetária do Capital:** No mês de agosto de 2013, foi realizada a baixa do saldo de R\$ 11.764.824,00 existente na conta de Reserva de Correção Monetária do Capital, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.249/95, em que ficou revogada a correção monetária das demonstrações financeiras, e em atendimento ao Relatório Circunstanciado de Auditoria nº 1/2013, da Empresa Maciel Auditores Independentes.

- **Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos:** Parte do prejuízo do exercício de 2013, no valor de R\$ 54.184.647,68, foi absorvido pela conta de Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos, ocasionando a baixa integral do saldo apresentado no início do exercício;

- **Reserva de Transferência para Aumento de Capital:** No transcorrer do exercício de 2013, foram registrados, mensalmente, recursos recebidos pela Embrapa destinados à expansão das suas atividades, sob a forma de investimentos para capital fixo, na Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037). Em 2013, foram realizados registros desta natureza no montante de R\$ 218.482.155,32.

Ademais, os registros realizados pela Coordenadoria de Administração Financeira – DAF (UG 135046), relativos à transferência do contrato de dívida externa totalmente desembolsado de responsabilidade da Embrapa para a Secretaria do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 58.707.494,61, ocorreram em contrapartida da conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital. Assim, os registros realizados na conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital totalizaram o valor de R\$ 277.189.649,93.

Por fim, cabe ressaltar que parte do prejuízo apresentado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 176.518.304,30, foi compensada na conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital.

- **Reserva de Correção Monetária Especial – Decreto-Lei 1.598/77:** No mês de agosto de 2013, foi realizada a baixa do saldo de R\$ 100.641.876,35 existente na conta de Reserva de Correção Monetária Especial – Decreto-Lei nº 1.598/77, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.249/95, em que ficou revogada a correção monetária das demonstrações financeiras, e em atendimento ao Relatório Circunstanciado de Auditoria nº 1/2013, da Empresa Maciel Auditores Independentes.

- **Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF:** No mês de agosto de 2013, foi realizada a baixa do saldo de R\$ 1.064.883,62 existente na conta de Correção Monetária da Diferença IPC/BTNF, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.249/95, em que ficou revogada a correção monetária das demonstrações financeiras, e em atendimento ao Relatório Circunstanciado de Auditoria nº 1/2013, da Empresa Maciel Auditores Independentes.

- **Prejuízos Acumulados no Exercício:** No exercício de 2013, a Embrapa apresentou prejuízo no valor de R\$ 230.702.951,98, cuja compensação foi realizada da seguinte forma: a) a compensação de R\$ 54.184.647,68 foi realizada na conta de Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos; b) a compensação de R\$ 176.518.304,30 foi realizada na conta de Reserva de Transferência para Aumento de Capital.

04 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, deve ser apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis da entidade ao final de cada exercício. Esta demonstração contábil foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008.

Nos termos do Pronunciamento do CPC nº 03/2008, as informações dos fluxos de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. As decisões econômicas tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança de geração de tais recursos.

O mencionado Pronunciamento do CPC acrescenta que os usuários das demonstrações contábeis se interessam em conhecer como a entidade gera e usa os recursos de caixa e equivalentes de

caixa, independentemente da natureza das suas atividades. Considera-se “caixa” o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; e “equivalente de caixa”, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Na DFC da Embrapa, foram apresentadas apenas as atividades operacionais e de investimento, visto que a Empresa não possui atividades de financiamento, que são aquelas que resultam, de acordo com o Pronunciamento do CPC nº 03/2008, em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Embrapa. São divulgados pelo método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos são obtidas dos registros contábeis da Empresa.

Com relação a Outros Recebimentos, referem-se, basicamente, a receitas próprias que não têm natureza de receita específica, a receitas com multas e juros previstos em contratos e receitas decorrentes de exploração agropecuária.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento são os recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado e os pagamentos de caixa para aquisição de ativo imobilizado.

A Empresa optou por utilizar o método direto, por ser recomendado pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 7, item 19), uma vez que proporciona informação útil na estimativa de fluxos de caixa futuros que não é disponibilizada pelo método indireto.

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Diretor-Presidente
CPF.:277.340.486-68

VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
Diretora
CPF.: 705.536.107-91

WALDIR STUMPF JÚNIOR
Diretor
CPF.: 133.688.930-68

LADISLAU MARTIN NETO
Diretor
CPF.: 015.598.808-56

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Adm. Financeira – DAF
CPF.: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora – CRC – DF. 007472/O-2
CPF.: 399.778.381-00

ANEXO V

OUVIDORIA

Pedidos de Acesso à Informação

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

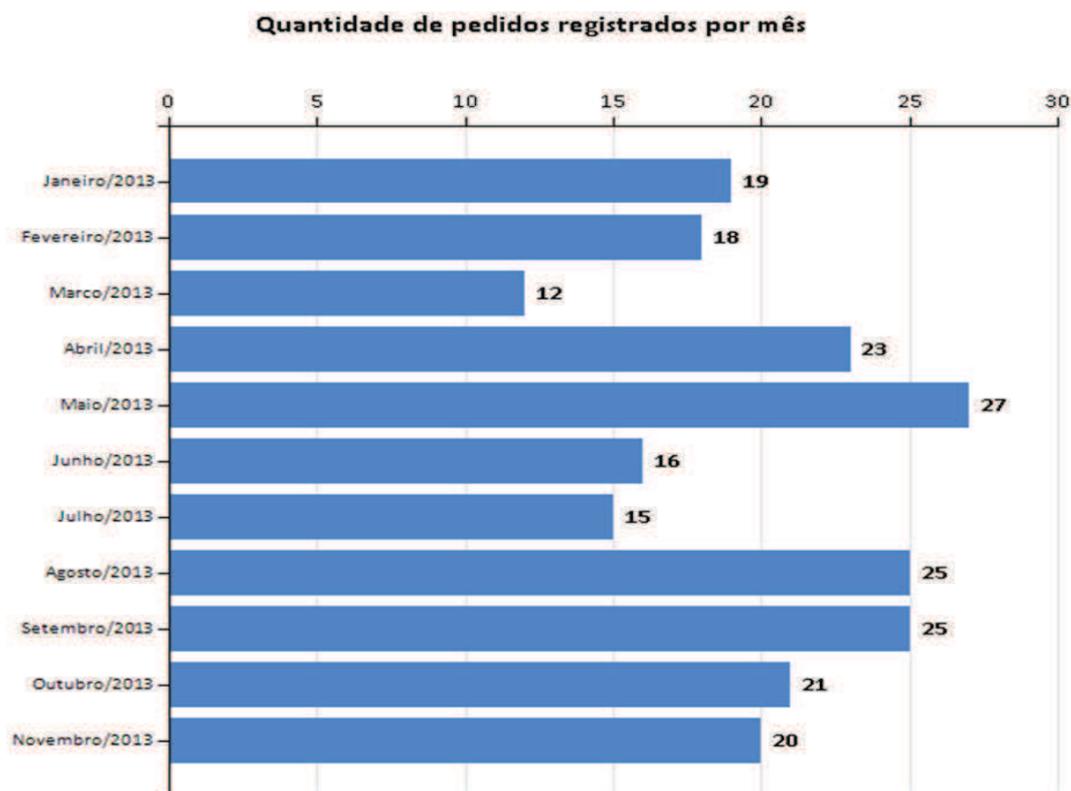
(*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório estão na seção 5.

Período de consulta: 1/2013 a 11/2013

1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 221

Média mensal de pedidos: 20,09

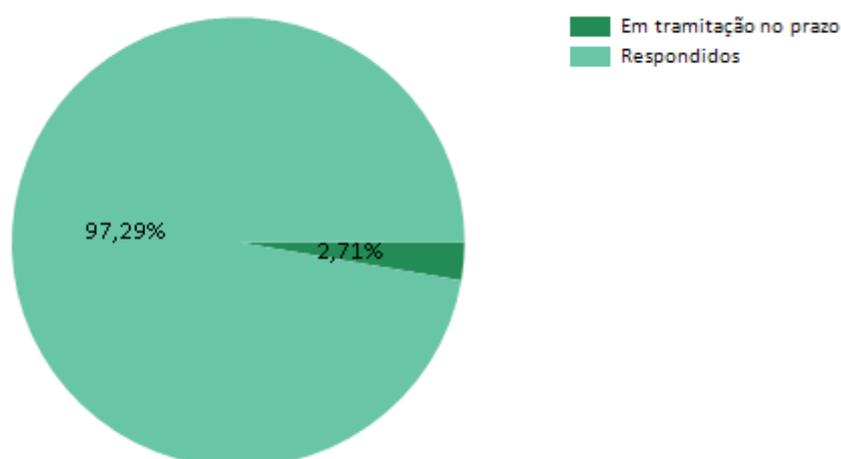


Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2013	19	-
Fevereiro/2013	18	-5.26%
Marco/2013	12	-33.33%
Abril/2013	23	47.83%
Mai/2013	27	14.81%
Junho/2013	16	-40.74%
Julho/2013	15	-6.25%
Agosto/2013	25	40%
Setembro/2013	25	0%
Outubro/2013	21	-16%
Novembro/2013	20	-4.76%
TOTAL:	221	
MÉDIA:	20,09	

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

	Quantidade
Respondidos	215
Em tramitação no prazo	6

Situação dos pedidos de acesso à informação



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	236	Total de solicitantes:	191
Perguntas por pedido:	1,10	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	4
		Solicitantes com um único pedido:	169

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	98	44,34%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	23	10,41%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	17	7,69%
Agricultura, extrativismo e pesca - Pecuária	10	4,52%
Trabalho - Legislação trabalhista	9	4,07%
Agricultura, extrativismo e pesca - Assistência técnica	8	3,62%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	7	3,17%
Trabalho - Mercado de trabalho	6	2,71%
Trabalho - Política trabalhista	6	2,71%
Agricultura, extrativismo e pesca - Engenharia agrícola	4	1,81%

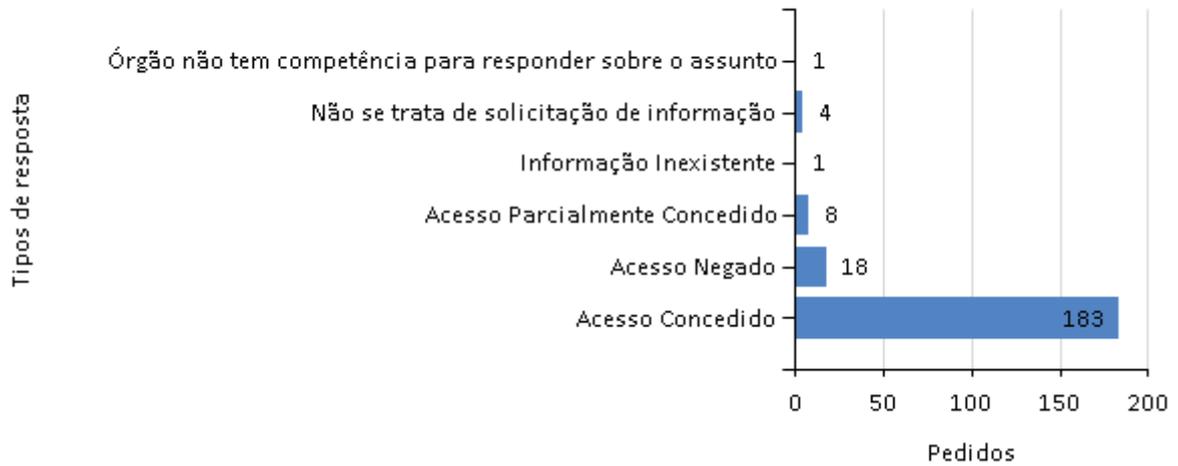
3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 9,88 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
9	4,07%

Pedidos por tipo de resposta



Motivos de negativa de respostas

Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Processo decisório em curso	7	38,889%	3,17%
Dados pessoais	6	33,333%	2,71%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	3	16,667%	1,36%
Pedido exige tratamento adicional de dados	1	5,556%	0,45%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	5,556%	0,45%
TOTAL:	18	100,000%	8,14%

Meios de envio de resposta

Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	146	66,06%
Correspondência eletrônica (e-mail)	72	32,58%
Correspondência física (com custo)	2	0,90%
Buscar/Consultar pessoalmente	1	0,45%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	180	94,24%
Pessoa Jurídica	11	5,76%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AL	2	1,11%	2
AM	1	0,56%	1
BA	3	1,67%	3
CE	4	2,22%	4
DF	29	16,11%	34
ES	2	1,11%	3
GO	6	3,33%	6
MA	3	1,67%	3
MG	14	7,78%	15
MS	3	1,67%	3
MT	2	1,11%	5
PA	7	3,89%	8
PB	2	1,11%	3
PE	8	4,44%	9
PR	9	5,00%	10
RJ	21	11,67%	27
RN	1	0,56%	1
RO	2	1,11%	4
RS	10	5,56%	10
SC	3	1,67%	3
SE	1	0,56%	3
SP	46	25,56%	52
TO	2	1,11%	2
Outros países	5	2,78%	5
Não Informado	5	2,78%	5

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	62,78%
F	31,11%
Não Informado	6,11%

Escolaridade	
Ensino Superior	34,44%
Ensino Médio	20,56%
Pós-graduação	19,44%
Mestrado/Doutorado	14,44%
Não Informado	9,44%
Ensino Fundamental	1,67%

Profissão	
Outra	15,56%
Não Informado	13,33%
Estudante	12,78%
Servidor público federal	10,56%
Empregado - setor privado	9,44%
Empresário/empreendedor	8,33%
Pesquisador	7,78%
Servidor público estadual	6,67%
Profis. Liberal/autônomo	6,11%
Professor	3,89%
Jornalista	2,78%
Servidor público municipal	2,22%
Membro de ONG nacional	0,56%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	27,27%
Outro	27,27%
Org. Não Governamental	18,18%
Sindicato / Conselho profis.	9,09%
Instituição de ensino e/ou pesquisa	9,09%
Empresa - grande porte	9,09%

5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório*

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

- 1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:
 - Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.
- 2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:
 - Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);
 - Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;
 - Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;
 - Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).
- 3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:
 - Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
 - Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)
 - Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
 - Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
 - Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.
- 4) Perfil dos Solicitantes
 - Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
 - Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
 - Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).
- 5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Orientações gerais:

Para exportar o relatório para outros formatos, clique no ícone abaixo identificado, acessível a partir da barra superior de navegação do relatório.

ANEXO VI

OUVIDORIA

Recursos e Reclamações

Relatório de recursos e reclamações

(*)Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

Período de Consulta: 1/2013 até 11/2013

1. Quadro geral dos recursos

Pedidos	Recurso ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU
221	15	5	2

Observações:

- (1) Os recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI – ainda não estão sendo controlados por meio do e-SIC. Por esta razão, as informações relativas a tais recursos não são apresentadas neste relatório.
- (2) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

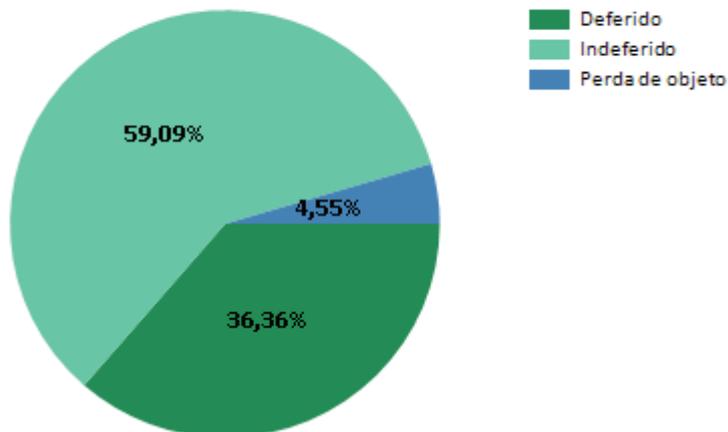
2. Recursos ao chefe hierárquico

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 6,98%

Recursos recebidos no período: 15

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	15	100%
Deferido	7	46,67%
Indeferido	7	46,67%
Perda de objeto	1	6,67%

Recursos ao chefe hierárquico respondidos



Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Quantidade	%
Outros	5	33,33%
Informação recebida não corresponde à solicitada	4	26,67%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	4	26,67%
Informação incompleta	2	13,33%
TOTAL	15	

Visão geral por mês					
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Deferido	Indeferido	Perda de objeto
Fevereiro/2013	18	1	1(100%)	0(0%)	0(0%)
Marco/2013	12	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)
Maio/2013	27	1	1(100%)	0(0%)	0(0%)
Junho/2013	16	2	0(0%)	2(100%)	0(0%)
Agosto/2013	25	3	1(33,33%)	2(66,67%)	0(0%)
Setembro/2013	25	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)
Outubro/2013	21	3	3(100%)	0(0%)	0(0%)
Novembro/2013	20	3	1(33,33%)	1(33,33%)	1(33,33%)
TOTAL		15	7	7	1

3. Recursos à autoridade máxima

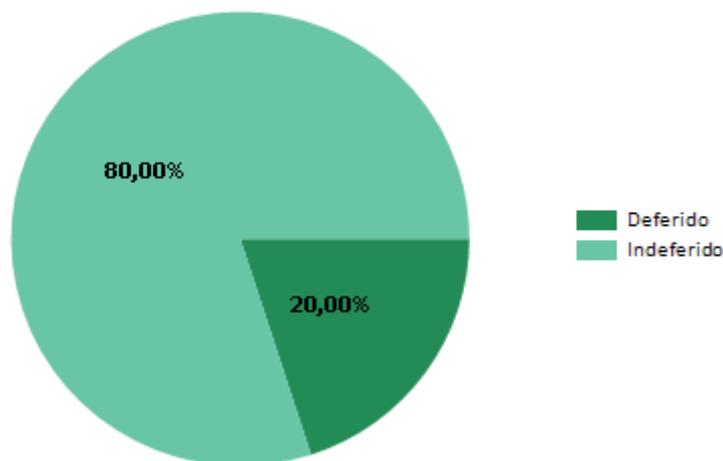
% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 2,33%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima 33,33%

Recursos recebidos no período: 5

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	5	100%
Deferido	1	20%
Indeferido	4	80%

Recursos à autoridade máxima respondidos



Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima		
Motivo	Quantidade	%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	3	60%
Outros	2	40%
TOTAL	5	

Visão geral por mês

Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Deferido	Indeferido
Marco/2013	12	1	0(0%)	1(100%)
Junho/2013	16	1	0(0%)	1(100%)
Agosto/2013	25	2	0(0%)	2(100%)
Setembro/2013	25	1	1(100%)	0(0%)
TOTAL		5	1	4

4. Recursos à CGU

Recursos recebidos no período:	2
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU:	0,93%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU:	13,33%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU:	40%

Recursos à CGU respondidos		
Total Respondidas:	2	100%
Indeferido	2	100%

Recursos à CGU respondidos



Motivos para interposições de recursos à CGU		
Motivo	Quantidade	%
Outros	2	100%
TOTAL	2	

Visão geral por mês			
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Indeferido
Marco/2013	12	1	1(100%)
Agosto/2013	25	1	1(100%)
TOTAL		2	2

5. Reclamações

Reclamações no período:	1
% de pedidos que geraram reclamações:	0,45%
% de reclamações respondidas:	0%
% de reclamações não respondidas ou em tramitação:	100%
% de reclamações que geraram recursos:	0%

Visão geral por mês			
Mês	Pedidos	Reclamações relativas aos pedidos	% não respondidas ou em tramitação
Setembro/2013	25	1	100% (1)
TOTAL		1	1

6. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório

Este relatório está dividido em 6 (seis) seções, descritas abaixo.

O critério utilizado para a contagem mensal dos recursos existentes considera a data de entrada do pedido ao qual o recurso se refere, e não a data de ingresso do recurso no sistema. Com isso, é possível, efetivamente, analisar o percentual de pedidos que sofreram recursos mês a mês. Portanto, ao utilizar como período de referencia, por exemplo, o mês Julho/2012, serão exibidos dados de recursos referentes a pedidos realizados no período selecionado.

1) Quadro geral dos recursos:

- Síntese por instância (total de pedidos, quantidade de recursos interpostos à autoridade superior, à autoridade máxima e à Controladoria-Geral da União)

2) Recursos à autoridade superior:

- Total de recursos recebidos e percentual referente ao montante global de pedidos;
- Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

3) Recursos à autoridade máxima do órgão ou entidade:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos e de recursos endereçados à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc)
- Visão geral da instância por mês

4) Recursos à Controladoria-Geral da União:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à autoridade máxima e à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

5) Reclamações:

- Total de reclamações recebidas no período
- percentual de pedidos que geraram reclamações
- percentual de reclamações que geraram respostas
- percentual de reclamações que geraram recursos
- Visão geral das reclamações por mês, inclusive com omissões

6) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Orientações gerais:

Para exportar o relatório para outros formatos, clique no ícone abaixo identificado, acessível a partir da barra superior de navegação do relatório.

ANEXO VII

Parecer da Auditoria Independente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Prezados Senhores:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.

A administração da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes.

Nossa responsabilidade é a de expressar sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolvente a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- 1) Examinamos o Balanço Patrimonial da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, levantados em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixas correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “3”, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- 3) Durante o ano de 2009, foram aprovados diversos Pronunciamentos, Interpreta es e Orienta es Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Embrapa não realizou estudos para determinar a vida útil econômica e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, e continua depreciando seu ativo imobilizado as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais. Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que estes ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realiza o e/ou liquida o, conforme determinado pelas práticas contábeis.
- 4) Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes decorrentes do mencionado no parágrafo “3”, com base em nossos exames, as demonstra es contábeis referidas no parágrafo “1” representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 5) As Demonstra es Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer em 22 de março de 2013, com ressalva quanto a: 1) não realiza o de estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado; 2) não realiza o da reserva respectiva da CM ESPECIAL – LEI 8200/91 no valor de R\$ 30.719 mil existente no Patrimônio Líquido; 3) não apresenta o adequada do balanço patrimonial e da demonstra o das muta es do patrimônio líquido tendo em vista o registro sob o título de “Ajustes de Exercícios Anteriores”.


F bia Marques Braga.

Contadora e Auditora.

CRC 013977/0-DF.

Metrópole Solu es Empresariais.

CRC DF – 001279/0.

ANEXO VIII

Resultados das Metas Físicas e Financeiras das Ações da LOA

Tabela 8- Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA

Identificação da Ação						
Ação:	116Z					
Título:	Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS					
Iniciativa:	Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)					
Objetivo:	0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
10.000.000	10.000.000	5.250.000	0	0	0	R\$ 5.250.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Entidade apoiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				17	17	10
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
10.000.000	0	0	Entidade apoiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: Das OEPAs existentes, 15 apresentaram propostas que, após avaliadas pelo Grupo de Trabalho devidamente constituído para este fim, resultou em 11 propostas aprovadas, algumas na sua totalidade e outras após os devidos ajustes, cujos convênios foram tramitados e assinados. Em 2013 foi publicado o Programa 2220220130008 com o objetivo de “Fortalecer a infraestrutura das OEPAS e garantir a continuidade dos projetos aprovados no âmbito da Chamada 21/2012 no Sistema Embrapa de Gestão – SEG”. Das 11 instituições proponentes com potencial para submeterem propostas, uma vez que tiveram os seus projetos aprovados no âmbito da Chamada 21/2012 no Sistema Embrapa de Gestão – SEG, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO/RJ, não apresentou proposta, motivo pelo qual em 2013 somente foram atendidas 10 OEPAs.						

Identificação da Ação						
Ação:	153F					
Título:	Construção e Implantação do Centro de Pesquisa da Embrapa Pesca e Aquicultura em Palmas - TO					
Iniciativa:	Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa					
Objetivo:	0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
0	8.000.000	8.000.000	2.269.038	2.269.038	0	R\$ 5.730.961,95
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade implantada/aparelhada/adequada		unidade		1	0	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Unidade	unidade		
JUSTIFICATIVA: A obra foi contratada em 2012 mas, em consequência da falência da construtora, a Embrapa foi obrigada a reiniciar o processo, postergando o ano de alcance da meta. A meta física realizada não foi informada uma vez que a obra não está concluída e por isso o produto, unidade implantada/aparelhada/adequada, não foi finalizado. O valor de R\$ 2.318.027,52 liquidado em 2013, refere-se a pagamento de cinco medições à Construtora LDN referente Obra de Construção da 3º etapa da Embrapa Pesca e Aquicultura.						

Identificação da Ação			
Ação:	20Y6		
Título:	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária		
Iniciativa:	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira		
Objetivo:	0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.		
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária		
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
446.210.121	438.210.121	365.002.789	182.685.193	173.931.724	R\$ 8.753.483,62	R\$ 182.263.594,72

Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa desenvolvida	unidade	1.176	702	622

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Pesquisa desenvolvida	unidade	

JUSTIFICATIVA: A meta física prevista no valor de 1.176 inclui os números das emendas, na maioria das vezes, lançados sem um cálculo preciso. Ao internalizar as metas das emendas na sua programação, frequentemente, a Embrapa necessita reprogramá-las, em face dos fatos efetivamente sob seu controle. Com relação à diferença entre o reprogramado e o realizado, há que se considerar que fazemos uma previsão do quantitativo de projetos que devem entrar em execução, mas por alguns fatores (inconsistência técnica, veto do Comitê Gestor da Programação, ou mesmo falta de apresentação de projetos para determinada chamada do SEG) os quantitativos podem variar. O realizado é o que de fato ocorreu, demonstrando que os projetos passam por um criterioso processo de análise que reflete o compromisso da Empresa com a sociedade e com os recursos que recebe, aplicando-os da melhor forma.

Identificação da Ação						
Ação:	8924					
Título:	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária					
Iniciativa:	Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável					
Objetivo:	0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	(X)Sim ()Não	Caso Positivo: ()PAC			(X)Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
111.596.766	111.596.766	52.860.359	25.053.895	24.375.902	R\$ 677.993,29	R\$ 27.806.463,85
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Tecnologia transferida		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				144	144	129
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
27.050.605	22.961.295	(-319.332)	Tecnologia transferida	unidade		
JUSTIFICATIVA: A divergência entre os valores previsto e realizado da meta física se deve ao bloqueio de recursos referentes a emendas parlamentares.						

Identificação da Ação						
Ação:	2004					
Título:	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
28.816.072	31.266.072	31.266.072	30.881.146	30.881.146	0	R\$ 384.925,69
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				26.891	26.891	26.891
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
129.918	129.918	0	Pessoa beneficiada	unidade		

Identificação da Ação						
Ação:	2010					
Título:	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
7.560.000	8.210.000	8.210.000	8.036.589	8.036.589	0	R\$ 173.411,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida		unidade		1.795	1.795	1.795
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
113.384	9.972	0	Criança atendida	unidade		

Identificação da Ação						
Ação:	2011					
Título:	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
1.047.168	816.051	564.750	546.091	540.097	R\$ 5.994,19	R\$ 18.658,86
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				485	485	250
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
45.787	34.605	(-858)	Pessoa beneficiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: Por lei, a Embrapa oferece este benefício porém, a adesão a ele depende da necessidade do empregado, já que só pode fazer uso do benefício o empregado que residir fora da rota do ônibus oferecido pela Empresa, ou seja, o cumprimento da meta varia segundo a mobilidade residencial dos empregados.						

Identificação da Ação						
Ação:	2012					
Título:	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
63.600.000	86.500.000	86.500.000	86.222.052	86.133.119	R\$ 88.932,45	R\$ 277.948,08
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				9.636	9.636	9.380
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Pessoa beneficiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: O quantitativo realizado para esta meta pode variar segundo a situação do contrato de trabalho dos empregados. Por exemplo, empregados em licença-saúde só recebem este auxílio durante os três primeiros meses da licença, empregados liberados para pós-graduação no exterior ou em licença sem remuneração não recebem, etc.						

Fonte: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Observações:

Dotação Inicial: Valor constante da Lei Orçamentária Anual.

Dotação Reprogramada: Informado pelo Órgão Setorial e de caráter gerencial, ela tem por finalidade mensurar, de forma mais precisa, os ajustes necessários à apuração dos resultados da ação orçamentária no decorrer do exercício financeiro.

Dotação Final: contas contábeis 1921XXXXX exceto 19218XXXX (Dotação Autorizada)

Despesa Empenhada: contas contábeis 292130100 + 2921302XX + 292130301

Despesa Liquidada: contas contábeis 2921302XX + 292130301 - 292130203 (Liquidação por inscr. de RP não Processado)

Despesa Paga: contas contábeis 292410403 + 292130301

Restos a Pagar Inscritos no Exercício:

Processado: contas contábeis 195210100 + 195210200 + 195230000 - 295230000 e quando o ano de referência é igual ao ano exercício.

Não Processado: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é igual ao ano exercício.

Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores:

Inscrito: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Pago: conta contábil 295110300 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Cancelado: contas contábeis 19514XXXX e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

-
- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. A consolidação das metas físicas realizadas na ação depende da sua especificidade e dos respectivos subtítulos, sendo o órgão responsável por ela.2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2013. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2013, os respectivos valores de RAP não são captados |
|---|

Dados extraídos eletronicamente do SIOP em: 02/04/2014 16:13:00 - Dados da execução Física copiado do módulo de captação do SIOP em 02 e 03/04/2014.

Tabela 8- Metas Físicas e Financeiras das Ações na LOA

Identificação da Ação						
Ação:	116Z					
Título:	Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS					
Iniciativa:	Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)					
Objetivo:	0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
10.000.000	10.000.000	5.250.000	0	0	0	R\$ 5.250.000,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Entidade apoiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				17	17	10
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
10.000.000	0	0	Entidade apoiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: Das OEPAs existentes, 15 apresentaram propostas que, após avaliadas pelo Grupo de Trabalho devidamente constituído para este fim, resultou em 11 propostas aprovadas, algumas na sua totalidade e outras após os devidos ajustes, cujos convênios foram tramitados e assinados. Em 2013 foi publicado o Programa 2220220130008 com o objetivo de “Fortalecer a infraestrutura das OEPAS e garantir a continuidade dos projetos aprovados no âmbito da Chamada 21/2012 no Sistema Embrapa de Gestão – SEG”. Das 11 instituições proponentes com potencial para submeterem propostas, uma vez que tiveram os seus projetos aprovados no âmbito da Chamada 21/2012 no Sistema Embrapa de Gestão – SEG, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO/RJ, não apresentou proposta, motivo pelo qual em 2013 somente foram atendidas 10 OEPAs.						

Identificação da Ação						
Ação:	153F					
Título:	Construção e Implantação do Centro de Pesquisa da Embrapa Pesca e Aquicultura em Palmas - TO					
Iniciativa:	Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa					
Objetivo:	0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
0	8.000.000	8.000.000	2.269.038	2.269.038	0	R\$ 5.730.961,95
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade implantada/aparelhada/adequada		unidade		1	0	0
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Unidade	unidade		
JUSTIFICATIVA: A obra foi contratada em 2012 mas, em consequência da falência da construtora, a Embrapa foi obrigada a reiniciar o processo, postergando o ano de alcance da meta. A meta física realizada não foi informada uma vez que a obra não está concluída e por isso o produto, unidade implantada/aparelhada/adequada, não foi finalizado. O valor de R\$ 2.318.027,52 liquidado em 2013, refere-se a pagamento de cinco medições à Construtora LDN referente Obra de Construção da 3º etapa da Embrapa Pesca e Aquicultura.						

Identificação da Ação			
Ação:	20Y6		
Título:	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária		
Iniciativa:	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira		
Objetivo:	0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.		
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária		
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
446.210.121	438.210.121	365.002.789	182.685.193	173.931.724	R\$ 8.753.483,62	R\$ 182.263.594,72

Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa desenvolvida	unidade	1.176	702	622

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Pesquisa desenvolvida	unidade	

JUSTIFICATIVA: A meta física prevista no valor de 1.176 inclui os números das emendas, na maioria das vezes, lançados sem um cálculo preciso. Ao internalizar as metas das emendas na sua programação, frequentemente, a Embrapa necessita reprogramá-las, em face dos fatos efetivamente sob seu controle. Com relação à diferença entre o reprogramado e o realizado, há que se considerar que fazemos uma previsão do quantitativo de projetos que devem entrar em execução, mas por alguns fatores (inconsistência técnica, veto do Comitê Gestor da Programação, ou mesmo falta de apresentação de projetos para determinada chamada do SEG) os quantitativos podem variar. O realizado é o que de fato ocorreu, demonstrando que os projetos passam por um criterioso processo de análise que reflete o compromisso da Empresa com a sociedade e com os recursos que recebe, aplicando-os da melhor forma.

Identificação da Ação						
Ação:	8924					
Título:	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária					
Iniciativa:	Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável					
Objetivo:	0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.					
Programa:	2042 - Inovações para a Agropecuária					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	(X)Sim ()Não	Caso Positivo: ()PAC			(X)Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
111.596.766	111.596.766	52.860.359	25.053.895	24.375.902	R\$ 677.993,29	R\$ 27.806.463,85
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Tecnologia transferida		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				144	144	129
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
27.050.605	22.961.295	(-319.332)	Tecnologia transferida	unidade		
JUSTIFICATIVA: A divergência entre os valores previsto e realizado da meta física se deve ao bloqueio de recursos referentes a emendas parlamentares.						

Identificação da Ação						
Ação:	2004					
Título:	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
28.816.072	31.266.072	31.266.072	30.881.146	30.881.146	0	R\$ 384.925,69
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				26.891	26.891	26.891
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
129.918	129.918	0	Pessoa beneficiada	unidade		

Identificação da Ação						
Ação:	2010					
Título:	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
7.560.000	8.210.000	8.210.000	8.036.589	8.036.589	0	R\$ 173.411,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida		unidade		1.795	1.795	1.795
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
113.384	9.972	0	Criança atendida	unidade		

Identificação da Ação						
Ação:	2011					
Título:	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
1.047.168	816.051	564.750	546.091	540.097	R\$ 5.994,19	R\$ 18.658,86
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				485	485	250
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
45.787	34.605	(-858)	Pessoa beneficiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: Por lei, a Embrapa oferece este benefício porém, a adesão a ele depende da necessidade do empregado, já que só pode fazer uso do benefício o empregado que residir fora da rota do ônibus oferecido pela Empresa, ou seja, o cumprimento da meta varia segundo a mobilidade residencial dos empregados.						

Identificação da Ação						
Ação:	2012					
Título:	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa:	Ação sem iniciativa					
Objetivo:	Ação sem objetivo					
Programa:	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unid Orçamentária:	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA					
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
63.600.000	86.500.000	86.500.000	86.222.052	86.133.119	R\$ 88.932,45	R\$ 277.948,08
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				9.636	9.636	9.380
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Pessoa beneficiada	unidade		
JUSTIFICATIVA: O quantitativo realizado para esta meta pode variar segundo a situação do contrato de trabalho dos empregados. Por exemplo, empregados em licença-saúde só recebem este auxílio durante os três primeiros meses da licença, empregados liberados para pós-graduação no exterior ou em licença sem remuneração não recebem, etc.						

Fonte: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Observações:

Dotação Inicial: Valor constante da Lei Orçamentária Anual.

Dotação Reprogramada: Informado pelo Órgão Setorial e de caráter gerencial, ela tem por finalidade mensurar, de forma mais precisa, os ajustes necessários à apuração dos resultados da ação orçamentária no decorrer do exercício financeiro.

Dotação Final: contas contábeis 1921XXXXX exceto 19218XXXX (Dotação Autorizada)

Despesa Empenhada: contas contábeis 292130100 + 2921302XX + 292130301

Despesa Liquidada: contas contábeis 2921302XX + 292130301 - 292130203 (Liquidação por inscr. de RP não Processado)

Despesa Paga: contas contábeis 292410403 + 292130301

Restos a Pagar Inscritos no Exercício:

Processado: contas contábeis 195210100 + 195210200 + 195230000 - 295230000 e quando o ano de referência é igual ao ano exercício.

Não Processado: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é igual ao ano exercício.

Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores:

Inscrito: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Pago: conta contábil 295110300 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Cancelado: contas contábeis 19514XXXX e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

-
- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. A consolidação das metas físicas realizadas na ação depende da sua especificidade e dos respectivos subtítulos, sendo o órgão responsável por ela.2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2013. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2013, os respectivos valores de RAP não são captados |
|---|

Dados extraídos eletronicamente do SIOP em: 02/04/2014 16:13:00 - Dados da execução Física copiado do módulo de captação do SIOP em 02 e 03/04/2014.

ANEXO IX

- **PLANO DE PROVIDÊNCIAS**

ANEXO IX

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Unidade Auditada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Exercício: 2012

Processo: 21148.013821/2013-34

Município: Brasília

Relatório nº: 201305827

UCI Executora: Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DRAGR/SFC/CGU.

Item nº: 1.1.2.1

Insuficiência de acompanhamento/fiscalização na execução de obras realizadas pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs, financiadas com recursos do PAC- Embrapa, mediante convênios.

1.1 Recomendações:

Recomendação 1: Dimensionar adequadamente, quantitativa e qualitativamente, a equipe/Unidade incumbida de efetuar o acompanhamento/fiscalização de convênios de modo que os mecanismos de controles internos administrativos sejam eficientes, possibilitando uma maior efetividade na fiscalização dos convênios celebrados com as OEPAs.

Recomendação 2: Atuar junto às OEPAs de maneira mais efetiva, preferencialmente com fiscalizações/acompanhamentos tempestivos, nas obras e aquisições feitas com recursos de convênios celebrados entre a Embrapa e OEPAs.

Recomendação 3: Atender com tempestividade às recomendações emitidas pela Assessoria de Auditoria Interna - AUD, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas falhas semelhantes.

Recomendação 4: Estudar meios para aumentar o número de fiscalizações feitas pela Coordenadoria de Convênios e Empréstimos - CCE, e em conjunto com o setor de obras da Embrapa (Departamento de Patrimônio e Suprimentos - DPS), envolvendo profissionais especializados na área de engenharia.

Recomendação 5: Elaborar manuais para orientação aos convenentes estabelecendo melhor interação, no intuito de fortalecer a área da CCE para o acompanhamento de convênios, conforme rege a legislação sobre a matéria.

1.2 Providências a serem implementadas:

O Departamento de Administração Financeira, por meio da sua Coordenadoria de Convênios e Empréstimos, instruirá a elaboração de estudo e parecer que estabeleça a delimitação exata do escopo das obrigações da concedente no acompanhamento e na fiscalização dos convênios firmados, assim como das obras eventualmente previstas no seu objeto;

Realizar estudos para dimensionar o quadro ideal da força de trabalho da equipe, instruindo à área competente, quando verificadas demandas de adequação que extrapolem seu limite decisório, proposta fundamentada que considere, dentre as opções de melhoria, a oportunidade e conveniência de (1) realocação de pessoal do quadro efetivo do Departamento

de Administração Financeira ou de outras unidades e de (2) apoiar a execução das atividades no auxílio de pessoal ou serviços que possam ser ofertados por outra instância, como a Coordenadoria de Engenharia, unidades descentralizadas ou outros órgãos situados próximos ao local de aplicação dos recursos ou, ainda, por fim, com o apoio de serviços de terceiros, conforme preconizado no Art. 53º, § 2º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/05/2008;

Desenvolver modelo de planejamento anual com adoção de calendário de acompanhamento e fiscalização, em conjunto com as Unidades parceiras;

Constituir grupo de trabalho com o objetivo de elaborar manual de convênios para convenientes, o qual deverá ser disponibilizado para orientação dos eventuais beneficiários de convênios firmados pela Embrapa;

Expedir recomendação aos agentes do segmento sobre a necessidade de atender tempestivamente às recomendações emitidas pela AUD, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas falhas semelhantes.

1.3 Prazo: 180 dias.

1.4 Situação em: novembro de 2013: Plano de Providências proposto.

1.5. Nota de manifestação e esclarecimento:

CONSIDERANDO que a Versão Preliminar do presente Relatório de Auditoria apresentou para esta constatação, um conjunto de causas diferente do apontado na sua Versão Definitiva, prejudicando a manifestação e esclarecimento tempestivos deste Departamento;

CONSIDERANDO que se encontrou incluída na presente Versão Definitiva do Relatório de Auditoria, como causa desta constatação, a “Decisão da Diretoria-Executiva de extinguir a Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, apesar de o Programa PAC-Embrapa ainda haver Projetos, resultados e metas pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs”.

CUMPRE manifestar a discordância desta unidade com relação ao nexos causal aventado, uma vez que a constatação em tela faz referência objetiva a eventuais falhas ocorridas no cumprimento da obrigação de acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios firmados junto às OEPAS e do seu objeto. Todavia, relevante evidenciar que em nenhum momento as tarefas de acompanhamento e fiscalização de convênios e obras constituíram atribuição da extinta Secretaria-Executiva – SEP. Tais tarefas estiveram inicialmente a cargo da Assessoria de Relações Nacionais, depois do Departamento de Transferência de Tecnologia e, desde 2011, foram colocadas sob a responsabilidade de estrutura organizacional denominada Coordenadoria de Convênios e Empréstimos, vinculada ao Departamento de Administração Financeira – DAF. Assim, inexistindo ascendência ou responsabilidade da SEP por sobre os processos em tela, de fiscalização e acompanhamento de convênios, os quais devem ser conduzidos a contento pela área específica, resta equívoco no apontamento do ato de extinção daquela unidade como causa da presente constatação.

2 Item nº 1.3.1.1

Insuficiência de acompanhamento/fiscalização na execução de obras realizadas pelas Unidades da Embrapa Agrossilvipastoril - CPAMT, Embrapa Cocais - CPACP e Embrapa Agroenergia - CNPAE, financiadas com recursos do PAC-Embrapa.

2.1 Recomendações:

Recomendação 1: Dimensionar adequadamente, quantitativa e qualitativamente, a equipe/Unidade incumbida de efetuar o acompanhamento/fiscalização de modo que os mecanismos de controles internos administrativos sejam eficientes, possibilitando uma maior efetividade na fiscalização das obras.

Recomendação 2: Elaborar manuais para orientação aos gestores responsáveis (Sede e Unidades Embrapa) para acompanhamento na contratação/execução de obras e serviços de engenharia, de acordo com o que rege a legislação sobre a matéria.

Recomendação 3: Atender tempestivamente às recomendações emitidas pela AUD, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas semelhantes.

Recomendação 4: Atuar junto às Unidades da Embrapa de maneira mais efetiva, preferencialmente com fiscalizações/acompanhamentos tempestivos, nas obras e reformas realizadas pela Embrapa.

2.2 Providências a serem implementadas:

O Departamento de Patrimônio e Suprimentos, por meio da sua Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, conduzirá estudo para dimensionar quantitativa e qualitativamente a força de trabalho ideal para a equipe de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia, instruindo à área competente, quando verificadas demandas de adequação cuja implantação extrapole seu limite decisório, proposta fundamentada que considere dentre as opções de melhoria, a oportunidade e conveniência da (1) realocação de pessoal efetivo do Departamento de Patrimônio e Suprimentos ou de outras unidades, (2) centralização da vinculação dos profissionais de engenharia atuantes na Empresa e (3) contratação de terceiros para elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia, conforme preconiza o Art. 67º da Lei 8.666, de 21/06/1993.

Propor modelo e promover a adoção de Plano Diretor de Obras nas unidades da Embrapa visando favorecer o planejamento estratégico e possibilitar, ainda, o mapeamento e a redistribuição do número de processos de obras e serviços de engenharia com base na disponibilidade de pessoal técnico e de serviços de apoio, considerando a relevância do empreendimento, sua localização geográfica e a logística para deslocamento dos empregados; Designar grupo de trabalho para atualizar o Manual de Procedimentos para Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia no âmbito da Embrapa, para distribuição e implementação entre os responsáveis pelos processos afetos;

Expedir recomendação aos agentes do segmento sobre a necessidade de atender tempestivamente às recomendações emitidas pela AUD, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas falhas semelhantes.

2.3 Prazo: 180 dias.

2.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

2.5 Nota para manifestação e esclarecimento:

CONSIDERANDO que anterior Versão Preliminar do Relatório de Auditoria apresentou para esta constatação, um conjunto de causas diferente deste que figura na presente Versão Definitiva, prejudicando a oportunidade de manifestação e esclarecimento tempestivos deste Departamento;

CONSIDERANDO que se encontrou incluída na presente Versão Definitiva do Relatório de Auditoria, como causa desta constatação, a “Decisão da Diretoria-Executiva de extinguir a Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, apesar de o Programa PAC-Embrapa ainda haver Projetos, resultados e metas pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infraestrutura física da Embrapa”.

CUMPRE manifestar a discordância da unidade auditada com relação ao nexo causal aventado, uma vez que a constatação em tela faz referência objetiva a eventuais falhas ocorridas no acompanhamento e na fiscalização de obras e que, em nenhum momento, constituíram atribuição da extinta Secretaria Executiva – SEP as tarefas de fiscalização e acompanhamento de obras. Em contraposição, a estrutura organizacional da Embrapa dispõe de uma Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, esta sim, responsável pelo acompanhamento e fiscalização de obras, atividade típica de agente formalmente designado, com formação específica. Assim, inexistindo ascendência ou responsabilidade da SEP por sobre os processos em tela, de fiscalização e acompanhamento de obras, que devem ser conduzidos a contento pela área específica, resta equívoco no apontamento do ato de extinção daquela unidade como causa da presente constatação.

3. Item nº 1.4.1.1

Ausência de elaboração de Planos de Ação Anuais para implementação do Programa de Fortalecimento da Embrapa - PAC Embrapa no biênio de 2010/2011, comprometendo a aderência da execução do orçamento para os projetos e metas previstas no Planejamento inicial.

3.1 Recomendações:

Recomendação 1: Efetuar o diagnóstico do PAC-Embrapa, a título de prestação de contas, comparando os resultados obtidos de cada projeto com as metas propostas no documento inicial de planejamento, registrando os impactos positivos na gestão da Embrapa, os motivos de não atingimento dos objetivos pretendidos e as providências que estão sendo adotadas quanto aos Projetos que ainda não foram finalizados.

3.2 Providências a serem implementadas:

Considerando-se a extinção da Secretaria-Executiva do PAC-Embrapa – SEP e a alocação dos seus componentes em distintas unidades da empresa, o atendimento da recomendação em tela se dará mediante designação superior de grupo de trabalho constituído por tais empregados, destinado à realização do referido diagnóstico do PAC-Embrapa, conforme recomendado.

Considerando-se, ainda, que as informações solicitadas pela Recomendação em tela encontram-se parcialmente registradas no documento Portfólio PAC Embrapa 2008-2011, as providências ora propostas deverão buscar sua complementação, organização e esclarecimento.

3.3 Prazo: 210 dias

3.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

4. Item nº 2.2.2.5

Atraso na apresentação de relatórios em sistema de informações relativo a Projeto de Pesquisa e descentralização de recursos para Projetos de Pesquisa com relatórios em atraso.

4.1 Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar rotinas que fortaleçam os controles do cumprimento dos prazos para entrega dos relatórios dos Projetos de Pesquisa, como comunicação com os Líderes de Projeto (e-mail, fone, alertas via IDEARE, etc.), exigência de justificativas para atraso, etc.

Recomendação 2: Fazer constar no IDEARE campo para motivar a autorização excepcional de recursos para projetos com relatórios em atraso.

Recomendação 3: Cumprir, doravante, o disposto no Sistema de Gestão da Programação - SEG no Documento "Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE", quanto ao não repasse de recursos aos projetos que possuam relatórios em atraso.

Recomendação 4: Incluir no SEG, no Documento "Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE", as consequências da não aprovação dos relatórios, a fim de reforçar a importância de seu adequado preenchimento pelos líderes de projeto.

4.2 Providências a serem implementadas:

(1) Implementar no Ideare funcionalidade de alerta aos líderes sobre aproximação de datas limites para preenchimento de relatórios com antecedência de 1 mês e 1 semana. (2) Implementar no Ideare funcionalidade para permitir a autorização excepcional de recursos para projetos com relatórios em atraso; (3/4) Alterar o documento "Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE", fazendo constar as instruções sugeridas.

4.3 Prazo: imediato

4.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

5. Item nº 2.2.2.6

Desatualização de informações e registro de relatório com status de Concluído, embora estivesse sem preenchimento em sistema informatizado que contém dados de Projetos de Pesquisa.

5.1 Recomendações:

Recomendação 1: Fortalecer os controles quanto à inserção de dados no Sistema IDEARE, por meio de fluxogramas e procedimentos que impeçam a elaboração de Relatório Final com resultados pendentes.

Recomendação 2: Elaborar e implementar no Sistema IDEARE critérios de validação que impeçam a situação Concluído a Relatórios que não apresentem as informações mínimas necessárias.

5.2 Providências a serem implementadas:

(1) Implementar no Ideare regras de pendências para preenchimento de relatório final; (2) Implementar no Ideare regras de pendências para outros relatórios periódicos que não o relatório final.

5.3 Prazo: imediato.

5.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

6. Item nº 2.2.2.7

Realização de atividades antes do período vigência do Projeto de Pesquisa e informações constantes de sistema de controle de projetos incompatíveis com a real execução das atividades.

6.1 Recomendações:

Recomendação 1: Informar em qual Projeto estão associados os Cursos de Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar, realizados antes de 01/09/2009, bem assim os custos incorridos para realização dos mesmos.

Recomendação 2: Preencher IDEARE com as informações reais sobre a execução do Projeto 06.08.06.006.00.00, relativas ao resultado dos cursos oferecidos sobre BPA e incluir as justificativas para o não atingimento do resultado planejado.

6.2 Providências a serem implementadas:

(1/2) Solicitar ao líder do projeto citado o preenchimento adequado das informações. A conclusão do relatório final, com as informações respectivas, estará sujeita à regra implementada, citada no item 2.2.2.6.

6.3 Prazo: 60 dias.

6.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

7. Item nº 2.2.2.8

Ausência de avaliação de impacto da realização de projetos, limitando a percepção dos efeitos e viabilidade dos ensinamentos divulgados.

7.1 Recomendações:

Recomendação 1: Incluir avaliações de efetividade ao final das atividades realizadas, principalmente nas atividades que geram as maiores despesas.

Recomendação 2: Incluir avaliações de efetividade junto aos alunos treinados ao longo do projeto por meio dos ambientes virtuais previstos no respectivo projeto.

7.2 Providências a serem implementadas:

As avaliações de efetividade do referido projeto foram efetuadas, muito embora de maneira diferenciada da recomendada pela Corregedoria Geral da União.

Dentre as estratégias de avaliação de efetividade já contempladas no projeto em questão, vale destacar: a) Implantação, de forma participativa, de Unidades Demonstrativas que possibilitam aos treinandos desenvolver práticas de campo durante a realização dos cursos, oportunidade em que são empregadas uma ou mais tecnologias estudadas durante os eventos de capacitação; b) Elaboração, pelos técnicos capacitados, de 3 propostas coletivas, por curso (por ano), de projetos de desenvolvimento baseados nas tecnologias trabalhadas nos treinamentos; c) Criação de um fórum virtual, por meio do qual são promovidos debates técnicos sobre os temas foco dos eventos de capacitação, contribuindo desta forma a fixação dos conteúdos discutidos nos formatos tradicionais de compartilhamento de conhecimento.

Além disso, a estratégia estabelecida para a execução do projeto inclui ainda a produção de materiais didáticos sobre a transferência de tecnologias agroflorestais para agentes extensionistas, com base nas experiências do projeto. Com essa iniciativa, pretende-se permitir que a experiência seja replicada em outros Estados.

Por meio da estratégia proposta, acredita-se que os profissionais treinados no âmbito do projeto estarão preparados para ampliar sua atuação na bacia amazônica por meio do repasse de conhecimentos para outros grupos, elevando o alcance da tecnologia agroflorestal como alternativa de recuperação de áreas alteradas, combate à pobreza e perda da biodiversidade.

Doravante adotaremos o procedimento de elucidar tais avaliações, registrando, adequadamente, a forma e o conteúdo utilizados.

7.3 Prazo: imediato.

7.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

8. Item nº 3.1.1.1

Quantitativo de recomendações pendentes de atendimento integral superior a 25% e morosidade no atendimento às recomendações da CGU.

8.1 Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar rotinas de modo que as Unidades da Embrapa sejam orientadas a cumprir às recomendações da CGU.

Recomendação 2: Acompanhar a implementação das recomendações da CGU, cobrando respostas e ações efetivas para sanar as pendências verificadas, de modo a se cumprir as atribuições regimentais da Assessoria de Auditoria Interna - AUD/EMBRAPA.

8.2 Providências a serem implementadas:

A Alta Administração expedirá recomendação aos gestores sobre a importância e necessidade de atender tempestivamente às recomendações da CGU.

A Assessoria de Auditoria Interna, conforme incluído no PAINTE 2014, deverá adaptar e estender o sistema de classificação de não conformidades a ser implantado pela AUD a partir de 2014 (5.2.1.3) às recomendações da CGU, visando favorecer o acompanhamento da implementação das recomendações, com instrução tempestiva da cobrança de respostas e ações efetivas para sanar as pendências verificadas.

A AUD deverá disponibilizar modelo de acompanhamento, preferencialmente assentado em processo que possa ser informatizado que, a partir dos critérios de ponderação adotados para classificação de não conformidades e recomendações, permita identificar de forma consolidada e ágil situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco para a gestão das unidades, favorecendo análise e ação tempestiva da alta administração da empresa.

A Alta Administração deverá instruir junto à área de gestão estratégica a realização de estudos acerca da necessidade, oportunidade e conveniência de se adotar os resultados do modelo de acompanhamento previsto no parágrafo anterior, como elemento dos sistemas de avaliação das unidades centrais e descentralizadas.

8.3 Prazo: 210 dias

8.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

9. Item nº 3.1.2.1

Ausência de registros no Sistema de Custos - SIC por Unidades Descentralizadas da Embrapa.

9.1 Recomendações:

Recomendação 1: Integrar o Sistema de Custos - SIC dentro do processo de gestão institucional da empresa, motivando sua utilização pelas Unidades descentralizadas.

Recomendação 2: Estudar meios de simplificar os lançamentos no SIC, de forma que possibilite a redução do tempo de atualização sem comprometer os tipos e qualidade dos relatórios gerados pelo Sistema.

Recomendação 3: Orientar os empregados designados como responsáveis por operacionalizar o Sistema de Custos sobre a importância de manter as informações atualizadas para a gestão dos Macroprogramas, Projetos, Planos de Ação, Produtos, Tecnologias e Serviços da Embrapa.

9.2 Providências a serem implementadas:

O Departamento de Administração Financeira, dando continuidade a ações já conduzidas e documentadas, voltadas à melhoria do Sistema de Custos – SIC, instruirá a recomposição e a

reorientação de grupo de trabalho com os objetivos de, entre outros, diagnosticar as causas da ausência de registros no Sistema, identificar oportunidades para integrar o Sistema de Custos dentro do processo de gestão da empresa, estudar meios de simplificar os lançamentos no SIC, inclusive observando oportunidades que possam advir da adoção de sistemas integrados de gestão. Adicionalmente, empregados designados como responsáveis por operacionalizar o SIC serão orientados sobre a importância de manter as informações atualizadas.

9.3 Prazo: 180 dias.

9.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

10. Item nº 4.1.2.1

Não regulamentação e avaliação do desempenho do Conselho de Administração - CONSAD e da Diretoria-Executiva da Embrapa, determinada na Resolução CGPAR n.º 3 de 31/12/2010 e no Estatuto da Empresa. (Item 2.1 DN 119).

10.1 Recomendações:

Recomendação 1: Priorizar a regulamentação do disposto no inciso XVII do artigo 17 do Estatuto da Empresa, promovendo avaliação formal de desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração, segundo critérios previstos no respectivo regimento interno, com o objetivo de subsidiar a decisão do acionista a respeito da recondução dos administradores, atendendo desta forma ao estabelecido no item d da Resolução/CGPAR n.º 3 de 31/12/2010.

10.2 Providências a serem implementadas:

O Item 6 da pauta da 121ª Reunião do Consad, em 31/10/2013, versou sobre o Regimento Interno do Conselho – Proposta de Norma. Foi aprovada a minuta de Resolução do Consad, pela qual atualiza aquele Regimento, considerando o atual Estatuto da Embrapa e a inclusão do Capítulo IX – Da Avaliação do Conselho e da Diretoria-Executiva, a ser realizada anualmente, no prazo de até 120 dias após o término de cada exercício. O processo será coordenado pelo Presidente do Conselho e deverá contar com instrumento específico, competindo ao Conselho estipular, em norma própria, os critérios para a realização desse processo.

O Item 7 da mesma Reunião tratou da Avaliação formal do Consad e da Diretoria – Proposta de Norma. Foi aprovada minuta de Resolução do Consad, pela qual implementa a avaliação formal de desempenho da Diretoria-Executiva e do Conselho de Administração da Embrapa. Ambos os atos normativos estão sendo ajustados e deverão ser publicados no Boletim de Comunicação (BCA) da Embrapa até final do mês em curso, novembro/2013.

10.3 Prazo: 30 dias.

10.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

10.5 Nota para manifestação e esclarecimento:

Registramos, por oportuno, que não concordamos com a ressalva de que “não houve priorização, pelo Consad, da regulamentação desse assunto”. A determinação da CGPAR foi publicada em 31/12/2010, foi necessário ajustar o Estatuto da Embrapa, cuja aprovação ocorreu em 25/06/2012. A partir de junho/2012 o tema foi discutido em várias reuniões da Diretoria e do Conselho. Em decorrência de mudanças no alto comando do Ministério da Agricultura, fevereiro/2013, se fez necessário aguardar a composição do Conselho, o que ocorreu em setembro/2013, para retornar às reuniões regulares, consequentemente incluir na pauta assuntos de suma importância, como estes ora tratados.

11. Item nº 4.1.2.2

Vinculação administrativa da Unidade de Auditoria Interna ao Presidente da EMBRAPA em desconformidade ao Decreto nº 3.591/2000 e à Resolução CGPAR nº 02 de 31/12/2010.

11.1 Recomendações:

Recomendação 1: Providenciar as alterações regimentais para adequar a vinculação da Unidade de Auditoria Interna da Embrapa ao Conselho de Administração em cumprimento ao preceituado no artigo 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000 e, também, do artigo 1º, alínea "a" da Resolução CGPAR nº 02, de 31/12/2010.

11.2 Providências a serem implementadas:

O assunto foi pauta de reunião da Diretoria, substanciado por Parecer AJU e está sendo enviado para análise e deliberação do Consad.

11.3 Prazo: 60 dias.

11.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providência proposto.

12. Item nº 4.1.2.4

Ausência de uniformização, normatização e sistematização da gestão dos Acordos de Cooperação no âmbito da Embrapa.

12.1 Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar norma aplicável à Embrapa como um todo, que trate dos regramentos mínimos necessários para a sistematização da gestão de Acordos de Cooperação firmados pela Empresa.

12.2 Providências a serem implementadas:

Pela Portaria nº 1520, de 31.10.2013, publicada no BCA nº 48, de 04.11.2013, foi instituído o grupo de trabalho que tem por objetivo elaborar norma aplicável à Embrapa como um todo, que trate dos regramentos mínimos necessários para a sistematização da gestão de Acordos de Cooperação firmados pela Embrapa. Estipula o prazo de 60 dias, a partir da publicação, para apresentar a primeira versão da norma a ser submetida à Diretoria-Executiva.

12.3 Prazo: 120 dias (para dar retorno à CGU).

12.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providência proposto.

13. Item nº 4.2.1.1

Incompatibilidade entre o objeto de gasto e a finalidade da Ação de Governo.

13.1 Recomendações:

Recomendação 1: Alocar ao orçamento dos projetos de pesquisa as despesas que sejam compatíveis com sua finalidade, evitando que despesas típicas de manutenção das Unidades sejam associadas a pesquisa, visto que existem outras Ações de Governo para tal finalidade.

13.2 Providências a serem implementadas:

A fim de dirimir dúvidas sobre entendimentos diferentes dessa CGU e Embrapa, na alocação de despesas típicas de manutenção das Unidades nas ações finalísticas da Empresa, informamos que o DAF enviou consulta a SOF/MP, visando buscar o entendimento daquela Secretaria sobre o assunto. A Embrapa aloca suas despesas operacionais nas ações finalísticas desde 2000, na proporção de cada ação orçamentária, considerando o custo Embrapa, (\Rightarrow 45%) para o custeio direto dos projetos de pesquisa, planos de ação e atividades de seis Macroprogramas, que é a base de cálculo para definir os demais custos indiretos (até 55%) para despesas fixas e gestão, incluindo a Sede da Embrapa. Informamos ainda, que após definição pelo MAPA dos referenciais monetários para o exercício seguinte, os percentuais acima são utilizados para definição dos valores das ações orçamentárias finalísticas. Em 2013 a Empresa está utilizando a Ação 2000 – Administração da Unidade somente para alocação dos serviços de seguro de vida.

13.3 Prazo: maio/2014. Caso seja mantida a recomendação da CGU e como mantivemos o mesmo entendimento na alocação de recursos na PLOA 2014, haverá a necessidade de remanejamento orçamentário para Ação 2000 mediante cronograma para atendimento das despesas a serem lançadas contra esta ação.

13.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

14. Item nº 5.1.1.1

Desconhecimento, por parte da Assessoria de Auditoria Interna AUD, do Acórdão TCU nº 7605/2012 - 1ª Câmara, direcionado à Embrapa Trigo.

14.1 Recomendações:

Recomendação 1: Efetuar consultas periódicas ao site do TCU para detecção de novos Acórdãos que envolvam a Embrapa, que devem ser realizadas rotineiramente por mais de um servidor, a fim de garantir a atuação tempestiva da Assessoria de Auditoria Interna no acompanhamento da implementação das recomendações/determinações do TCU.

14.2 Providências a serem implementadas:

A partir da constatação da CGU, dois empregados da AUD passaram a acompanhar periodicamente o site do TCU, além disso, está sendo realizada, mensalmente, consulta aos trâmites de documentos internos por meio do Sistema de Gerenciamento de Documentos - Siged com o intuito de verificar a movimentação de documentos na Embrapa que tratam de recomendações/determinações do TCU e da CGU, bem como o seu atendimento.

14.3 Prazo: imediato.

14.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

15. Item nº 5.2.1.2

Morosidade na adoção de providências pelas Unidades da Embrapa para sanar as Não-Conformidades detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna- AUD/Embrapa. Quantitativo superior a 25% de Não-Conformidades não atendidas pelas Unidades em 2012.

15.1 Recomendações:

Recomendação 1: Instituir mecanismos eficazes de priorização entre os Chefes das Unidades/Áreas da Embrapa visando sanar as Não - Conformidades, alertando-os sobre a responsabilização que pode advir da omissão ou inação em adotar providências tempestivas em proteção à Administração Pública.

15.2 Providências a serem implementadas:

A Alta Administração expedirá recomendação aos gestores sobre a importância e necessidade de sanar tempestivamente, em conformidade com o Plano de Providências acordado, as não conformidades detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna – AUD/Embrapa.

A Assessoria de Auditoria Interna, conforme incluído no PAINT 2014, deverá implementar sistema de classificação de não conformidades a partir de 2014 (item 5.2.1.3) visando favorecer o acompanhamento e controle das referidas NCs, com instrução tempestiva por meio da sua Coordenadoria de Pós-Auditoria da cobrança de respostas e ações efetivas para sanar as pendências verificadas.

A AUD deverá disponibilizar modelo de acompanhamento, preferencialmente assentado em processo que possa ser informatizado que, a partir dos critérios de ponderação adotados para classificação de não conformidades, permita identificar de forma consolidada e ágil situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco para a gestão das unidades, favorecendo análise e ação tempestiva da alta administração da empresa.

A Alta Administração deverá instruir junto à área de gestão estratégica a realização de estudos acerca da necessidade, oportunidade e conveniência de se adotar os resultados do modelo de acompanhamento previsto no parágrafo anterior, como elemento dos sistemas de avaliação das unidades centrais e descentralizadas da Embrapa.

15.3 Prazo: 210 dias.

15.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

16. Item nº 5.2.1.3

Ausência de critérios de ponderação para classificação das Não Conformidades NCs, impossibilitando identificar de forma consolidada situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco da gestão das Unidades da Embrapa.

16.1 Recomendações:

Recomendação 1: Adotar critérios de ponderação para classificação das Não Conformidades - NCs, possibilitando identificar de forma consolidada e ágil situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco para a gestão das Unidades da Embrapa.

16.2 Providências a serem implementadas:

A partir de 2014, as NCs serão classificadas em falhas formais, médias e graves, conforme Manual de Auditoria Anual de Contas CGU, versão 11.02, alterado pela Portaria CGU 2707/2011, conforme consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) referente a 2014.

16.3 Prazo: 180 dias (abril 2014).

16.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

17. Item nº 5.2.1.4

Falta de utilização de dados decorrentes da atuação da Ouvidoria da Embrapa no planejamento/escopo dos trabalhos da Assessoria de Auditoria Interna.

17.1 Recomendações:

Recomendação 1: Promover melhor interação entre AUD/Embrapa e a Ouvidoria/Embrapa no sentido de que dados que tratam dos assuntos das principais denúncias, de uma forma gerencial, respeitando a confidencialidade das denúncias, possam ser utilizados pela Assessoria de Auditoria Interna no seu processo de Planejamento de ações de controle.

17.2 Providências a serem implementadas:

Incluir-se-á no planejamento de auditoria, informações gerenciais enviadas pela Ouvidoria da Embrapa que poderão acrescentar o escopo do trabalho a ser desenvolvido em determinadas áreas e/ou Unidades da Embrapa.

17.3 Prazo: 180 dias (abril 2014)

17.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

18. Item nº 5.2.1.5

Falta de acompanhamento das recomendações da CGU nos trabalhos de auditoria da AUD/Embrapa.

18.1 Recomendações:

Recomendação 1: Adotar sistemática de controle para acompanhamento da implementação de recomendações desta Controladoria-Geral da União - CGU, incorporando esta atividade no Plano de Auditoria e no cronograma de trabalhos da AUD/EMBRAPA.

18.2 Providências a serem implementadas:

Incluído no escopo dos trabalhos de auditoria de campo o acompanhamento das recomendações da CGU e consignado no PAINT 2014.

18.3 Prazo: 150 dias (março 2014)

18.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

19. Item nº 6.1.1.1

Ausência de informações salariais nas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2012, da Embrapa, em desconformidade com a Resolução CGPAR n.º 3 de 31/12/2010.

19.1 Recomendações:

Recomendação 1: Fazer constar, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Embrapa referentes aos próximos exercícios, os valores da maior e da menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, bem assim o salário médio de seus empregados e dirigentes.

19.2 Providências a serem implementadas:

A recomendação já se encontra cumprida, e as informações passaram a ser incluídas nas notas explicativas a partir do 3º trimestre/2013.

19.3 Prazo: imediato.

19.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.

20. Item nº 7.1.1.1

Acumulação indevida de cargos por agentes públicos da Embrapa, em desconformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988.

20.1 Recomendações:

Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle com vistas a evitar a acumulação de cargos, solicitando periodicamente dos empregados, declaração de que não exercem outros cargos incompatíveis com cargo exercido na EMBRAPA.

Recomendação 2: Consultar periodicamente o Ministério do Planejamento, com vistas a verificar a existência de vínculos indevidos dos empregados.

Recomendação 3: Solicitar ao empregado de CPF nº *****.233.234-****, documento que comprove seu afastamento da função acumulada indevidamente.

Recomendação 4: Notificar o empregado de CPF nº *****.295.068-**** acerca da ilicitude decorrente do acúmulo dos cargos de professor e de técnico de nível médio da Embrapa, tendo em vista que tal cargo público não é considerado cargo técnico ou científico, nos termos definidos no Art. 37 da Constituição Federal, adotando as providências cabíveis para cessar a irregularidade.

Recomendação 5: Informar ao servidor CPF nº *****.384.655-**** que a Instituição de Ensino à qual se vincula informou ao Ministério do Trabalho e Emprego, que sua situação funcional na Instituição constava como ativa nos anos de 2011 e 2012, reiterando ao empregado que comprove o encerramento do vínculo empregatício junto à Instituição.

20.2 Providências a serem implementadas:

(1) O Departamento de Gestão de Pessoas instruirá a adoção, pela Embrapa, de documento-modelo por meio do qual todos os seus empregados deverão declarar que não exercem outros cargos, incompatíveis com os cargos ocupados na empresa; (2) Anualmente será encaminhada consulta formal ao Ministério do Planejamento para verificar a existência de vínculos indevidos dos empregados da Embrapa; (3/4/5) O Departamento de Gestão de Pessoas expediu em 28/10/2013 as solicitações, notificações e informações recomendadas pela CGU e, doravante, acompanhará a resolução das irregularidades apontadas, instruindo todos os atos necessários para este fim, observados os direitos à ampla defesa e contraditório.

20.3 Prazo: 90 dias.

20.4 Situação em: novembro de 2013. Plano de Providências proposto.